

CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO é uma publicação do
Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento

Editora Carmem Feijó
(cadernos@centrocelsofurtado.org.br)

Assistente editorial **Adriana Gomes de Carvalho**

Transcrição **Glauber Cardoso Carvalho**

Revisão **Sheila Mazzolenis**

Tradução para o inglês **Andrew Balanda**

Tradução do francês **Lucia Maia**

Foto de Roberto Saturnino Braga **Sérgio Cara**

Projeto Gráfico **Amélia Paes**

Editoração Eletrônica **Estúdio Labirinto**

Revisão Gráfica **Adriana Gomes de Carvalho**

Conselho Editorial

Adriana Moreira Amado - UnB	Gabriel Porcile - Cepal
Antonio Carlos Macedo e Silva - Unicamp	Gilberto Tadeu Lima - USP
Antonio Corrêa de Lacerda - PUC-SP	Inez Castro - UFC
Arturo Guillén - Unam	Luiz Carlos Delorme Prado - UFRJ
Bernardo Campolina - UFMG	Marcos Costa Lima - UFPE
Bernardo Ricupero - USP	Mauro Boianovsky - UFRJ
Carlos Aguiar de Medeiros - UFRJ	Pedro Dutra Fonseca - UFRGS
Carlos Brandão - UFRJ	Ricardo Bielschowsky - UFRJ
Carlos Pinkusfeld Bastos - UFRJ	Ricardo Ismael - PUC-RJ
Carmem Feijó - UFF	Rodrigo Simões - UFMG
Celia Lessa Kerstenetzky - UFF	Rosa Freire d'Aguiar - Centro Celso Furtado
Fernando José Cardim de Carvalho - UFRJ	Vera Cepêda - UFSCar

Conselho Consultivo

Aldo Ferrer
Ignacy Sachs
Luiz Carlos Bresser-Pereira
Luiz Felipe de Alencastro
Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo
Maria da Conceição Tavares
Octavio Rodríguez

www.cadernosdodesenvolvimento.org.br

A large, light gray graphic of the number '10' is centered on the page. The '1' is a simple vertical bar with a short horizontal top bar. The '0' is a thick, rounded ring. An orange horizontal bar is superimposed over the middle of the '10', containing the text 'CADERNOS do DESENVOLVIMENTO' in white, uppercase letters.

CADERNOS do DESENVOLVIMENTO

Rio de Janeiro, janeiro-junho de 2016 | v. 11, n. 18

Diretor-presidente
Roberto Saturnino Braga

Diretores
Gilberto Bercovici
Ligia Bahia
Marcos Costa Lima
Pedro Cezar Dutra Fonseca

Coordenador executivo Glauber Cardoso Carvalho
Assessora executiva Adriana Gomes de Carvalho
Bibliotecária Aline Balué

Conselho Deliberativo *Samuel Pinheiro Guimarães (Presidente)*, André Tosi Furtado, Fernando Pimentel Puga (representante do BNDES), Francisco das Chagas Soares e Francisco José Araújo Bezerra (representante e suplente do BNB), Luiz Felipe de Alencastro, Marcos Dantas, Marco Aurélio Garcia (representante da Caixa Econômica Federal), Roberto Saturnino Braga, Rosa Freire d'Aguiar, Theotonio dos Santos, Wilson Cano

Conselho Fiscal Fernando Ferrari Filho, Jair do Amaral Filho, Liana Maria da Frota Carleial, Marcos Formiga, Maurício Chalfin Coutinho, Tania Bacelar de Araújo, Wilson Vieira

Conselho Consultivo *Roberto Saturnino Braga (Presidente)*

C122 Cadernos do Desenvolvimento. – Ano 1, n.1 (2006)
Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006.
v.
ISSN 1809-8606 (versão impressa)
ISSN 2447-7532 (versão eletrônica)

1. Furtado, Celso, 1920-2004 - Periódicos.
2. Desenvolvimentismo - Periódicos.
3. Subdesenvolvimento - Periódicos.
4. Estado - Periódicos.
5. Economia - Periódicos.
6. Desenvolvimento econômico - Periódicos.
7. Globalização - Periódicos

I. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

CDU 338.1

Todos os direitos desta edição reservados ao
Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento
Av. República do Chile, 330 – 9º andar. Edifício Ventura – Torre Oeste. Centro – 20.031-170. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Tels.: +55 (21) 2172-6312/6313 | +55 (21) 3747-9745

**Para conhecer as atividades desenvolvidas pelo Centro Internacional Celso Furtado,
visite o site www.centrocelsofurtado.org.br**

Sumário

1. EDITORIAL / <i>Editorial</i>	7
2. ARTIGOS	
Celso Furtado e subdesenvolvimento: uma crítica às novas interpretações desenvolvimentistas no Brasil dos anos 2000 <i>Vanessa Follmann Jurgenfeld Carlos Henrique Lopes Rodrigues</i>	11
Estado, moeda e regulação: como a concepção sobre a moeda afeta o papel do Estado na regulação econômica <i>Daniela Freddo Adriana Moreira Amado</i>	33
Brasil: globalização financeira e desindustrialização <i>Jacqueline A. Haffner José Maurício Silvestre</i>	55
Desenvolvimento político, econômico e social: o projeto de Celso Furtado para a nação brasileira <i>Luíza Cristina de Oliveira Lins Solange Regina Marin</i>	79
3. DESENVOLVIMENTO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: agenda, interdisciplinaridade e perspectiva comparada	
China-Brasil, uma comparação instrutiva <i>Pierre Salama</i>	111
Noventa Anos de Helio Jaguaribe <i>José Octávio de Arruda Mello</i>	133
4. ENTREVISTA	
Intérpretes do pensamento desenvolvimentista <i>Roberto Saturnino Braga</i>	138
5. RESENHAS	
Brasil, sociedade em movimento Pedro de Souza (Org.) <i>Fernando Augusto Mansor de Mattos</i>	159
La crisis global en su laberinto Arturo Guillén <i>Monika Meireles</i>	181
OBITUÁRIO	
Werner Baer, os brasilianistas e a interpretação econômica do Brasil: uma nota <i>Luiz Carlos Delorme Prado</i>	186

SOBRE O CENTRO CELSO FURTADO / *About the Celso Furtado Center*

195

BIBLIOTECA CELSO FURTADO / *The Celso Furtado Library*

199

Submissão de artigos

202

Normas para publicação

203

Editorial

Para o número 18 dos *Cadernos do Desenvolvimento* foram selecionados quatro artigos submetidos à revista que tratam de temas caros sobre questões do desenvolvimento. No primeiro artigo, os autores debatem as novas interpretações desenvolvimentistas no Brasil dos anos 2000, recuperando as contribuições de Celso Furtado, para quem o problema do subdesenvolvimento transcende uma perspectiva de demanda efetiva, comum às novas correntes desenvolvimentistas. Os autores questionam até que ponto é possível afirmar que as mudanças de política econômica nos anos recentes no Brasil assinalam um novo padrão de desenvolvimento capaz de superar o subdesenvolvimento.

O segundo artigo discute o papel do Estado na regulação econômica à luz da teoria de Keynes. O artigo é bastante oportuno, pois este ano comemora-se os 80 anos da publicação da *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, obra maior do economista britânico. Esta obra marca o surgimento da macroeconomia como um campo de estudo dentro da ciência econômica, com desdobramentos significativos para o avanço teórico do debate sobre o desenvolvimento econômico. As autoras abordam controvérsias importantes em Keynes e posteriormente elaboradas pela escola pós-keynesiana, em particular sobre o papel da moeda, do sistema financeiro e da perspectiva do Estado em atuar no funcionamento das economias de mercado.

O terceiro artigo debate o tema da desindustrialização sob a ótica da financeirização, inserindo a análise no contexto dos fluxos de capitais, tanto produtivos como financeiros. O quarto artigo contribui com uma análise do conceito de desenvolvimento em Celso Furtado, que abrange os aspectos econômico, político e social.

Este número também traz dois artigos convidados. O primeiro, do professor Pierre Salama, discute as trajetórias de desenvolvimento do Brasil e da China. Na visão do autor, por meio da comparação entre os dois países é possível discutir alternativas para a superação de problemas ao desenvolvimento econômico em ambos.

O segundo artigo é do professor José Octávio de Arruda Mello, e baseia-se na homenagem feita pelo autor ao cientista político Helio Jaguaribe, no seminário internacional do Centro Celso Furtado, em agosto de 2014.

O entrevistado deste número – que deu seu depoimento para a série *Intérpretes do Pensamento Desenvolvimentista* – é o atual diretor-presidente do Centro Internacional Celso Furtado e ex-senador Roberto Saturnino Braga. Em sua longa trajetória de vida pública, ele vivenciou grandes momentos da história recente do país e, graças à sua militância política, influenciou o debate sobre questões econômicas de relevo para o desenvolvimento do Brasil.

A seção de Resenha contempla duas obras de lançamento recente. O livro *Brasil, sociedade em movimento*, organizado por Pedro de Souza, comemora os 10 anos do Centro Internacional Celso Furtado. A convite dos **CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO**, o professor Fernando Augusto Mansor de Mattos preparou uma extensa resenha, comentando todas as contribuições contidas nessa importante obra.

O livro *La crisis global en su laberinto*, de Arturo Guillén, lançado no México em 2015, é comentado pela pesquisadora da Universidade Autônoma do México, Monika Meireles. Em sua resenha crítica, a autora apresenta a visão de Guillén sobre a crise financeira internacional de 2007-2008 e seus desdobramentos, baseado na teoria marxista, e discute como o corpo analítico de orientação pós-keynesiana também contribui na direção da análise de Guillén.

Em 31 de março passado a comunidade acadêmica lamentou a perda do professor Werner Baer, importante pesquisador americano que muito contribuiu para a divulgação de estudos sobre o Brasil na comunidade internacional. O ex-presidente do Centro Internacional Celso Furtado e professor do Instituto de Economia da UFRJ, Luiz Carlos Delorme Prado, apresenta um pequeno artigo sobre as contribuições acadêmicas do professor Werner Baer.

A todos, uma boa leitura.

Maio de 2016

§

Carmem Feijó
Editora

Editorial

For number 18 of the **Development Journals** we have selected four articles that were submitted to the publication and which deal with important issues related to the subject of development. In the first of these four articles, the authors look at the new developmentalist interpretations that came to the fore during the first decade of this century, and revive some of Celso Furtado's contributions on the subject, for whom the problem of underdevelopment transcends a perspective of effective demand, an idea common to these new developmentalist currents. The authors question up to what point it is possible to affirm that the changes in economic policy that have taken place in Brazil in recent years can effectively signal a new process of development, one with the capacity to overcome the problem of underdevelopment.

The second article looks at the role of the State in regulating the economy from the perspective of Keynesian theory. The article is most appropriate this year in which we commemorate 80 years since the first publication of *The General Theory of Employment, Interest and Money*, the British economist's most important work. This book marked the emergence of macroeconomics as a field of study within economic science, with a major impact on the theoretical progress of the debate on economic development. The authors deal with certain controversies contained in the work of Keynes, and further developed by the Post-Keynesian School, especially those that deal with the role of money, the financial system and the perspective of the State in regulating market economies.

The third paper discusses the issue of de-industrialization from the perspective of financialization, that is to say, in the context of capital flows, both productive and financial. The fourth paper contributes to an analysis of Celso Furtado's concept on development, covering economic, political and social aspects.

This number also includes two guest articles. The first, by Professor Pierre Salama, looks at the paths to development taken by Brazil and by China. In the author's view, and based on a comparison between the two countries, it is perfectly reasonable to talk about alternatives that could help overcome the problems facing economic development in both cases.

The second article is by Professor José Octávio de Arruda Mello, and is based on his tribute to political scientist Helio Jaguaribe, given at the Celso Furtado Center's international seminar held in August of 2014.

This interviewee of this number, who sat down with us for the series *Intérpretes do Pensamento Desenvolvimentista* (*Interpreters of Developmentalist Thinking*), is the current chairman of the International Celso Furtado Center, former senator Roberto Saturnino Braga. During his many years as a leading public figure, he has experienced important moments in the recent history of Brazil, and, thanks to his strong political activism, has been a major influence on the debate regarding economic issues of relevance to the development of Brazil.

The Review section offers readers two recently launched works. The Book entitled *Brasil, sociedade em movimento* (*Brazil, a society on the move*), put together by Pedro de Souza, commemorates the ten years of the International Celso Furtado Center. At the invitation of the **Development Journals**, Professor Fernando Augusto Mansor de Mattos prepared an in-depth review in which he comments on all the contributions made to this important work.

The book entitled *La crisis global en su laberinto* (*The global crisis in its labyrinth*), by Arturo Guillén and launched in Mexico in 2015 is reviewed by Monika Meireles, a researcher at the National Autonomous University of Mexico. In her critical review, the author presents Guillén's view of the 2007-2008 international crisis and its consequences, based on Marxist theory, and shows how the analytical body of Post-Keynesian ideas also had a certain influence on Guillén's analysis.

On March 31 of this year, the academic community was saddened to hear of the passing of Professor Werner Baer, a leading American researcher who contributed a great deal to the dissemination of studies on Brazil throughout the international community. The former president of the International Celso Furtado Center and professor at the UFRJ Institute of Economics, Luiz Carlos Delorme Prado, presents a short article on the academic contributions made by Professor Werner Baer.

We wish you all very pleasant reading
May of 2016

§

Carmem Feijó
Editor

Vanessa Follmann Jurgenfeld¹
 Carlos Henrique Lopes Rodrigues²

Celso Furtado e subdesenvolvimento: uma crítica às novas interpretações desenvolvimentistas no Brasil dos anos 2000*

RESUMO

Após a abertura econômica, nos anos 1990, e a adesão ao neoliberalismo pautado no Consenso de Washington, o Brasil viveu um esvaziamento do debate de longo prazo voltado para o desenvolvimento econômico. Entretanto, nos anos 2000, especialmente na segunda metade da década, ressurgiu um “novo-velho” debate sobre desenvolvimento econômico e desenvolvimentismo no país. Partindo da interpretação de Celso Furtado sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento — que leva em consideração as possibilidades e os limites do desenvolvimento da periferia frente aos interesses econômicos dos países hegemônicos — este artigo tem como objetivo discutir e fazer uma crítica às novas ideias heterodoxas que são debatidas no Brasil. As abordagens analisadas dividem-se em três correntes: i) novo-desenvolvimentismo; ii) social-desenvolvimentismo; e iii) keynesiano-institucionalista.

Palavras-chave

Desenvolvimento; Desenvolvimentismo; Celso Furtado.

ABSTRACT

Following the opening up of its economy, during the 1990s, and its adherence to the standards of neoliberalism outlined by the Washington Consensus, Brazil experienced a waning in its long-term debate on the subject of economic development. Nevertheless, at the beginning of this new century, and especially during the second half of the first decade, the country witnessed a resurgence of a “new-old” debate on economic development and developmentalism in Brazil. Based on the ideas of Celso Furtado regarding development and underdevelopment, which take into account the possibilities and the limitations of development in peripheral nations on account of the economic interests of the core hegemonic nations, this article aims to debate and make a critique with regard to the new unorthodox ideas that are being discussed in Brazil. The different approaches analyzed fall into three categories: i) new-developmentalism; ii) social-developmentalism; and iii) Keynesian-institutionalist.

Keywords

Development; Developmentalism; Celso Furtado.

* Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no XX Encontro Nacional de Economia Política.

1. Doutoranda em desenvolvimento econômico na Unicamp, mestre em desenvolvimento econômico pela Unicamp, graduada em ciências econômicas pela UFSC e em jornalismo na Umesp. Professora do curso de ciências econômicas da UFVJM. E-mail: vfullmann@hotmail.com

2. Doutorando em desenvolvimento econômico na Unicamp, mestre em história econômica pela Unicamp, graduado em ciências econômicas pela Unesp e professor do curso de ciências econômicas da UFVJM. E-mail: chlrodrigues@yahoo.com.br

“Os economistas encontram-se, as mais das vezes, incapacitados para captar a natureza do problema. E, como não estão habituados a formar juízo fora de seus esquemas mentais habituais, tendem a negar a existência do problema ou a imaginar que este resulta de um falso diagnóstico da realidade econômica.”
(FURTADO, 1962, p. 35)

Introdução

É possível traçar uma série de fatores que pode ter levado ao ressurgimento da discussão sobre o desenvolvimento econômico e sobre o desenvolvimentismo no Brasil nos anos 2000: *i*) a elevação da taxa média anual de crescimento nos anos 2000; *ii*) a mudança de partido político no poder a partir de 2003; *iii*) a crise mundial de 2007/2008 que traz em si uma crise dos preceitos neoliberais; e *iv*) a ascensão de países asiáticos na disputa mundial, cujos desempenhos em termos de crescimento levantaram a discussão sobre o caminho supostamente possível a ser percorrido pelos países da periferia para o desenvolvimento.

O primeiro argumento relaciona-se ao otimismo com a taxa de crescimento do país nos anos 2000, que foi superior à da década anterior. O país cresceu durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), do PSDB, a uma taxa média de 2,3% ao ano, enquanto nos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, a 4,1%, com destaque para o ano de 2010, quando a taxa de aumento do PIB foi bem mais elevada: 7,5%. Já no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011 a 2014) o crescimento médio foi de 2,2%.

A ligeira melhora do crescimento, especialmente nos anos Lula, levou alguns economistas a entender que o Brasil entrava em uma nova rota e trilhava uma espécie de novo modelo de desenvolvimento — assunto que será discutido mais adiante.

O segundo argumento relaciona-se a algumas políticas do partido que assume o governo federal em 2003, o Partido dos Trabalhadores (PT). Ao promover algumas mudanças — sobretudo as relativas à melhora do poder de compra do salário mínimo; uma maior disseminação do crédito e do programa de transferência de renda Bolsa Família; ampliação do consumo e incremento da população brasileira que faria, então, parte da “classe média”³ — os governos petistas

3. Embora existam diversas classificações para o que de fato significa classe média e sejam questionados, por diversos pesquisadores, os parâmetros usados no Brasil para essa classificação, há certo consenso de que o país baseou sua política econômica no crescimento do consumo, principalmente a partir de 2004, mais do que nos investimentos. E isso se deveu ao crédito e à inserção de novas pessoas ao “mercado de consumo”. Sobre as classes médias clássicas, é importante ressaltar que essas têm participação nas decisões econômicas, políticas e sociais de um país, o que não parece ser o caso no Brasil. Entre alguns autores que tratam atualmente do tema classe média no Brasil, com interpretações distintas, ver Neri (2011); Neri; Melo; Monte (2012) e Pochmann (2012; 2014).

deram mais elementos para a interpretação de alguns economistas de que um novo modelo de desenvolvimento estaria em curso.

Uma terceira consideração sobre o porquê de uma retomada mais vigorosa da discussão sobre desenvolvimento nos anos mais recentes recai sobre a crise global de 2007/2008, que abalou o arcabouço de política macroeconômica neoliberal, baseado nas ideias do Novo Consenso Macroeconômico,⁴ uma vez que este referencial — embora usado em vários países do mundo — não foi suficiente para evitar uma crise financeira mundial. A crise de 2007/2008 (para alguns autores⁵ ainda derivada da crise dos anos 1970), portanto, não só apontou falhas na política econômica da ortodoxia, bem como suscitou críticas que levaram vários países a adotar uma política macroeconômica alternativa, com ampliação dos gastos do Estado e maior intervenção deste na economia, sendo praticadas políticas mais próximas a um referencial keynesiano (heterodoxo). Nesse período de crise, alguns países passaram a flexibilizar os regimes macroeconômicos existentes, como, por exemplo, o fato de alguns bancos centrais adotarem a partir de então também metas de emprego, em conjunto com metas de inflação. No Brasil — que adota o tripé macroeconômico desde 1999, baseado nas regras do Novo Consenso Macroeconômico —, alguns economistas passaram a entender que por aqui teria ocorrido uma “flexibilização” das regras nos governos do PT e isso foi entendido como parte da estratégia de um suposto novo padrão de desenvolvimento.⁶

Em relação ao quarto argumento sobre a retomada da discussão, pode-se destacar que a ascensão tanto da Coreia do Sul quanto da China, com melhora em seus indicadores de crescimento econômico — e alguns indicadores de desenvolvimento econômico —, também vêm pautando a discussão sobre as políticas de desenvolvimento que trazem melhores resultados a países considerados periféricos.

Entendemos que esse quadro inicial aqui exposto serve de justificativa para o surgimento de novas e repaginadas (não tão novas assim) discussões sobre desenvolvimento econômico de correntes de pensamento heterodoxas, que apareceram de forma mais evidente nos últimos 10 anos no país. É possível identificar três correntes⁷ que, de alguma maneira, ressuscitaram os termos e o debate sobre desenvolvimento e desenvolvimentismo: social-desenvolvimentismo; novo-desenvolvimentismo; e keynesiano-institucionalista.

Este artigo propõe uma análise dos principais aspectos dessas correntes heterodoxas, assim como um estudo da obra de Celso Furtado no que diz respeito ao seu conceito de desenvolvimento econômico, de subdesenvolvimento e da especificidade do capitalismo periférico, para avaliar se houve mudanças nos anos recentes no Brasil a ponto de ser possível assinalar um novo padrão de desenvolvimento capaz de superar o subdesenvolvimento.

O estudo de Furtado se faz necessário, pois as particularidades dos países periféricos, principalmente da América Latina, exigem um nível de

4. O Novo Consenso Macroeconômico defende o tripé macroeconômico (metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário) como solução mais adequada de política econômica. Essa vertente do pensamento econômico une aspectos das correntes: novo-keynesiano; novo clássico e ciclos reais de negócios. Sobre as ideias do Novo Consenso Macroeconômico ver: Blinder (1997); Blanchard (1997); e Bernanke; Mishkin (1997). Algumas críticas ao Novo Consenso estão presentes em Arestis; Sawyer (2008).

5. Ver Cano (2012) e Belluzzo (2013).

6. Tanto economistas de linha ortodoxa quanto economistas de linha heterodoxa entendem que houve uma flexibilização do tripé macroeconômico, especialmente a partir dos anos Dilma. A diferença entre eles é que os primeiros consideram isso como causa dos problemas da economia brasileira e os segundos, como uma novidade para o país retomar o crescimento econômico. Por flexibilização do tripé macroeconômico, entende-se intervenção maior do governo no câmbio flutuante; superávits primários menores e controle menos rigoroso da inflação. Sobre essas divergências, ver: Pinheiro (2013); Jurgenfeld (2014); Costas (2014); Leopoldo (2014); e Conti (2015).

7. Além das três correntes heterodoxas que analisaremos, há representantes da ortodoxia econômica com avaliações distintas, mas que não fazem parte dos objetivos deste artigo, por isso suas discussões não estão contempladas. Para a visão ortodoxa sobre o desenvolvimento econômico brasileiro nos últimos anos ver: Veloso *et al.* (2013) e Pessôa (2009).

profundidade grande de análise para que se entenda os seus desafios. E para que não ocorram conclusões apressadas que não consigam apreender as verdadeiras causas do subdesenvolvimento e redundem em modelos de interpretações desvinculados da realidade que, entre outras coisas, confundem estrutura com conjuntura. E, nesse sentido, mesmo que bem intencionadas, levam a conclusões equivocadas e acabam não enfrentando os verdadeiros problemas da periferia, como, por exemplo, passado colonial, segregação social, estrutura latifundiária e capitalismo dependente.

Assim como essas correntes, que se intitulam heterodoxas, Furtado é também um heterodoxo. Seus estudos sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento mostram o seu entendimento desse tema de forma interdisciplinar e como integrante de um processo global. Ainda que a economia seja uma seara importante, nota-se pela obra de Furtado que ela não é suficiente para explicar e propor soluções ao subdesenvolvimento, ainda mais quando é reduzida a uma equação de demanda efetiva, como muitas análises tentam fazer. Entendemos a obra de Furtado como um contraponto importante às novas interpretações.

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo está dividido em duas partes: 1) uma análise das três novas correntes heterodoxas; e 2) uma discussão do legado sobre as teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento econômico deixado por Furtado.

1. As interpretações dos anos 2000

1.1 O social-desenvolvimentismo

O social-desenvolvimentismo entende que a partir do governo Lula o país rompeu com o neoliberalismo e começou a viver uma época pós-neoliberal.⁸ Isto significa que haveria um novo padrão de acumulação no Brasil, baseado na produção de bens e serviços e melhoria na distribuição de renda, principalmente depois de 2007 (CASTELO, 2012).

Essa interpretação parece ignorar que, com Lula no comando da política macroeconômica, não há rupturas com mecanismos implantados por governos neoliberais no país, como o tripé macroeconômico, colocado em prática em 1999, baseado em regime de metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante. O governo, portanto, não teria rompido com o receituário do *mainstream* de política econômica, a despeito das políticas sociais postas em prática e da paralisação das privatizações de empresas estatais produtivas.

Entre alguns economistas dessa corrente,⁹ chegou a existir a interpretação de que, no seu primeiro mandato, a presidente Dilma Rousseff tentou — até mais do que Lula — vestir uma nova “roupa” em termos de política macroeconômica com redução dos juros de forma mais acentuada entre 2011 e 2012, ao mesmo tempo

8. Sobre pós-neoliberalismo ver: Sader (2011).

9. Sobre a posição de alguns economistas social-desenvolvimentistas ver: Jurgenfeld (2013); Biancarelli; Rossi (2014); Rossi (2015); Lacerda; Conti; Mello (2015).

em que eram mantidos os programas de transferência de renda e os ganhos reais do salário-mínimo do governo Lula. Houve a defesa entre esses economistas do fato de que Dilma estaria “flexibilizando” o tripé macroeconômico em prol do crescimento, a partir da administração da taxa de câmbio e da queda dos juros, e isso era uma condição para acelerar o crescimento.

Mais recentemente (após o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2015), muitos economistas dessa corrente tiveram, no entanto, que repensar alguns aspectos dessa interpretação¹⁰ sobre o governo Dilma, pois se viram diante do fato de que o suposto enfrentamento de Dilma aos ditames do mercado financeiro não vigorou por muito tempo. Por conta de uma suposta maior preocupação com o aumento da inflação e pressão do mercado financeiro, ele durou poucos meses. Os juros voltaram a subir para a casa de dois dígitos nos últimos dois anos, houve sinalização do aumento do superávit primário, medidas de “ajuste fiscal” a partir de 2014 e mais intensamente em 2015, para restabelecer em grande medida o tripé macroeconômico ortodoxo (sem flexibilizações).

Há definições complementares sobre o que é a estratégia social-desenvolvimentista. Bielschowsky (2013b) entende que a estratégia de crescimento do país a partir dos anos Lula é dada por três frentes de expansão, movidas pela demanda – consumo de massas, recursos naturais e infraestrutura –, e que seria necessário ainda acionar dois “turbinadores” desses motores do desenvolvimento. Na sua visão, estes turbinadores seriam a inovação tecnológica e a reativação de encaamentos produtivos tradicionais, para um movimento duradouro no longo prazo.¹¹ Pochmann (2010), por sua vez, defende que o social-desenvolvimentismo é um modelo de desenvolvimento que une crescimento econômico com reafirmação da soberania nacional, havendo uma reformulação do papel do Estado na economia e um choque distributivo, com aumento do salário-mínimo e dos gastos sociais. Mercadante (2010), outro nome vinculado a essa corrente, defende que o social se tornou o principal eixo do governo Lula e o diferenciou de outros governos, e, por isso, esse período é entendido como um compromisso de impulsionar a constituição de um amplo mercado de consumo de massa, com inclusão de milhões de brasileiros e universalização de políticas sociais básicas a fim de resolver o problema histórico da concentração de riqueza.

Um marco importante dessa concepção se relaciona com o documento *Um outro Brasil é possível*,¹² de 2001, escrito por economistas do PT, em que estes colocam o eixo social como prioridade do desenvolvimento, ainda que nesse texto não exista o termo social-desenvolvimentismo. Porém — é importante frisar —, esse documento foi revisto em 2002 com a *Carta ao povo brasileiro*,¹³ que serviu de parâmetro à campanha de Lula para a presidência da República naquele ano e marcou um compromisso maior de Lula com os contratos assumidos, com o superávit primário e com o pagamento das dívidas pública e externa, sendo esse novo documento uma contraposição ao anterior.

10. Alguns membros do social-desenvolvimentismo, em uma revisão, agora estão questionando o suposto cunho social-desenvolvimentista do primeiro governo Dilma e preferem argumentar que a sua gestão macroeconômica foi marcada por equívocos na política fiscal e pelo favorecimento de setores industriais. A essa gestão chamaram de “industrialismo”. Ver: Rossi; Biancarelli (2015).

11. Apesar de reconhecer a presença das três frentes de expansão no Brasil dos anos 2000, também se deve observar que Bielschowsky (2013b) destaca que seria necessário que impulsos à expansão da capacidade produtiva derivados dessas três correntes de demanda efetiva fossem adequadamente traduzidos em expansão do investimento no país, para que assim o desenvolvimento brasileiro se tornasse vigoroso nas décadas seguintes.

12. Disponível em: www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/debate-um-outro-brasil-e-possivel-0?page=0,1.

13. Disponível em: www.fpabramo.org.br/uploads/carta-aopovobrasileiro.pdf

Também robusteceu as discussões em defesa do social-desenvolvimentismo a criação da Rede Desenvolvimentista (Rede D), em 2011, por um grupo de economistas, a partir de recursos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI). Inicialmente, a Rede D foi dirigida por Ricardo Carneiro, economista da Unicamp.

Em linhas gerais, há quatro eixos distintos e complementares do social-desenvolvimentismo, que, segundo Carneiro (2013), vêm sendo implementados em menor ou maior grau nos últimos anos pelo governo federal petista: *i*) melhoria da distribuição de renda; *ii*) ampliação da infraestrutura econômica e social;¹⁴ *iii*) reindustrialização via adensamento de cadeias; e *iv*) expansão do setor baseado em recursos naturais.

É possível dizer que o social-desenvolvimentismo entende que aumento dos salários, ampliação do consumo popular, aumento dos investimentos e da produtividade levam a um círculo virtuoso. A estratégia para ter sucesso depende de uma criação “suficiente” de empregos, disponibilidade de recursos fiscais e atenuação da restrição externa. O problema do emprego seria então equacionado com o crescimento e com o gasto público, que deve ter uma política fiscal compatível. Ao mesmo tempo, há o entendimento de que a ampliação da base produtiva e os ganhos de produtividade dariam competitividade às exportações, reduzindo as restrições externas (CARNEIRO, 2013).

No entanto, esse grupo parece ter deixado em segundo plano o fato de que o investimento não levantou voo, e, sem isso, não há aumento da base produtiva. Também não estão ressaltados na análise alguns motivos pelos quais o investimento não cresceu, entre eles os juros altos, o câmbio valorizado e a debilidade do Estado, entre outros fatores.¹⁵

Nessa interpretação há, ainda, a ideia de que existem limites, no entanto, para a distribuição funcional e pessoal da renda, e que melhorias viriam da ação do Estado por meio de tributação e gastos públicos. Esse eixo dinamizador, segundo essa corrente, deve vir da infraestrutura econômica e da infraestrutura social (CARNEIRO, 2013).

Não há objeções do social-desenvolvimentismo à ampliação da infraestrutura econômica por meio do setor privado, com apoio do Estado e financiamento de longo prazo principalmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio de concessões (privatizações) e Parcerias Público-Privadas (PPP). Já a infraestrutura social dependeria essencialmente de recursos fiscais por parte do Estado.

Essa corrente orienta-se principalmente em prol do crescimento do mercado interno, podendo haver coeficientes de importação elevados, defendendo a ideia do uso do câmbio para amenizar problemas de aumento da inflação interna. Portanto, a moeda nacional pode ser valorizada em relação ao dólar. Esta valorização também facilitaria importação de bens de capital pelo

14. Por infraestrutura social, o social-desenvolvimentismo entende a saúde, a educação, saneamento, transportes e vida urbana em geral. Ver: Biancarelli (2013).

15. Para mais informações ver Cano (2014).

mercado nacional (JURGENFELD, 2013).

Um dos defensores do social-desenvolvimentismo, Bielschowsky (2013a) justifica o pensamento em curso chamando atenção para alguns novos elementos históricos sobre a discussão do desenvolvimento nos últimos anos. Entre esses elementos cita a perspectiva de maior estabilidade macroeconômica aberta pela guinada chinesa por importações de matérias-primas do Brasil. Este foi um impacto favorável ao balanço de pagamentos brasileiro, que ocorreu a partir do início dos anos 2000. Esta mudança, segundo Bielschowsky, representa solo fértil para uma nova etapa de discussões sobre o desenvolvimento.

Bielschowsky (2013b) tem destacado como políticas para o avanço do desenvolvimento a necessidade de uma produção no país de parte substancial dos encadeamentos produtivos geradores dos bens e serviços do consumo de massa, inclusive com a recuperação da capacidade da indústria de bens de capital, o que ajudaria em uma nova diversificação da pauta de exportação, que foi reprimarizada nos últimos anos.

No argumento de Bielschowsky, apesar de alguns avanços, o Brasil ainda precisaria de uma produção em massa como uma estratégia de desenvolvimento social e nacional, pois se houvesse um consumo em massa no Brasil, atendido pela produção em massa na China, o modelo não se sustentaria (LUCENA, 2012).

Os social-desenvolvimentistas têm defendido políticas fiscal e monetária “ativas” e manutenção e ampliação de programas sociais como fatores essenciais para o desenvolvimento. Em vez de um modelo ancorado no *drive* exportador, essa corrente defende um modelo puxado pela melhora dos salários reais, melhor distribuição de renda e expansão do nível de emprego no mercado interno. Seus representantes falam da importância do crescimento do investimento na economia, com a inserção das empresas do país nas cadeias globais de valor, mas, sobretudo, destacam a importância do aumento do consumo interno para a atividade econômica e para efeitos distributivos.

Uma das contradições dessa corrente é que, apesar de colocar a indústria como motor do crescimento e do desenvolvimento, não propõe ruptura com o tripé macroeconômico, que tem sido o eixo que vem fortemente prejudicando a indústria. Há a defesa de uma flexibilização do tripé (inflação podendo ficar um pouco mais alta, embora não descontrolada, por exemplo), mas não há uma proposta de rompimento com esse arcabouço de política macroeconômica. Portanto, a corrente social-desenvolvimentista não propõe a abolição dos elementos centrais da política neoliberal atual, que são: o controle da inflação por meio de juros elevados (que prejudicam o investimento produtivo e favorecem o rentismo); a defesa do superávit primário (que serve para remunerar o capital rentista); e o uso do câmbio flutuante, muitas vezes prejudicial às próprias indústrias, uma vez que a moeda nacional tende a se valorizar por conta da alta taxa básica de juros.

16. Cabe-nos ressaltar que o termo novo-desenvolvimentismo foi usado por Mercadante (2010) antes do termo ter sido mais disseminado. No entanto, Mercadante está vinculado ao social-desenvolvimentismo.

17. É importante destacar que Bresser-Pereira foi um dos fundadores do PSDB, ministro no primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso e responsável por implementar a reforma do Estado, em uma perspectiva neoliberal.

18. O artigo *Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade* e o artigo *O novo desenvolvimentismo* estão, respectivamente, disponíveis em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm>> e em <<http://www.rep.org.br/pdf/87-10.pdf>>. Outra referência importante para a discussão do novo-desenvolvimentismo foi o lançamento, em 2005, do livro *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Ver: Sicsú *et al.* (2005).

19. A taxa de câmbio de equilíbrio industrial, definida pela corrente novo-desenvolvimentista como a taxa que torna competitivas empresas que usam tecnologia de última geração, já teve diferentes valores estimados pelos seus defensores. Como exemplo recente, temos o valor de R\$ 2,90. Ver: Neumann; Watanabe (2014).

20. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/works/letters/360-Meus_amicos_desenvolvimentistas_da_Unicamp.pdf>.

21. Para as distinções que ele entende existir entre o desenvolvimentismo de 1930-1980 e o que ele chama de novo-desenvolvimentismo, ver Bresser-Pereira (2012b).

1.2. O novo-desenvolvimentismo

Um dos marcos do novo-desenvolvimentismo¹⁶ foi o artigo publicado em 2002 por Luiz Carlos Bresser-Pereira¹⁷ e Yoshiaki Nakano intitulado *Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade*. Em 2004, por sua vez, houve publicação de artigo no jornal *Folha de S. Paulo*, por Bresser-Pereira, intitulado *O novo desenvolvimentismo*, no qual defendia uma estratégia de desenvolvimento nacional para romper com a ortodoxia vigente (CASTELO, 2012).¹⁸

Uma das principais transformações que os novos-desenvolvimentistas propõem é trocar o “velho” modelo de substituição de importações pelo *drive* exportador. Este é um dos aspectos em que se distanciam dos social-desenvolvimentistas, uma vez que essa corrente tem a defesa de um modelo de desenvolvimento para fora, via exportação (*export-led*), e não para dentro, por meio do mercado interno, puxado pelo consumo, via aumento salarial (*wage-led*), como defendem os social-desenvolvimentistas.

Sobre a defesa do *export-led* — e não do *wage-led* — como estratégia no novo-desenvolvimentismo há, entre outras razões, a justificativa de que: o problema maior da economia seria assegurar às “empresas nacionais competentes” o acesso à demanda externa – o que dependeria de uma “taxa de câmbio competitiva”.¹⁹ “A mudança para esse equilíbrio competitivo estimulará os investimentos, o crescimento das exportações de manufaturados e o crescimento do PIB” (BRESSER-PEREIRA, 2012a, p. 2).

Nessa interpretação, a variável-chave da economia deve ser, portanto, a taxa de câmbio. A ideia é de um modelo exportador, de forma que a indústria seja orientada às exportações, sendo capaz de aproveitar “vantagens locais”, como mão de obra mais barata.

Em uma carta aos professores social-desenvolvimentistas da Unicamp, Bresser-Pereira (2012)²⁰ explicitou seus objetivos, destacando que, diante do que ele entende como “fracasso do neoliberalismo”, passou a retomar o tema do desenvolvimentismo e a propor o novo-desenvolvimentismo como terceira via entre a ortodoxia e o nacional-desenvolvimentismo.

Nessa carta, Bresser-Pereira dizia que a discussão deveria ser colocada naquele momento porque o Estado desenvolvimentista de outrora seria retomado nos últimos anos. “O Estado desenvolvimentista que sobrevivera e se renovara nos países dinâmicos da Ásia agora ressurgia na América Latina, particularmente na Argentina e no Brasil” (BRESSER-PEREIRA, 2012a, p. 1).²¹

Na avaliação desse economista, o novo-desenvolvimentismo é uma estratégia nacional de desenvolvimento, e assume uma ideologia, de forma que uma nova coalizão de classes estaria voltada para a construção de um “Estado desenvolvimentista e social no país” (BRESSER-PEREIRA, 2012a, p. 2).

A utilização do prefixo “novo” é por ele resumida quando escreve que os economistas que se juntaram em torno dessa ideia entendiam que a questão

de um desenvolvimento econômico e social continuava necessária e forte no país, mas que diante de “novas realidades” era preciso um “novo” pensamento desenvolvimentista. O que ele entende por “novas realidades” seria o fato de o país não ser mais iniciante na industrialização, já ter “renda média”, e o mundo desenvolvido ter deixado de ser organizado a partir da divisão internacional do trabalho entre países industriais e agrícolas, tendo passado a ser organizado a partir da globalização financeira (BRESSER-PEREIRA, 2012a).

Bresser-Pereira filia o novo-desenvolvimentismo a Keynes, Marx e Kalecki²² e à escola estruturalista do desenvolvimento, muito relacionada às origens da Cepal. Afirma que essa corrente une economistas que pensam o desenvolvimento do ponto de vista histórico e que se opõem ao liberalismo econômico, e “sem prejuízo da função coordenadora do mercado, defendem um papel estratégico para o Estado no desenvolvimento econômico e social”. Para o autor, desenvolvimento também é social “porque a democracia e as convicções de esquerda dos desenvolvimentistas exigem que a justiça social se some ao bem-estar econômico” (BRESSER-PEREIRA, 2012a, p. 2).

Na concepção novo-desenvolvimentista, o Estado deve promover o “equilíbrio” das contas públicas, de modo a gerar poupança interna. Assim, essa corrente atribui à poupança um papel de geradora do investimento e não o contrário, como defendido por Keynes e Kalecki. O intervencionismo estatal — destacam seus defensores — deve ser centrado na taxa de câmbio e ser mais moderado no que diz respeito ao investimento e à política industrial.

Já em relação à inflação, os autores dessa corrente defendem que não deve haver complacência e se posicionam a favor da manutenção do tripé macroeconômico em vigor desde 1999. Entretanto, adicionam, além da meta de inflação, as metas de emprego e de taxa de câmbio a serem perseguidas pelo Banco Central. Sobre a taxa de câmbio, esta deve ser flutuante e administrada, de forma que seja neutralizada sua tendência à sobrevalorização, a fim de evitar a “doença holandesa”.²³ Além disso, os novos-desenvolvimentistas defendem que o Banco Central deve comprar reservas ou impor controles sobre o ingresso de capitais para administrar a taxa de câmbio. Reservam, no entanto, a esse controle uma solução para a vulnerabilidade externa do país, apesar de esta situação ser determinada, em grande medida, pelo cenário externo e, portanto, não podendo ser resolvida meramente com o controle de capitais.

Ao propor inflação baixa e controlada e, ao mesmo tempo, crescimento econômico via exportação, está implícito nessa corrente que a inflação não será controlada pelo câmbio (via importação de produtos a preços mais baixos, substituindo bens nacionais), uma vez que este estará desvalorizado para facilitar as exportações.

Sobre a defesa do controle fiscal, por trás está a ideia equivocada de que com superávits primários crescentes se paga a dívida e se expande a poupança

22. É importante frisar que Bresser-Pereira coloca esses autores clássicos como influências do novo-desenvolvimentismo, mesmo eles tendo posições e propostas diferenciadas em relação ao desenvolvimento.

23. A doença holandesa é um fenômeno associado a uma farta reserva de recursos naturais em um determinado país. Esses recursos, ao serem exportados pelo país em grande monta, podem gerar uma valorização cambial acentuada. Essa valorização, por sua vez, tem como contrapartida um efeito negativo sobre o seu setor industrial. O nome se deve a um episódio, relacionado à descoberta de gás natural, ocorrido nos Países Baixos em 1960.

do governo, e como resultado há o crescimento econômico. Não se entende que o superávit fiscal pode implicar engessamento da política fiscal do Estado, de forma que sua prioridade passa a ser o pagamento de dívida; não se discute a hipótese de que a política fiscal seja mais ativa nem distributiva e que essa situação pudesse ajudar o crescimento econômico.

Sobre a interpretação de que o país possui um parque produtivo consolidado, não carecendo de política industrial, parece faltar aos defensores dessa corrente o entendimento de que houve um processo intenso de desindustrialização nos últimos anos. Em suas análises, defendem simplesmente o ajustamento da taxa cambial para o que chamam de “câmbio de equilíbrio industrial” como se este fosse condição suficiente para reverter o quadro ruim do setor industrial numa economia dependente e periférica.

Há pesquisadores críticos a essa corrente que têm encontrado muitas aproximações com o neoliberalismo. Entre esses aspectos neoliberais estariam, por exemplo, a defesa do equilíbrio fiscal e do controle inflacionário (MOLLO; FONSECA, 2013). Essas similaridades não são necessariamente negadas pelos representantes da própria corrente novo-desenvolvimentista.

1.3. O keynesiano-institucionalismo

A interpretação keynesiano-institucionalista, apesar de menos conhecida que as duas correntes anteriores, possui alguns trabalhos, dentre os quais se destaca o texto de Ferrari Filho e Fonseca (2015)²⁴ que explicita seus principais argumentos.

A estratégia keynesiano-institucionalista defende que precisam ser desconstruídas essas duas outras “estratégias heterodoxas”, entendidas como um *trade off* entre crescimento liderado pela melhora dos salários (social-desenvolvimentista) e um crescimento liderado pelas exportações (novo-desenvolvimentismo).

O keynesiano-institucionalismo defende que é preciso um crescimento acompanhado de distribuição mais equitativa da renda. Para isso, é necessário explicitar políticas macroeconômicas e institucionais que possam viabilizar e sustentar um padrão de crescimento a longo prazo. Essa corrente é contra a seleção de uma variável-chave do tipo *wage led* ou *export led*, e tem proposto um enfoque mais geral, baseando-se na necessidade de ativar a demanda agregada, como destacado por Keynes, principalmente por meio do despertar do espírito animal dos empresários, o que levaria, conseqüentemente, ao aumento dos investimentos, e ao crescimento econômico. Ferrari Filho e Fonseca (2015) entendem que ambas as agendas — a do social-desenvolvimentismo e a do novo-desenvolvimentismo — só podem ser bem-sucedidas se salários e exportações, respectivamente, forem capazes de induzir o investimento.

24. Ferrari Filho; Fonseca, 2015.

Ferrari Filho e Fonseca (2015) fazem a crítica a essas duas correntes, apontando também similitudes entre elas: ambas são alternativas compatíveis com uma “abordagem keynesiana-kaleckiana” e identificadas com o fato de que uma única variável da demanda agregada seria predominantemente responsável pela expansão do crescimento.

No enfoque keynesiano-institucionalista — que seria referenciado em Keynes e em autores institucionalistas, como Commons e Veblen — é a interação entre variáveis-chave e os componentes da demanda agregada, especialmente investimento, tanto público como privado, que determina o padrão de crescimento. Portanto, não basta uma variável-chave, é preciso haver interação entre diversas variáveis da demanda agregada. Apontam que a política econômica não deve se ater apenas a aspectos macroeconômicos para assegurar estabilização, mas também a mudanças estruturais institucionais, como leis, regulações, delimitações dos direitos da propriedade, além de criação de agências e empresas estatais. São essas mudanças institucionais, associadas a questões macroeconômicas, que dariam confiança ao empresário para que realizasse o investimento.

Entre as limitações do *wage led*, defendido pelos social-desenvolvimentistas, destacam-se a dificuldade, vista nos últimos anos, do aumento do consumo acelerar o investimento — havendo uma interação positiva entre eles —, e o fato de que essa política econômica não foi capaz de alterar a concentração de renda de maneira significativa (FERRARI FILHO; FONSECA, 2015). Destacam que o *animal spirit* dos empresários não foi despertado entre 1995 e 2012 e isso precisaria ocorrer.

Em relação ao *export led*, as críticas dos keynesiano-institucionalistas recaem sobre o novo-desenvolvimentismo não colocar a melhoria da distribuição de renda como um valor a ser perseguido. Ferrari Filho e Fonseca (2015), inclusive, aproximam os novo-desenvolvimentistas da corrente neoliberal porque seus defensores entendem investimento como uma contraposição do consumo e não como algo que cresce concomitantemente.

O keynesiano-institucionalismo propõe uma “coordenação da política macroeconômica” de forma que esta: *i*) operacionalize a política fiscal, para que haja expansão da demanda efetiva e redução das desigualdades sociais; *ii*) use um modelo mais flexível de política macroeconômica (aqui se subentende uma flexibilização do tripé macroeconômico em vigor), para estimular maiores níveis de consumo e investimento; e *iii*) coordene e regule os mercados financeiros e cambiais para estabilizar fluxo de capitais e taxa de câmbio. Defendem ainda a necessidade de intervenção do governo para regular a economia, uma vez que o sistema capitalista é, pela sua própria natureza, instável.

Em outras palavras, o keynesiano-institucionalismo defende que o investimento como proporção do PIB no Brasil deve deixar o patamar de 18% e passar para 25%. Assim, a política fiscal deve ser focada em manter os gastos

em programas sociais como os existentes e concentrar o orçamento em investimentos públicos, especialmente em infraestrutura.

O governo deve também procurar ter “responsabilidade fiscal”. Os economistas dessa corrente propõem que haja uma política fiscal anticíclica temporária, nos períodos de crise. Mas não que ela seja algo permanente ou que fique por muitos anos em vigor. Em momentos de bonança, defendem que a política fiscal deve ser contracionista ou neutra.

Em relação à política monetária, a proposta recai sobre o fato de que esta deve ser uma política discricionária, mas o regime não deve ser focado apenas em meta de inflação, mas também em meta de emprego. Em relação à política cambial, os autores sugerem que o Banco Central administre a taxa de câmbio de modo a ser competitiva, restringindo as especulações. A ideia é que a taxa cambial não seja tão valorizada a ponto de incentivar a desindustrialização do país, mas também não tão desvalorizada a ponto de reduzir o poder de compra dos salários.

Em suma, a corrente keynesiano-institucionalista propõe um modelo baseado no *wage led*, mas sem negligenciar a necessidade de haver um equilíbrio no balanço de pagamentos. Para isso, sugerem política macroeconômica que contemple estabilidade no emprego, conjuntamente com estabilidade de preços, política fiscal equilibrada, mas que também privilegie investimento público e os programas sociais, além de uma política cambial que equilibre o balanço de pagamentos.

Dessa forma, também a proposta pode ser aproximada a uma flexibilização do tripé macroeconômico existente, mas não indica um rompimento com este receituário, uma vez que não fala em deixar de haver metas de inflação, mas sim de complementá-las com outras metas, como a de emprego.

2. Contraponto às novas correntes: as ideias de Celso Furtado

A interpretação de Celso Furtado sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento dá subsídios para se fazer a crítica a essas “novas” correntes, pois ela leva em conta problemas históricos e estruturais, tendo, portanto, como base a dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado²⁵ e uma análise específica para a periferia do sistema capitalista.

A teoria do subdesenvolvimento de Furtado é baseada numa teoria do excedente social. O conceito de excedente do qual ele se apropria vem dos economistas clássicos — ou seja, a ideia de que existe uma “sobra” em relação a todos os recursos de que dispõe uma sociedade além daqueles de que ela necessita para se reproduzir. Esse conceito ajuda a obter uma visão abrangente do processo social

25. Essa constatação foi feita por Trotsky (1978, p. 25): “As leis da história nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na tendência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha”.

global, na sua avaliação. Em razão do fato de que membros de uma sociedade dispunham de recursos acima do necessário para reproduzirem-se, Furtado destaca que as populações cresceram e as sociedades se diversificaram, engendrando as desigualdades sociais. A importância maior, porém, está no fato de que a maneira como é criado e apropriado o excedente reflete-se no sistema de dominação social, e sua utilização final, na forma como a sociedade se estratifica.

Há uma aproximação, portanto, da teoria do subdesenvolvimento a uma teoria da estratificação social e a uma teoria do poder. E isso é muito importante porque somente dessa maneira é possível entender a dimensão política do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

Segundo Furtado (1994), a teoria do subdesenvolvimento constitui, por si só, uma tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho, que se estabelece com a difusão da civilização industrial. Neste sentido, destacam-se três aspectos principais: *i*) a relação centro-periferia e a dependência externa; *ii*) o problema da má formação ou da formação inconclusa de alguns países; e *iii*) a industrialização dependente.

Como ele mesmo definiu, desenvolvimento é a transformação da sociedade ao nível dos meios, mas também dos fins. Trata-se de um processo de acumulação e de ampliação da capacidade produtiva, mas também de apropriação do produto social e da configuração desse produto. Neste processo, é importante entender como se dá a divisão social do trabalho, mas também a estratificação social e a dominação, além das questões de inovação, desde introdução de novos produtos e diversificação do consumo a também destruição de valores e supressão de capacidade criadora (FURTADO, 1981).

A discussão do desenvolvimento em Furtado refere-se às bases técnicas e culturais. Ele discute o padrão de acumulação, basicamente que tipo de base técnica é necessário para a sociedade avançar, e também qual é a sua racionalidade substantiva (aquilo que é o seu fim). De maneira sucinta, podemos dizer que quando Furtado pensa desenvolvimento, ele está discutindo a capacidade de uma sociedade controlar os meios e os fins. Quanto aos meios, refere-se aos meios técnicos, à base material dessa sociedade. E quanto aos fins, refere-se aos objetivos últimos dessa sociedade. A adequação dos meios aos fins significa racionalidade. O subdesenvolvimento, por sua vez, seria uma irracionalidade, uma inadequação dos meios aos fins.

Partindo principalmente de Raul Prebisch (1949),²⁶ Furtado terá a interpretação de que o subdesenvolvimento está historicamente determinado, não sendo uma etapa necessária ao desenvolvimento, como apontara Rostow (1964), e nem possível de ser superado naturalmente, respeitando as leis das vantagens comparativas.²⁷ Assim, um país não está subdesenvolvido, mas é subdesenvolvido. Portanto, subdesenvolvimento não é uma situação temporária, mas sim a forma que assume o desenvolvimento em algumas sociedades.

26. Prebisch foi uma influência fundamental para Furtado, mas não só ele. Temos também List, Hirschmann, Perroux, Keynes, Schumpeter, entre outros autores que o influenciaram. Ver: Furtado (1981).

27. Ver Ricardo (1982). Cap. VII, *Sobre o comércio exterior*.

28. De acordo com Sampaio Jr. (1999, p. 171), “na interpretação de Celso Furtado, o subdesenvolvimento é produto de um sistema econômico mundial que integra, em um mesmo padrão de transformação, formações sociais que têm capacidades assimétricas de introduzir e difundir progresso técnico. A discrepância entre as economias centrais e as economias periféricas quanto à capacidade de elevar a produtividade média do trabalho e quanto à potencialidade de socializar o excedente social entre salário e lucro faz com que o estilo de vida que prevalece nas economias centrais não possa ser generalizado para o conjunto da população das economias periféricas. O subdesenvolvimento surge quando, ignorando tais diferenças, as elites que monopolizam a apropriação do excedente impõem, como prioridade absoluta do processo de acumulação, a cópia do estilo de vida dos países centrais, impedindo assim a integração de parcela considerável da população no padrão de vida material e cultural propiciado pelo capitalismo”.

29. De acordo com Furtado (2004, p. 485): “No caso brasileiro, a estrutura agrária é o principal fator que causa a extrema concentração da renda. Não tanto porque a renda seja mais concentrada no setor agrícola do que no conjunto das atividades produtivas, mas porque, não havendo no campo praticamente nenhuma possibilidade de melhoria das condições de vida, a população rural tende a se deslocar para as zonas urbanas, aí congestionando a oferta de mão de obra não especializada”.

30. Nas palavras de Furtado (1974, p. 16), “pelo menos 90% do que aí encontramos se funda na ideia, que se dá por evidente,

Na interpretação furtadiana, o desenvolvimento é entendido como uma mudança qualitativa, provocada pela concorrência que, por sua vez, promove uma inovação destruidora, uma quebra de rotina, que desequilibra o fluxo circular, destrói o velho e elimina a tecnologia obsoleta. Assim, o desenvolvimento é tido como uma mudança controlada, no sentido da capacidade que uma sociedade tem de ajustar os meios, o progresso técnico e controlar os fins. Porém, no caso específico de países subdesenvolvidos, como o Brasil, não há a possibilidade de inovação criadora, pois as mudanças ocorrem por fatores extraeconômicos, que promovem mudanças tecnológicas adaptativas e não em função da concorrência. “A existência de uma ampla disponibilidade de mão de obra marginalizada do mercado de trabalho desobriga o empresário a buscar eficiência econômica” (SAMPAIO JR., 1999, p. 180).

O subdesenvolvimento é,²⁸ portanto, caracterizado por Furtado por uma fratura entre os meios e os fins, onde a busca incessante por lucros passa a dominar a sociedade, como um fim em si mesmo.

A relação centro-periferia permite entender que o acesso à tecnologia pela periferia ocorre a partir do centro. Isto faz com que a realidade de desenvolvimento das forças produtivas na periferia seja deslocada da estrutura econômica e necessidades sociais da própria periferia. Nos países subdesenvolvidos, portanto, há um progresso técnico poupador de mão de obra, com elevada produtividade do trabalho, e com produção de mercadorias que não promovem a homogeneização dessa sociedade.

Isso ocorre também porque o subdesenvolvimento está relacionado a uma decisão que as elites aculturadas tomam de copiar os padrões de consumo e estilo de vida do centro, uma espécie de mimetismo cultural, de forma que essas elites não têm uma identidade nacional. A modernização gera subdesenvolvimento porque a periferia tenta imitar o consumo de uma sociedade de países centrais, cuja renda *per capita* é cinco a seis vezes maior que a das economias periféricas. Destarte, para que isso ocorra, torna-se imprescindível uma elevada concentração da renda e a perpetuação da dependência externa.

Além disso, esse autor destaca que essa elite, de origem colonial, promove um nível intenso de exploração do trabalho, por meio de um elevado desemprego estrutural, que tem na sua base a existência e a manutenção dos latifúndios.²⁹ Assim, para romper com o subdesenvolvimento, necessário se faz tirar o poder de decisão dessas elites aculturadas, seus privilégios, e acabar com esta forma de modernização do padrão de consumo.

Furtado, portanto, contrapõe-se à ideia de que os países subdesenvolvidos tendem a seguir o processo de industrialização e o padrão de consumo dos países centrais, como os Estados Unidos.³⁰ Para ele, essa análise significa desviar a atenção dos verdadeiros problemas das economias periféricas, mesmo porque o planeta não comportaria vários países com o mesmo padrão

de consumo dos Estados Unidos, dado o nível de utilização dos recursos não renováveis. De acordo com Furtado (1974, p. 22):

Captar a natureza do subdesenvolvimento não é tarefa fácil: muitas são as suas dimensões e as que são facilmente visíveis nem sempre são as mais significativas. Mas se algo sabemos com segurança é que o subdesenvolvimento nada tem a ver com a idade de uma sociedade ou de um país. E também sabemos que o parâmetro para medi-lo é o grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e o grau de acesso à panóplia de bens finais que caracterizam o que convencionou chamar de estilo de vida moderno. Mesmo para o observador superficial parece evidente que o subdesenvolvimento está ligado a uma maior heterogeneidade tecnológica, a qual reflete a natureza das relações externas desse tipo de economia. (FURTADO, 1974, p. 22)

Em termos históricos, a fim de caracterizar as diferenças da industrialização no centro e na periferia, Furtado chama a atenção aos processos distintos. Neste sentido, ele destaca que a expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas da periferia promoveu, após a primeira Revolução Industrial,³¹ uma situação em que uma parte da economia comportava-se enquanto uma economia capitalista e outra, que não sofria alteração, continuava com a forma anterior de produção. Essa situação desemboca em uma dualidade, isto é, um país convive com formas modernas e atrasadas de produção ao mesmo tempo, conformando uma economia heterogênea. De acordo com Furtado, essa dualidade caracteriza o fenômeno do subdesenvolvimento.

Diferentemente dos países subdesenvolvidos, as nações hoje entendidas como desenvolvidas consolidaram seu parque industrial na primeira ou na segunda Revolução Industrial e tiveram uma participação ativa do Estado, defendendo, planejando e protegendo suas indústrias, além de algumas atividades agrícolas. Essa forma de atuação do Estado redundou em uma economia integrada, em torno de um projeto nacional, e exportadora de mercadorias industrializadas, além de grande acumulação de capital para seu desenvolvimento econômico, seja a partir de um mercado interno que tende à homogeneização ou da expansão do mercado internacional e também por meio dos ganhos nas relações de troca com os países periféricos.³²

De maneira oposta ao que ocorreu nos países centrais, os países periféricos utilizarão seus saldos na balança comercial para adquirir produtos industrializados dos primeiros, por meio de importações. Desta forma, é na demanda por bens finais de consumo que os países subdesenvolvidos passam a se inserir “na civilização industrial” e não por meio de mudanças estruturais profundas.

Esse dado é fundamental para compreender o sentido que neles tomará, em fase subsequente, o processo de industrialização [...] fundada na chamada “substituição de importações”

segundo a qual o *desenvolvimento econômico*, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que os *standards* de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro Mundo. Essa ideia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do *progresso*, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial”.

31. “O ponto básico que recobre a análise do autor [Furtado] é a ideia de que o subdesenvolvimento não corresponde a uma etapa histórica comum a todos os países, mas a uma condição específica da periferia do sistema capitalista, a um resultado histórico da evolução da economia mundial desde a Revolução Industrial. [...] O subdesenvolvimento seria um subproduto desse desenvolvimento, ou seja, uma estrutura produtiva historicamente determinada pelo desenvolvimento do capitalismo europeu. Teria, ademais, características inteiramente distintas dos sistemas econômicos que lhe deram origem” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 138).

32. “A evolução dos termos de intercâmbio tende a ser desfavorável à periferia do sistema — isto é, aos produtores de produtos primários — e a acumulação continua a concentrar-se no centro, agora transformado num grupo de países em distintos graus de industrialização. Por outro lado, a nova forma assumida pelo capitalismo — maior centralização de decisões no plano nacional — facilita a

concentração do poder econômico e a emergência de grandes empresas. Os mercados internacionais tendem a ser controlados por grupos de empresas, cartelizadas em diversos graus”. (FURTADO, 1974, p. 24-25)

33. “Nas atuais economias subdesenvolvidas a adaptação das estruturas sociais torna-se problema muito mais complexo. A penetração da nova tecnologia no sistema produtivo, ao desorganizar uma faixa da economia artesanal preexistente, cria de imediato um problema de excedente de mão de obra sem viabilidade de absorção. Esse excedente reflui para formas artesanais de economia de subsistência, criando uma dualidade dentro do sistema econômico que condicionará todo o processo social subsequente. O dualismo da estrutura econômica reflete-se, por um lado, em uma distribuição extremamente desigual da renda e, por outro, numa demanda de bens finais pouco vigorosa. Com efeito, a apropriação do excedente pelos grupos dirigentes não encontra resistência nos trabalhadores, cuja consciência de classe só lentamente se define, em razão do amplo subemprego estrutural engendrado por aquele dualismo. Essa ausência de vigor da classe assalariada também é fator de entorpecimento da formação do mercado interno. Desta forma, o excedente em mãos da classe dirigente tende a originar formas de consumo suntuário ou a filtrar-se para investimentos no exterior”. (FURTADO, 1964, p. 33)

34. “O único ativo de que a população pobre dispõe é sua força de trabalho, e, sendo esta um bem de oferta elástica, o seu preço será fixado no mercado em função de seu custo de reprodução, perpetuando-se a

[...] ela tende a reproduzir em miniatura sistemas industriais apoiados em um processo muito mais amplo de acumulação de capital. Na prática, essa miniaturização assume a forma de instalação no país em questão de uma série de subsidiárias de empresas de países cênicos, o que reforça a tendência para reprodução de padrões de consumo de sociedades de muito mais elevado nível de renda média. Daí resulta a tendência à concentração de renda, tão familiar a todos os que estudam a industrialização dos países subdesenvolvidos. (FURTADO, 1974, p. 27-28)

Esse processo é intensificado com a industrialização da periferia no período pós-Segunda Guerra Mundial e, principalmente, na década de 1960, o que “permitiu às grandes empresas liberar-se de muitas das limitações criadas pelos sistemas monetários e financeiros nacionais” (FURTADO, 1974, p. 28). Essa situação possibilita às grandes empresas transnacionais, com elevada escala de produção, decidir o que produzir, para quem produzir e impor barreiras à entrada de novas empresas na periferia do sistema, além de definir o padrão de industrialização nessa maior integração industrial com a periferia.

Também é importante destacar que a forma de industrialização da periferia³³ exigia um nível de concentração de renda muito grande, em função do tipo de mercadorias que ela passou a produzir: bens de consumo duráveis, principalmente automóveis. Essa concentração aprofundou mais ainda a redução do salário do trabalhador³⁴ em termos relativos. Em contrapartida, nos países centrais aumentavam-se os salários e promovia-se uma homogeneização da sociedade.

Outro aspecto relevante é que a grande empresa utilizará, na periferia, a tecnologia desenvolvida no centro,³⁵ porque será mais vantajoso usar tecnologias já amortizadas e depreciadas em seus países; aproveitará a mão de obra abundante e barata da periferia, e seu robusto mercado interno, além da grande quantidade de recursos naturais, muitas vezes não renováveis. É importante ressaltar que os investimentos em inovação tecnológica são concentrados, em grande medida, nos países centrais. Os Estados nacionais periféricos passam a se adaptar para atender às demandas dessas empresas transnacionais, como estabilidade de preços e outras necessárias para a instalação dessas indústrias.

A heterogeneidade que se mantém na periferia, aliada ao baixo salário do trabalhador, corrobora a tese de que é um grande equívoco pensar que os países periféricos alcançarão o nível de desenvolvimento ou o nível de padrão de consumo dos países centrais. De acordo com Furtado (1974, p. 75-76):

Temos assim, a prova definitiva de que o *desenvolvimento econômico* — a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos — é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade

para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender* a *necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento*. (FURTADO, 1974, p. 75-76)

Para Furtado, a transnacionalização das empresas e do capital, acirrada na década de 1970 em função do golpe civil-militar de 1964, em que as burguesias brasileiras decidem pelo capitalismo dependente e associado — dado seu caráter antidemocrático, antissocial e antinacionalista —, compromete o desenvolvimento da nação e redundava em uma crise de civilização em que a empresa transnacional tem total liberdade para atuar da maneira como quiser, com anuência do Estado. O objetivo último da empresa transnacional é o de auferir os maiores lucros possíveis no menor espaço de tempo e sem nenhum compromisso com o desenvolvimento do país no qual obtém seus ganhos.

Furtado (1981) reconhece que o golpe civil-militar de 1964 e as reformas que vieram a partir dele, consubstanciadas no Paeg (1964-1967), beneficiaram significativamente os interesses das empresas transnacionais, sobretudo as reformas financeiras, que lhes permitiram maior liberdade no envio de remessas de lucros e dividendos ao exterior, condições e capacidades de se endividarem no mercado externo, principalmente no Euromercado, e a investir no setor produtivo da periferia protegidas pela concorrência,³⁶ por intermédio do Estado. Essas mudanças iriam desembocar no que se convencionou chamar de “milagre”, período em que, apesar da regressão social, o país alcançou as maiores taxas de crescimento de sua história, mas esse crescimento “ocorreu sem que se operassem modificações significativas na estrutura do sistema, vale dizer, sem que este alcançasse níveis mais altos de capacidade de autotransformação” (FURTADO, 1981, p. 41).

Posteriormente, na segunda metade da década de 1970, o nível de dependência da economia brasileira aumentou, fruto da política econômica do II PND, que elevou o processo de transnacionalização da economia e o aumento das dívidas interna e externa, em uma situação que diminuiu a margem de manobra do Estado para implementar políticas que preconizassem sua autonomia econômica. Esse quadro desembocou na crise da dívida externa na década de 1980 — conhecida como a década perdida — e, na década seguinte, com o coroamento do processo de dependência, na implementação oficial no país das políticas neoliberais, cujas prioridades estiveram e estão centradas na remuneração do capital financeiro por meio, principalmente, do recrudescimento da dívida pública e da política macroeconômica voltada ao seu benefício.

miséria” (FURTADO, 1992, p. 53). “Os bloqueios à expansão na capacidade de consumo da sociedade decorrem do fato de que a superabundância de mão de obra impede a progressiva transferência de ganhos de produtividade físicas do trabalho para salário” (SAMPAIO JR., 1999, p. 178).

35. “Em síntese, o que caracteriza uma economia dependente, é que nela o progresso tecnológico é criado pelo desenvolvimento, ou melhor, por modificações estruturais, que surgem inicialmente do lado da demanda, enquanto nas economias desenvolvidas o progresso tecnológico é, ele mesmo, a fonte do desenvolvimento. De uma perspectiva mais ampla, cabe reconhecer que o desenvolvimento de uma economia dependente é reflexo do processo tecnológico nos polos dinâmicos da economia mundial”. (FURTADO, 1968, p. 23)

36. “Pelo mecanismo do autofinanciamento, tais empresas estão em condições de apropriar-se de uma parcela crescente da riqueza que se cria no país. Coloca-se, portanto, o duplo problema de desnacionalização do capital que se acumula e de desarticulação do sistema de decisões”. (FURTADO, 1968, p. 16)

Em um de seus últimos escritos, Furtado deixou clara a sua crítica à política econômica neoliberal (em vigor até os dias atuais) e como ela era bloqueadora de uma estratégia de desenvolvimento nacional. Chegou a afirmar o absurdo que era:

37. Sistematizando, de acordo com Hadler (2012, p. 230-231), “Furtado sabia do retrocesso que o autoritarismo representava e, em especial, dos elevados custos sociais que aquele padrão de acumulação impusera. Nesse sentido, não poderia deixar de revigorar suas esperanças perante o processo de redemocratização. Porém, as mudanças no sistema capitalista mundial atropelaram impiedosamente as possibilidades de recompor a utopia do desenvolvimento capitalista nacional, conduzido por um Estado de bem-estar, amparado, por sua vez, em uma ampla solidariedade de classes. A crise da dívida levou o país à bancarrota, levando a uma prolongada instabilidade macroeconômica, à tutela do capital financeiro e ao progressivo desmonte do sistema industrial, sob os imperativos do capital transnacionalizado. A partir da década de 1990, com a ofensiva neoliberal aterrissando na América Latina, o desmonte da Nação se converte em regra, ante mais uma violenta rodada de modernização. Impôs-se a diluição do sistema econômico nacional — do sistema produtivo e dos centros de decisão — na globalização do capital. A revolução tecnológica permanente e a liberdade e mobilidade sem precedentes do capital financeiro internacional colocaram em xeque a própria categoria de sistema econômico nacional e lançam a periferia do capitalismo em uma nova dependência. A reversão que se instaura como tendência aponta para situações que, na essência, pouco diferirão das economias coloniais”.

[...] forçar um país que ainda não atendeu às necessidades mínimas de grande parte da população a paralisar os setores mais modernos de sua economia, a congelar investimentos em áreas básicas como saúde e educação, para que se cumpram metas de ajustamento da balança de pagamentos, impostas por beneficiários de altas taxas de juros, é algo que escapa a qualquer racionalidade. (FURTADO, 2004, p. 484)³⁷

3. Considerações finais

A partir das constatações de Furtado, cabem as seguintes indagações em relação às três correntes analisadas: 1) O curto período do governo do Partido dos Trabalhadores, até aqui, foi suficiente para acabar com os problemas estruturais da economia brasileira dependente e periférica? 2) Teria ocorrido uma autonomização da economia brasileira? 3) Houve uma homogeneização social, dando fim à elevada heterogeneidade dessa sociedade? 4) O Estado brasileiro conseguiu orientar a distribuição do excedente econômico e social? 5) Surgiu uma “burguesia nacional”, nesse período, que se fortaleceu ante os interesses das empresas transnacionais e passou a dominar a produção de bens de capital e a utilizar a espinha dorsal da produção para o bem-estar da sociedade? 6) O país deixou de ser nos últimos anos grande apenas na exportação de *commodities* e passou a ser expressivo exportador de mercadorias industrializadas de alta tecnologia? 7) Grande parte da população brasileira emergiu enquanto classe média e participa, de fato, das decisões políticas, econômicas e sociais do país? 8) O capital financeiro deixou de se locupletar do fundo público e o governo não destina mais grande parte de sua arrecadação para esse capital fetichizado? 9) Foi efetivamente instaurado um processo de mudança, reforma ou implantação de uma legislação que, no decorrer de um ou dois decênios, pudesse reduzir substancialmente o problema do subdesenvolvimento?

Como para essas perguntas praticamente só resta como resposta o “não”, estamos muito longe de um novo padrão de desenvolvimento econômico.

Compete-nos, porém, destacar que o debate sobre desenvolvimento, em um país subdesenvolvido como o nosso, que segue com tantos problemas, sem dúvida, é importante. Mas é imprescindível que a discussão seja centrada em problemas estruturais e nas formas de resolvê-los. Problemas estruturais como: a relação centro-periferia; a dependência externa; a industrialização dependente; o controle sobre a inovação tecnológica; o excedente de mão de

obra no mercado de trabalho; o latifúndio; o mimetismo cultural; a intensa exploração do trabalhador; a estrutura econômica heterogênea; a concentração de renda; a transnacionalização das empresas; o endividamento interno e externo; e a hegemonia norte-americana, que pressiona para um tipo de desenvolvimento da periferia que não atende às necessidades reais da sua população e não permite que o Brasil se aproprie e controle substancialmente o seu excedente econômico e social.

Diferentemente, as três correntes estudadas superdimensionam as análises conjunturais explicitadas na discussão: taxa de juros, taxa cambial e superávit primário. Além disso, a maioria dos autores dessas correntes está restrita a um olhar sobre desenvolvimento apenas a partir de uma perspectiva da demanda efetiva — como acioná-la, a partir de qual variável-chave —, deixando de entender o subdesenvolvimento brasileiro como um problema de totalidade e restringindo sua solução a variáveis endógenas.

Temos em Furtado uma interpretação que mostra que qualquer estratégia de desenvolvimento — e não meramente de crescimento — deve levar em conta a relação centro-periferia, de forma a considerar que os países periféricos têm sérias limitações de política econômica, por conta principalmente de sua dependência externa. Por meio da relação centro-periferia, as nações centrais pressionam os países periféricos, no sentido destes adotarem medidas de política econômica que atendam prioritariamente aos anseios de acumulação de suas empresas transnacionais, assim como aos interesses dos detentores de títulos da dívida interna e dos credores da dívida externa da periferia por meio do pagamento de juros.

À luz do que foi trabalhado nas obras de Celso Furtado, evidencia-se que uma discussão focada no tripé macroeconômico ou na sua flexibilização, como sugerem as análises das três correntes heterodoxas, não fará com que os problemas estruturais do capitalismo periférico e subdesenvolvido brasileiro sejam sanados.

Pensar o desenvolvimento na periferia no período atual requer rupturas com a política econômica neoliberal, uma vez que a partir dela há a sustentação para que a situação de dominação de países periféricos como o Brasil se reproduza e se assevere ao longo do tempo. No neoliberalismo, não há possibilidades de avanço de uma política econômica autônoma na grande maioria das economias periféricas nem mesmo no sentido de o Estado prover o mínimo para o atendimento das necessidades básicas dos cidadãos.

§

Referências

- ARESTIS, P. SAWYER, M. New consensus macroeconomics and inflation targeting. In: *Economia e Sociedade*, vol. 17, número especial, dez. 2008, p. 631-655.
- BELLUZZO, L.G.M. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Unesp, 2013.
- BERNANKE, B.; MISHKIN, F. Inflation targeting: A New framework for monetary policy? In: *Journal of Economic Perspectives*, spring, 11(2), 1997, p. 97-116.
- BIANCARELLI, A. M. Por uma agenda social-desenvolvimentista para o Brasil. In: *FPA discute desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, jul. 2013.
- BIANCARELLI, A.; ROSSI, P. A política macroeconômica em uma estratégia social-desenvolvimentista. In: *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, Brasília, vol. 4, n. 1, 2014, p. 21 - 38. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/rbpo_vol4_num1-artigo2-politica_macroeconomica.pdf>.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro — o ciclo ideológico do desenvolvimento*, 1939-1964. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.
- _____. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. In: *FPA discute desenvolvimento*. Fundação Perseu Abramo, Jul. 2013a.
- _____. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. Brasília: Ipea, abr. 2013b (Texto de Discussão n.1828).
- BLANCHARD, O. There a core of usable macroeconomics? In: *The American Economic Review*, vol. 87, n. 2, mai. 1997, p. 244-246.
- BLINDER, A. S. Is there a core of practical macroeconomics that we should all believe? In: *The American Economic Review*, vol. 87, n. 2. Papers and proceedings of the hundred and fourth annual meeting of the American Economic Association, mai, 1997, p. 240-243.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Diálogo com a Unicamp sobre o novo desenvolvimentismo, 2012a. Disponível em: <http://www.bresser-pereira.org.br/works/letters/360-Meus_amigos_desenvolvimentistas_da_Unicamp.pdf>.
- _____. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: DELORME PRADO, L. C. (Org.). *Desenvolvimento e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares*. Contraponto: Rio de Janeiro, 2012b.
- CANO, W. A desindustrialização no Brasil. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 21, número especial, dez. 2012, p. 831-852.
- _____. *Desindustrialização e subdesenvolvimento*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2014 (Textos para Discussão). Disponível em <http://www3.eco.unicamp.br/publicacoes>.
- CARNEIRO, R. Velhos e novos desenvolvimentismos. In: *FPA discute desenvolvimento*. Fundação Perseu Abramo, jul. 2013.
- CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 112, out/dez. 2012, p. 613-636.
- CONTI, B. Um tripé estático e um país que tenta se movimentar. In: *Revista Política Social e Desenvolvimento*, São Paulo, 2015. Disponível em: http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2015/03/Revista_15.pdf.
- COSTAS, R. Por que o Brasil parou de crescer. In: *BBC*, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140905_brasil_parou_entenda_ru>.
- FERRARI FILHO, F.; FONSECA, P. D. Which developmentalism? A keynesian-institutionalist proposal. In: *Review of Keynesian Economics*, vol. 3, issue 1, 2015, p. 90-107.
- FURTADO, C. *A pré-evolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- _____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *O Brasil pós-milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *Pequena introdução ao desenvolvimento — enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Ed. Nacional, 1981.
- _____. A superação do subdesenvolvimento. In: *Revista Economia e Sociedade*. Campinas, SP, n. 3, 1994.
- _____. *O longo amanhecer — ensaios sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- _____. Os desafios da nova geração. In: *Revista de Economia Política*, vol. 24, n. 4 (96), out-dez. 2004.
- HADLER, J. P. T. C. *Dependência e subdesenvolvimento — a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado*. São Paulo: Alameda, 2012.
- JURGENFELD, V. Debate sobre centro da meta divide economistas. In: *Valor Econômico*, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3534086/debate-sobre-centro-da-meta-de-inflacao-divide-economistas>>.
- _____. Estratégia de crescimento divide heterodoxos. In: *Valor Econômico*, São Paulo, 2013, p. A14. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3314942/estrategia-de-crescimento-divide-heterodoxos>>.
- _____. Para economista, país está sem rumo e falta um projeto nacional. In: *Valor Econômico*, 09/04/2014. Disponível em: www.valor.com.br/brasil/3510456/para-economista-pais-esta-sem-rumo-e-falta-um-projeto-nacional. Acesso em: 07/2014.
- LACERDA, A. C.; CONTI, B.; MELLO, G. S. O tripé macroeconômico e o desenvolvimento às avessas. In: *Revista Política Social e Desenvolvimento*, n. 15, ano 3. São Paulo, mar. 2015. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/o-tripe-macroeconomico-e-o-desenvolvimento-as-avessas/>>.
- LEOPOLDO, R. Ibte: política econômica intervencionista deve mudar. In: *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ibte-politica-economica-intervencionista-deve-mudar,181206e>>.
- LUCENA, E. País precisa de produção em massa, diz economista. In: *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 14/01/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/19902-pais-precisa-de-producao-em-massa-diz-economista.shtml>. Acesso em: 07/2014.
- MERCADANTE, A. *As bases do novo-desenvolvimentismo: análise do governo Lula*. Campinas. 2010. Tese (Doutorado) — Instituto de Economia/Unicamp. Campinas, 2010.
- MOLLO, M. L. R.; FONSECA, C. D. Desenvolvimentismo e novo desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. In: *FPA discute desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, jul. 2013.
- NERI, M. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- _____; MELO, L. C. C.; MONTE, S. R. S. *Superação da pobreza e a nova classe média no campo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

- NEUMANN, D.; WATANABE, M. Para economistas, foco na inflação afastou dólar do equilíbrio. In: *Valor Econômico*. São Paulo, 27/05/2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3563328/para-economistas-foco-na-inflacao-afastou-dolar-do-equilibrio>>.
- PESSOA, S. Duas visões a respeito das estratégias de desenvolvimento. In: SICSÚ, J.; CASTELAR, A. P. (Org.) *Sociedade e economia: Estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Ipea. Brasília, 2009. p. 71-82.
- PINHEIRO, A. C. Após a euforia. In: *Portal Ibre*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=8A7C8233253AEA0A01253B17F4990DE9&contentId=8A7C82C53F820209013FD309A30C1C9D>>.
- POCHMANN, M. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.
- _____. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *O mito da grande classe média: Capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PREBISCH, R. [1949] O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *50 anos de pensamento na Cepal*, vol. 2. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- ROSSI, P. *Regime macroeconômico e projeto social-desenvolvimentista*. Brasília: Ipea, jan. 2015. (Texto para Discussão n. 2029). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3406/1/td_2029.pdf>.
- ROSSI, P.; BIANCARELLI, A. Do industrialismo ao financismo. In: *Revista Política Social e Desenvolvimento*. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://revistapoliticassocialedesenvolvimento.com/2015/02/02/a-virada-neoliberal-do-governo-dilma/>>.
- ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- SADER, E. Neoliberalismo versus pós-neoliberalismo: a disputa estratégica contemporânea. In: *Margem Esquerda*, n. 16, 2011, p. 123-127.
- SAMPAIO JR. A. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. *Novo-desenvolvimentismo: Um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri (SP); Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- TROTSKY, L. *A história da revolução russa*, vol. 1. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VELOSO *et al.* *Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Recebido em 1/10/2015

e aceito em 27/1/2016.

Daniela Freddo¹
Adriana Moreira Amado²

Estado, moeda e regulação: como a concepção sobre a moeda afeta o papel do Estado na regulação econômica

RESUMO

A revolução keynesiana foi acolhida pela teoria econômica clássica sem incorporar seu mais radical princípio: a questão da moeda. Procura-se desenvolver esta ideia principal de Keynes — que postulou a não neutralidade da moeda em frontal oposição ao pensamento econômico ortodoxo — como a origem de um debate econômico nunca resolvido e que constitui, portanto, uma das fontes alimentadoras das diferenças que separam heterodoxia e ortodoxia, tanto na interpretação sobre a dinâmica como sobre o papel do Estado na regulação da economia.

Palavras-chave

Estado; Moeda; Regulação.

ABSTRACT

The Keynesian revolution was welcomed by classic economic theory without, however, taking into account its most radical principle: the question of money. This article seeks to develop this important idea put forward by Keynes, who postulated the non-neutrality of money, in direct contrast to orthodox economic thinking, as part of the origin of an economic debate that has never been put to rest. Indeed, this constitutes one of the sources of the divide that exists between orthodoxy and unorthodoxy, in terms of interpreting both the dynamic as well as the role of the State in the regulation of the economy.

Keywords

The State; Money; Regulation.

1. Professora adjunta do Departamento de Economia da Universidade de Brasília. Possui doutorado em economia, na área de economia política, pela UnB (2015). Possui mestrado em teoria econômica, pela Universidade de Campinas (2011), onde cursou graduação (2002). Leciona as matérias de formação econômica, economia política e história econômica geral. E-mail: danielafreddo@unb.br

2. Possui graduação pela Universidade de Brasília (1988), mestrado em economia pela UnB (1991) e doutorado em economia pela University College London (1995). Atualmente é professora titular da Universidade de Brasília, aonde também exerce a função de chefe do departamento. Também é coordenadora da área de economia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Tem experiência na área de economia, com ênfase em economia monetária e fiscal. Atuando principalmente nos seguintes temas: economia monetária, moeda, não neutralidade. Leciona, na graduação e pós-graduação, os seguintes cursos: formação econômica do Brasil, teoria monetária e financeira, teoria monetária keynesiana, evolução das ideias econômicas, dentre outras. E-mail: uctpama@unb.br

Introdução

Quando John Maynard Keynes afirmou que, para pensar algo novo, era sempre necessário voltar-se à releitura dos clássicos, dificilmente ele teria imaginado que a sua obra seminal, ao propor uma revolução na forma de pensamento sobre a economia, teria também de ser relida, como um clássico.

A publicação da *Teoria geral do emprego do juro e da moeda* data de 1936; no entanto, após 80 anos, as críticas elaboradas nesta obra permanecem. Além de Keynes ter compreendido de forma muito perspicaz o funcionamento de uma economia de mercado, a teoria econômica ortodoxa — denominada teoria econômica clássica — resiste a assimilar as inovações teóricas radicais introduzidas por Keynes e aperfeiçoadas por seus seguidores.

A ortodoxia econômica, por recusar sistematicamente as inovações introduzidas por Keynes acerca do pensamento econômico, permanece plena de pressupostos que não são condizentes com a realidade. Isso se justifica parcialmente porque o abandono de pressupostos e postulados subjacentes à ortodoxia poderia significar o desmonte teórico dessa escola de pensamento.

Após a publicação da *Teoria geral*, notaram-se dois movimentos distintos na história do pensamento econômico, ambos consequências da chamada revolução keynesiana: a reafirmação dos pressupostos clássicos, buscando remendar os alicerces destruídos por Keynes, iniciados com a síntese neoclássica, passando pelo monetarismo e culminando nas escolas novo-clássica e novo-keynesiana; mas também o nascimento de uma escola de pensamento nova, a pós-keynesiana, a qual tem por objetivo mostrar uma compreensão diversa da organização de uma economia de mercado seguindo primordialmente os pressupostos elaborados por Keynes na *Teoria geral* e em publicações subsequentes.

Na *Teoria geral*, como forma de retórica, Keynes coloca a “teoria clássica” como um caso especial da qual estava postulando — inclusive, o “geral” do título desse livro remete ao fato de que a teoria a ser apresentada servia para pensar sobre quaisquer casos possíveis da sociedade econômica em que vivemos, ou seja, era geral, sendo que a teoria clássica só serviria para um caso especial.³

Keynes muito provavelmente usa esse artifício retórico para facilitar a aceitação de suas ideias nos centros acadêmicos de renome à época. O autor não desejava que sua obra fizesse parte de um mundo marginal das ideias econômicas, mas que revolucionasse as ditas “ciências econômicas”, que a sua publicação significasse o mesmo que *A riqueza das nações*, de Adam Smith, representou na origem da economia política clássica, permanecendo até hoje como o

3. “Denominei este livro *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, dando especial ênfase ao termo geral. O objetivo deste título é contrastar a natureza de meus argumentos e conclusões com os da teoria clássica, na qual me formei, que domina o pensamento econômico, tanto prático quanto teórico, dos meios acadêmicos e dirigentes desta geração, tal como vem acontecendo nos últimos cem anos. Argumentarei que os postulados da teoria clássica se aplicam apenas a um caso especial e não ao caso geral, pois a situação que ela supõe acha-se no limite das possíveis situações de equilíbrio. Ademais, as características desse caso especial não são as da sociedade econômica em que realmente vivemos, de modo que os ensinamentos daquela teoria seriam ilusórios e desastrosos se tentássemos aplicar as suas conclusões aos fatos da experiência” (KEYNES, 1936, p. 15)

esteio do pensamento ortodoxo. Muito provavelmente, por essa razão, relutou em aceitar as críticas acerca do funcionamento de uma economia de mercado que já existiam à época, como as de Karl Marx.

Entretanto, no curso da história do pensamento econômico, a teoria econômica ortodoxa reafirmou seus pressupostos após a revolução keynesiana e se manteve como pensamento dominante tanto nos centros universitários como nas instituições que conduzem a política econômica em âmbito nacional e internacional do Ocidente. A ruptura teórica e metodológica proposta por Keynes continua a ser estudada, pensada e reformulada principalmente por aquela que se denomina escola pós-keynesiana, a qual veio a se colocar no meio acadêmico não para fechar as lacunas da teoria ortodoxa, mas de forma concorrente epistemologicamente a ela, pois a mudança dos pressupostos clássicos na forma que a escola pós-keynesiana prevê significaria a implosão do próprio arcabouço teórico ortodoxo, nos moldes propostos originalmente por Keynes.

O objetivo deste artigo é contribuir para o debate sobre uma das principais controvérsias introduzidas por Keynes e desenvolvidas pela escola pós-keynesiana: de que forma a negação dos postulados clássicos acerca do papel da moeda interfere na perspectiva de como o Estado deve atuar no funcionamento da economia. Conforme proposto por Mollo (2004, p. 324), neste artigo, distingue-se ortodoxia de heterodoxia pela aceitação ou negação da teoria quantitativa da moeda e da lei de Say.

Além desta introdução, este artigo divide-se em quatro seções. Na primeira, analisam-se as discordâncias entre o papel da moeda sob a perspectiva ortodoxa e pós-keynesiana. Na segunda, os condicionantes da taxa juros para a heterodoxia. Na terceira, a relação entre moeda e Estado, para que, na quarta seção, seja analisada a regulação e atuação do Estado em uma “economia monetária de produção”.

1. Moeda em uma economia neutra e em uma monetária de produção

A principal discordância de Keynes em relação aos clássicos refere-se ao papel da moeda em uma economia que denominou “economia monetária de produção” ou “economia empresarial”, que aparece em seus escritos de 1933: *A monetary theory of production* (KEYNES, 1933a) e em *The distinction between a co-operative economy and an entrepreneur economy* (KEYNES, 1933b). Keynes, nesses trabalhos, cobra a existência de uma teoria monetária que vá além da distinção convencional entre economia de trocas diretas e economia monetária. Pois, nesta última, pela forma como estava definida até então, o dinheiro teria um papel neutro como mero facilitador das trocas:

It [money] is not supposed to affect the essential nature of the transaction from being, in the minds of those making it, one between real things, or to modify the motives and decision of the

parties to it. Money, that is to say, is employed, but is treated as being in some sense neutral.
(KEYNES, 1933a, p. 408)

Nessa economia, o dinheiro seria um facilitador das trocas entre “coisas reais”. Segundo Keynes, isso não configura uma economia monetária *stricto sensu*, mas sim uma “economia de trocas reais” (KEYNES, 1933a) ou uma “economia cooperativa” (de salários reais) ou “neutra” (KEYNES, 1933b), uma vez que o objetivo do investimento é a própria produção e não a valorização do capital empregado pelo investidor — deste modo, o dinheiro não afeta a decisão do investidor.

A economia cooperativa é descrita de modo que as trocas são feitas diretamente e o produto de um período é dividido conforme a participação dos fatores de produção. Na economia neutra, existe a figura do empresário que faz investimentos produtivos e contrata fatores de produção em moeda, mas ocorre a presença de um mecanismo que assegura que o valor monetário das remunerações dos fatores corresponda exatamente à parte do produto corrente que lhe seria devido em uma economia cooperativa. E toda a renda recebida pelos fatores de produção é necessariamente gasta na aquisição da produção corrente — a lei de Say está presente. Já em uma economia monetária de produção ou economia empresarial, os empresários contratam fatores de produção em moeda, mas não há mecanismo que garanta que toda renda seja gasta na aquisição da produção corrente, ou seja, a lei de Say não vigora.

Keynes concorda com Karl Marx sobre o objetivo do processo produtivo em uma “economia empresarial” ou em uma “economia monetária de produção” *strictu sensu*:

The distinction between a co-operative economy and an entrepreneur economy bears some relation to a pregnant observation made by Karl Marx, though the subsequent use to which he put this observation was highly illogical. He pointed out that the nature of production in the actual world is not, as economists often suppose, a case C – M – C' i.e. of exchanging commodity (or effort) for money in order to obtain another commodity (or effort). That may be standpoint of the private consumer. But it is not the attitude of business, which is a case of M – C – M', i.e. of parting with money for commodity (or effort) in order to obtain more money.
(KEYNES, 1933b, p. 81)

Ou seja, o dinheiro é peça fundamental no processo produtivo:

The theory which I desiderate would deal, in contradistinction to this [a real exchange economy], with an economy in which money plays a part of its own and affects motives and decisions and is, in short, one of the operative factors in the situation, so that the course of events cannot be predicted, either in the long period or in the short, without a knowledge of the behavior of money between the first state and the last. (KEYNES, 1933a, p. 408-409)

Após essas distinções, Keynes tece fortes críticas à teoria econômica vigente que, por tanto tempo, vinha ignorando a participação fundamental do dinheiro na atividade econômica. Sempre citando os Princípios de Marshall, o autor evidencia que os pressupostos subjacentes à análise econômica clássica são os mesmos da economia de trocas reais ou neutra. No entanto, até aquele momento, os pressupostos que garantiam a neutralidade da moeda eram tácitos e nunca discutidos, eles estariam “profundamente impregnados” nas análises e os próprios teóricos econômicos não se dariam conta disso (KEYNES, 1933a, p. 410-411).

O problema decorrente é a ponte analítica não trivial entre uma economia neutra e os fatos que acontecem no mundo real. Isso impediria a atuação correta do Estado na resolução dos problemas que se apresentavam, principalmente, àqueles relacionados ao gerenciamento de crises. Segundo Keynes, a teoria clássica sequer considerava a possibilidade de oscilações no ciclo de negócios. Não concebia a ideia de *booms* e depressões, portanto, jamais poderia ajudar a explicar os fenômenos econômicos que levassem a crises econômicas. Para Keynes (1933a, p. 410-411) os mesmos pressupostos que levam à neutralidade da moeda também são os que garantem que crises econômicas não ocorrem. As políticas econômicas derivadas do pensamento tradicional estariam, portanto, incorretas:

The idea that it is comparatively easy to adapt the hypothetical conclusions of a real wage economics to the real world of monetary economics is a mistake. It is extraordinarily difficult to make the adaptation, and perhaps impossible without the aid of a developed theory of monetary economics. (KEYNES, 1933a, p. 410)

Se a moeda em uma “economia monetária de produção” não é neutra, qual é o papel que ela desempenha no ciclo de negócios? A resposta a esta pergunta é o cerne da inovação teórica keynesiana, a qual só ficará clara na publicação da *Teoria geral* e nos artigos posteriores.

A ruptura teórica keynesiana com os clássicos perpassa três fundamentos que estão presente na *Teoria geral*: a noção de tempo, incerteza e a influência dessas variáveis na concepção de moeda. Posteriormente, as escolas pós-keynesianas e neoclássicas continuarão discordando nesses aspectos.

Como já ressaltado em trabalhos pós-keynesianos (CARVALHO, 1983-1984; DAVIDSON, 1978; AMADO, 2000), existem diferentes concepções teóricas sobre o tempo e isso afeta o entendimento sobre o funcionamento do sistema econômico e, conseqüentemente, o papel da moeda. A primeira delas é a concepção de tempo lógico, cujos elementos apresentam uma seqüência em que um precede o outro, mas tal precedência ocorre do ponto de vista lógico, em uma relação de causa e consequência necessária para elaboração de constructos teóricos abstratos. Entretanto, conforme destaca Amado (2000, p. 46): “o uso de tempo lógico, na prática, corresponde a ausência de tempo”.

A segunda refere-se à concepção de tempo mecânico; neste, apesar de haver uma datação das variáveis, ou seja, a noção temporal está presente, o tempo não tem um sentido único, ele pode tanto seguir do presente e/ou futuro para o passado, como do passado para o presente e/ou futuro. Ainda segundo Amado (2000, p. 46), isso significa que pode haver revisão das expectativas, por ser possível a reversibilidade temporal. Por fim, temos a concepção de tempo histórico e sob esta perspectiva o tempo é irreversível, as decisões tomadas não são passíveis de revisão e suas consequências serão sentidas no futuro, podendo sofrer desapontamentos ou não.

A última concepção de tempo é parte fundamental do pensamento keynesiano, principalmente no capítulo 12 da *Teoria geral*, quando o autor trata das expectativas quanto ao futuro. Nesse capítulo e em seu artigo de fevereiro de 1937, *A teoria geral do emprego*, Keynes destaca as bases precárias nas quais são formadas as expectativas de “homens racionais e econômicos” (KEYNES, 1937a, p. 171). Agindo de forma convencional, os agentes conseguem tomar suas decisões. Deste ponto de vista teórico, existe uma clara conexão entre a concepção do tempo histórico e a incerteza: se o tempo não é reversível e, portanto, as decisões tomadas não podem ser revistas, não existe nada que garanta aos agentes que os resultados esperados serão obtidos, ou seja, há uma incerteza profunda que permeia as decisões dos agentes, e, principalmente, a decisão de investir. É só nesse contexto de incerteza que é possível compreender o significado da moeda na teoria keynesiana.

Keynes (1937a, p.171) destaca que deseja distinguir a incerteza da probabilidade. A última é mensurável, portanto, tudo aquilo que é passível de cálculo probabilístico — como a loteria, roleta russa, expectativa de vida — não é incerto no sentido keynesiano, mas sim a probabilidade “de uma guerra europeia é incerta, o mesmo ocorrendo com o preço do cobre e a taxa de juros daqui vinte anos”. Decisões tomadas em expectativas apoiadas em fundamentos frágeis podem sofrer mudanças violentas. E, neste contexto, apresenta-se o papel da moeda como reserva de valor. Diversamente do caráter estéril que o entesouramento se apresenta para a teoria clássica (KEYNES, 1937a, p. 173), outras formas de manutenção da riqueza proveriam lucros ou juros, diferentemente da moeda. Para Keynes (1937a, 173), “a posse do dinheiro real tranquiliza nossa inquietação; e o prêmio que exigimos para nos separarmos dele é a medida do grau de nossa inquietação”.

Esse prêmio é a taxa de juros, entendida como um fenômeno estritamente monetário e não real como concebia a teoria clássica e ainda concebe a teoria econômica ortodoxa. Ela equilibra a oferta e a demanda por dinheiro e é o prêmio por se abrir mão da liquidez.

Em uma economia monetária de produção, a produção leva tempo e, para haver coordenação entre os diferentes setores, é preciso estabelecer contratos

expressos em moeda. Conforme destaca Carvalho (1992, p. 180), a racionalidade do sistema só é verificável ao se estabelecer custos de produção em contratos, permitindo a formação de uma rentabilidade esperada. Somente nesses contratos a moeda desempenharia seu papel original, como unidade de conta. Mas é exatamente esta função monetária que dá origem a sua capacidade de ser reserva de valor, porque ao expressar o valor das dívidas e dos preços, a moeda serve como medida geral da riqueza, condicionando o seu papel de reserva de valor (KEYNES, 1930, p. 4).

Em suma, apenas pressupondo o tempo histórico pode-se conceber a incerteza no sentido keynesiano e esta é a base do entendimento do significado da moeda em uma economia monetária de produção. Considerando, no entanto, o tempo mecânico e a ausência de incerteza, teoricamente se pode aceitar a lei de Say e, então, a neutralidade da moeda, como fazem os clássicos. Para essa escola do pensamento econômico, o fato de o dinheiro ser o intermediário das trocas não traz consigo nenhuma diferença:

Desde o tempo de Say e de Ricardo os economistas clássicos têm ensinado que **a oferta cria sua própria procura**;⁴ isto significa de modo expressivo, mas não claramente definido, que o total dos custos de produção deve ser gasto por completo, direta ou indiretamente, na compra do produto. (KEYNES, 1936, p. 25, grifo nosso)

Em termos agregados, isso significa que não há desequilíbrios e que a demanda agregada de bens depende da oferta agregada. Toda a produção geraria renda na forma de salários, lucros e aluguéis. Esta renda remuneraria os fatores de produção e seria destinada a demandar a própria produção realizada anteriormente. Ou seja, a produção, pela remuneração dos fatores, cria recursos para que os bens produzidos sejam demandados e permite que todos os fatores de produção sejam remunerados pela sua participação proporcional ao produto, conforme a definição de Keynes de uma economia cooperativa e de uma economia neutra.

Segundo a teoria que Say estava desenvolvendo,⁵ seria possível para um bem particular ser produzido em excesso relativo a todos os outros bens, mas seria impossível para todos os bens serem produzidos em excesso relativo, o que inviabilizaria a superprodução. Uma implicação da lei de Say para o mundo real é que não há excesso de demanda por dinheiro. Nessa perspectiva, isso significa que a demanda por dinheiro é somente para suprir a oferta de bens que estão sendo produzidos. Segundo Blaug (1996, p. 145), a lei de Say, em sua versão forte, “*states that the money market is always in equilibrium because, regardless of prices, people supply commodities only to use the money received to demand others commodities ‘immediately’*”.

Sob essa ótica, o dinheiro serve apenas como meio de troca e, portanto, a soma total dos bens demandados é sempre identicamente igual à soma de

4. Não há indícios de que a frase “a oferta cria sua própria demanda” tenha sido proferida antes de Keynes (BLAUG, 1996).

5. Para mais detalhes sobre a lei de Say ver: Blaug (1996, p. 143-160); Mollo (2004, p. 324-327)

6. Supondo M , a oferta de moeda; V a velocidade de circulação da moeda; P , o nível geral de preços; e Y o nível de renda real de uma economia, tem-se que: $MV = Py$ ou $M/P = y/V$. Segundo a TQM, supõe-se que V seja estável e y seja dada no mercado de trabalho. M é definida de forma exógena; portanto, P absorve as variações em M , no longo prazo. Uma consequência direta da TQM é que as variáveis preço e oferta de moeda mantêm uma razão constante ao longo do tempo. Se a oferta de moeda duplica, no longo prazo, ocorre a duplicação dos preços. Deduz-se, então, que existe uma causalidade da moeda para os preços, estes variam subsequentemente a uma mudança na oferta de moeda (CARVALHO *et al*, 2000, p. 27-28). Portanto, a moeda é neutra no longo prazo, sendo incapaz de afetar o nível de produto e a TQM também se encaixa na descrição keynesiana de uma “economia de trocas reais”. O preço é totalmente definido pelo estoque de dinheiro e y é determinado por forças reais. Isso nega a possibilidade de se reter dinheiro mesmo pelo motivo transação.

7. Blaug (1996, p. 150) relata um caso em que o próprio Say critica Ricardo por usar a Identidade de Say e enfatizar que a taxa de juros equilibra a poupança e o investimento.

8. Com a “revolução keynesiana” a moeda passará a desempenhar um papel de distintivo entre a heterodoxia e ortodoxia. Ver: Carvalho (1992); Mollo (2004). Friedman, à frente da escola monetarista, procurará restabelecer a importância das relações de trocas reais na economia, minimizando novamente o papel da moeda e colocando um contraponto ao pensamento keynesiano: ver Friedman (1989).

todos os bens que são ofertados, exatamente como descrito por Keynes em uma economia de trocas reais.

Da lei de Say, pode-se depreender que uma mudança no nível de preços não altera a relação entre o mercado de bens e o mercado monetário. Isso implica que o mercado de bens não sofre distúrbios e uma mudança no nível de preços não leva a uma mudança no preço relativo das mercadorias. Em um mundo em que prevalece a lei de Say, o dinheiro é um véu, que pode ser modificado, sem afetar os preços relativos dos bens produzidos.

Portanto, a teoria quantitativa da moeda (TQM)⁶ implica a lei de Say e vice-versa, uma vez que o equilíbrio do mercado de bens implica o equilíbrio do mercado monetário. A TQM leva em consideração a função do dinheiro como meio de pagamento (transações) e negligencia a interdependência entre o mercado de bens e mercado monetário, fundamentalmente, por não considerar o dinheiro como reserva de valor (BLAUG, 1996).

Ressalta-se que os economistas clássicos, anteriores a Keynes, não citavam a lei de Say como sendo uma lei, tampouco a creditavam a Say, mas o argumento central, de que os mercados se autoajustam, sempre estava presente no raciocínio, e, muitas vezes, pressupunham-na tacitamente.⁷ No entanto, aceitavam a TQM e, como visto, ela implica a lei de Say. Esta passa a ser aceita explicitamente pela ortodoxia, principalmente a partir dos monetaristas,⁸ em uma espécie de resposta acadêmica à revolução keynesiana.

Vale destacar que, sob o ponto de vista ortodoxo, a moeda pode afetar temporariamente o produto real antes que os efeitos da variação da quantidade em circulação afetem o nível preços. Esses efeitos transitórios na economia ocorrem dependendo se há ou não erros de expectativas, ilusão monetária, rigidez nominal de preço etc. As justificativas variam de acordo com cada escola do pensamento. Monetaristas, novos-keynesianos, novos-clássicos têm sua própria concepção dos desvios que a moeda pode causar no curto prazo em relação ao produto de pleno-emprego.

Grosso modo, tais desvios acontecem quando os mercados não são eficientes, ou seja, dependem do regime de concorrência, se há ou não informação perfeita ou flexibilidade dos preços. Além disso, quanto mais estável for a demanda por moeda mais rapidamente se atinge a neutralidade monetária. A demanda por moeda pelo motivo transação é estável por depender da renda, uma vez que se supõe que esta renda pouco varia no curto e no longo prazo sob a visão ortodoxa. O papel que resta ao Estado nesse contexto é permitir que os mercados atuem de forma eficiente. Então as políticas econômicas devem ser previsíveis, seguir regras e a intervenção deve ser a menor possível, uma vez que o livre mercado tende a eficiência por si mesmo.

Além da TQM, a igualdade clássica entre poupança e investimento também pode ser derivada da lei de Say. Se o consumidor não gasta toda sua renda

na obtenção de produtos, ele poupa, a fim de obter consumo futuro. Essa poupança se somará aos fundos emprestáveis necessários ao investimento, e, portanto, também será gasta. Ou seja:

Um ato de poupança individual conduz inevitavelmente a um ato paralelo de investimento, pois, mais uma vez, é incontestável que a soma dos incrementos líquidos da riqueza dos indivíduos deve ser exatamente igual ao incremento líquido agregado da riqueza da comunidade. (KEYNES, 1936, p. 27)

A lei de Say, no sentido de que a renda gerada pela venda da produção é equivalente aos custos de produção, é, segundo Keynes, o “axioma das paralelas” da teoria clássica e a partir dela todas as outras hipóteses e teorias podem ser derivadas:

Portanto, a hipótese da igualdade entre o preço da procura da produção global e o preço da oferta é que deve ser considerada o “axioma das paralelas” da teoria clássica. Admitida esta hipótese, tudo o mais se deduz naturalmente — as vantagens sociais da poupança individual e nacional, a atitude tradicional para com a taxa de juros, a teoria clássica do desemprego, a teoria quantitativa da moeda, as vantagens ilimitadas do *laissez-faire* quanto ao comércio externo e muitos outros aspectos que teremos de discutir. (KEYNES, 1936, p. 27)

2. A taxa de juros, poupança e *finance*

Uma consequência fundamental da controvérsia acerca do papel da moeda rebate sobre a natureza dos juros. Segundo a abordagem clássica, a taxa de juros equilibra a oferta de empréstimos, ou os fundos emprestáveis, com a demanda por empréstimos. Tal oferta poderia facilmente ser substituída pela compreensão clássica do que seria a poupança agregada e a demanda por empréstimos efetuada pelo investimento agregado. A taxa de juros de equilíbrio seria aquela decorrente da igualdade entre essas variáveis, ambas definidas simultaneamente. Esta dedução clássica se apoia no fato de que a renda real, ou o nível de produto, é definida no mercado de trabalho e é dada nesse modelo. Uma vez definida a renda, o indivíduo define quanto gastar e quanto poupar, conforme a taxa de juros. Nesse modelo, o investimento depende da poupança prévia para ocorrer.

Essa teoria, para Keynes, seria implausível porque, sob sua análise, o investimento é a *causa causans* na determinação da renda e, conseqüentemente, da poupança agregada, revertendo à causalidade clássica. Se a poupança é criada no momento em que se realiza o investimento, essas variáveis são equivalentes

através do tempo. Por essa razão, haveria a necessidade de reformular quais fatores determinariam a taxa de juros:

Outro aspecto, especialmente característico deste livro, é a teoria da taxa de juros. Nos últimos tempos muitos economistas têm afirmado que o montante de poupança atual determina a oferta de capital disponível, que o ritmo de investimento corrente governa sua demanda e que a taxa de juros é, por assim dizer, o fator de equilíbrio de preços determinado pelo ponto de interseção entre a curva da oferta da poupança e a curva de demanda do investimento. **Mas se a poupança global é necessariamente e em todas as circunstâncias exatamente igual ao investimento global, é evidente que essa explicação não se sustenta. Temos que ir adiante e procurar a solução em outra parte. Eu a encontro na ideia de que é a função da taxa de juros preservar o equilíbrio não entre a demanda e a oferta de novos bens de capital, mas entre a demanda e a oferta de dinheiro, isto é, entre a demanda pela liquidez e os meios de satisfazer essa demanda.** (KEYNES, 1936, p. 11, grifo nosso)

A inovação teórica keynesiana, de difícil compreensão/aceitação por seus debatedores, foi colocar a taxa de juros como aquela que resulta da interação entre oferta de dinheiro com a demanda por dinheiro — no sentido de que a demanda e oferta são na verdade oferta e demanda por liquidez. Para conceber esta hipótese, como visto, há necessariamente que se quebrar com a hipótese clássica da neutralidade monetária, ou seja, de que a moeda é demandada somente pelo motivo transação. Além deste motivo, Keynes elenca mais dois: o motivo precaução e o motivo especulação, só possíveis graças à introdução da incerteza no pensamento keynesiano.

Quando há incerteza, a moeda é demandada e retida porque é o ativo de menor risco com propriedade de transportar valor, poder de compra, entre o presente e o futuro. Esta característica fundamental da moeda a impede de ser neutra, de servir exclusivamente para as trocas. Apenas em um mundo onde não existisse incerteza quanto ao futuro haveria neutralidade monetária, cenário bem diferente do “mundo real”. O argumento, até então tácito e subjacente à neutralidade da moeda, é a plena confiança na capacidade humana de antecipar os distúrbios na economia e de calcular a probabilidade de que ocorram. Como visto na seção anterior, se for possível mensurar a ocorrência de eventos não há incerteza e sim risco. Deste ponto de vista, a análise clássica e neoclássica por meio de modelos probabilísticos para prever o futuro pode ficar em xeque.

Para Keynes, e também para os “clássicos”, existe uma identidade contábil entre poupança e investimento agregados. Partindo desta premissa e pensando do ponto da temporalidade do investimento, no momento em que o empresário decide investir não existe poupança prévia capaz de financiá-lo, pois o investimento ainda não foi realizado. Se existisse poupança prévia à

decisão de investir, obrigatoriamente, a poupança se diferiria do investimento, sendo maior do que o último, algo que não é aceitável por Keynes.⁹

O investimento, portanto, pode ser financiado por recursos que não provenham da poupança agregada. Nessa “ponte” entre a decisão de investir e o investimento de fato, os bancos exercem papel crucial, pois podem oferecer um crédito rotativo que atenda a demanda por liquidez no momento da decisão de investir. Segundo Keynes, não apenas os bancos podem liberar esses recursos, mas também o mercado de capitais.

Para dissociar essa demanda por dinheiro, de outras formas de crédito e empréstimos bancários, Keynes o denomina “*finance*” (KEYNES, 1937b, p. 208). Ele é especialmente importante por estar sujeito a fortes flutuações, o que impacta na taxa de investimento e, conseqüentemente, na atividade econômica em sua totalidade.

Keynes destaca que poupança e *finance* são dois conceitos completamente distintos, em que “*‘finance’ and ‘commitments to finance’ are mere credit and debit books entries, which allow entrepreneurs to go ahead with assurance*” (KEYNES, 1937b, p. 209). Ainda, o autor distingue “*finance*” de poupança, relacionando o primeiro com um fluxo de investimento. Define-o como um adiantamento do gasto, o qual funciona como um fundo rotativo e, uma vez realizado o investimento, há geração de rendas, então, esse adiantamento pode ser liberado e servir a outro novo investimento. Esse recurso não fica preso a algum investimento que tenha financiado. Já a poupança se relaciona a um estoque, e cada novo investimento se relaciona a uma nova poupança e ambos ficam amarrados um ao outro. Outra característica, apontada pelo autor, é que a poupança só pode ser usada uma única vez, “*it relates to the net addition to the stock of actual assets*” (KEYNES, *idem*).

Essa distinção é essencial para diferenciar a teoria keynesiana acerca da determinação da taxa de juros da teoria ortodoxa vigente à época. Seus debatedores insistiram em afirmar que a teoria keynesiana era outra forma de expressar a teoria vigente à época da qual Keynes buscava se distinguir.¹⁰ Ainda, de acordo com seus contemporâneos, a forma como Keynes coloca a determinação da taxa de juros pela oferta e demanda de dinheiro, isso seria o mesmo que dizer oferta e demanda de crédito, portanto, a mesma coisa. Como exemplo, para desfazer esse mal entendido, Keynes usa o conceito de *finance* para destacar que este não é e não pode ser poupança no sentido ortodoxo do conceito. Esse tipo de financiamento caracteriza-se por ser um tipo de demanda por dinheiro, e, como ressalta o autor, não é a único. Nesse sentido, a taxa de juros é determinada pela demanda por dinheiro, ou seja, pelos demandantes de liquidez e pela oferta desses recursos, ou seja, por aqueles que se dispõem a abrir mão de liquidez.

Apesar de o “*finance*” ser um fluxo, um crédito rotativo (“*a revolving fund*”), a taxa de juros também para Keynes é determinada por estoques. Ela é

9. “Planned investment — i.e. investment ex ante — may have to secure its ‘financial provision’ before the investment takes place; that is to say, before the corresponding saving has taken place. It is, so to speak, as though a particular piece of investment before either has occurred, before it is known who is going to do the particular piece of saving, and by someone who is not going to do the saving himself. There has, therefore, to be a technique to bridge this gap between the time when the decision to invest is taken and the time when correlative investment and saving actually occur”. (KEYNES, 1937b, p. 207-8)

10. Hicks (1936) e Robertson (1936), ao discutirem a Teoria geral publicada por Keynes, arguem que a teoria da taxa de juros e preferência por liquidez keynesiana nada mais seria do que uma forma alternativa de expor a teoria da taxa de juros vigente à época. Segundo Hicks (1936, p. 245), a escolha do método keynesiano em definir a taxa de juros não passaria de uma questão de conveniência: “This latter method (a teoria monetária keynesiana) is the method of Mr. Keynes. It is a perfectly legitimate method, but does not prove other methods to be wrong. The choice between them is purely a question of convenience”. Segundo Robertson (1936, p. 183): “[...] it is not as a refutation of a common-sense account of events in terms of supply and demand for loanable funds, but as an alternative version of it, that Mr. Keynes’ account as finally developed must be regarded.”

11. “The rate of interest relevant to ex ante investment is the rate of interest determined by the current stock of money and the current state of liquidity preferences at the date when the finance required by the investment decision has to be arranged” (KEYNES, 1937c, p. 218).

12. “A equivalência entre a quantidade de poupança e a quantidade de investimento decorre do caráter bilateral das transações entre o produtor, de um lado, e o consumidor ou o comprador de equipamento de capital de outro lado. A renda cria-se pelo excedente do valor que o produtor obtém da produção que vendeu sobre o custo de uso, mas a totalidade desta produção deve ter sido vendida, obviamente, a um consumidor ou a outro empresário e o investimento corrente de cada empresário é igual ao excedente sobre o seu próprio custo de uso do equipamento que comprou a outros empresários. Portanto, em conjunto, o excedente da renda sobre o consumo, a que chamamos poupança, não pode diferir da adição a equipamento de capital, a que chamamos investimento. O mesmo sucede com a poupança líquida e o investimento líquido. A poupança, de fato, não passa de um simples resíduo. As decisões de consumir e as decisões de investir determinam, conjuntamente, os rendimentos. Presumindo que as decisões de investir se tornem efetivas, é forçoso que elas restrinjam o consumo ou ampliem a renda. Assim sendo, nenhum ato de investimento, por si mesmo, pode deixar de determinar que o resíduo ou margem, a que chamamos poupança, aumente numa quantidade equivalente”. (KEYNES, 1936, p. 53, grifo nosso)

13. “The point remains, however, that the transition from a lower to a higher scale of activity

o resultado da interação entre o estoque corrente dinheiro e o corrente estado de preferência por liquidez.¹¹

Além da diferença analítica em relação à determinação da taxa de juros, para Keynes, a igualdade entre poupança e investimento ocorre do ponto de vista de igualdade contábil, do mesmo modo que as compras são iguais às vendas, trata-se de uma relação bilateral. Segundo Keynes,¹² toda vez que um empresário investe em um equipamento, ele gera receitas àquele que o vendeu na mesma quantia em que ele próprio investiu. A receita que sobrepõe aos custos de produção daquele que vendeu é a poupança. Deste ponto de vista, a poupança líquida agregada é sempre igual ao investimento líquido agregado. Trata-se de um resíduo, um resultado da decisão de investir e nunca difere do investimento. Por esse motivo, não pode ser da interação entre investimento e poupança a determinação da taxa de juros.

Pela perspectiva keynesiana, nota-se que os mercados bancário e de capitais são fundamentais em prover liquidez (dinheiro — “cash”, no original) para a execução do investimento e para a determinação da taxa de juros. Para haver investimento, é necessário que o sistema bancário ou o mercado de capitais abra mão de liquidez. Supondo que o sistema bancário esteja provendo ao empresário crédito rotativo na forma de “finance”, após a realização do investimento esse dinheiro é liberado e volta para o sistema bancário; mas, se no período seguinte houver aumento da taxa de investimento que gera aumento na demanda por *finance*, e se o sistema bancário não estiver disposto a aumentar a taxa de empréstimos dessa modalidade na mesma proporção em que houve aumento da demanda, a consequência é um aumento na taxa de juros, o qual independe da taxa de poupança da população¹³ (KEYNES, 1937c, p. 222).

3. Moeda e Estado

Conforme visto anteriormente, o motivo apresentado por Keynes para reter liquidez tem a ver com a segurança que a moeda fornece aos detentores da riqueza. A pergunta que cabe neste momento é: o que garante que a moeda seja capaz de transportar poder de compra entre o presente e o futuro? Não há como conceber moeda nesse sentido sem considerar o papel do Estado como garantidor daquilo que convencionalmente se resolveu chamar de dinheiro. A visão sobre o papel do Estado como garantidor da moeda já estava presente no *Treatise on money*, publicado em 1930, por Keynes, antes mesmo de sua ruptura definitiva com a teoria quantitativa da moeda.

Nos três capítulos iniciais do *Treatise*, Keynes apresenta uma taxonomia sobre os diferentes tipos de dinheiro que podem circular, em um dado

momento, em uma economia. Haveria fundamentalmente, segundo sua concepção, dois tipos de dinheiro: o dinheiro propriamente dito (o qual se subdivide em mais três categorias: *commodity money*, *fiat money* e *managed money*); e o dinheiro bancário, o qual representa uma dívida. Como a maior parte do dinheiro em circulação é privada, a estabilidade do sistema monetário só poderia ser obtida pela intervenção do Estado. Este tem a função essencial de determinar o que é dinheiro e ir além: garantir os contratos firmados privadamente quando ocorre crise no sistema, garantido, além do seu próprio dinheiro, o dinheiro privado. Na passagem abaixo, Keynes destaca o papel do Estado na determinação do que é dinheiro:

The State [...] comes in first of all as the authority of law which enforces the payment of the thing which corresponds to the name or description of the contract. But it comes in doubly when, in addition, it claims the right to determine and declare what thing corresponds to the name, and to vary its declaration from time to time — when, that is to say, it claims the right to re-edit the dictionary. (KEYNES, 1930, p.4)

Sobre o dinheiro bancário, Keynes reconhece que: “*bank money is simply an acknowledgement of a private debt, expressed in the money of account, which is used by passing from one hand to another, alternatively with money proper, to settle a transaction*” (KEYNES, 1930, p. 5). No entanto, o autor deixa claro que “*they [os reconhecimentos de dívida] are not money proper*” (KEYNES, 1930, p. 5). Ou seja, o dinheiro bancário é uma expressão do dinheiro propriamente dito, e ele pode ser validado socialmente, quando a dívida que ele expressa é liquidada ou quando o Estado intervém e garante o valor do dinheiro privado. Essa função do Estado na economia foi denominada no jargão econômico de “*emprestador de última instância*”, analisada por heterodoxos como Hyman Minsky (1976) e Michel Aglietta (1979).

Sobre o papel do Estado no estabelecimento da ordem monetária, Aglietta (1979, p. 343) destaca que a autoridade monetária tenta prover certa estabilidade ao sistema de crédito, unificando os diferentes dinheiros bancários no espaço nacional, pela emissão de uma moeda forçada (*enforced currency*), cuja função é a criação do dinheiro nacional:

Enforced currency is a coercive practice of the state, imposing the unrestricted social acceptance of the monetary tokens issued by the central bank. The central bank money replaces the commodity form of the general equivalent within the national economic space of the nation. The national money market is no longer an arena where tokens are validated by reference to a universal commodity. It becomes an arena where all bank money is unified by the central money. This unification forms a national money. (AGLIETTA, 1979, p. 343)

involves an increased demand for liquid resources which cannot be met without a rise in the rate of interest, unless the banks are ready to lend more cash or the rest of the public to release more cash at the existing rate of interest. If there is no change in the liquidity position, the public can save ex ante and ex post and ex anything else until they are blue in the face, without alleviating the problem in the least — unless, indeed, the result of their efforts is to lower the scale of activity to what it was before.” (KEYNES, 1937c, p. 222)

Essa visão está em conformidade com Belluzzo e Almeida (2002, p. 30):

A ordem monetária é indissociável da soberania do Estado, e sua sobrevivência supõe que os proprietários privados acatem a moeda como uma convenção necessária para a reprodução do processo de circulação das mercadorias, de liquidação das dívidas e da avaliação da riqueza. (BELLUZZO E ALMEIDA, 2002, p. 30)

No pensamento pós-keynesiano, portanto, a legitimação da moeda como reserva de valor só pode ser feita pelo Estado. Isso é consequência da questão da moeda como criação endógena no sistema capitalista, e não exógena como apregoa a visão tradicional, esta advinda naturalmente da hipótese da neutralidade da moeda. Se a moeda não detém outra função na economia, exceto a de realizar trocas, o Estado poderia facilmente controlar sua oferta de modo que esta fosse uma proporção entre a circulação de mercadorias e a velocidade com que circula, conforme ressalta a TQM.

No entanto, quando se pensa no dinheiro como a finalidade das transações econômicas, em que a produção de mais mercadorias não é um fim em si, mas apenas um meio para obter-se mais dinheiro, pode-se pensar que existem incentivos no sistema econômico para que os agentes privados burlem as regras estabelecidas pelo Estado e criem moeda para além da capacidade de o Estado controlar a oferta. Isso só é possível porque, nesse arcabouço teórico, a moeda é vista como um ativo especial que representa a riqueza e é capaz de transportar valor entre o presente e o futuro da forma menos arriscada para o seu detentor, pois a sua conversibilidade não é garantida por contratos privados, mas pelo Estado.

Nesse ponto, a ruptura teórica keynesiana não é clara. Nos capítulos iniciais do *Treatise*, quando Keynes trata da criação de moeda bancária via emissão de crédito, coloca o Estado como um grande maestro que orchestra de forma harmônica o ritmo em que novas moedas são geradas. Este controle derivaria de sua capacidade de impor reservas fracionárias ao sistema bancário: “*the central bank is the conductor of the orchestra and sets the tempo*” (KEYNES, 1930, p. 26).

O próprio fundo de reservas bancárias poderia colocar um limite à criação de moeda no sistema bancário, equilibrando momento de escassez de liquidez com excesso de liquidez.¹⁴ O aumento na criação de moeda seria, portanto, uma função da demanda por moeda; se esta for fundamentalmente por moeda bancária, a criação de moeda poderia ser infinita — o que limita esta expansão é a demanda por “dinheiro propriamente dito”, ou seja, demanda por moeda não bancária na forma de saques. Como Keynes reconhece já em 1930 que a demanda por moeda é fundamentalmente demanda por moeda bancária, pode-se perceber o papel essencial que os intermediários bancários detêm no sistema financeiro:

14. “(...) if the bank as a whole are creating deposits at a rate which will cause the reserves as a whole to fall to low, some bankers will find their reserve ratios deficient and will, therefore, be compelled to take a step backwards, whilst if the aggregate deposits are below their normal ratio to reserves, some banks will find their reserve ratios excessive and will be stimulated to take a step forwards. Thus it is the aggregate of the reserve resources which determines the ‘pace’ which is common to the banking system as a whole”. (KEYNES, 1930, p. 25, grifo nosso)

If we suppose a closed banking system, which has no relation with the outside of the world, in a country where all payments are made by cheque and no cash is used, and if we assume further that the banks do not find it necessary in such circumstance to hold any cash reserves but settle inter-bank indebtedness by a transfer of other assets, it is evident that there is no limit to the amount of bank money which the banks can safely create provided that they move forward in step. (KEYNES, 1930, p. 23)

Na *Teoria geral*, Keynes não trata da capacidade do sistema bancário em criar moeda para além das amarras impostas pelo agente regulador, no caso o banco central. Segundo o autor, um atributo essencial do dinheiro seria sua baixa elasticidade de oferta, além de sua baixa elasticidade de substituição. O dinheiro teria de ser escasso e ter poucos substitutos para poder desempenhar o seu papel de reserva de valor na economia (KEYNES, 1936, cap. 17). Convém destacar que a baixa elasticidade da oferta de moeda não se associa necessariamente com a exogeneidade monetária, conforme já analisado pela abordagem pós-keynesiana.

Nesse contexto, pós-keynesianos desenvolveram o conceito de moeda endógena. Fundamentalmente, esta concepção parte do pressuposto de que os bancos centrais não têm pleno controle sobre a oferta de moeda bancária na economia e muitas vezes agiriam de forma passiva. Este fato fica evidente na década de 1960,¹⁵ quando os bancos norte-americanos, primeiramente o *Citibank*, inovaram as formas de captação do seu passivo o que possibilitou um aumento considerável no nível de alavancagem do setor bancário. As inovações com vistas a contornar as regulamentações dos bancos centrais e aumentar a alavancagem é uma realidade do sistema financeiro moderno e isso ficou ainda mais evidente na crise de 2008. A securitização,¹⁶ uma inovação iniciada na década de 1980 no mercado de hipotecas imobiliárias norte-americano, foi o grande vetor dessa crise mais recente.

A maior ironia das inovações financeiras é que elas são apresentadas ao mercado como “seguras” e capazes de diluir o risco, o que impede o bloqueio do seu desenvolvimento pelos agentes reguladores, os quais, muitas vezes, incentivam tais práticas, sendo, portanto, passivos em sua postura quanto à limitação na oferta de moeda bancária. Por essa razão, a escola pós-keynesiana¹⁷ afirma que a capacidade de o banco central controlar a oferta de moeda é limitada e esta não seria então definida de forma exógena, mas sim de forma endógena ao sistema financeiro. O próprio apetite das instituições financeiras em se alavancarem determinaria a taxa de expansão da oferta de moeda e não os agentes reguladores. Estes estariam sempre pelo menos a um passo atrás do sistema financeiro, limitando e regulamentando *a posteriori* o uso de uma determinada inovação financeira. Isso levaria o sistema a uma instabilidade crônica e inerente.

15. A introdução de certificados de depósitos para pessoa jurídica no atacado pelo Citibank, em 1961, marca o início do gerenciamento de passivos de forma ativa pelos bancos comerciais norte-americanos, cuja grande vantagem foi que, se a empresa comprasse um certificado de depósito por um prazo determinado do banco comercial e precisasse de liquidez antes do vencimento deste título, ela poderia negociá-lo em um mercado secundário organizado, e não incorreria das perdas contratuais caso tivesse de reaver essa quantia diretamente junto ao banco comercial que lhe vendera. Havia, portanto, vantagens para o cliente do banco, por não imobilizar completamente os seus recursos; e para o banco comercial, que captava por um prazo específico e não era obrigado a depositar recursos a mais por isso no banco central: “In 1961 Citibank introduced so-called negotiable certificates of deposits (CDs). Their large denominations (usually \$ 1 million) and relatively high yields, coupled with the ability to resell them before maturity, made these CDs attractive to corporations”. (GUTTMANN, 1994, pag. 158)

16. Minsky (1987) relaciona o início do processo de securitização com a política de altas taxas de juros, no período da gestão de Paul Volcker, frente ao Federal Reserve, a partir de 1979. Com o aumento das taxas de juros, a rentabilidade das instituições depositárias é prejudicada, pois ainda estavam sob a *Regulation Q*, elas tinham teto de remuneração do ativo, mas seus custos de captação cresceram demasiadamente nessa época: “the ability of the thrifts to create mortgages was unimpaired even as their ability to fund holdings was greatly

impaired. Securitization as we know it began in the U.S. mortgage market. It enabled thrifts to continue to initiate mortgages even though their funding ability was sorely compromised. Although modern securitization may have begun with the thrifts, it has now expanded well beyond the thrifts and mortgage loans”.

17. Ver Minsky (1976).

18. Não confundir com o “véu monetário” da teoria quantitativa da moeda. Na passagem abaixo, a concepção de véu monetário relaciona o detentor da riqueza monetária/nominal com o proprietário dos ativos reais:

“There is a multitude of real assets in the world which constitute our capital wealth — buildings, stock of commodities, goods in course of manufacture and of transport, and so forth. The nominal owners of these assets, however, have not infrequently borrowed money in order to become possessed of them. To a corresponding extent the actual owners of wealth have claims, not on real assets, but on money. A considerable part of this ‘financing’ takes place through the banking system, which interposes its guarantee between its depositors who lend it money, and its customers to whom it loans money, wherewith to finance the purchase of real assets. The interposition of this veil of money between the real asset and the wealth owner is a specially marked characteristic of the modern world.” (KEYNES, 1963, p. 169, grifo nosso)

19. Nesse artigo de 1992, Minsky argumenta que a existência da fragilidade financeira, ou seja, do crescimento dos débitos, pode ser confirmada de forma empírica e também por meio de argumentação teórica.

Minsky (1992), em sua análise sobre os ciclos econômicos e consequente hipótese acerca da fragilidade financeira, coloca a criação de moeda endógena como variável explicativa chave na sua formulação teórica. Em sua perspectiva, os bancos detêm papel fundamental na expansão da oferta monetária. Como operam com um sistema de reservas fracionadas podem criar moeda. A moeda é criada quando o sistema bancário cria ativos e destruída quando os devedores quitam seus débitos.

Essa hipótese sustenta-se na constatação de Keynes (1963, p.169) de que, no sistema econômico moderno, existe um véu monetário¹⁸ entre os ativos reais e os detentores de riqueza. São os segundos que, ao emprestarem recursos, possibilitam aos proprietários nominais do capital possuir ativos reais. A intermediação desses recursos é feita majoritariamente pelos bancos que fornecem garantias aos depositantes, concedentes de recursos, e aos tomadores de empréstimos.

Ademais, o financiamento do investimento carrega consigo um rastro de dívidas (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002). Como no momento em que se realiza o investimento os empresários têm expectativas dos lucros que irão receber, a forma como o investimento é financiado tem impacto determinante na composição das estruturas financeiras dos agentes econômicos. A dívida tomada para financiar o investimento é certa; no entanto, o retorno que se espera receber por esse investimento é incerto.

Nesse contexto, o presente, o passado e futuro econômico: o tempo histórico conecta-se não apenas pelos ativos de capital e pelo mercado de trabalho, mas principalmente por relações financeiras. E a fragilização financeira do sistema econômico aumenta conforme cresce a interdependência nas relações de débitos dos agentes da economia, sejam estas empresas, famílias, governos ou instituições financeiras.¹⁹ Minsky (1992, p. 4-5) ressalta que, no estágio atual do capitalismo, no “mundo moderno”, a análise e as implicações das relações financeiras para o comportamento do sistema não pode ser restringida à análise patrimonial dos negócios, mas também das famílias, dos governos e das empresas internacionais.

O autor destaca três posições dos agentes na economia que variam conforme as relações entre renda e débito que possuem, são elas: “*hedge finance*”, “*speculative finance*” e “*Ponzi finance*”. Segundo essa taxonomia, o agente estaria em uma posição *hedge finance* quando a previsão acerca dos fluxos de receita fosse suficiente para sanar os compromissos financeiros do período, ou seja, ser capaz de pagar os juros e amortizar o principal das dívidas; em *speculative finance* quando a previsão dos fluxos de receita suprisse apenas os juros e não conseguisse amortizar o principal; e, em *Ponzi finance*, quando as receitas não fossem nem suficientes para cobrir os juros, nem para amortizar o principal, sendo necessário refinarciar as dívidas (MINSKY, 1992, p. 7).

Em poucas palavras, nos períodos de expansão do ciclo, quando o estado geral de expectativas é favorável, a demanda por moeda é acomodada pelo sistema financeiro, que a atende por meio de inovações financeiras a fim de contornar as restrições de alavancagem impostas pelos agentes reguladores, levando a expansão monetária para além da estabilidade. Nessa fase, os agentes vão deixando de ter posições *hedge* e vão se tornando especulativos e/ou *Ponzi*. Endogenamente, todo o sistema financeiro se fragiliza por depender em graus sistematicamente maiores de receitas que são incertas para atender os custos de seu passivo, o qual também aumenta. Uma mudança no estado geral de expectativas — como, por exemplo, o aumento da taxa de juros, que incide diretamente sobre o custo das operações financeiras — pode abruptamente trazer a reversão do ciclo e a um travamento da liquidez sistêmica. Quanto maior tiver sido a expansão do crédito e a alavancagem, mais árdua é a reversão do ciclo.

Ainda na fase de expansão do ciclo, as expectativas otimistas quanto ao futuro corroboram para o aumento do endividamento e da realização do investimento na esfera real, ou seja, o investimento aumenta porque as expectativas são positivas e as expectativas são positivas porque o investimento aumenta. Trata-se de uma “profecia que se autorrealiza”. Esse círculo virtuoso se propaga, até o ponto da crise que acontece quando ocorrem mudanças quanto às expectativas em relação ao futuro. No momento em que a crise é deflagrada, percebe-se, primeiramente, enxugamento da liquidez no sistema e isto impede o investimento de se realizar, o que aprofunda ainda mais o cenário de crise: novamente, a profecia, agora no contexto de crise, se autorrealiza. Na crise, os agentes que eram, inicialmente, *hedge*, já estão em uma posição especulativa ou *Ponzi*, ou mesmo podem entrar nessa situação com a reversão das expectativas — uma vez que a previsão de receita inicial pode destoar muito da real.

A fragilização financeira ocorre de forma endógena ao sistema econômico, conforme diminuem as margens de segurança tanto dos emprestadores como dos devedores. Kregel (1997, p. 543) destaca que esse processo ocorre de forma lenta e imperceptível. O autor também ressalta a contribuição teórica de Minsky, ao destacar que esse processo autogerador de instabilidade é inevitável e endógeno ao sistema econômico, pois longos períodos de estabilidade levariam à corrosão das margens de segurança, aumentando os riscos dos devedores e emprestadores, em que as estruturas financeiras dos agentes passam de ser *hedge* e, aos poucos, tornam-se *Ponzi*.

A inovação financeira é entendida, sob a perspectiva da hipótese de Minsky, como o combustível que proporciona a fragilização financeira, ao viabilizar a deterioração das margens de segurança.

Durante a crise, a moeda exerce o seu papel fundamental de reserva de valor. Na busca desenfreada pela realização dos investimentos individuais, os agentes procuram vender seus ativos, o que acentua o processo de deflação.

Neste momento todos desejam moeda, ocorrendo o fenômeno denominado por Keynes de “armadilha da liquidez”. Mesmo que as taxas de juros estejam muito baixas, as pessoas preferem reter moeda.

4. Considerações finais: Moeda, Estado e regulação

Hipoteticamente, o Estado teria duas opções quando deflagrada a crise: salvar ou não o sistema financeiro. No entanto, ao consolidarmos a visão pós-keynesiana sobre a questão da moeda, fica impossível imaginar que o Estado seria capaz de ir às últimas consequências na decisão de abandonar o sistema financeiro, pois isso implicaria a destruição do próprio Estado. Por maior que seja a justificativa social a favor da intervenção, defender o emprego, os trabalhadores etc. é, em última instância, fundamental para evitar a própria ruptura do sistema econômico.

Na crise de 1929, quando os estados pareciam convictos pela não intervenção, a profundidade da crise causou transtornos sociais que poderiam levar a transformações das estruturas econômicas. Não apenas o socialismo se mostrava como uma opção viável, mas também o nazifascismo. A saída foi uma transformação profunda e irreversível do papel do Estado na regulação econômica, antes de a ruptura sistêmica ter atingido de fato seu ponto de não retorno. A própria emergência do Estado de bem-estar social foi uma maneira de adequar o sistema capitalista em um contexto de perturbação social a fim de evitar sua própria ruptura.

O fato relevante para este trabalho é que, nas crises financeiras subsequentes, o Estado tomou para si o papel de estabilizador do sistema. O método fundamental que utiliza para isso é provendo liquidez ao sistema financeiro, impedindo as falências das instituições financeiras de forma generalizada. A fim de evitar um problema de solvência do setor financeiro da economia, nesses momentos, ocorre uma estatização da dívida privada pelo Estado, o qual injeta liquidez no sistema atendendo a demanda desenfreada por moeda em seu sentido de reserva de valor. Nas crises, a demanda por moeda, por ela representar a riqueza, atinge o ápice. Ao impedir a quebra do sistema financeiro, o Estado garante os canais mínimos de expansão do crédito e da liquidez da economia, o que pode reativar o fluxo monetário, caso a intervenção do Estado tenha melhorado as expectativas. Sem a intervenção do Estado e a subsequente quebra do sistema financeiro, tais canais poderiam levar muito tempo para se recuperar, ou talvez nunca se reativassem.

A primeira consequência da crise é a deflação dos ativos, que podem chegar a um preço tão baixo que de fato não o representam — a atuação do Estado

é bem-vinda porque impede a insolvência generalizada e tal ação permite que os preços se recuperem. No entanto, além das firmas ou instituições financeiras que foram abaladas pela crise e não eram caso de falência, muitas outras, em situação oposta, são salvaguardadas. Tal intervenção permite que unidades produtivas obsoletas permaneçam operando. Isto atrasa a transformação tecnológica que poderia surgir após a crise, o que também pode alimentar a inflação, uma vez que o excesso de capital obsoleto não destruído impede a formação de novo capital. A saída de uma crise financeira pode ser, portanto, longa, mesmo com a atuação do Estado. Mas ainda assim, esta atuação é imprescindível, uma vez que impede a ruptura do próprio sistema e ameniza a intensidade da queda durante a fase depressiva do ciclo econômico, apesar de não necessariamente diminuir sua longevidade.

Sob um ponto de vista heterodoxo, não há como pensar em uma dissociação entre Estado e mercado. A configuração de uma economia monetária de produção só é possível pela presença do Estado, fundamentalmente, pelo papel que possui em assegurar o cerne deste sistema: a moeda. Por isso não há como argumentar, essencialmente, contra a intervenção em si, pois a configuração do sistema econômico só é possível pela presença do Estado. Uma intervenção gera necessidade de outras, mas não se pode prescindir delas a não ser que se deseje a ruptura dessa ordem social. Uma intervenção não significa distorções, no sentido neoclássico de afastamento do equilíbrio, simplesmente porque, sob o ponto de vista pós-keynesiano, tal equilíbrio não existe “no mundo real”. Em última instância, a intervenção do Estado é parte indissociável da reprodução “natural” do mercado.

A economia não é linear e segue em uma direção cíclica de expansão e depressão da produção, fato evidente que é corriqueiramente negligenciado nos modelos neoclássicos. Por esse motivo, sob a ótica do arcabouço neoclássico, pode-se pensar em uma dissociação entre Estado e mercado e considerar a menor intervenção possível no processo econômico, reservando-a apenas quando as imperfeições do mercado transformam o Estado em um “mal necessário”.

As teorias clássica/neoclássica e keynesiana/pós-keynesiana partem de pressupostos teóricos diferentes no que concerne a variável tempo em seu arcabouço teórico e isso anula qualquer ideia de incerteza no caso das primeiras, que utilizam o tempo mecânico, e, contrariamente, no caso das segundas, o tempo histórico permite o desenvolvimento e uso da incerteza como variável-chave para explicar os fenômenos econômicos. A consequência direta da diferente noção temporal relaciona-se com a questão da moeda nas distintas escolas de pensamento. As diferentes concepções dadas à autonomia dos agentes privados em criarem moeda e à capacidade desta última servir de “ponte precária entre o presente e o futuro” (BELLUZZO, 1997), ou seja, sua condição única de reserva de valor — estes mundos apartados da heterodoxia e da ortodoxia levam a concepções diametralmente opostas do papel do Estado na economia.

Para a heterodoxia, deixar que as instituições atuem livremente e que o mercado regule a alocação dos ativos significa o mesmo que permitir a formação de uma crise financeira. A atuação do Estado, por meio de políticas econômicas anticíclicas, tanto no período de ascensão, contendo a acumulação de riqueza, e de queda, estimulando a economia, é fundamental para manter o mínimo de estabilidade macroeconômica, no que concerne ao nível de renda e emprego na economia. Aqui, estabilidade macro não significa estabilidade de preços, mas sim do próprio ciclo de negócios. Aqui, também, estabilidade não implica fim das crises no capitalismo e, sim, quando muito bem sucedida, a simples e efêmera, mas crucial, suavização de ciclos de ascensão e crise, sempre o objetivo maior de evitar a ruptura sistêmica inerente à economia de mercado.

§

Referências

- AGLIETTA, M. *A theory of capitalism regulation: The US experience*. Londres: NLB, 1979.
- AMADO, A. (2000) Limites monetários ao crescimento e a não neutralidade da moeda. In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre, vol. 21, n. 1, 2000, p. 44-81.
- BELLUZZO, L.G. O dinheiro e as transfigurações da riqueza. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). *Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- BELLUZZO, L.G.M.; ALMEIDA, J.G. *Depois da queda: A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BLAUG, M. *Economic theory in retrospect*. Cambridge: University Press, 1996.
- CARVALHO, F. C. J. On the concept of time in Shackle and Sraffa economics. In: *Journal of Post-keynesian Economics*, vol.6, n. 2, Winter, 1983-1984.
- _____. Moeda, produção e acumulação: Uma perspectiva pós-keynesiana. In: SILVA, M. L. F. (Org.). *Moeda e produção: Teorias comparadas*. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.
- _____. *et al. Economia monetária e financeira: Teoria e política*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- DAVIDSON, P. *Money and the real world*. Londres: Macmillan, 1978.
- FRIEDMAN, M. Quantity theory of money. In: *The New Palgrave Dictionary of economics*. Londres: Palgrave, 1989.
- GUTTMANN, R. *How credit-money shapes the economy: The United States in a Global System*. Londres: M.E. Sharp, 1994.
- HICKS J. R. Keynes' Theory of Employment. In: *The Economic Journal*, vol. 46, n. 182, jun. 1936, p. 238-253.
- KEYNES, J. M. [1931] *Essays in persuasion*. Nova York: W. W. Norton & Company, 1963.
- _____. [1930] Treatise on money. In: MOGGRIDGE, D. E. (Org.). *The collected writings of John Maynard Keynes*. Londres: Macmillan. vol. V e VI, 1971.
- _____. [1933a] A monetary theory of production. In: MOGGRIDGE, D. E. (Org.). *The collected writings of John Maynard Keynes*, vol. XXIII. Londres: Macmillan, 1973.
- _____. [1933b] The distinction between a co-operative economy and an entrepreneur economy. In: MOGGRIDGE, D. E. (Org.). *The collected writings of John Maynard Keynes*, vol. XXIX. Londres: Macmillan, 1979.
- _____. [1936] *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1982.
- _____. [1937a] Teoria geral do emprego. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *Keynes*. São Paulo: Ática, 1984.
- _____. [1937b] Alternative theories of the rate of interest. In: MOGGRIDGE, D. E. (Org.). *The collected writings of John Maynard Keynes*, vol. XXIV. Londres: Macmillan, 1973.
- _____. [1937c] The 'ex ante' theory of the rate of interest. In: MOGGRIDGE, D. E. (Org.). *The collected writings of John Maynard Keynes*, vol. XXIV. Londres: Macmillan, 1973.
- KREGEL, J. A. Margins of safety and weight of the argument in generating financial fragility. In: *Journal of Economic Issues*, vol. XXXI n. 2, jun. 1997, p. 543-548.
- MINSKY, H. [1976] *Stabilizing an stable economy*: Nova York: McGraw-Hill Companies, 2008a.
- _____. [1987] *Securitization*. Policy Note. Annandale-on-Hudson. Nova York: The Levy Economics Institute, 2008b.
- _____. Financial crises: Systemic or idiosyncratic. In: *Working Paper* nº 51. Nova York: The Levy Economics Institute, 1991.
- _____. The financial instability hypothesis. In: *Working Paper* nº 74. Nova York: The Levy Economics Institute, 1992.
- MOLLO, M.L.R. Ortodoxia e heterodoxia monetárias: A questão da neutralidade da moeda. In: *Revista de Economia Política*, vol. 24, n. 3 (95), jul-set. 2004.
- ROBERTSON, D. H. Some notes on Mr. Keynes' general theory of employment. In: *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 51, n. 1, nov. 1936, p. 168-191

Recebido em 18/3/2016
e aceito em 1/4/2016.

Jacqueline A. Haffner¹
José Maurício Silvestre²

Brasil: globalização financeira e desindustrialização

RESUMO

Este artigo analisa o fenômeno da desindustrialização na perspectiva das recentes transformações do capitalismo, como a financeirização, terceirização e realocação das atividades econômicas, desencadeadas pela crise estrutural do capital nos anos 1970, que constituem a base do processo de globalização econômica. O estudo considera que a desindustrialização da economia brasileira está centrada nos deslocamentos dos capitais produtivos e financeiros na economia mundial, desde os anos 1980. Na década de 1990, com a liberalização financeira e a abertura comercial, o fenômeno avança no Brasil, por meio do aprofundamento da financeirização das atividades econômicas e da abrupta intensificação da concorrência interna e externa.

Palavras-chave

Globalização; Sistema financeiro; Desindustrialização.

ABSTRACT

This article analyzes the phenomenon of deindustrialization from the perspective of certain recent transformations in capitalism, such as the financialization, outsourcing and relocation of economic activities, which were brought about by the structural crisis of capital during the 1970s and which constitute the foundations of the process of economic globalization. This study considers that the deindustrialization of the Brazilian economy has its roots in movements of productive and financial capital within the global economy, since the 1980s. During the 1990s, with the implementation of financial and trade liberalization policies in Brazil, this phenomenon gathered pace, in the form of even greater financialization of economic activities and a sudden intensification in both domestic and international competition.

Keywords

Globalization; Financial system; Deindustrialization.

1. Economista. Professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais (Deri) e do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Grupo de Pesquisa sobre os BRICS (NEBRICS-UFRGS). E-mail: Jacqueline.haffner@ufrgs.br

2. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Grupo de Pesquisa sobre os BRICS (NEBRICS-UFRGS). E-mail: jmsilvestre@pop.com.br

Introdução

Em nossa hipótese, o processo de desindustrialização está fundamentalmente associado à crise estrutural do capital e à financeirização das atividades econômicas, que têm redesenhado o quadro do poder econômico e político mundial por meio da globalização e liberalização econômica. O conceito de globalização econômica é determinado, em primeiro lugar, pela expansão dos fluxos produtivos internacionais, associada à estratégia competitiva das empresas transnacionais (ETNS), a partir da crise estrutural do capital nos anos 1970. Em segundo lugar, pela expansão dos fluxos comerciais internacionais, provenientes da abertura econômica na maioria dos países desde a década de 1980. E, em terceiro lugar, por intermédio da expansão dos fluxos financeiros internacionais decorrentes da desregulamentação dos serviços financeiros e da adoção de regimes cambiais flutuantes a partir do rompimento do regime Bretton Woods na década de 1970.

De modo geral, o fenômeno da desindustrialização é entendido como sendo um processo de mudança (econômica e social) estrutural (de longo prazo) caracterizado pela redução da atividade (ou capacidade) industrial (especialmente da indústria da manufatura) em determinado país ou região. Essa representação do fenômeno, via participação relativa da indústria no produto e no emprego total da economia, nada informa a respeito das determinações causais da desindustrialização. Com essa representação, os estudos recentes têm estimulado a controvérsia, tanto acerca da especificidade do caso brasileiro como das relações causais que resultam na desindustrialização.

Este artigo parte da premissa de que a participação relativa da indústria na estrutura da produção e do emprego de um país só pode ser avaliada corretamente se for compreendida no quadro da nova divisão internacional do trabalho (DIT). Acredita-se que, ao enquadrar as estruturas produtivas dos países periféricos aos requisitos da acumulação capitalista dos países avançados, a DIT transforma ambas as dinâmicas (interna e externa) da acumulação do capital industrial. Tendo como pano de fundo a liberalização dos fluxos econômicos e financeiros, resultante das transformações no regime de acumulação capitalista, o estudo investiga como evoluíram as categorias centrais de acumulação do capital industrial, especialmente a partir do rompimento do padrão monetário internacional no final da década de 1970, enfatizando os processos de financeirização da riqueza, que subordina e condiciona o crescimento do capital industrial ao processo de valorização financeira, de

relocalização e reestruturação espacial do capital industrial. Essas transformações têm conduzido a busca de vantagens competitivas em países e regiões mais favoráveis à acumulação do capital industrial, ao mesmo tempo em que impulsiona a revolução nas tecnologias de informação e digitalização das atividades econômicas, que implicam na concentração e centralização de uma estrutura de serviços financeiros, bancários e corporativos nas principais praças financeiras do sistema capitalista.

O estudo aborda as relações, processos e estruturas que caracterizam o modo de produção e o regime de acumulação capitalista da atualidade, na perspectiva do sistema econômico internacional, buscando estabelecer a relação entre o processo de globalização econômica e o processo de desindustrialização da economia brasileira. Assim, a pesquisa coloca em primeiro plano as variáveis sistêmicas, como o regime de acumulação financeira e o poder monetário internacional, na explicação do fenômeno da desindustrialização.

Estruturalmente, para atingir o objetivo central apresentado, divide-se o artigo em três partes além desta introdução. A seção 1 compreende as implicações do movimento de capitais e a desindustrialização e também é feita a revisão da literatura. A seção 2 apresenta a discussão e expõe os dados que apontam para a desindustrialização na economia brasileira. Por último, são apresentadas as considerações finais deste artigo.

1. O movimento internacional do capital e a desindustrialização

A recessão generalizada da década de 1970, que envolve especialmente as economias centrais do capitalismo mundial, desperta o capital monopolista para a necessidade de reverter uma conjuntura francamente desfavorável, que passa a adquirir contornos de uma depressão profunda, de um grave problema estrutural, seguida de uma crise de acumulação logo no início da década de 1980. Para Mészáros (2009) e Harvey (2010), com a crise estrutural do capital na década de 1970, ocorre uma mudança significativa na postura do capitalismo norte-americano, que adquire um comportamento “mais agressivo e aventureiro”, antes mesmo do colapso do bloco soviético. Com o esgotamento do modelo de acumulação rígida, o capital monopolista dos EUA e seus aliados articulam uma estratégia política global, baseada na reestruturação produtiva, na financeirização da riqueza e na disseminação do neoliberalismo na economia mundial, que leva as economias capitalistas do resto do mundo ao desenvolvimento de um modelo de acumulação flexível, sedimentando o caminho da “retomada da hegemonia da economia americana” (TAVARES, 1998). Esse processo originou três movimentos distintos na economia mundial, todos voltados para favorecer

a acumulação do capital em escala global e sob o domínio do capital financeiro: de financeirização, de terceirização e de realocização das atividades econômicas, sob a liderança dos Estados Unidos, que tem afetado respectivamente o regime de acumulação do capital, a estrutura da produção e do emprego na economia mundial e a divisão internacional do trabalho.

Depois desse período de instabilidade, no final da década de 1970, os EUA retomam o controle das finanças globais, e os demais países avançados reconhecem o poder e a supremacia norte-americana, aceitando o novo padrão monetário internacional: o dólar-flexível. Com o sistema financeiro internacional (SFI) sob o controle do FED, o crédito interbancário se orienta definitivamente para os EUA, no financiamento do déficit fiscal americano. Esse processo representa um aprisionamento das finanças globais pelos Estados Unidos.

O novo regime monetário internacional obriga o alinhamento dos demais países, em termos de política cambial, fiscal e monetária, com o ajustamento das contas externas da economia americana. Para Tavares (1998), isso significa que o resto do mundo esteriliza o seu potencial de crescimento econômico endógeno em favor da restauração da hegemonia americana. Em outras palavras, o déficit na balança comercial dos Estados Unidos seria financiado por meio da emissão de moeda reserva internacional e de títulos de dívida interna convertidos em dívida externa.

Com isso, a economia dos EUA poderia absorver recursos externos para modernizar o seu parque industrial, diversificar os setores de ponta, sem qualquer esforço de poupança interna, graças à transferência de bilhões de dólares entre juros e relações de troca mais favoráveis com o resto do mundo. A proposta seria deixar para os países periféricos as tradicionais atividades de exploração dos recursos naturais, acrescidas de industrialização. Estas atividades industriais seriam operadas por ETNS, com tecnologia já absorvida pela periferia e integradas em cadeias globais de valor.

A fim de absorver a poupança líquida do SFI, os Estados Unidos então promovem a desregulamentação dos mercados de capitais por meio de uma série de inovações financeiras, como securitização e derivativos, afetando a hierarquia das moedas no mercado internacional, além de emitir títulos de dívida pública para expandir as reservas e dar sustentação à acumulação financeira. Com isso, o país consolida o poder internacional do dólar monetário, como instrumento cambial e de liquidez internacional, e do dólar financeiro, como âncora das transações e acumulação financeiras e mecanismo privilegiado de transferência da riqueza mundial para os EUA.

Com o fim da URSS e a reunificação da Alemanha em 1989, os EUA adotam uma política monetária mais expansionista, elevando o patamar da acumulação financeira e permitindo o surgimento de “bolhas” especulativas e crises financeiras recorrentes, que se arrastam até o presente. Desde a década

de 1980 e sob a regência do FED, o capital financeiro tem conduzido os EUA, e depois a Europa, a um grau de endividamento das famílias, das empresas, dos bancos e do governo, muito superior às expectativas de crescimento da economia americana. O movimento de valorização dos ativos financeiros nos mercados de capitais de Nova York, Londres etc., alimentado pelo ingresso de capitais especulativos em fuga das crises financeiras e cambiais que atingiram vários países periféricos na década de 1990 — México (1994-1995), Argentina (1995), Ásia (1997-1998), Rússia (1998), Brasil (1998-1999) e Argentina (2001-2002) —, levou à concentração e à centralização da propriedade, transformando as instituições e corporações financeiras em agentes privilegiados da acumulação capitalista. Entre 1980 e 2006, a riqueza financeira mundial aumentou 13,9 vezes, de acordo com Paulani (2009), ou 1.292%, sem contar os derivativos, enquanto o PIB mundial cresceu “somente” 4,1 vezes, ou 314%.

Desse modo, o processo de globalização financeira tem ampliado o domínio do capital financeiro sobre o capital industrial e os bancos têm ampliado o seu controle sobre os mercados tradicionalmente não abarcados pelas instituições bancárias. As funções bancárias tradicionais têm sido complementadas cada vez mais por funções especificamente industriais como, por exemplo, o banco de investimentos Goldman Sachs, que administra, em Detroit (EUA), 27 armazéns, onde guarda atualmente 1,5 milhão de toneladas de alumínio. A função de abastecer o mercado de *commodities* não é uma função tradicional do sistema bancário. Apesar das investidas dos bancos no setor produtivo, alguns argumentam que os bancos geralmente não investem em participações acionárias para exercer controle. No entanto, como afirmam Vitali, Glattfelder e Batiston (2011, p. 8), “[...] também há evidência empírica do oposto.” A tendência geral de dominação dos sistemas especulativos sobre os sistemas produtivos é uma consequência inevitável da instabilidade global criada pelo desenvolvimento recente do capitalismo financeiro. Em estudo recente, os autores concluíram que as corporações transnacionais formam uma gigantesca estrutura, na qual grande parte do controle flui para um pequeno núcleo fortemente articulado de instituições financeiras. Trata-se de um grupo fortemente estruturado de corporações que detêm a maior parte da propriedade umas nas outras. Os autores identificaram, no meio da teia de propriedades cruzadas, um núcleo duro (*core*) de 147 corporações intimamente relacionadas que controla 40% da riqueza total de um primeiro núcleo central de 737 ETNs, quase dois quintos do controle sobre o valor econômico das ETNs e quase pleno controle sobre si mesmo. Glattfelder (2011) afirma resumidamente que, na verdade, menos de 1% das companhias controla 40% da rede inteira, e a maioria delas são bancos. Na rede global das corporações, três quartos dos atores globais do topo do núcleo duro são corporações financeiras.³

O resultado da expansão e concentração do capital financeiro é uma dupla

3. Segundo o diretor executivo de estabilidade financeira do Bank of England, Andy Haldane, esse núcleo de 147 corporações investigado pelo ETH controla um estoque de contratos financeiros emitidos (*outstanding financial contracts*) que alcança atualmente cerca de 14 vezes o PIB anual global (BRAUN, 2013).

dinâmica de intervenção organizada para a proteção dos interesses sistêmicos e de competição desenfreada das corporações no mercado mundial. O que se observa atualmente é um SFI articulado e demasiadamente fechado para ser regulado pelas forças de mercado e pelos Estados nacionais e, ao mesmo tempo, incapaz de administrar o volume descomunal de recursos financeiros que controla, para onde escoar uma soma de valores que representa cerca de 14 vezes o PIB mundial. De um sistema regulado pelos governos, que colocava sob seu controle os movimentos de capitais, passou-se a um sistema “comandado” pelos investidores institucionais.

A globalização financeira, que se caracteriza pela volatilidade intrínseca, pela especulação e as crises financeiras recorrentes, acabou colocando os fundos de pensão e de investimento, as sociedades de crédito mobiliário e outras ETNs que operam no mercado monetário e de capitais, no centro das finanças internacionais. Esses fundos se transformaram nos principais agentes nas decisões de investimento, determinando as condições de crescimento das economias por meio do movimento internacional de capitais. Como no atual regime de câmbio flexível os déficits são financiados pelo crédito internacional dos bancos e mercados de títulos — de acordo com os juízos dos capitalistas rentistas, a respeito da sustentabilidade das dívidas externas, sem controle dos bancos centrais e totalmente desregulado —, o SFI passou de um regime favorável aos devedores para um regime favorável aos credores, invertendo a natureza dos riscos. A tensão permanente do risco de *default* amplia as necessidades de liquidez e determina o surgimento das inovações financeiras. Estas inovações são formas de proteção contra os riscos associados aos créditos mobiliários. O aporte de capitais está situado entre o imperativo de liquidez dos poupadores e a imobilidade de capitais dos investidores. A forma de resolver esse problema pelos agentes financeiros acaba definindo o aporte e o perfil dos ativos financeiros no espaço econômico mundial. Para facilitar a mobilidade dos capitais e reduzir os riscos cambiais, a âncora nominal das taxas de câmbio ao dólar substituiu as taxas de câmbio flexíveis que, desde 1991, têm desencadeado fluxos de capital avassaladores na economia mundial. O excesso de liquidez do SFI, baseado na acumulação de reservas, causou euforia consumista nos países beneficiários, expondo os bancos ao risco de *default*.

Para Aglietta (2000a), o fator decisivo da instabilidade financeira causada pela liberalização dos fluxos de capitais foi o endividamento dos bancos em moeda estrangeira e o financiamento dos setores público e privado em moeda doméstica. Os bancos acumularam os riscos de crédito, de vencimento e cambiais, aumentando a fragilidade do sistema bancário. Quer dizer, as crises financeiras do capitalismo patrimonialista têm origem na excessiva alavancagem de agentes públicos e privados, que resulta na acumulação de riscos e maiores estrangulamentos de governos e instituições financeiras internacionais.

No capitalismo atual, a acumulação do capital industrial, comercial e monetário opera sob o regime da lógica financeira. De acordo com Aglietta (2000a), as finanças têm caráter pró-cíclico na formação da demanda agregada. A lógica da valorização financeira estimula o consumo e o investimento do setor privado, tendo em vista que a riqueza aumenta a renda disponível na fase ascendente dos preços dos títulos. A demanda agregada amplia o ciclo econômico ao ser pressionada pelo consumo, permitindo que as empresas obtenham lucros que sustentam o movimento de valorização dos ativos financeiros. A alta de preços acaba acentuando ao invés de inibir a pressão de demanda. Ademais, a norma de rendimento dos fundos próprios provoca uma economia de capital produtivo no longo prazo. Essa obrigação básica do capitalismo financeiro amplia o ciclo dos investimentos das empresas, muito além do permitido pelo modelo de acumulação “rígida” antecedente. O antigo regime de crescimento favorecia os rendimentos de escala na produção industrial. O aumento da produtividade do trabalho acompanhava o aumento da relação produto-capital, traduzido na maior participação do capital industrial no valor adicionado. Essa condição muda com a necessidade de prover maior liquidez para a valorização dos títulos no mercado financeiro.⁴ Com a emergência da economia de serviços, poupadora de capital e intensiva em trabalho, os desequilíbrios tendem a se acumular nos mercados de títulos, aparentemente sem tensão inflacionária no mercado do produto.

Nesse regime de acumulação, como tenta explicar Belluzzo (1998, p.191), “[...] o cálculo do valor presente do investimento produtivo não é afetado simplesmente pelo Estado de preferência pela liquidez nos mercados financeiros, mas pela financeirização [...]” que a lógica ínsita da valorização patrimonial impõe à acumulação produtiva. “A generalização e intensificação da concorrência protagonizada pelas ETNs só pode ser compreendida corretamente à luz dessas transformações financeiras.” Inclusive as questões relativas às estratégias de localização das ETNs devem ser avaliadas na perspectiva desta disciplina do capital financeiro. A nova economia de serviços imobiliza menos capital, tem ciclos de produtos mais breves e se adapta com maior rapidez às mudanças na estrutura da demanda. Dada a necessidade de prover maior liquidez para a valorização dos títulos no mercado financeiro, a economia de capital exige a reestruturação das empresas, pela maior exigência de rendimento dos fundos próprios, pela elevação dos custos do capital produtivo e pelo acirramento da concorrência no mercado internacional de produtos.

As ETNs atuam na confluência da mudança do paradigma organizacional e da crise de acumulação do capital industrial, por meio do emaranhado das condições da acumulação capitalista criadas pela globalização econômica. A partir da crise estrutural do capital na década de 1970, o excesso de acumulação se desdobra, segundo Harvey (2010, p. 103), num eixo econômico

4. Uma explicação mais detalhada de como as variáveis monetárias têm perturbado o crescimento do produto pode ser encontrada em Aglietta (2000b).

hegemônico (EUA, Europa e Japão) e numa “série em cascata de ordenações espaço-temporais primordialmente nas regiões Leste e Sudeste da Ásia, porém com elementos adicionais na América Latina (em particular Brasil, México e Chile)”. Para o autor, essa proliferação de “[...] ordenações espaço-temporais em cascata são na verdade relações materiais e sociais entre regionalidades construídas por meio de processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo”. Trata-se de um movimento de terceirização do capital transnacional ao redor do mundo, que se abre a duas possibilidades de conclusão.

Na primeira delas, novas ordenações espaço-temporais abrem-se sucessivamente e capitais excedentes são absorvidos em base episódica. Aquilo que chamou de “crise de comutação (*switching*)” tem o efeito de redirecionar fluxos de capital de um espaço para outro. O sistema capitalista permanece relativamente estável como um todo, embora as partes vivenciem dificuldades periódicas (como desindustrialização aqui ou desvalorizações parciais ali). (HARVEY, 2010, p. 103)

Na segunda, há um acirramento da competição internacional, na medida em que vários centros dinâmicos de acumulação do capital competem entre si no cenário mundial devido a fortes correntes de sobreacumulação e, como é impossível que todos tenham sucesso no longo prazo, os mais fracos sucumbem, sendo obrigados a desvalorizações cambiais, ou eclodem conflitos geopolíticos entre as regiões.

A nova DIT resultante dessas transformações tem desenraizado a indústria de muitos países, criado um conjunto de serviços ligados à produção industrial globalizada e aprofundado a divisão social do trabalho em favor do crescimento do setor de serviços, correlacionados à produção de manufaturados para o mercado mundial. Ela se baseia na transferência dos países centrais para os periféricos de setores industriais criados na primeira e na segunda revolução industrial. A migração da indústria de transformação com tecnologia intensiva em trabalho para os países pobres — enquanto os países avançados se especializam na produção de serviços intensivos em capital — faz parte das transformações na DIT que têm levado à globalização econômica.

Esse processo de reestruturação do capital em escala global está por trás do debate em torno do fenômeno da desindustrialização. Segundo Brown e Julius (1994), o declínio do emprego na indústria se deve à nova DIT, na qual as economias avançadas estão abandonando a produção de bens manufaturados e se especializando na produção de serviços. Rowthorn (1999, p. 59) argumenta que, no processo de desenvolvimento econômico, a estrutura do emprego se modifica: “[...] a participação da indústria de transformação no emprego primeiro aumenta e, mais tarde, declina. Todas as economias em crescimento seguem essa trajetória geral, embora haja grandes diferenças entre os países.”

Assim, o debate tem se desenrolado em torno da questão do nível da renda: por que a desindustrialização estaria ocorrendo “normalmente” em países com uma renda *per capita* inferior ao nível das economias mais avançadas, com uma estrutura industrial menos desenvolvida? Rowthorn (1999) aponta cinco explicações para a redução da participação do emprego na indústria de transformação: 1) ilusão estatística; 2) demanda; 3) aumento da produtividade; 4) novas tecnologias; e 5) divisão internacional do trabalho.

Desse modo, apesar de ser compreendido como um processo “natural”, próprio do desenvolvimento econômico de longo prazo, Rowthorn (1999, p. 59) reconhece que “[...] um fator importante (na determinação conceitual da desindustrialização) é o papel do país na DIT.” Contudo, o autor contesta a afirmação de Brown e Julius (1994) de que as economias avançadas estão abandonando a produção de bens manufaturados e se especializando na prestação de serviços, de que a indústria de transformação migra para os países mais pobres e os países ricos se especializam nos serviços. “Brown e Julius estão certos ao argumentar que houve uma grande mudança na DIT, mas estão equivocados quanto à sua natureza. Essa mudança não é dos manufaturados para os serviços, mas dentro da própria indústria de transformação.” (ROWTHORN, 1999, p. 72). Para o autor, o que tem havido é uma mudança estrutural na indústria de transformação das economias avançadas, com a substituição de muitas atividades intensivas em mão de obra por importações de países em desenvolvimento.

O estudo de Palma (2005) busca explicar porque o fenômeno vem ocorrendo em economias com nível menor de renda. No núcleo do seu argumento se encontra a determinação da desindustrialização nos países avançados pela realocação de uma parcela da produção industrial para países periféricos com abundância de força de trabalho, além da súbita mudança no regime da política econômica e das transformações institucionais e financeiras ocorridas a partir da década de 1980.

Outros estudos reforçam essa hipótese, como o modelo proposto por Brady e Denniston (2006), o qual teoriza que a globalização tem uma relação linear com o emprego na indústria da manufatura. Shafaeddin (2005) também sugere que a desindustrialização pode acompanhar o aumento da vulnerabilidade externa da economia, particularmente no setor industrial, quando há liberalização comercial. Assim, os países que convergem na direção de uma inserção na DIT baseada na exportação de *commodities* estão sujeitos ao problema das flutuações da demanda mundial, que provoca instabilidade no ciclo de crescimento dos países exportadores e a deterioração de preços relativos no longo prazo. Por isso, em alguns casos, a desindustrialização está associada à existência e/ou descoberta de recursos naturais escassos, para os quais os acréscimos de custos de exploração para a sociedade são inferiores ao preço de

mercado, produzindo uma apreciação da taxa de câmbio real e uma externalidade negativa sobre o setor produtor de manufaturas, como sugere Bresser-Pereira (2007) para o caso brasileiro.

Mas o processo não está necessariamente associado a uma reversão da produção na direção das *commodities*. Assim, é plausível que as hipóteses acima expliquem a desindustrialização. Mas a verdade não é plausível e, ainda que verdadeiras, as explicações não são suficientes para se formar uma teoria consistente. Por isso, especialistas como Franco (1998) ainda têm dúvidas se a estrutura industrial brasileira alcançou o ponto de maturidade a partir do qual a economia começa “naturalmente” se desindustrializar, ou está se desindustrializando precocemente, em razão de uma política de inserção internacional mal conduzida, ou coadjuvante em relação ao processo de acumulação capitalista.

Desse modo, o debate sobre a desindustrialização tem dividido as opiniões dos especialistas brasileiros e contribuído mais para apontar os problemas de competitividade industrial do que para explicar a mudança na divisão social do trabalho. Não é por acaso que o declínio da indústria no Brasil tem sido atribuído a um conjunto de fatores internos, como a carga tributária, o preço da força de trabalho, as deficiências da infraestrutura e a valorização cambial. As relações internacionais apenas tangenciam a problemática quando se aborda o comércio exterior de produtos manufaturados. Nem mesmo o IDE é considerado na determinação da indústria, tendo em vista os recentes ingressos na economia brasileira. Bacha (2013), apesar de ressaltar a importância das variáveis reais de origem externa — como a alta dos preços das *commodities* e a entrada de capitais estrangeiros — na explicação da desindustrialização recente, além de atribuir um papel coadjuvante à política econômica doméstica, argumenta que a “bonança externa” tem a tendência de desindustrializar a economia, quando esta opera próxima do pleno emprego, pelo desequilíbrio entre os setores produtores de bens comerciáveis e domésticos, e chega a mesma conclusão de Bresser-Pereira (2007) de que se trata da “doença holandesa”, no período 2005-2011. Sua conclusão é que:

[...] a indústria padeceu do que a literatura econômica denomina de doença holandesa, estando esta “doença” associada a uma valorização da taxa de câmbio real provocada pela melhoria das relações de troca e o aumento da transferência de recursos financeiros do exterior. (BACHA, 2013, p. 116)

Vários autores têm compartilhado a ideia de que a política macroeconômica de curto prazo, monetária e cambial, acabou comprometendo a competitividade industrial, a capacidade do setor industrial de ingressar em mercados mais competitivos.⁵ Em comum está o apoio à hipótese da desindustrialização “precoce” da economia brasileira, em decorrência da “doença holandesa”,

5. Ver Feijó, Carvalho e Almeida (2005); Scatolim, Porcile e Castro (2006); Sonaglio, Zamberlam, Lima e Campos (2010); Marconi e Barbi (2010).

acrescentando que, além da estrutura do comércio exterior, a sobrevalorização cambial é reforçada pela excessiva atração de capitais externos, sugerindo que o processo de globalização, estimulado pela apreciação cambial e pelo ingresso de capitais, por meio do *hedge* produtivo e das importações de manufaturados intermediários e finais, tem contribuído para o aprofundamento da desindustrialização da economia brasileira.⁶

Esse atraso da indústria brasileira começa, segundo Belluzzo (2013), com o esgotamento do modelo substitutivo de importações ao final dos anos 1970 e começo dos anos 1980. Desde então a indústria brasileira teria se mantido à margem do processo de reestruturação da indústria mundial. Para o autor, o país nunca conseguiu montar um arranjo de política econômica que pudesse reinserir a economia brasileira no processo de redistribuição da indústria mundial. O resultado dessa falta de coordenação seria uma taxa de investimento insuficiente, principalmente em obras de infraestrutura, que prejudica a competitividade da indústria.

De acordo com o estudo de Oreiro e Feijó (2010), a desindustrialização está associada ao processo de acumulação de capital em escala global. Embora não realize uma análise exaustiva das relações entre as dinâmicas interna e externa que explicita a determinação da indústria pela DIT, o estudo sugere que a fenômeno está menos ligado à dinâmica interna das economias nacionais do que ao movimento internacional do capital (comercial, produtivo e financeiro) — um processo que tem deslocado o centro dinâmico e a estrutura da acumulação capitalista no sistema econômico internacional, com a integração de economias periféricas suscetíveis de serem exploradas na nova ordem econômica mundial. Para os autores, a especialização na produção de manufaturados ocasiona uma redistribuição espacial da indústria e do emprego industrial entre os diferentes países. “Os fatores externos que induzem a desindustrialização estão relacionados ao grau de integração comercial e produtiva das economias, ou seja, com o estágio alcançado pelo assim clamado processo de globalização” (OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 223). A DIT pode, de acordo com essa determinação, estar na base do processo de desindustrialização nos países que se especializam na produção de serviços, como Estados Unidos e Reino Unido, e industrialização nos países que se especializam na produção de manufaturados, como China e Alemanha. Assim, o fenômeno surge menos como o resultado do desenvolvimento das forças produtivas sociais do que da necessidade de superar a crise estrutural do capital, por meio da instauração do capitalismo financeiro, patrimonialista e globalizado.

Nesse sentido, a atual DIT não é o resultado do progresso técnico, como não é o aumento da produtividade industrial que tem levado à desindustrialização, à expansão do mercado mundial e à globalização econômica, mas os problemas de acumulação do capital, essencialmente ligados às condições de

6. O suposto *hedge* produtivo se refere à estratégia inicial de importação de insumos para reduzir os custos de produção do setor exportador e compensar a queda das margens de lucros decorrente da apreciação cambial. A generalização dessa estratégia pelos demais setores da economia, apoiada na sobrevalorização cambial, teria prejudicado a produção nacional de manufaturados e reforçado o processo de desindustrialização da economia brasileira.

acumulação, a partir da crise estrutural do capital, que induzem a redistribuição da indústria mundial, a nova DIT e a (des)industrialização das economias centrais e periféricas.

Entretanto, no ambiente de globalização financeira, a questão fundamental é como isolar a política macroeconômica doméstica das pressões externas, tendo em vista a estrutura hierárquica do sistema internacional e a posição hegemônica da economia americana? Para Arrighi (1998, p. 355), o deslocamento espacial das atividades industriais para países de média e baixa renda não é o aspecto fundamental da reestruturação do capitalismo mundial, mas “[...] a mudança de fase dos processos de acumulação do capital, em escala mundial, da expansão material para a expansão financeira.” Não obstante, no momento, cabe destacar apenas que a emergência das finanças implica em transformações estruturais do capitalismo e agrava as contradições entre valorização financeira e produtiva do capital, impulsionando o processo de globalização financeira. Esse capitalismo exacerba os conflitos entre acumulação real e financeira, que se materializam na divisão (social e internacional) do trabalho e definem a forma da apropriação da riqueza (nacional e mundial). A determinação dessa forma de capitalismo tem dois aspectos que se reforçam mutuamente: o perfil desindustrializante e a volatilidade intrínseca do regime de acumulação financeira. O termo desindustrialização indica simplesmente a tendência da produção industrial (imediata) desocupar o centro do processo de acumulação capitalista. Trata-se de um fenômeno que envolve dois processos simultâneos e complementares: um de redistribuição geográfica do capital industrial, determinado por vantagens locais e outras associadas à internacionalização da produção, e outro de desmaterialização da produção capitalista, determinado pelo atual regime de acumulação financeira associado ao progresso tecnológico e inovações das telecomunicações etc. O termo aponta tanto uma tendência à estagnação da indústria da manufatura como centro dinâmico da acumulação capitalista como o aumento da produção de mercadorias intangíveis, especialmente de serviços, no conjunto da produção capitalista.⁷

O atual regime de acumulação tem levado à realocação das ETNs produtivas, transformando a geografia econômica mundial e configurado a nova DIT, com a emergência das novas economias industrializadas. Segundo Arrighi (1998), a industrialização do terceiro mundo pode ser explicada em parte por dois fatores básicos: 1) a competição entre as economias de industrialização avançada; e 2) os conflitos entre capital e trabalho nas economias industrializadas. “Dessa perspectiva, a expansão da industrialização aparece não como desenvolvimento da periferia, mas como periferação de atividades industriais” (ARRIGHI, 1998, p. 231). O regime de acumulação financeira tem levado ao achatamento das atividades produtivas e impulsionado a transferência das ETNs produtivas para os países que exigem uma imobilização inferior

7. O descolamento da riqueza de sua base material é a evidência mais contundente da negação do trabalho nas condições do capitalismo patrimonialista. Do ponto de vista da teoria marxista, curiosamente ambas as contrapartidas setoriais da desindustrialização (finanças e serviços) não estão diretamente ligadas à produção de excedentes (mais-valia). Para uma discussão econômica mais aprofundada das características setoriais da desindustrialização, ver Tregenna (2011).

de capital — ou seja, para economias na periferia do sistema capitalista. Esse movimento internacional do capital está forçando a nova DIT e prejudicando as exportações industriais de países de industrialização tardia e baixa produtividade sistêmica como o Brasil, onde os problemas estruturais são mais graves. Em tais circunstâncias, uma política de desvalorização cambial não é apenas insuficiente, ela representa a incapacidade estrutural de recuperação do protagonismo da indústria como instrumento do desenvolvimento econômico. De acordo com Tavares (1999, p. 483), “[...] está ocorrendo uma tendência estagnacionista da produção, mesmo em países desenvolvidos centrais, [...] o que prejudica seriamente os esforços exportadores das economias periféricas, com qualquer taxa de câmbio”.

Uma parcela crescente da renda, contrapartida da produção, está sendo desviada das atividades produtivas — especialmente na indústria de transformação, que exige uma maior imobilização de capital — para a acumulação financeira. Este regime de acumulação financeira tem moldado o sistema capitalista e sedimentado as bases da acumulação do capital industrial, por intermédio da abertura financeira e comercial, da financeirização das atividades econômicas e da reestruturação espacial da indústria, tendo por fundamento a capacidade de cada país de ajustamento das contas externas — quer dizer, o poder monetário internacional.⁸

No contexto das finanças globais aumentam as pressões para a convergência macroeconômica entre os Estados nacionais. O exercício do poder monetário é altamente dependente da globalização financeira. Não é por acaso que os EUA não tenham propriamente crises em sua balança de pagamentos, pois as mesmas são exportadas pela compra de títulos do tesouro americano, bastando uma depreciação do dólar para haver uma perda patrimonial dos títulos. Esta condição obriga a acumulação de reservas cambiais pelos demais países que, por sua vez, são destinadas aos fundos de investimento e de *hedge*, entram no circuito de valorização financeira, aumentando a volatilidade do SFI, gerando crises cambiais e reforçando a necessidade de aumentar ainda mais as reservas contra o risco de *default*. Esse “poder de desviar”, de exportação das crises, dos EUA, era um privilégio monetário no padrão-ouro e continua sendo um privilégio financeiro no padrão dólar-flexível. Por isso, a liberalização financeira faz parte das preferências geopolíticas dos EUA. A abertura da conta capital é uma condição da dependência dos demais países em relação ao Estado dominante.

No atual contexto de globalização financeira e unipolaridade, não apenas a autonomia macroeconômica, compatível com qualquer política de desenvolvimento industrial, mas inclusive as questões relativas às estratégias de localização das ETNs devem ser avaliadas na perspectiva da disciplina do capital financeiro.

Esse processo de globalização financeira se baseia na amarração juros e câmbio, decisiva na determinação do ritmo da acumulação capitalista e do

8. Ver Andrews (2006), Kirshner (1997, 2006) e Henning (2006).

desempenho da indústria doméstica. A política monetária (de juros) está voltada para o controle dos preços (da inflação), no regime de metas inflacionárias, e a política cambial (de câmbio) está ligada ao controle das contas externas (da balança de pagamentos). O regime de metas inflacionárias está atrelado ao regime de acumulação financeira dominante na atualidade, que conduz as autoridades monetárias a desconsiderar, na formulação da política econômica doméstica, a influência que a política de juros (voltada para dentro) exerce sobre a balança de pagamentos, assim como a influência que a política de câmbio (voltada para fora) exerce sobre os preços domésticos, em benefício da mobilidade internacional do capital financeiro. Nas atuais condições do capitalismo, essa inclinação da política macroeconômica é claramente desfavorável ao desenvolvimento industrial e fundamental na determinação do conceito de desindustrialização.

2. A desindustrialização da economia brasileira

A convergência das políticas de globalização de juros e câmbio tem conduzido a acumulação financeira e a desindustrialização no Brasil. A situação crítica da economia brasileira nos anos 1980 em geral, e da indústria doméstica em particular, precisa ser pensada tendo como pano de fundo o regime de acumulação financeira instaurado pela crise estrutural do capital. Em nossa concepção, as mudanças estruturais da economia brasileira, a partir dos anos 1990, derivam tanto da estagnação econômica interna nos anos 1980 como das mudanças estruturais do capitalismo mundial, que tem levado à internacionalização produtiva e financeira, e da liberalização e desregulamentação dos mercados nas últimas décadas. A inserção do Brasil na globalização econômica, a partir dos anos 1990, apenas escancara o que internamente o regime monetário-financeiro dual de acumulação do capital já havia decretado anteriormente: os dias de crescimento do capital industrial com base na lucratividade da produção estavam contados. Todos sabiam que o padrão de acumulação do tipo *profit-led growth* estava condenado no mundo capitalista desde a crise estrutural do capital em meados da década de 1970. A inflação descontrolada dos anos 1980 não apenas demonstrou que o Brasil estava gestando um novo padrão de acumulação, mas que a política econômica doméstica doravante estaria subordinada aos interesses do capital financeiro. A política econômica de enlace entre juros elevados e câmbio valorizado passaria a ditar a norma da acumulação do capital, evitar a corrosão dos ativos financeiros pela inflação e apontar o lugar da economia local na nova DIT, em detrimento dos investimentos produtivos e das políticas sociais distributivas, que induzem o emprego, o crescimento e o desenvolvimento

econômico. A inserção do país no processo de globalização econômica simplesmente informa que o Estado “pós-desenvolvimentista” desencadeara um novo ciclo de financeirização da economia, acompanhado da correspondente reestruturação da base produtiva nacional.

Antes mesmo da abertura econômica, a política econômica vinha reforçando a dinâmica de financeirização da economia e prejudicando o desenvolvimento industrial no Brasil. Os programas de reformas neoliberais e de estabilização monetária apenas transformaram o regime de acumulação do capital na economia brasileira que, desde meados da década de 1980, tem desestimulado a acumulação produtiva da poupança empresarial e prejudicado o desenvolvimento industrial. Com o esgotamento do modelo de acumulação “rígida” e a consolidação do regime de acumulação sob dominância financeira, o Brasil passou rapidamente de receptor a exportador líquido de capitais, primeiro sob a forma de pagamento de juros da dívida externa e depois como produtor de ativos financeiros de alta rentabilidade, tornando-se uma economia ainda mais vulnerável à desindustrialização. A formação bruta de capital fixo como proporção do PIB, que havia alcançado 25% em meados dos anos 1970, recua para 18,55% em média ao longo dos anos 1980, para 15,05% na década de 1990 e para 14,07% em média no período 2000-2004, na economia como um todo, segundo informações de Paulani (2008). Essa tendência decrescente de acumulação do capital produtivo, que acompanha a política de amarração dos juros e do câmbio, também passa a definir a dinâmica do crescimento e os limites do capital industrial na economia brasileira. A pressão exercida pela política econômica de globalização simplesmente abre a agenda de enquadramento do Brasil na nova DIT, por meio da reestruturação da base produtiva nacional.

Com a implantação do Plano Real, a política cambial passou a ser usada para controlar a inflação, com efeitos deletérios sobre a indústria de transformação. A estabilidade dos preços seria mantida pelo estímulo à concorrência com os produtos importados, que ganhariam o mercado interno via abertura comercial, redução das tarifas de importação e principalmente valorização cambial.

De acordo com Carneiro (2002), o modelo de inserção internacional da economia brasileira, decorrente das políticas de liberalização, desequilibrava as contas externas, especialmente no comércio de manufaturados, e conduziu a uma “especialização regressiva” da indústria nacional. A participação dos setores *science based* e intensivos em capital no PIB foram substituídos por setores tradicionais intensivos em trabalho e recursos naturais. Desde então, esse processo de reestruturação da indústria tem levado ao desaparecimento de diversos elos da cadeia produtiva, principalmente nos setores intensivos em tecnologia e capital. Com uma pauta exportadora se concentrando em *commodities*, produtos intensivos em trabalho e recursos naturais, e uma pauta importadora se concentrando em produtos intensivos em capital e tecnologia,

começa a se tornar problemática a posição da indústria brasileira no comércio internacional e na DIT.

Para cobrir o rombo das contas externas, o governo aumentou as taxas de juros e aprofundou a desregulamentação financeira, para atrair o capital especulativo, além de inaugurar um programa de privatizações, principalmente das empresas públicas de telecomunicações, que colocaram o Brasil na agenda do capital financeiro internacional. A atuação conjunta de taxas de juros elevadas, câmbio flutuante e desregulamentação financeira expõe definitivamente a economia brasileira à lógica do capitalismo patrimonialista globalizado.

A política de juros elevados, muito acima dos praticados no mercado internacional, além de produzir efeitos negativos no comportamento dos investimentos produtivos, especialmente na indústria, provocou a deterioração das contas públicas, devido ao aumento dos gastos com pagamento dos juros. Para garantir a remuneração do capital monetário e assegurar a acumulação financeira, a política fiscal foi colocada a serviço dos credores nacionais e internacionais, por meio da realização sistemática de superávits primários, em benefício da camada da população de alta renda, que possui parte do seu patrimônio em títulos da dívida pública. Com as oportunidades de valorização da riqueza financeira renovadas, os fundos de investimento globalizados aportam em território nacional e condicionam a forma de inserção do Brasil na globalização financeira.

Nessa perspectiva, as agendas do capital financeiro internacional e dos Estados nacionais são complementares no capitalismo patrimonialista. Ambas constituem a base da dominação do capital financeiro sobre as atividades produtivas com o apoio do Estado.

No Brasil, o processo de financeirização tem características bem peculiares, de acordo com Bruno *et al.* (2011), diferente dos países desenvolvidos, onde a valorização patrimonial se desenvolve no mercado de capitais, por meio do endividamento privado e com juros reduzidos. No caso brasileiro, ela se desenvolve por intermédio do endividamento público e com juros elevados. Essa condição da acumulação financeira supõe, como vimos, a economia do capital produtivo e simultaneamente inibe a diversificação e a modernização da indústria brasileira. Para os autores, o declínio e estagnação da participação do estoque de capital fixo (máquinas e equipamentos) no estoque fixo total da economia — que iria estabilizar em 2008 num patamar 32% inferior ao alcançado em 1976 — aponta para um modelo de crescimento que compromete a geração de renda e empregos, principalmente no setor industrial, e trava a dinâmica do crescimento no longo prazo. Até recentemente, a taxa de investimento não havia recuperado o nível de 25% do PIB alcançado nos anos de 1970. A política de estabilização associada ao grau de endividamento interno do setor público, após a reestruturação da dívida, manteve as taxas de juros

elevadas e o câmbio sobrevalorizado, sufocando os investimentos em vários segmentos da indústria. Segundo Bresser-Pereira e Marconi (2009), entre 1997 e 2008 os investimentos na indústria cresceram somente 30 %, ou 2,7% anualmente, contra 277% de crescimento no setor de *commodities*, ou 14,2% anualmente (11%, sem considerar a extração e o refino de petróleo).

Esse baixo volume de investimentos na indústria seria, de acordo com os autores, o resultado da estratégia de substituição de insumos nacionais por importados, e não propriamente do regime de acumulação financeira do capital. Não obstante, a taxa de crescimento do valor adicionado da indústria tem sido sistematicamente inferior à taxa de crescimento do PIB desde meados a década de 1980, reafirmando a hipótese da desindustrialização da economia brasileira.

Em nosso modo de ver, a explicação para o fraco desempenho da indústria, no período em consideração, aponta fundamentalmente para o regime de acumulação financeira do capital. Nele,

[...] a rentabilidade real de referência encontra-se na órbita financeira e não nas atividades diretamente produtivas, que se estruturam como instâncias subordinadas. As finanças não estão, portanto, a serviço da acumulação produtiva e do crescimento econômico, mas se estruturam prioritariamente para a acumulação financeira e patrimonial. (BRUNO *et al.*, 2011, p. 747)

Para os países de industrialização atrasada, esse regime de acumulação financeira representa um entrave estrutural, não somente para a geração de emprego e renda, mas principalmente para os investimentos produtivos, para a modernização e diversificação do parque industrial.

O setor produtivo em geral e a indústria de transformação em particular têm suportado todo o peso do comportamento rentista dos proprietários do capital e da sintonia do governo brasileiro com o mercado financeiro. De acordo com Bruno (2008), a diferença de 7,1% entre os fluxos de juros recebidos (29,4% do PIB) e pagos (22,2% do PIB) pelos bancos, no período entre 1993 e 2005 — que corresponde à parcela retida efetivamente pelo sistema bancário-financeiro —, indica o comportamento claramente rentista das famílias proprietárias do capital e das empresas não financeiras que se apropriaram dos juros (22,2% do PIB) pagos pelo sistema financeiro brasileiro. Segundo as estimativas de Bruno *et al.* (2011), a taxa de financeirização da economia brasileira em seu conjunto cresce aproximadamente 10 pontos percentuais (de 30% para 40%) durante a década de 1980. No início dos anos 1990, a razão entre ativos financeiros e capital produtivo recua para menos de 20% e, desde então, volta a crescer até ultrapassar os 70% na crise financeira internacional de 2008. Esse crescimento vertiginoso da acumulação financeira, especialmente no período 1991-2008, representa um aprisionamento das finanças públicas pela macroestrutura financeira da economia brasileira. Sem dúvida, esse padrão de

acumulação tem moldado a natureza das políticas monetária e fiscal de acordo com as prerrogativas da acumulação rentista.

Com o ambiente desfavorável ao investimento produtivo — em razão da macroestrutura institucional que emergiu do processo de liberalização comercial e financeira dos anos 1990, da volatilidade dos fluxos de capitais e instabilidade no SFI provocada por uma sucessão de crises financeiras no México (1994), na Argentina (1995), na Ásia (1997), na Rússia (1998), no próprio Brasil (1999) e novamente na Argentina (2001), o que implicou na elevação das taxas de juros reais —, as empresas não financeiras, que compõem a indústria de transformação, têm cada vez mais optado pela alocação financeira da poupança, tendo em vista a proliferação de produtos financeiros de elevada liquidez e baixo risco frente à imobilização de recursos no setor produtivo.

Com a reestruturação da base produtiva local, a participação da indústria nas atividades econômicas, medida tanto pelo lado da oferta (produto e emprego) como pelo lado da demanda (consumo, investimento e exportações), começa a declinar na economia brasileira. A participação do produto industrial no PIB total retrocede de 45,9 em média no período 1980-1989 para 39,0 em média no período 1990-1994 e para 27,3 em média no período 1995-2010, segundo informações do IBGE (2014). Os dados sobre a participação relativa do emprego industrial na economia, apesar da falta de homogeneidade, apontam na mesma direção, indicando claramente que a indústria de transformação tem sido incapaz de sustentar o crescimento do emprego no médio e no longo prazo, ainda que tenha havido esporadicamente aumento da produção industrial em termos de *quantum*. De acordo com Pochmann (2001), o emprego na indústria de transformação em 1980 representava 4,1% dos postos de trabalho da indústria mundial e, quase 20 anos depois, em 1999 havia recuado para 3,1% da quantidade de empregos industriais do mundo. Portanto, “[...] diante da nova DIT, o Brasil precisa rever urgentemente sua estratégia de integração passiva e subordinada na economia mundial, sob pena de continuar regredindo ainda mais nas posições anteriormente conquistadas pelo trabalho” (POCHMANN, 2001, p. 263). Em suma, desde meados da década de 1980 a indústria de transformação deixou de ser a principal fonte geradora de emprego da economia brasileira, o que pode caracterizar um processo de desindustrialização. Também o IDE pouco tem contribuído para a geração de empregos no setor industrial, embora tenha aumentado a sua participação na produção e geração de renda dos demais setores da economia.

Outra variável associada ao processo de desindustrialização é o crescimento do setor serviços, que tem absorvido a maior parte da força de trabalho dispensada do setor industrial. Esse setor cresceu no decorrer do século passado, como resultado de uma ampla tendência mundial. Nas economias de média e alta renda, onde o peso dos serviços de informação e de intermediação financeira

é maior, a sua expansão não está plenamente retratada nas estatísticas oficiais. Desse modo, uma análise comparativa do seu crescimento, como contrapartida do desempenho do setor industrial, está longe de produzir resultados satisfatórios. Pelos dados do IBGE, entre 1980 e 1988 a participação média dos serviços no PIB da economia foi de 54,7%, cresce rapidamente para 73,8% entre 1989 e 1993 para recuar e estabilizar no patamar de 66,5% de 1994 até 2011.

Uma análise da estrutura de comércio exterior complementa a identificação dos segmentos mais dinâmicos da indústria doméstica, simultaneamente à posição do Brasil na DIT. Com exceção de curtos períodos, desde 1980 a participação relativa da indústria nas exportações brasileiras vem diminuindo, bem como a sua participação relativa no comércio mundial de manufaturados. Com o desempenho medíocre do investimento na década de 1980, importantes setores exportadores da economia brasileira — como o de bens intermediários e alguns segmentos de bens de consumo, exatamente os que possuíam elevado coeficiente de exportação — esgotaram a sua capacidade ociosa, tornando impraticável manter o volume exportado sem a ampliação da capacidade produtiva.

Desde então, com o investimento produtivo cada vez mais impraticável frente à escalada inflacionária nos anos 1980 e depois com o crescimento dos juros, associada ao regime de acumulação financeira, o resultado é uma estrutura industrial ainda menos diversificada do que a observada no início da década de 1990, antes da abertura comercial, concentrada em segmentos poucos dinâmicos direta ou indiretamente dependentes da base de recursos naturais.

Para Carneiro (2002), a deterioração do comércio exterior de manufaturados reflete a deterioração da estrutura industrial brasileira. Esta deterioração — tanto da estrutura industrial como cada vez mais do saldo comercial — é anterior a valorização cambial, como em bens duráveis, bens intermediários elaborados e material de transporte. Pelo ângulo da intensidade do fator, não somente a deterioração, mas também a sua determinação, fica ainda mais evidente com o crescimento do déficit comercial nos setores intensivos em capital e tecnologia e superávit nos setores intensivos em trabalho e recursos naturais. “Com a atual estrutura produtiva da indústria brasileira, os setores mais dinâmicos (capital e tecnologia) são deficitários e os tradicionais (recursos naturais e trabalho), superavitários, no comércio exterior de manufaturados” (CARNEIRO, 2002, p. 329). Essas transformações na estrutura da produção e do comércio exterior têm reproduzido com os países desenvolvidos, desde a década passada, um sistema de relações de troca tradicional do tipo centro-periferia, e com os países periféricos um sistema de relacionamento diferente, pela diversificação da pauta importadora e concentração da pauta exportadora em bens de capital e produtos mais sofisticados.

Portanto, a indústria nacional está operando na confluência de um mercado

externo impraticável, em função da nova DIT sob o comando das ETNs e prioridades estratégicas dos Estados nacionais, e um mercado doméstico com problemas estruturais e distributivos crônicos, sob o manto de um regime de acumulação do capital com base nas expectativas de valorização financeira.

Resultado da falta de investimentos desde a década de 1980 e da abertura comercial da década de 1990, a deterioração do parque industrial brasileiro — principalmente dos setores intensivos em capital e tecnologia, como materiais elétricos e eletrônicos, indústrias farmacêutica, química e mecânica, e inclusive os setores que sofreram a concorrência dos importados, como a indústria têxtil e de confecções — mostra que o suposto paradigma do *global sourcing*, implícito da globalização do capital industrial — que superaria o esquema centro-periferia tradicional da DIT por meio da especialização e integração nas cadeias globais de valor —, não considera aspectos importantes da dinâmica entre os mercados interno e externo, como o regime de acumulação e distribuição da riqueza, setorial e regional, as estruturas de mercado internacionais e o papel dos Estados nacionais no desenvolvimento industrial. A proposição ignora que a busca frenética de IDE, com promessas de subsídios, eliminação de direitos trabalhistas, terceirização e desregulamentação do mercado de trabalho, entre outras medidas baseadas na exploração da força de trabalho, antes de contribuir para a industrialização do país aprofunda cada vez mais a perversidade da nova DIT e cria simultaneamente um sistema econômico global que arruína o capital produtivo ao mesmo tempo em que dilata o capital financeiro.

Considerações finais

Embora com características distintas, a indústria brasileira é obviamente parte do sistema capitalista. A trajetória da indústria nacional demonstra claramente uma acomodação ao perfil desindustrializante da economia mundial. Em termos gerais, a participação da indústria no PIB mundial tem diminuído continuamente desde a década de 1970, com o esgotamento do modelo “tradicional” de acumulação do capital e a emergência da globalização financeira da economia.

A estagnação da produção industrial mostra claramente que as variáveis do crescimento são influenciadas pelas políticas de globalização, de juros e câmbio, subordinadas aos mecanismos de coação dos Estados nacionais e interesses estratégicos do capital financeiro internacional. Nesse sentido, as políticas industriais, especialmente dos países periféricos, têm sido incapazes de confrontar a onda avassaladora de desindustrialização que tem varrido a economia mundial na fase do capitalismo patrimonialista. Em outros termos,

desde a crise estrutural do capital toda e qualquer a política industrial têm inapelavelmente um caráter paliativo.

O maior desafio para uma eventual reindustrialização da economia brasileira é estabelecer uma política de desenvolvimento industrial no ambiente macroeconômico que contribua para a degradação da indústria. De modo algum a reindustrialização no século XXI pode ser a usual política industrial, pois não se trata simplesmente de reverter alguns fatores da desindustrialização decorrentes de intervenções políticas nos mercados, como a liberalização comercial e financeira. O regime de acumulação financeira, a nova DIT e a concorrência da China e de outros países asiáticos impõem uma diretiva comercial e financeira incompatível com as tradicionais políticas monetária e cambial de industrialização. Temos de considerar que não somente a indústria é controlada pelas finanças (e os industriais se tornaram financistas), no capitalismo patrimonialista, mas o próprio governo (e a correspondente política macroeconômica) tem sido pressionado pelo grampo financeiro do poder monetário internacional. Desse modo, a condição de uma reindustrialização da economia brasileira depende do enfrentamento das adversidades políticas e econômicas internas e externas criadas pela crise estrutural do capital. Para reverter o quadro de desindustrialização no Brasil seria preciso mais do que uma política específica de priorização setorial ou política industrial, como o crescimento das exportações de manufaturados. Quer dizer, a formulação de uma nova política industrial não seria suficiente para a reindustrialização da economia brasileira. Ela precisaria ser sustentada por uma política macroeconômica soberana, que fosse efetivamente capaz de exercer o controle de entradas e saídas dos capitais, das remessas de lucros e dos fluxos de investimentos, da transferência tecnológica etc. Em outras palavras, a política industrial precisa ser consentânea da política macroeconômica. Uma política de reindustrialização no Brasil precisa interromper a trajetória de financeirização da economia, preservar a indústria nacional das políticas de globalização e restaurar os controles da política macroeconômica.

De fato, nenhum país (periférico ou central) tem poder estrutural para moldar unilateralmente as instituições do capitalismo e colocar a indústria nacional numa posição mais vantajosa na DIT. Contudo, enquanto as políticas de globalização estiverem pautadas pelos interesses estratégicos dos EUA e de seus aliados, as políticas industriais, como a política brasileira, que não ataca nem mesmo questões fundamentais como infraestrutura, burocracia, educação etc., para não falar da questão central dos juros e do câmbio, que permeiam as políticas de globalização, serão incapazes de promover um desenvolvimento industrial autônomo, sustentável e comprometido com os interesses estratégicos nacionais.

Obviamente, não se trata de tarefa fácil, somente os arautos do capitalismo patrimonialista estimam que os problemas da indústria brasileira possam

ser resolvidos pela desvalorização cambial. A decisão de mudar o horizonte da indústria é mais política do que econômica. Ela pressupõe um novo arranjo das forças políticas dominantes em torno de um novo e amplo projeto de desenvolvimento, especialmente voltado para a expansão do mercado interno e satisfação das necessidades básicas da população, uma economia política da valorização das atividades produtivas contrária aos interesses do capital financeiro globalizado, que nenhum governo tem representado objetivamente após a redemocratização do país.

§

Referências

- AGLIETTA, M. La globalización financiera. In: *Revista Capítulos*, n. 59, 2000a.
- _____. *Macroeconomia financeira*. Quito: Abya-Yala, 2000b.
- ANDREWS, D. M. Monetary power and monetary statecraft. In: _____. (Org.). *International monetary power*. New York: Cornell University Press, 2006.
- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- BACHA, E. Bonança externa e desindustrialização: uma análise do período 2005-2011. In: BACHA, E.; BOLLE, M. B. de (Org.). *O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2013, p. 97-120.
- BELUZZO, L. G. de M. Dinheiro e as transfigurações da riqueza. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). *Poder e dinheiro*. Uma economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- _____. Um “Plano Real” para a indústria. In: *Valor Econômico*, Suplemento: Rumos da Economia, ano 34, n. 3246, 2013. São Paulo.
- BRAUN, M. O escândalo do alumínio reacende debate sobre especulação com matérias-primas. In: *Deutsche Welle* (ca), 2013.
- BRADY, D.; DENNISTON, R. Economic globalization, industrialization and deindustrialization in affluent democracies. In: *Social Forces*, vol. 85, n. 1. Oxford, 2006, p. 297-329.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana*, 2007. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br>>. Acesso em: 06/10/2011.
- _____; MARCONI, N. Doença holandesa e desindustrialização. In: *Jornal Valor Econômico*. São Paulo, 2009.
- BROWN, R.; JULIUS, D.A. Is manufacturing still special in world order? In: O'BRIEN, R. (Org.). *Finance and the international economy*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- BRUNO, M. *Acumulação de capital, distribuição e crescimento econômico no Brasil: uma análise dos determinantes de longo prazo*. Rio de Janeiro, 2008. (Texto para Discussão, n. 1364.)
- _____; DIAWARA, H.; ARAÚJO, E.; REIS, A. C.; RUBENS, M. Finance-Led Growth Regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. In: *Revista de Economia Política*, vol. 31, n. 5. São Paulo, 2011.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise*. A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Unesp, 2002.
- FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. G. M. DE; ALMEIDA, J. S. G. DE. (2005) *Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?* Brasília: Iedi, 2005. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 15/08/2011.
- FRANCO, G. A. Inserção externa e o desenvolvimento. In: *Revista de Economia Política*, vol. 18, n. 3. São Paulo, jul./set., 1998, p. 121-147.
- GLATTFELDER, J. B. The capitalist network that runs the world (Interview). In: *New Scientist*, 2011.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- HENNING, C. R. The exchange-rate weapon and macroeconomic conflict. In: ANDREWS, D. M. (Org.). *International monetary power*. New York: Cornell University Press, 2006.
- IBGE. *Sistema de Contas Nacionais*, 2014.
- KIRSHNER, J. Currency and coercion in the twenty-first century. In: ANDREWS, D. M. (Org.). *International monetary power*. New York: Cornell University Press, 2006.
- _____. *Currency and coercion*. The political economy of international monetary power. New Jersey: Princeton University Press, 1997.
- MARCONI, N.; BARBI, F. *Taxa de câmbio e composição setorial da produção: sintomas da desindustrialização da economia brasileira*. São Paulo: FGV, 2010. (Texto para discussão n. 255).
- MÉSZARÓS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. (2010) Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. In: *Revista de Economia Política*, vol. 30, n. 2, abr./jun. 2010, São Paulo, p. 219-232.
- PALMA, J. G. Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”. In: *Conferência de Industrialização, desindustrialização e Desenvolvimento*. São Paulo: Fiesp/ Iedi, 28/08/2005. Mimeografado. Disponível em: <https://macrodesenvolvimento.files.wordpress.com/2013/06/520-20quatro20fontes20_2_.pdf>. Acesso em: 05/12/2014.
- PAULANI, L. M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. In: *Estudos avançados*, vol. 23, n. 66, 2009.
- _____. *Brasil delivery*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- POCHMANN, M. Globalização e emprego. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMO-VAY, R. (Org.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Unesp, 2001.
- ROWTHORN, R. Indústria de transformação: crescimento, comércio e mudança estrutural. In: CASTRO, A. B. et al. *O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI*. Rio de Janeiro: CNI/Campus, 1999, p. 57-76.
- SCATOLIN, F. D.; PORCILE, G. M.; CASTRO, F. J. G. Desindustrialização? Simpósio Desindustrialização, volatilidade cambial e previdência social. In: *Economia e Tecnologia*, Curitiba, vol. 5, ano 2, abr./jun. 2006, p. 05-16.
- SHAFEAEDDIN, M. (2005) *Trade liberalization and economic reform in developing countries: structural change or deindustrialization?* Genebra: UNCTAD, 2005 (Discussion Papers, n. 179). Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/osgdp20053_en.pdf>. Acesso em: 12/09/2011.
- SONAGLIO, C. M.; ZAMBERLAN, C. O.; LIMA, J. E.; CAMPOS, A. C. Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com base em dados em painel. In: *Economia Aplicada*, São Paulo, vol. 14, n. 4, 2010, p. 347-372.
- TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia Americana. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). *Poder e dinheiro*. Uma economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- TREGENNA, F. *Sectoral structure, activity specificity, and deindustrialization: a marxian analysis*. Mimeo. Johannesburg, 2011(a). Disponível em: <<http://www.iippe.org>>. Acesso em: 23/08/2011.
- VITALI, S.; GLATTFELDER, J. B.; BATTISTON, S. *The network of global corporate control*. Zurique: Federal Swiss Institute of Technology (ETH), 2011.

Recebido em 22/9/2015
e aceito em 5/2/2016.

Luiza Cristina de Oliveira Lins¹
Solange Regina Marin²

Desenvolvimento político, econômico e social: o projeto de Celso Furtado para a nação brasileira

RESUMO

O pensamento de Celso Furtado fundamentava-se na premissa de que o conceito de desenvolvimento deveria estar intrinsecamente vinculado à promoção e sustentação de um projeto de igualdade social. Para Furtado, o verdadeiro desenvolvimento promoveria melhorias nas condições de vida da população, englobando o crescimento econômico, mas indo além deste, configurando um desenvolvimento social. Este artigo destaca a compreensão de Furtado em relação às estratégias de superação do subdesenvolvimento, enfatizando a necessidade da atuação do Estado na transformação da sociedade e nos objetivos econômicos por meio da reestruturação política, econômica e social como instrumento decisivo para a solução dos impasses do subdesenvolvimento. O objetivo é promover o crescimento além do plano meramente econômico, tendo como resultado o desenvolvimento da sociedade conjugado com melhorias na qualidade de vida das pessoas.

Palavras-chave

Subdesenvolvimento; Desenvolvimento social; Celso Furtado.

ABSTRACT

The ideas of Celso Furtado were based on the premise that the concept of development should be intrinsically linked to the promotion and maintenance of a project of social equality. For Furtado, true development should result in improvements in the living standards of the population, to including economic growth but also going beyond that to configure social development as a whole. This article highlights Furtado's understanding in terms of the strategies needed to overcome underdevelopment. It shows his emphasis on the need for State intervention in order to transform society and achieve economic goals through political, economic and social restructuring as a decisive tool for overcoming the hurdles of underdevelopment. The aim is to promote growth to beyond the economic level alone, to achieve the development of society in conjunction with improvements in people's quality of life.

Keywords

Underdevelopment; Social development; Celso Furtado.

1. Mestra em economia e desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento (PPGE&D) da Universidade Federal de Santa Maria (RS) (2013). Especialista em pensamento político brasileiro pela Universidade Federal de Santa Maria (2008). Bacharel em ciências econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2001). Atualmente é servidora pública do Banco do Brasil SA. Áreas de interesse: crescimento e desenvolvimento econômico; história econômica; teoria e política de planejamento econômico. Interesses de pesquisa na área de economia do bem-estar social, economia brasileira e latino-americana, estruturalismo e políticas sociais.

2. Graduação em ciências econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (1998), mestrado em desenvolvimento rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001) e doutorado em desenvolvimento econômico pela Universidade Federal do Paraná (2005). O doutorado sanduíche foi desenvolvido na Marquette University -WI-USA, sob a orientação do prof. dr. John Bryan Davis. Atualmente é professora adjunta do departamento de ciências econômicas da UFSM, atuando no curso de graduação em ciências econômicas e no Programa de Pós Graduação em Economia e Desenvolvimento (PPGE&D). Áreas de interesse: filosofia e metodologia da economia; história do pensamento econômico; desenvolvimento econômico. Seus interesses de pesquisa atuais incluem bem-estar, pobreza, ciência e método em Veblen, e indivíduo na economia.

Introdução

Celso Furtado (1920-2004) contribuiu para uma criação intelectual que atentava para a importância das reformas políticas como instrumento de superação do subdesenvolvimento. Além de abordar as questões sociais e discuti-las com transparência, lançou as bases para um projeto de crescimento econômico em harmonia com igualdade social. O projeto de desenvolvimento social de Furtado considera sua perspectiva sobre um desenvolvimento econômico distinto do mero crescimento, e contempla as condições de vida da sociedade brasileira.

Na visão de Furtado, a contemplação dos problemas sociais exigia tanta atenção quanto a contemplação dos problemas econômicos — as restrições internas ao desenvolvimento da nação brasileira só seriam superadas a partir da identificação das dificuldades sociais existentes no país. Deste modo, tornava-se relevante a elaboração de um projeto de desenvolvimento nacional que definisse os planos de ação para alcançar os resultados almejados para toda a nação, partindo do social, para possibilitar a construção nacional.

Para tanto se fazia necessária uma modificação no modelo de desenvolvimento que se buscava implementar, com a finalidade de superar a condição de dependência característica do subdesenvolvimento. Neste sentido, cabe considerar o enfoque furtadiano relativo a um projeto social de construção do desenvolvimento para o Brasil, a partir da hipótese de que este projeto deve ser viabilizado por meio de uma atuação política que promova maior igualdade e bem-estar social.

O objetivo é compreender quais as definições que melhor representam o desenvolvimento na interpretação de Celso Furtado, assinalando sua contribuição para uma criação intelectual que atentava para a importância das reformas políticas como instrumento de superação do subdesenvolvimento.

O presente artigo encontra-se dividido em três seções, além desta introdução. Na primeira seção foram descritos alguns determinantes do desenvolvimento orientado para o social, apontando-se a função do Estado na construção de um projeto de desenvolvimento econômico e social, e a necessidade das transformações estruturais para a promoção deste desenvolvimento. Na segunda seção foram abordados alguns encaminhamentos, a partir de Furtado, para a organização de um projeto de desenvolvimento orientado para o social. Na seção três apresentam-se as considerações finais alusivas ao conceito de desenvolvimento social revelado na construção intelectual de Celso Furtado.

1. Desenvolvimento social

A reflexão de Furtado sobre a dinâmica do desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico identifica a proposição do subdesenvolvimento como uma situação particular histórica que caracterizava uma dependência econômica e cultural. Esta dependência, que se configurava em obstáculo ao desenvolvimento e à consequente redução das disparidades sociais, gerava uma situação de submissão na estrutura econômica. O crescimento econômico não determinava, necessariamente, o desenvolvimento.

De acordo com Cepêda (2003), o pensar de Furtado é balizado pela ideia de formação de um projeto de desenvolvimento para a nação brasileira, o que é debatido levando em consideração a realidade que o país vivencia.

Furtado (1992) apontava que o desafio que se apresenta para as sociedades no século XXI decorre da necessidade de uma modificação do sentido estabelecido para as nações. Era necessário o deslocamento da lógica de promoção da acumulação, para uma lógica das atuações em benefício do bem-estar social, da liberdade e da colaboração entre as sociedades, isto é, para a construção de planos de ação que resultem em melhorias nas condições de vida das pessoas. A definição de novas prioridades para a atuação política, que compreenda um conceito de desenvolvimento que beneficia a todas as sociedades, se torna imperativa nos temas atuais em relação ao processo de desenvolvimento social.

1.1. Projeto de desenvolvimento para a nação brasileira

Furtado (1992) assinalava metas estratégicas que deveriam ser consideradas para um projeto de desenvolvimento, que para ser efetivado demandaria o auxílio de todas as sociedades ou, no mínimo, a capacidade de compreender os direitos e deveres como cidadão, a realidade política do país e do mundo, assim como os motivos e processos das mudanças históricas. Essas metas consistiriam, basicamente, em “preservar o patrimônio natural e liberar a criatividade da lógica dos meios para que ela possa servir ao pleno desenvolvimento de seres humanos, portadores de valores inalienáveis” (FURTADO, 1992, p. 78).

Conforme Furtado (1992), para sair da condição de subdesenvolvimento o primeiro passo seria a liberação da ideia de alcançar os padrões dos países desenvolvidos, admitindo as características internas do contexto subdesenvolvido e tomando conhecimento da realidade que se apresenta nessas sociedades. Uma condição que se coloca diz respeito aos níveis de renda e de seu crescimento, que não necessariamente devem seguir os padrões verificados nas economias desenvolvidas. Não seria imprescindível obter as mesmas condições de renda por habitante dos países desenvolvidos para superar o subdesenvolvimento.

Observa-se que a ampliação da renda implica em diversificação do consumo, penetração de novos produtos e ampliação da demanda, de modo que

podem incidir incrementos na renda de uma sociedade sem que aconteça de fato o desenvolvimento econômico — ou seja, não ocorrendo a acumulação de capital e sem a admissão de processos produtivos mais adequados. Dessa forma, o aumento da renda reflete apenas uma modernização, a partir da aceitação de modelos de consumo novos, que correspondem a patamares de renda maiores. Esse processo pode até configurar certo crescimento econômico, contudo, o desenvolvimento que se traduz em melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população está muito longe de ocorrer por meio da simples diversificação do consumo.

De fato, segundo Furtado (1992), a modernização tornou a renda e a riqueza ainda mais concentradas, intensificando-se no período da industrialização substitutiva de importações. Os frutos da modernização favoreciam apenas a parcela da sociedade que exercia o controle produtivo e se beneficiava dos ganhos de produtividade.

No contexto da modernização, a apropriação dos aumentos de produtividade pela minoria detentora dos meios de produção, que utilizam estes para copiar o estilo de vida das sociedades desenvolvidas, agrava as disparidades sociais. Os incrementos de produtividade não são suficientes para se alcançar desenvolvimento entendido por Furtado, isto é, aquele que contempla a redução das desigualdades econômicas e sociais e a melhora nas condições de vida de toda a população.

Segundo Furtado (1983), o conceito de desenvolvimento esclarecido por condições históricas, que se originou na consideração indefinida de progresso, teve seu ponto determinante a partir da definição da ideia de fluxo de renda, que se expressa de forma quantitativa, e cuja ampliação, desde a época dos clássicos, passou a ser aceita como o melhor identificador do processo de desenvolvimento de uma economia.

O desenvolvimento se processaria por meio do acréscimo de produtividade ocorrido no sistema econômico complexo. Esse acréscimo de produtividade — e, conseqüentemente, da renda *per capita* — seria realizado pelo crescimento ocorrido em subconjuntos, ou campos, particulares e as transformações estruturais se dariam nas relações e dimensões internas do sistema econômico. Essas transformações apresentam o pretexto básico de alterações nas formas produtivas, porém não seria possível consolidá-las sem mudanças no padrão de distribuição e emprego da renda monetária (FURTADO, 1983).

Se a distribuição da renda de uma sociedade é alterada, a forma de disposição dos recursos produtivos também sofrerá transformações. Se posteriormente a essas transformações permanecerem os preços relativos do momento precedente, pode-se aguardar uma mudança no nível global da renda; este não é autônomo em relação aos preços relativos, que dependem das preferências e da repartição da renda.

Furtado (1983) acreditava que se deve ter clareza que o desenvolvimento engloba o aumento do nível material de acordo com o que é definido por uma dada sociedade, considerando escalas de valores que representam a estabilização de suas forças preponderantes. Esperar que o desenvolvimento seja estabelecido como um fato em si mesmo, de validade universal, denota o mesmo que conferir a uma escala de valores definida a mesma significação para todas as sociedades.

Contudo, para Furtado (1983), o equívoco no conceito de renda não se coloca como empecilho ao estudo do desenvolvimento no contexto de uma sociedade, na qual são distintos os fatores institucionais que determinam o comportamento produtivo e a divisão da renda. A composição do conjunto econômico é baseada nos fatores institucionais, nos recursos naturais, nos elementos técnicos e nos hábitos de conduta determinados em cada sociedade. É devido ao equilíbrio dos fatores institucionais, físicos e psicológicos que as variáveis econômicas proporcionam homogeneidades que se configuram em componentes de apreciação.

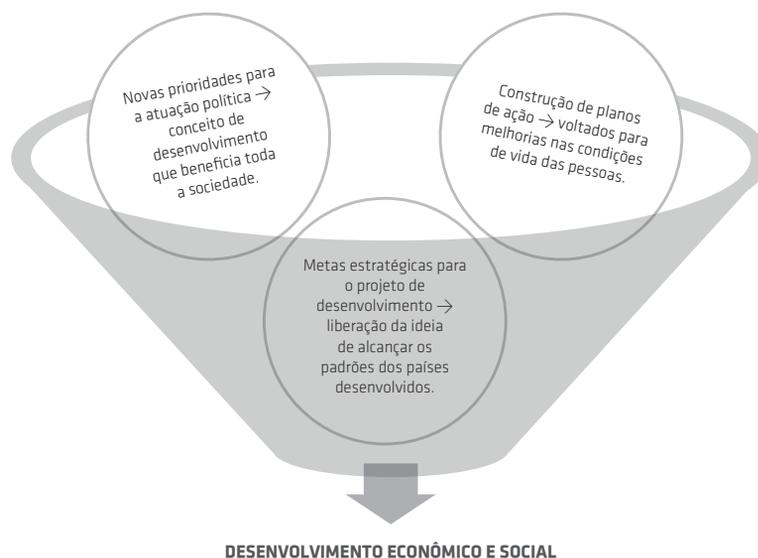
A concepção de desenvolvimento econômico como difusão para as economias em desenvolvimento dos estilos de progresso alcançados nas economias desenvolvidas não faz sentido; as primeiras não poderão alcançar os modelos de desenvolvimento das últimas, se tornando semelhantes a estas. A perseguição desses objetivos se torna prejudicial para a promoção de um desenvolvimento viável no interior das particularidades que definem cada sociedade (FURTADO, 1992).

Segundo Furtado (2004), as orientações impostas por metas internacionais, com a finalidade de alcançar objetivos como os de ajustamento da balança de pagamentos, são exigências que fogem ao entendimento lógico e não são aceitáveis. Isto, porque tendem a conduzir um país como o Brasil, em que o atendimento das necessidades básicas de uma grande parcela da população não foi realizado, a frear projetos dos setores mais modernizados da economia e a descontinuar a destinação de recursos para setores fundamentais como, por exemplo, saúde e educação.

Se orientações desse tipo forem privilegiadas na organização da política econômica, não restarão expectativas de se alcançar o desenvolvimento econômico, pelo contrário, se apresentará um cenário delongado de retrocesso da situação econômica e social. Na visão do autor, sem a ofensiva direta às dificuldades básicas que se apresentam no país, qualquer empenho de acumulação não será suficiente para conduzir ao desenvolvimento, mas somente perpetuará, e de forma agravada, o mau desenvolvimento, isto é, o crescimento econômico que não se traduz em benefícios para uma grande parcela da população (FURTADO, 2004).

Na Figura 1 são destacados alguns aspectos do conceito de desenvolvimento social, dentre eles, a redefinição de prioridades na ação política, a elaboração de planos de atuação que promovam melhoras sociais e a delimitação de objetivos para o projeto de desenvolvimento.

Figura 1. Caracterização do desenvolvimento social



Fonte: Elaboração própria, com base na teoria de Celso Furtado.

O que daria o ponto de partida ao desenvolvimento seria a atuação conjugada de elementos responsáveis por modificações nos modos de produção e de forças sociais que estabelecem o modelo de demanda.

Nesse sentido, torna-se imperativo a definição de objetivos que estejam dentro da realidade das economias em desenvolvimento, assim como a adoção de um conceito de desenvolvimento que englobe as características inerentes a essas sociedades e que esteja centrado nos interesses dos indivíduos e na promoção do seu bem-estar.

1.2. Papel do Estado

De acordo com Bielschowsky (1996), a certeza de que no Estado residia a competência para promover o “desenvolvimento autossustentado” sempre esteve presente no trabalho teórico de Furtado, que acreditava no planejamento como sendo o método de segurança do sucesso no processo de industrialização e para superar o subdesenvolvimento econômico.

O planejamento emergia como imperativo para o êxito da industrialização nas economias dependentes, devido às dificuldades surgidas nestas pela disparidade em sua estrutura econômica e pela inflexibilidade e baixa diversidade do sistema de produção.

Segundo Souza (2005), na visão de Furtado, o crescimento seria norteado pelo planejamento estatal, desfazendo as estruturas atrasadas que travavam o desenvolvimento. A industrialização demandaria investimentos contínuos em

infraestrutura. Ao Estado competiria a promoção destes investimentos, pois grandes investimentos deixariam de ser realizados devido aos vultosos recursos exigidos, e muitas vezes a efetivação dos investimentos seria impedida pela escassez de poupança interna e pela baixa capacidade de importar.

Furtado (1992) defendia um projeto de crescimento voltado para o dinamismo na esfera do mercado interno. Acreditava que o planejamento global e setorial ampliaria o rendimento do processo industrial, ao extinguir as armadilhas derivadas das disparidades e da rigidez do sistema. Para isso, evidencia a indispensável direção do Estado na estratégia para vencer o subdesenvolvimento.

A teoria furtadiana ampara-se na interferência do Estado, para ordenar a economia e promover as condições favoráveis ao desenvolvimento. O planejamento econômico recebeu ênfase principal para proporcionar a coordenação das transformações estruturais e das reformas necessárias.

A política econômica deveria, então, evitar os desequilíbrios; a finalidade principal da programação econômica seria promover as circunstâncias necessárias para que a velocidade do desenvolvimento da economia pudesse se conservar elevada e constante.

Os entraves ao desenvolvimento seriam suplantados pela atuação coordenada do Estado na regulação da estrutura do sistema econômico. A autodeterminação político-administrativa do Estado na esfera das políticas econômicas possibilitaria manejar o processo de afastamento da posição de dependência.

O reconhecimento da importância da coordenação do Estado e do papel essencial de sua ação reguladora fazia parte da agenda das proposições do planejamento desenvolvimentista. O planejamento estratégico era entendido como indispensável tanto no que diz respeito a sua ação anticíclica quanto para a instituição da racionalidade pública para o desenvolvimento. Na visão de Furtado, esses elementos foram de grande relevância no progresso capitalista que ocorreria em ambientes com estruturas econômicas diferentes.

Furtado esquematizava uma proposição de ação transformadora, sendo o Estado vinculado a esse projeto de democratização e à evolução social da nação. Em seu projeto de desenvolvimento, Furtado aponta o papel do Estado na fiscalização e regulação e no planejamento das opções e objetivos econômicos, sendo essas características intrínsecas ao Estado interventor (FURTADO, 1964).

Conforme Nabuco (2000), no exame dos elementos centrais relativos aos conceitos de Estado e projeto nacional, se torna necessário rever na produção intelectual furtadiana as avaliações que distinguem as especificidades nas constituições históricas das economias latino-americanas. Nabuco considera que os conceitos de projeto nacional e de Estado se apresentam em forte vínculo na teoria de Furtado.

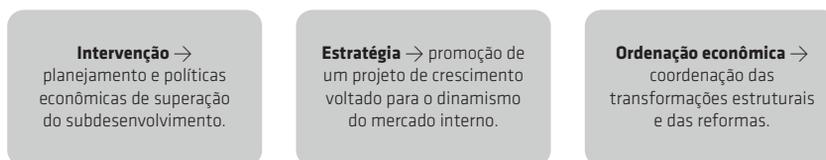
Para Furtado (1997a), apenas a coordenação estatal possibilitaria imprimir

um caráter independente ao sistema econômico, permitindo a suspensão dos vínculos de dependência com economias dos sistemas industrializados centrais.

O Estado exercia função essencial para a prática do projeto social — de sua atuação dependeria o desenvolvimento amplo, isto é, não apenas o crescimento econômico, mas a promoção das melhorias nas condições de vida da sociedade. Deste modo, desempenharia o papel de entidade realizadora de projetos, organizadora de atividades e elaboradora de planos de ação que visassem o desenvolvimento econômico e social (FURTADO, 2000a).

Ao concluir que o subdesenvolvimento era uma “deformação estrutural” que necessitava de correção, Furtado (1997b) concluiu também que esta correção requeria um processo político que apenas poderia ser praticado via Estado. Furtado reconhecia as dificuldades estruturais que criavam os obstáculos para a atividade estatal criar meios para o crescimento e colocar em prática um plano impulsionador do desenvolvimento. Essas limitações eram consideradas como estruturais; estariam relacionadas à ineficiência estatal e à baixa representatividade da maioria da sociedade. No Quadro 1 são apresentadas algumas funções do Estado, como o planejamento, a promoção de políticas econômicas de desenvolvimento, atuando com ação transformadora no projeto de modificação econômica e social.

Quadro 1. Atribuições do Estado



Fonte: Elaboração própria, com base na teoria de Celso Furtado.

O projeto social enfatizava o papel do Estado, uma maior inserção popular nas decisões políticas para a organização das questões sociais e econômicas da nação. Isso traz à tona sua proposição relativa à mudança social, sendo esta preponderante para superar o subdesenvolvimento, por meio da contemplação de modificações sociais e políticas que teriam como consequência uma maior democratização e maiores benefícios para o conjunto da sociedade.

Na compreensão de Furtado (1992), o papel do Estado se completa quando se atingem os equilíbrios macroeconômicos. A partir deste ponto, as transformações estruturais serão consequências das dinâmicas existentes entre os segmentos da sociedade, que poderão ser ou não resultantes de inovações tecnológicas.

No entanto, para transpor o subdesenvolvimento, as transformações

estruturais necessárias não serão estabelecidas sem a definição de um projeto político alinhado aos segmentos sociais — projeto este fundamentado na realidade interna do país, para que a reestruturação tenha êxito, e em acordo com os membros da sociedade, para garantir a possibilidade de sua realização. As mudanças estruturais deveriam ser articuladas pelas reformas de base que assumiriam papel preponderante na diminuição dos desequilíbrios estruturais do campo político-econômico. Estes desequilíbrios eram resultado do panorama histórico interno e do processo de industrialização. As reformas estariam diretamente relacionadas à promoção do desenvolvimento, possibilitando o estabelecimento de políticas que configurassem uma nova lógica estatal, com a modificação dos elementos estruturais, que é essencial para alcançar o desenvolvimento.

1.3. Necessidade de reformas

Para Furtado (2003), nos países subdesenvolvidos, os problemas econômicos e sociais são resultantes de processos históricos diversos dos verificados nos países desenvolvidos ao longo do seu percurso de desenvolvimento. Não seria possível conduzir a solução de tais problemas baseando-se nos mesmos esquemas ideológicos, do liberalismo ou do socialismo, seguidos por estes últimos.

Dessa forma, verifica-se que não seria possível compreender e formular soluções para os problemas das economias subdesenvolvidas fundamentando-se nos fatos históricos ocorridos nas economias mais avançadas do sistema capitalista.

Segundo Furtado (2000b), o ponto inicial do processo de reconstrução a ser realizado no Brasil devia ser orientado por uma maior participação popular no sistema de decisão, de outra forma, o desenvolvimento não possuirá uma fundamentação criativa e não satisfará as aspirações da população em geral.

Segundo Furtado, o maior problema brasileiro diz respeito à concentração de renda, além da questão do enfraquecimento da taxa de crescimento. Alertava que se o país tivesse seu processo de crescimento freado, a consequência seria o aumento das desigualdades: “o Brasil não pode viver bem sem crescer, quando nada por causa do crescimento natural da população” (FURTADO, 2011, p. 399).

Furtado (2011) destacava que mesmo em um período de crise profunda, como na década de 1980, a parcela mais rica da população seguiu enriquecendo. É por essa razão que o país não pode estacionar em seu processo de crescimento; o resultado seria o agravamento da concentração de renda, a acentuação das desigualdades sociais e, conseqüentemente, uma menor possibilidade de ascensão social.

Acreditava o autor que o processo de crescimento contínuo coopera para diminuir as disparidades dentro do país, e a interrupção desse processo torna estas disparidades ainda mais complexas, piorando as diferenças sociais e em nível regional. A falta de interesse nos aspectos políticos

e sociais do desenvolvimento reflete em empobrecimento das condições de vida da população, em agravamento do atraso social, que desfigura um país que não possui um projeto político definido, ocasionando entraves ao processo de desenvolvimento social.

Furtado (1978) apontava algumas questões relevantes para a construção de soluções para as dificuldades sofridas pelas economias subdesenvolvidas, que eram fator de entrave ao seu processo de desenvolvimento. Um elemento destacado pelo autor enfatizava a necessidade de reconstrução das estruturas econômicas com a finalidade de propagar a assimilação do progresso técnico aos variados setores produtivos. Essa difusão do progresso tecnológico deveria alcançar o setor agrícola, no intuito de dinamizar a oferta do setor e promover a distribuição mais igualitária da riqueza (FURTADO, 1978).

De acordo com Furtado (2004a), os esforços a serem realizados na busca pelo desenvolvimento se tornaram maiores do que no passado, em parte por não ser mais possível lançar mão de soluções como a substituição de importações. De modo que se torna imprescindível confrontar as transformações estruturais, sendo este um exercício mais sofisticado, uma vez que se compreende que o desenvolvimento não se configura como uma simples tarefa de administração da demanda, no sentido de não comprometer a estabilidade da economia.

Furtado avaliava que de forma oposta ao que se apresentava no passado, na atualidade seria possível usufruir de um amplo conjunto de informações sobre as estruturas econômicas e sociais do Brasil, do que se pode inferir que no país não ocorreu uma equivalência entre crescimento econômico e desenvolvimento. De modo a supor-se “que o país seria um caso conspícuo de mau desenvolvimento” (FURTADO, 2004, p. 3).

Esse modelo de desenvolvimento parece dificultar a ocorrência de mudanças no cenário econômico e social. O modelo de crescimento econômico, fundamentado na perpetuação das vantagens destinadas às minorias, se afasta do modelo desejável de desenvolvimento que se distingue pelo projeto social implícito.

Furtado (2004) destacava que quando o crescimento sofre uma dada transformação, de modo a apresentar uma nova forma e estrutura que contemplam o projeto social, e torna prioritária a agenda referente à melhoria concreta das condições de vida da população, o crescimento assume uma mudança completa em sua aparência, adquirindo o status de desenvolvimento.

Essa transformação não ocorre facilmente, mas se configura em um produto da execução de um projeto social que reflete uma escolha política. Quanto a isso, assinala que os sistemas dos países que se encontram nos estágios mais avançados do processo de desenvolvimento econômico e social não alcançaram tal posição por meio de um avanço espontâneo, mas

via iniciativa política norteada para a construção de uma sociedade com atributos dinâmicos e atuantes no processo em curso (FURTADO, 2004).

Furtado alegava que se for possível formular e levar a cabo uma política de desenvolvimento para o país, uma nova conjuntura econômica e social poderá ser alcançada como resultado da articulação de medidas que priorizem melhorias nas condições de vida da população (FURTADO, 2000b).

Segundo Furtado (2002), ocorria no Brasil, assim como em outras partes do mundo, um paradoxo: apesar de se presenciar um momento de enriquecimento da humanidade, por outro lado tornava-se mais grave a situação de miséria de uma grande parcela da população mundial. Afirmava a importância da reestruturação econômica com a finalidade de propagar a absorção dos benefícios oriundos do progresso tecnológico para os diversos setores do sistema produtivo. Tal situação de heterogeneidade traz sérias implicações para a ação política, que precisa dispor de métodos variados de operação para amenizar as necessidades sociais formadas por diversidades.

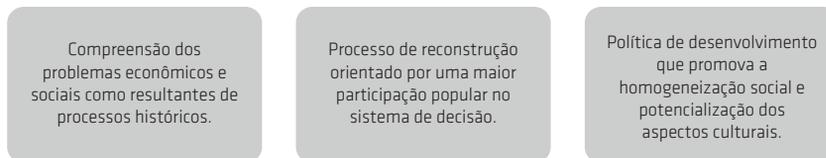
Dentre essas necessidades sociais destacam-se as condições de emprego, que apresentam natureza dual, assim como no período de industrialização. Os trabalhadores dos setores de maior produtividade conseguem ser favorecidos com salários mais altos e os demais trabalhadores, dos setores de mais baixa produtividade, prosseguem com salários menores, perpetuando os antagonismos sociais. Além da grande desigualdade econômica e social verificada pelas diferenças nos salários, permanece a questão preocupante de marginalização da força de trabalho, uma vez que grande parcela da população brasileira não está inserida no mercado de trabalho formal.

Para possibilitar melhoras nessas situações, a direção apontada por Furtado (1978) era a promoção de políticas de emprego que pudessem frear a crescente marginalização de parcelas da sociedade, devido à extinção de certas formas de ocupação. Essa marginalização era resultante da dualidade provocada pela inserção das novas tecnologias nos sistemas econômicos subdesenvolvidos. Não teria, na opinião do autor, solução para tal problema sem uma reformulação política séria.

Nesse sentido, acreditava que somente com a definição de um projeto político claro seria possível evitar tal situação problemática. Em tal projeto, seria fundamental arquitetar ações que contemplassem a ampliação do nível de emprego, além de uma melhor distribuição da renda que supere a histórica concentração de renda (FURTADO, 2011).

No Quadro 2 são destacados alguns passos a serem seguidos na trajetória para o desenvolvimento, atentando para a necessidade de entendimento da origem histórica dos problemas econômicos e sociais, para uma reorganização que insira a população no processo decisório e para o estabelecimento de políticas que permitam homogeneizar as estruturas da sociedade.

Quadro 2. Trajetória para o desenvolvimento



Fonte: Elaboração própria, com base na teoria de Celso Furtado.

Para Furtado (2011), a ausência de um projeto político para o Brasil configurava um grande entrave para se caminhar em direção ao desenvolvimento. Isso porque para um país como o Brasil, que, conforme o autor, se encontra em estágio de construção, um plano de ação é o elemento decisivo para se alcançar o desenvolvimento.

Segundo Furtado (1973), a desarticulação das economias subdesenvolvidas estabelecia forte entrave para a ordenação de uma política de desenvolvimento que considerasse as particularidades do cenário político e social da região. A análise do desenvolvimento limitava-se aos fatos econômicos. No entanto, assinalava a necessidade de se contemplar a realidade social, uma vez que esta apresentava especificidades importantes para a compreensão do comportamento das variáveis econômicas e, consequentemente, do sistema econômico.

A saída para as limitações internas dessas economias passaria inevitavelmente pela iniciação de uma linha de cooperação regional entre as economias nacionais. Entretanto, para que ocorresse tal integração regional, seria imprescindível uma melhor adequação das organizações internas em cada país, para que os problemas de inadequação estrutural presentes nos sistemas econômicos não gerassem novos empecilhos ao desenvolvimento.

Conforme Furtado (2011), a questão das desigualdades regionais é essencial no Brasil. As dificuldades relacionadas ao setor agrário e os problemas de miséria rural representam, na visão do autor, um grande atraso, e o agravamento dessas questões tenderia a gerar cada vez mais conflitos na sociedade brasileira, submetendo a população a situações piores de falta de recursos. Isto seria uma consequência do modelo de desenvolvimento que prevalece não só no Brasil, mas em todo o mundo, isto é, um modelo de desenvolvimento que não contribui para a geração de empregos.

Furtado alerta para a urgência de se levar a cabo um projeto de construção para o país: “Ou você completa a construção do Brasil e luta contra as desigualdades regionais etc., e tem um projeto próprio, ou o futuro do Brasil é muito incerto” (FURTADO, 2011, p. 387).

Sendo assim, reforçam-se as afirmações a respeito da importância de formulações de políticas voltadas para o desenvolvimento, que contemplem

o investimento em pesquisa, e o estabelecimento de estruturas econômicas sólidas que possibilitem excluir os elementos que geram empecilhos ao crescimento econômico e impedem o desenvolvimento social.

Essas reformas passam por uma definição coerente do conceito de desenvolvimento e demonstram a necessidade de desviar da mera quantificação do crescimento e de se pensar em políticas qualitativas, que contemplam os aspectos sociais e que tenham como resultado o desenvolvimento das sociedades conjugado com melhorias na qualidade de vida das pessoas.

2. O caminho da reedificação estrutural

No entendimento de Furtado, o empenho primordial de uma política de desenvolvimento estaria em distinguir as autênticas questões e necessidades sociais, e buscar promover a sua resolução, além de colocar em prática o empenho pelo crescimento por meio do fortalecimento do mercado interno. Apenas desta forma seria possível pensar em desenvolvimento, via estabelecimento da diferença entre este e o consumo supérfluo.

A mudança deveria ser realizada a partir da contemplação de projetos sociais, e não apenas de fatores econômicos. As dificuldades não poderiam ser solucionadas apenas seguindo-se princípios de razão econômica. A superação do subdesenvolvimento requer uma reedificação organizacional por meio de uma ação planejada do Estado via admissão de políticas e precauções adequadas pelos países dependentes capazes de promover o dinamismo e impulsionar o sistema econômico.

Os encaminhamentos, sugeridos por Furtado, demonstram a finalidade de reconstruir a organização do sistema econômico aliada à distinção das necessidades sociais, passando pela constituição de um governo representativo e democrático, com participação popular ativa. Esse caminho contempla modificações nos padrões de distribuição da renda e redução das disparidades regionais, definição de novas prioridades para a atuação política que compreenda um conceito de desenvolvimento orientado para o social via reformas políticas determinadas a partir de um projeto de desenvolvimento social.

2.1. Reedificação organizacional

Furtado (2002) argumentava que a renda no Brasil cresceu em uma proporção de dez vezes mais em relação ao período em que iniciou suas reflexões sobre o subdesenvolvimento. Entretanto, em seu entendimento, o crescimento da renda não produziu o arrefecimento das disparidades sociais, assim como o país não teria logrado êxito no que diz respeito ao combate à pobreza e à miséria. De modo que, não se poderia dizer que o Brasil se tornou desenvolvido; o país pode ter crescido e se modernizado, mas esse processo não resultou

em um desenvolvimento genuíno, aquele que, na opinião de Furtado, acontece com o beneficiamento de todo o conjunto social.

Segundo Furtado (2003), o Brasil apresentou um grande dinamismo no processo de industrialização, porém com uma indesejável concentração de renda. Para o autor, este era o maior problema do país, que tinha como consequência a exclusão social de uma parcela cada vez maior da população.

De acordo com Furtado (2003), o estilo de civilização reproduzido no país seria o grande responsável por deformar o sistema econômico. A imitação pelas classes mais altas dos modelos vividos nos países mais ricos do sistema capitalista impõe uma exigência de concentração da renda. Para a reversão dessa tendência, aponta para a necessidade de uma política tributária e fiscal, uma vez que o sistema fiscal contribuía para a deformação da distribuição de renda, onerando a população mais pobre, que paga muitos impostos.

Para Furtado (2003), a questão da desconcentração de renda deveria passar por uma discussão cuidadosa relacionada às fontes de financiamento necessárias para atingir a tal desconcentração, que, por causa de sua importância, merece atenção especial. Afirmava que seria inevitável que os grupos de maior renda realizassem uma poupança maior, possibilitando maiores investimentos e alavancando o mercado interno, que em sua opinião é maior do que se imagina. Deste modo, a economia não estaria sujeita ao chamado “mercado” que sufoca a economia nacional, gera perda de identidade e de autocontrole.

Entretanto, nos países em desenvolvimento o acúmulo de atraso não permite que essa dinâmica se desenvolva, e a sociedade não possui habilidade de reação e mudança do quadro de concentração da renda que se instaura, especialmente devido à debilidade dos movimentos sociais (FURTADO, 2006).

Conforme Furtado (2006), tornava-se fundamental ao mercado interno o estabelecimento de um mercado de massa, e isso só seria possível por meio da redistribuição da renda. Uma política de desenvolvimento econômico precisa contemplar esta necessidade, e para isso o país não precisaria deixar de adotar o sistema capitalista, bastaria a organização de um modelo diferenciado de desenvolvimento com melhor distribuição de renda.

De acordo com Furtado (2006), o crescimento da produtividade e da renda não se converterá em desenvolvimento se não houver repartição da renda ampliada. A assimilação das inovações tecnológicas, que ocorre apenas em alguns setores, não estabelece mudanças no sistema econômico nacional. Deste modo, o subdesenvolvimento gera uma dinâmica de distribuição de renda cruel, que desfavorece as classes com menor renda, ratificando a tendência capitalista à concentração social da renda.

A correção dessa tendência, segundo Furtado (2006), deve ocorrer pela atuação das forças sociais organizadas, por meio da condução do Estado capitalista ao optar por uma política social. Contudo, nas economias em

desenvolvimento a atuação das forças sociais não é eficaz, e não consegue dissipar a disposição ao agravamento das disparidades sociais — por isso, o elemento político assume responsabilidade acentuada nos países subdesenvolvidos. Furtado (2006) comentava que existe um duelo no que diz respeito à concentração de renda. De um lado, estaria a classe dominante, que pretende preservar seus interesses, e de outro, estariam os movimentos sociais tentando se organizar e constituir a força necessária para realizar a pressão a favor da desconcentração de renda.

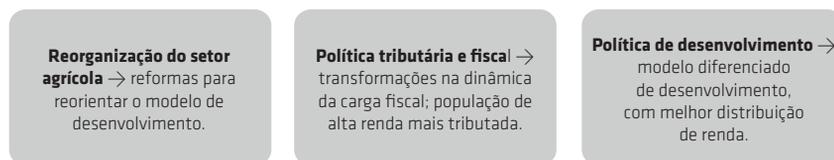
Para Cepêda (2005), o entendimento de Furtado é de que o sistema econômico não se reacomodará sem o conflito entre o grupo conservador, que tenta evitar as mudanças, e o grupo social organizado que pressionaria para a sua implantação.

Nesse sentido, surge a necessidade fundamental de construção dessa força social, que terá por finalidade promover a pressão indispensável ao processo de desconcentração da renda. Para tanto, seria necessário um engajamento popular e uma maior e melhor representação política em prol da redução das disparidades e da construção de um desenvolvimento que assegure condições sociais mais igualitárias.

Para modificar o perfil da distribuição da renda seria necessário promover transformações na dinâmica da carga fiscal, de tal forma que as parcelas da população de alta renda fossem mais tributadas, ampliando a base de arrecadação incidente sobre os ricos e diminuindo aquela sobre os pobres. A discussão da reforma tributária seria uma matéria de ampla relevância; no entanto, não ocupava lugar nos debates (FURTADO, 2003).

O Quadro 3, a seguir, apresenta alguns encaminhamentos a serem seguidos para alcançar o objetivo de redução das desigualdades econômicas e sociais.

Quadro 3. Redução das disparidades econômicas e sociais



Fonte: Elaboração própria, com base na teoria de Celso Furtado.

Furtado (2006) acreditava que o Brasil deveria definir uma nova trajetória para seu processo de desenvolvimento, criando espaço para crescer a partir do fortalecimento de seu mercado interno. O país fez isto no passado e conseguiu alcançar altas taxas de crescimento sem descuidar da questão fundamental e

imperativa de promover a melhoria na distribuição da renda, que, em sua opinião, é o ponto de partida para tornar robusto o mercado interno.

2.2. Reformas estruturais

Bielschowsky (1996) destaca que as reformas tributária, administrativa e agrária eram, na visão de Furtado, essenciais para a promoção e manutenção da estabilidade política.

Furtado (1969) alertava para a importância da atenção aos problemas agrários por qualquer tipo de política de desenvolvimento que se pretenda levar a cabo. Ressaltava a necessidade de se contemplar a questão do crédito especializado, da comercialização, da política de preços, da estrutura de estocagem, da moradia rural, da organização sindical, da adequação do ensino ao contexto da vida rural e da disponibilidade de produtos intermediários aos produtores rurais. Apontava o planejamento e a responsabilidade financeira do poder público como formas de garantir a realização das metas estabelecidas para o setor, metas estas que deveriam ser apreciadas com a mesma relevância das ações das políticas de transformação estrutural.

Conforme Braga (2005), no entendimento de Furtado a reforma agrária não seria uma questão de difícil abordagem no Brasil devido à fartura de terras, e se apresentaria como um assunto de tratamento imediato em consequência da força exercida pela condição de desemprego urbano. O agravamento das questões da desigualdade e da pobreza estaria ligado a não concretização da reforma agrária. A recuperação do crescimento e a execução da reforma agrária eram entendidas como extremamente necessárias para a reorganização das estruturas sociais, devendo ser seguidas por investimentos que promovessem melhorias de qualidade no fator humano, isto é, melhor qualidade também de vida no setor rural.

Para Furtado (1969), a estrutura agrária se relacionava diretamente à questão da deformação estrutural. A estrutura agrária constituía uma extensão da deformação estrutural, configurando outra expressão deformada do sistema econômico onde é comum o uso excessivo e sem proveito da mão de obra, além do efeito reduzido da eficácia da utilização do capital. Furtado (1969) indicava que tal problema fosse solucionado a partir de um empenho, em curto prazo, em direção à promoção de melhorias nos padrões de vida da população rural, em que as situações de grande pobreza, e até mesmo de escassez alimentar, se tornam entraves para o aumento da produtividade em grande parcela do setor agrícola.

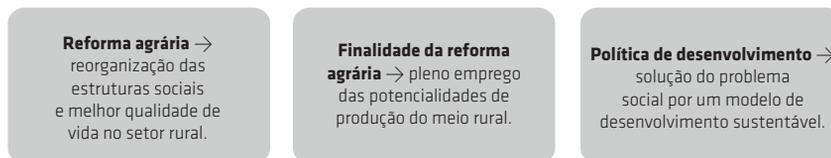
O problema que se apresenta estaria vinculado à manutenção, no setor agrícola, de técnicas atrasadas que prejudicam o solo e causam queda de produtividade no trabalho rural, em contraste com a infraestrutura de que dispõem os latifúndios e que possibilita incrementos produtivos. O que se verifica

neste caso é a coexistência de estruturas modernas com estruturas atrasadas no setor rural, que, assim como no setor industrial, estabelecem a dualidade que constitui o subdesenvolvimento.

Furtado (2004) discorda da afirmação de que reforma agrária estabelece um progresso no nível social, porém representa um alto custo econômico, alegando que esta constitui uma premissa equivocada. Segundo o autor, a finalidade maior da reforma agrária seria permitir que os agricultores assumissem um papel ativo em nível econômico, diferentemente do que ocorre nas estruturas tradicionais passivas, que não empregam plenamente as potencialidades de produção do meio rural. Tornava-se necessário repensar a estrutura agrária e reformular seu objetivo básico para promover flexibilidade no que diz respeito à oferta de alimentos de consumo popular. No entanto, alerta o autor, esta circunstância, embora imprescindível, não é suficiente para garantir o desenvolvimento.

O Quadro 4 destaca a necessidade das reformas para reordenação das estruturas da sociedade, caracterizando a reforma agrária e sua finalidade, além da importância da política de desenvolvimento para superar o subdesenvolvimento.

Quadro 4. Reformas políticas



Fonte: Elaboração própria, com base na teoria de Celso Furtado.

Furtado (2006) destacava que a população rural do Brasil, fortemente explorada, migrou para as áreas urbanas, aumentando desordenadamente a população das cidades, e a criação de empregos não teria sido suficiente para absorver toda essa massa de população, levando a taxas de desemprego crescentes e à marginalização.

Esse processo de aumento desordenado da população urbana, de acordo com Furtado (2006), tem graves consequências na repartição da renda e no desenvolvimento do mercado, uma vez que o país cresceu, mas não ocorreu a ampliação no nível de emprego. Estes fatores refletem negativamente no aspecto social, pois o subemprego e o desemprego não permitem ao trabalhador se tornar o cidadão inserido no processo de desenvolvimento, se tornando ele mesmo um demandante do mercado interno — isto é, não é possível a inclusão social plena.

Cêpeda (2005) comenta que Furtado não aceita a situação de precariedade em que vive grande parte da população brasileira, a influência das oligarquias

regionais e a manutenção das vantagens destas. Rejeita também a sustentação de graus muito baixos de tecnologia que causava entraves à evolução social em plenitude, além das condições econômicas e políticas que tendiam a perpetuar o subdesenvolvimento do Brasil. Entender a realidade nacional de modo racional era questão imperativa do projeto de transformação social furtadiano, no intuito de promover mudanças sociais significativas.

A questão fundamental aqui não é somente entender e aceitar que o país possui uma realidade distinta dos países centrais que mimetiza; o que se torna imperativo é, a partir da compreensão das diferenças, a elaboração do plano de ação que levará ao caminho de superação do subdesenvolvimento e à trajetória de desenvolvimento com melhores condições para a maioria da população.

Furtado (2006) interpretava que a geração no país de um grande volume de população subempregada reflete a situação atual das cidades brasileiras, em que grandes parcelas da população encontram-se sem emprego. Esse quadro não se verifica somente na população urbana, mas também no setor rural, no qual o desemprego foi resultado da forte mecanização agrícola e do crescimento dos latifúndios.

Braga (2005) afirma que Furtado pondera sobre a necessidade de se observar a exclusão social, e assinala para o problema dos jovens que não são inseridos no mercado de trabalho, ficando às margens deste, como excluídos do sistema. Braga completa que estudos sobre a exclusão nos períodos de crescimento econômico indicaram que esta admitiu quatro dimensões: “ocupação de baixa qualificação, produtividade e rendimento; desigualdade no rendimento dos ocupados; distribuição de rendimentos extremamente desigual, e; diferentes formas de contratação” (BRAGA, 2005, p. 64-65).

No entendimento de Furtado (2006), o modelo de desenvolvimento brasileiro constituía um caso particular em que as dificuldades sociais tendem a se tornar mais complicadas. Apesar do crescimento econômico e da evolução do sistema industrial, permanece no país uma grande população subempregada, que não está inserida nos benefícios do crescimento.

Para transpor a conjuntura apresentada torna-se imprescindível uma ação em direção à geração de empregos, além da articulação de uma política rural com o objetivo de despertar interesse em trabalhadores para o campo. Porém, deve-se manter a viabilidade da produção nas grandes propriedades e constituir uma forma de agricultura variada, com produção comercial e familiar, utilizando a fartura de terras para produzir emprego (FURTADO, 2006).

A principal finalidade da política de desenvolvimento do Brasil diz respeito à solução do problema social. No entanto, o modelo de desenvolvimento adotado precisa ser sustentável. Não se trata somente de ampliar o produto, mas de formar uma população rural e uma agricultura forte, para que a economia também seja forte, para que se possa superar o quadro dominante de

desemprego estrutural e de crescentes dificuldades sociais, e para que o desenvolvimento não seja apenas privilégio de uma minoria (FURTADO, 2006).

Furtado (1969) ressaltava a necessidade de investimento no fator humano e em pesquisa científica e tecnológica, sendo a aquisição de independência tecnológica destacada como indispensável. Devido às particularidades das economias subdesenvolvidas, seu processo de desenvolvimento requeria pesquisas tecnológicas diferenciadas, que considerassem as peculiaridades e realidades da situação econômica. A dependência de centros de pesquisa externos não seria suficiente para permitir a consolidação do processo de desenvolvimento associado a melhorias sociais. A qualidade do fator humano configura uma das maiores dificuldades que enfrenta qualquer política de desenvolvimento, uma vez que promover o aperfeiçoamento do fator humano é uma tarefa em longo prazo e que depende de estruturas apropriadas. A questão tecnológica e o aprimoramento do elemento humano são diretamente vinculados, quando se leva em consideração que o grau de desenvolvimento econômico é dependente dos investimentos no capital humano.

Segundo Nabuco (2000), no entendimento de Furtado, o desenvolvimento econômico se apresentava como o caminho indispensável ao desenvolvimento humano. Tanto o progresso técnico como o econômico está vinculado à efetivação das potencialidades dos indivíduos, sendo que a elaboração e execução de um projeto de desenvolvimento nacional são resultados dessa possibilidade de efetivar as capacidades dos indivíduos de produzir. Nabuco (2000) afirma que o trabalho de Furtado apresenta uma gama de conhecimentos de múltiplas áreas, mas a ideia central desta multiplicidade de saberes se concentra na promoção a todos os indivíduos das melhorias do progresso econômico e social, com igualdade na construção do projeto de desenvolvimento, projeto este que implica em um entrosamento entre os conjuntos sociais, por meio de um programa de ação de políticas de desenvolvimento.

Cabe esclarecer que Furtado não sugere o abandono da racionalidade econômica, mas, sim, uma mudança de paradigma do processo de desenvolvimento a partir da clara definição de um modelo de desenvolvimento econômico que tenha como premissa o desenvolvimento social da nação.

A necessidade de reformas estruturais no Brasil assume um caráter revolucionário. As mudanças nos direcionamentos do projeto de desenvolvimento do país são imprescindíveis, e as consequências da ausência de articulação e o adiamento dessas modificações poderão tomar a forma de um amplo anacronismo político, econômico e social no país.

2.3. Transformação estrutural via projeto social

De acordo com Guimarães (2000), o projeto nacional de Celso Furtado contemplava claramente a necessidade de tornar democráticas as bases econômicas

e sociais do país por meio de interesse nacional reformador que reedificasse os métodos das instituições de democracia política brasileiras. Afirma Guimarães que, em Furtado, a partir de uma fundamentação teórica lógica, se chega a uma saída para a problemática nacional por intermédio de um projeto que considera a transferência do panorama histórico de exclusão social para uma situação de fortalecimento dos alicerces da democracia política.

Furtado (1969) chamava a atenção para a importância de se atentar aos obstáculos que tomarão lugar na estratégia de prover o país dos elementos necessários para constituir uma organização econômica habilitada a auto-gerar seu desenvolvimento. Elencava o estrangulamento externo como um desses obstáculos, classificando o setor externo como uma expressão deformada do sistema econômico brasileiro. Assinalava a responsabilidade dos órgãos centrais de decisão como essencial para a solução de problemas relacionados a esse setor da economia.

Segundo Guimarães (2000), a obra de Furtado reivindica a democratização dos embasamentos da democracia política no Brasil, notadamente em relação ao aumento da cidadania, à eliminação das deformidades no sistema representativo, à recuperação da dinâmica federativa. A proposição furtadiana recomendava uma reanálise das características do sistema de submissão às leis externas de conduta em que ocorreram as relações do país com os grandes centros capitalistas. O objetivo dessa reanálise seria buscar a independência nos processos decisórios, a ação conjunta de caráter prático e afirmativo entre a acumulação e ampliação do mercado interno, a integração regional latino-americana, a utilização das vantagens do policentrismo e o empenho em prol da democratização das bases da ordem internacional.

Para Guimarães (2000), essas questões debatidas por Furtado representam uma refundação republicana que exige a constituição de um empenho nacional, de cunho reformador, que traz para o centro da discussão o caráter das tradições políticas do país, convocando os variados segmentos sociais para uma reflexão produtiva a respeito do tema desenvolvimento social.

Esse aspecto reformador da análise furtadiana evidencia a necessidade de uma mudança de curso no processo de desenvolvimento brasileiro que viabilize a construção do desenvolvimento para todos e não somente para alguns estratos da população.

Furtado (1969), ao apontar suas linhas gerais de definição de um projeto, tomava como fundamento a proposição de que ocorre no sistema econômico brasileiro uma deformação estrutural que se reflete no perfil da demanda global. Devido a essa deformação, a propagação das inovações tecnológicas é lenta, e a transmissão dos benefícios oriundos dos incrementos de produtividade à sociedade é insignificante.

Desse modo, devido a suas características estruturais, a economia do país não se torna apta a usufruir dos benefícios das novas tecnologias, e a deformação estrutural ocasiona uma enorme concentração dos frutos do progresso tecnológico. Neste sentido, Furtado (1969) sugeria uma alteração no modelo de demanda para não interferir no sistema responsável por governar as decisões econômicas.

Conforme Furtado (1969), para se realizar a transformação da estrutura econômica, o planejamento acompanhado de um dado nível de centralização se torna essencial. A centralização das decisões de investimento é de extrema importância para que ocorram alterações na estrutura econômica rapidamente. No entanto, além da articulação, por meio do planejamento, dos investimentos que têm por finalidade a transformação da estrutura econômica, torna-se imprescindível que os elementos empregados não caracterizem mais uma forma de concentração da renda monetária e da riqueza.

Três pontos devem ser contemplados no intuito de promover as transformações estruturais. O primeiro diz respeito à composição da demanda de bens e serviços de consumo. A sugestão de Furtado seria reduzir o excesso de poder de compra das minorias, com o objetivo de liberar fatores escassos, como capital e mão de obra especializada. O segundo ponto refere-se à desconcentração da riqueza nacional e consequente desconcentração da renda — a concentração apenas favorece uma minoria e configura um processo negativo, tanto no âmbito social como no do desenvolvimento. O terceiro ponto destacado contempla a mobilização de recursos extras para o processo de investimento, desde que estes investimentos estejam direcionados para a otimização das transformações estruturais (FURTADO, 1969).

Fiori (2000) destaca que o trabalho de Furtado oferece dados suficientes para estender seu pensamento através do reexame de aspectos da formação nacional do Brasil. Nesse sentido, defende a suposição da existência de contrassensos no modelo brasileiro de inclusão internacional e de estruturação social do país que impossibilitaram a conclusão de um projeto de construção econômico e político.

Para Furtado, o desenvolvimento da economia brasileira no início do século XX não passaria de uma ilusão. Em sua opinião, o país era caracterizado por um conjunto de regiões com graus de desenvolvimento variados, marcado por uma grande heterogeneidade e sérias dificuldades sociais. Com a incorporação das inovações tecnológicas no setor industrial, a partir dos anos 1970, o país esteve cada vez mais sujeito à concorrência externa, o que refletiu em redução na geração de empregos, sendo esta uma das causas atuais do grave problema social que se verifica no país (FURTADO, 2006).

Segundo Furtado (2000c), um sistema econômico nacional é constituído pela supremacia de parâmetros políticos sobre a lógica dos mercados na procura do bem-estar coletivo. As altas taxas de crescimento ocorridas nos países desenvolvidos na segunda metade do século XX foram, em sua maioria,

resultado da abertura progressiva de seus mercados internos, o que incentivou a concorrência e promoveu a centralização do poder econômico que fundamentou as empresas transnacionais. Porém, o elemento determinante para o citado período teria sido a evolução das técnicas de coordenação e regulação macroeconômica possibilitada pela revolução keynesiana.

No entanto, sem o surgimento de um sistema de regulação plurinacional seguro, esse tipo de coordenação não seria suficiente nos países em desenvolvimento, refletindo em desemprego crônico de recursos produtivos. Em contrapartida, ocorrendo a progressão do processo de integração de espaços plurinacionais, aumenta-se a tendência de transferências inter-regionais de recursos e de migrações demográficas. Na interrupção desse processo, os fatores culturais tenderão a exercer um papel decisivo objetivando a preservação de sua cultura, “não será surpresa se grupos de população lutarem para preservar suas raízes culturais e valores específicos ameaçados pela homogeneização dos padrões de comportamento que a racionalidade econômica impõe” (FURTADO, 2000c, p. 9).

Conforme Furtado (2006), é possível que um país cresça em grandes proporções, como ocorreu com o Brasil, e, ainda assim, permaneça subdesenvolvido. Para o autor, a essência desta questão é de nível cultural, uma vez que em alguns países o crescimento econômico pode acontecer e a renda pode ser ampliada. No caso do Brasil, a renda ampliada foi apropriada pela minoria que passou a seguir os hábitos de consumo e os estilos de vida característicos dos países mais desenvolvidos. Esses padrões não eram conciliáveis com o nível de renda do país, então, apesar do crescimento econômico ocorrido, o mesmo não se modifica, somente se deforma.

Furtado assegurava que a política de desenvolvimento deverá ser concebida tendo por base a clara definição dos objetivos ambicionados, e deverá direcionar para a homogeneização social e permitir a potencialização dos aspectos culturais internos. O acesso aos bens culturais promove melhorias nas condições de vida da população. No entanto, quando esse acesso é estimulado de modo desordenado, a criatividade é frustrada e a cultura de tal sociedade perde suas particularidades (FURTADO, 2000b).

De acordo com Furtado (2011), o tema do subdesenvolvimento envolve uma questão cultural. Os problemas sociais do Brasil estariam relacionados a aspectos culturais, pois a parcela da população de menor nível cultural tenderia a acumular atraso.

No entendimento do autor, além da já conhecida concentração de renda monetária, ocorre também no Brasil uma concentração em nível cultural. De modo que se forma uma lacuna cada vez mais ampla entre a parcela da população que detém os menores níveis de cultura e a parcela com maior nível cultural (FURTADO, 2011).

De acordo com Braga (2005), Furtado avaliava em sua obra a associação existente entre cultura e desenvolvimento. Sendo a cultura tratada em relação às condições materiais, à questão política e geopolítica e à cultura da identidade. Furtado teria demonstrado que as transformações mais rápidas sucedidas no passado foram as referentes à base material e da ciência, enquanto que as mais demoradas estariam ligadas aos elementos não materiais da cultura. O lado material e científico da cultura estaria crescendo de forma mais acelerada do que o lado não material. Já em tempos recentes, a vida social é que estaria sendo forçada a se adequar às transformações da cultura material.

Braga (2005) comenta que essa compreensão, observada nos últimos trabalhos de Furtado, evidencia a constante atualidade da obra do autor e assegura que as características culturais e éticas de sua obra são sintetizadas por seu novo modo de entender o mundo. Assim, em sua percepção de desenvolvimento, contemplando sua preocupação em expor os contornos do processo de exclusão característico do sistema capitalista, Furtado convoca aos pensadores econômicos e sociais ao desafio de determinar as origens da má formação social brasileira, os problemas de cunho histórico-estrutural que agravam as disparidades sociais e a concentração de renda no país.

No entendimento de Furtado (2000c), quando o impulso para o crescimento ocorre a partir da integração com o mercado externo, ao invés de se realizar pela constituição de um mercado interno, as implicações da ação conjunta das diversas regiões do país, de modo interdependente, buscando melhores resultados, tende a dissipar-se, uma vez que se tornam menos intensas as relações de cooperação. E deste modo, nem a integração das economias regionais e nem a organização do mercado interno serão determinantes para o crescimento.

Nesse contexto, Furtado (2000c) sugere que a opção que se apresenta é buscar suporte no mercado externo, tornando-se condicionado à dinâmica das empresas transnacionais. No entanto, apontava que o modelo de desenvolvimento estabelecido por essas empresas tem como consequência um processo moroso de criação de emprego. Este fator pôde ser verificado nos países da União Europeia, cujo enfraquecimento da coordenação e regulação macroeconômica desencadeou redução da acumulação de capital e ampliou as taxas de desemprego. E essas implicações ocorrem de modo mais grave naqueles países em que a integração com o exterior se torna prioridade em detrimento da constituição do mercado interno.

Para Fiori (2000), essa seria uma previsão frustrante, se permanece na memória a proposição de uma formação econômica nacional, que compõe a obra teórica e as reflexões históricas de Furtado e que ressurge como circunstância determinante de seu projeto político, que só se completaria com a geração de uma estrutura autônoma no sistema econômico brasileiro.

Conforme Fiori (2000), essa proposição de Furtado apoiava a confiança do autor de que existiriam três elementos imprescindíveis à constituição de

um sistema econômico nacional brasileiro, sendo eles: a formação e o fortalecimento de núcleos internos de atuação no processo decisório; a homogeneização social progressiva; e a evolução gradual desse sistema econômico, representando a vontade da coletividade.

Fiori (2000) comenta que, na visão furtadiana, esse era um processo em movimento que foi preterido pelas modificações mundiais e descontinuado pelas políticas e reformas de cunho liberal adotadas pelos governos brasileiros. Por isso, a constatação de Furtado de que o país teria perdido sua perspectiva de desenvolvimento e sua vontade coletiva que determinaram a formação de sua unidade nacional. Não sendo inesperadas as dificuldades que rompem com o apoio mútuo inter-regional.

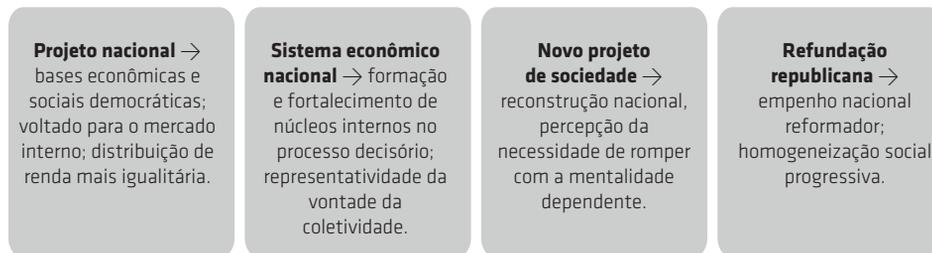
As dificuldades básicas enfrentadas pelo Brasil na atualidade são as mesmas que enfrentou no passado. Apesar do avanço observado em vários setores da economia, o país deixou de possuir capacidade de autogovernar-se, apresentando problemas para superar as vulnerabilidades do setor externo. Por isso, Furtado (2006) assinalava a necessidade de se retornar a uma política cambial que viabilizasse um projeto de desenvolvimento para o país.

Na visão de Furtado (2006), o crescimento econômico não configurava condição satisfatória para superação do subdesenvolvimento. Isto só se torna possível com a realização de profundas reformas estruturais. O processo de crescimento ocorrido no país foi muito desigual. Ele se traduziu em grande injustiça e exclusão social, e criou — em um país com enorme abundância de recursos — uma ampla gama de desfavorecidos que não possuem o mínimo necessário para serem reconhecidos como cidadãos brasileiros.

Cêpeda (2005) argumenta que o prognóstico apontado por Furtado contempla um projeto desenvolvimentista fundamentado em duas frentes de atuação, sendo uma em nível teórico e outra em nível prático. O primeiro ponto seria a interrupção do discurso ideológico que justifica a desigualdade no crescimento como decorrência inerente da estrutura econômica, passando a seguir o caminho do planejamento econômico. O segundo aspecto diz respeito à superação dos entraves tanto internos como externos que impedem as modificações na economia. Para tanto, seria necessário promover o desenvolvimento intencional e planejado, e não seguir os modelos que possibilitaram o desenvolvimento dos países centrais — nos países atrasados o incentivo ao crescimento deveria ser fruto do planejamento e das deliberações da esfera pública.

No Quadro 5 são destacados alguns aspectos para o processo de transformação estrutural, para o qual seria imperativa a determinação de um projeto social, a constituição de um sistema econômico nacional, a reconstrução nacional e o comprometimento com as reformas que conduzam ao desenvolvimento social.

Quadro 5. Modificação de paradigmas econômicos, culturais e sociais



Fonte: Elaboração própria, com base na teoria de Celso Furtado.

Pellegrino (2005) assinala que, no entendimento de Furtado, uma possível autodeterminação do processo de desenvolvimento econômico tem ligação direta com o nível estratégico verificado entre as modificações capitalistas ocorridas no ambiente da região nacional e as finalidades da sociedade brasileira. Deste modo, o pensamento de Furtado destacava a necessidade de articular o planejamento de ações de desenvolvimento que possibilitem uma maior influência da sociedade brasileira no que diz respeito a seus objetivos, ou seja, o êxito das ações depende diretamente da eficiência dos núcleos decisórios nacionais — o que justifica a relevância atribuída por Furtado ao Estado nacional, como articulador do processo de desenvolvimento, por meio da determinação de parâmetros democráticos e éticos que promovam uma maior eficiência entre a direção do sistema econômico e as autênticas dificuldades enfrentadas pela sociedade.

Conforme Braga (2005), Furtado não admitia a conjuntura de injustiça e exclusão social da maioria da população do país. Por acreditar em um modelo diferente de sociedade, e por sua atitude comprometida com as modificações do mundo, convocava a todos para a edificação de um novo projeto de sociedade. Enfatizava a reconstrução nacional, por meio do estabelecimento de uma percepção conjunta da necessidade de romper com a mentalidade dependente. Braga concorda com a descrição atribuída a Furtado de “defensor de um outro Brasil”, devido à sua trajetória intelectual e posicionamento ético.

Fiori (2000) também admite a atualidade e a fertilidade constantes do ideário furtadiano, assinalando sua competência de avaliação e adiantamento dos eventos futuros, e sua habilidade de percepção das direções e formas estruturais assumidas pelo sistema econômico.

Nabuco (2000) aponta que, ao longo de sua obra, Furtado apresentava constantemente um convite aos agentes econômicos e políticos que pensam o Brasil, para que mantivessem seu compromisso como cidadãos. Pois entendia que, desse modo, seria possível colaborar no processo de conhecimento próprio e para o desafio de promoção do desenvolvimento econômico e social, que permitiria a democratização dos benefícios do progresso econômico e técnico.

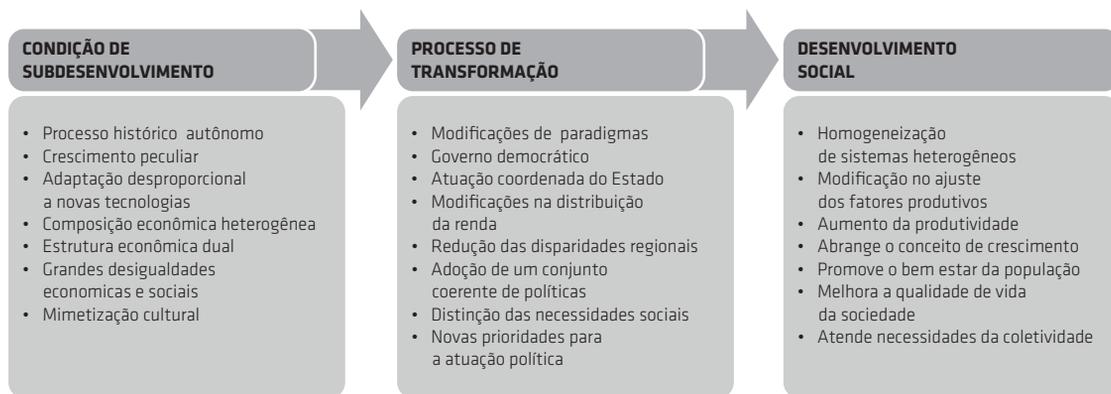
De acordo com Tavares, Furtado apresentava uma “proposta recorrente de um projeto nacional que permita realmente transformar por dentro o país por meio de estratégias nacionais de desenvolvimento” (TAVARES, 2000, p.134).

As questões referentes à constituição nacional em face aos variados tipos de subordinação tanto externa quanto interna sempre permearam o trabalho teórico de Furtado. Apesar de separar os aspectos econômicos, políticos e sociais, sua análise do desenvolvimento manteve uma perspectiva histórico-estrutural que compreendia esses três aspectos. Em seu empenho na construção da independência nacional, Furtado “aponta como elemento central de resistência e de possível superação da fratura social a própria formação e o desenvolvimento de uma cultura nacional” (TAVARES, 2000, p. 134).

Furtado insistia na ideia de que a constituição de um projeto nacional seria indispensável para alavancar a reedificação do país, mesmo em contextos de esgotamento da estrutura econômica, desgaste das forças produtivas e da própria desordem social. Tavares concorda com Furtado que o estabelecimento de um novo projeto nacional teria, obrigatoriamente, que contemplar uma maior participação da sociedade como um todo nas ações decisórias, isto é, maior representatividade e participação da população nos processos decisórios (TAVARES, 2000).

A Figura 2 apresenta alguns conceitos, elaborados a partir da obra de Furtado, a respeito do subdesenvolvimento e do desenvolvimento econômico, e destaca alguns temas a serem seguidos no processo de construção do desenvolvimento social.

Figura 2. Transposição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento social



Fonte: Elaboração própria, com base na teoria de Celso Furtado.

Para Cepêda (2003), na visão furtadiana não seria possível o desenvolvimento sem a realização de reformas políticas, sendo a democracia o principal recurso para a constituição do projeto social e para a superação dos empecilhos do subdesenvolvimento.

A partir da observação dos países que introduziram o modelo da social-democracia, Furtado constata a necessidade de ampliação e diversificação dos papéis do Estado — para sustentar os níveis de crescimento e como estratégia contra as crises periódicas do capitalismo —, por meio da regulamentação dos direitos trabalhistas, implantação de leis assistenciais e concessão de salários indiretos, entre outras políticas de cunho social.

O projeto nacional de Furtado apresentava várias características da social-democracia, e por seus fundamentos e particularidades podia ser entendido como tal. Era um projeto voltado para o mercado interno com a finalidade de restaurar o núcleo dinâmico da economia. O grande desafio seria a realização do esforço necessário para uma distribuição de renda mais igualitária, o que só poderia ser alcançado por meio da maior participação social. No entendimento de Furtado, o subdesenvolvimento é definido como um processo histórico autônomo, que só pode ser compreendido dentro de uma análise histórica-estrutural. Esse processo determina uma forma de crescimento com características particulares, por ser um produto da adaptação desproporcional às novas tecnologias, introduzidas pelo capitalismo industrial, tendo como resultado uma estrutura econômica heterogênea e dual.

O desenvolvimento, em contrapartida, reflete a homogeneização dos sistemas heterogêneos, por meio de modificações no ajuste dos fatores produtivos, com a finalidade de promover o aumento de produtividade — que para Furtado significa o próprio desenvolvimento econômico. O crescimento econômico decorrente dos aumentos de produtividade é englobado pelo conceito de desenvolvimento. Mas este último vai além do mero crescimento, contemplando o atendimento das necessidades coletivas sociais. Esse desenvolvimento, em sua própria definição, é voltado para o social. Gera implicações positivas para a distribuição da renda no processo de crescimento, possibilitando que este crescimento reflita em transformações benéficas para a sociedade.

O desenvolvimento é, então, essencialmente social, caracterizado por melhorias na qualidade de vida da população, pela ampliação do acesso aos benefícios oriundos do crescimento econômico a toda a sociedade. O caminho a ser percorrido para se passar da condição de subdesenvolvimento para o desenvolvimento social, conforme sugerido na obra furtadiana, exige que o processo de desenvolvimento a ser construído tenha um curso distinto do observado nas economias centrais, que possuem estruturas diferentes das economias atrasadas. Esse processo exige, então, uma reedificação em nível

estrutural, com modificações de paradigmas econômicos, políticos, culturais e sociais, além do fortalecimento do governo representativo, isto é, mais democrático e com maior participação popular.

Como dar continuidade à “construção interrompida” no Brasil, com o objetivo de construir um desenvolvimento que vá além do crescimento econômico e que de fato promova a melhora da qualidade de vida para toda a população?

Para Furtado, isso só seria possível a partir de um plano de ação que considerasse os problemas estruturais do país, problemas estes que possuem raízes profundas e que necessitariam de amplas reformas para serem superados. Seria necessária uma mudança de paradigma no país e essa mudança deveria ocorrer no sentido de se buscar novos direcionamentos para possibilitar a construção de uma sociedade mais igualitária.

Mas como encontrar a via correta de desenvolvimento para o Brasil? O que se pode observar da obra de Furtado é que, para esse objetivo, seria preciso realizar uma análise no sentido de observar os erros ocorridos, diagnosticar a situação política, econômica e social, para em seguida realizar o esforço necessário de correção ou reformulação do modelo capitalista brasileiro, promovendo as transformações que possibilitem ao país se autodirigir.

Para realizar o esforço transformador, o primeiro passo seria a clara definição dos objetivos, a especificação de cada uma das metas a serem alcançadas; o segundo passo residiria no planejamento, na elaboração minuciosa do plano de ação necessário para operacionalizar as metas traçadas e possibilitar a construção do desenvolvimento econômico pleno, que propaga o desenvolvimento social por todas as camadas da população.

Uma vez traçados os objetivos do desenvolvimento, estes tenderiam a impulsionar as transformações estruturais que permitiriam a evolução do processo de desenvolvimento social.

Na teoria furtadiana não há espaço para a construção das metas de desenvolvimento sem interligação direta com o planejamento. A superação do subdesenvolvimento na sociedade brasileira necessita de ações transformadoras no núcleo sócio-político-econômico, de uma mudança no curso do projeto de desenvolvimento com o objetivo de promover e ampliar o bem-estar social. Assim, a execução de ações que não possuam o teor transformador essencial às especificidades da sociedade brasileira tende ao impasse fundamental de onerar certas camadas sociais em benefício de outras, o que, ao contrário de gerar desenvolvimento e melhoria do bem-estar coletivo, resulta em insatisfação e retrocesso no curso do desenvolvimento.

A trajetória para o desenvolvimento social torna indispensável o estabelecimento de projetos sociais que possibilitem a reestruturação organizacional, por meio da distinção das verdadeiras necessidades sociais. Para tanto, torna-se imperativo a programação econômica, com atuação coordenada do Estado,

por meio da adoção do planejamento e de um conjunto coerente de políticas que determinem reformas orientadas para modificações dos padrões de distribuição da renda e redução das disparidades sociais e regionais, definindo novas prioridades para a atuação política que compreenda esse conceito de desenvolvimento social.

O debate em torno da superação do subdesenvolvimento e da construção do desenvolvimento social precisa deixar o campo das ideias e se concretizar como uma ação organizada, comandada pelo Estado, a partir de políticas macroeconômicas definidas para os diversos setores econômicos, além de políticas sociais fundamentadas em princípios de racionalidade econômica que promovam de fato o bem-estar social.

Esse objetivo só poderá ser atingido por meio de ações políticas sustentáveis, que permitam a construção do desenvolvimento a partir de pilares enraizados em uma ideologia de ruptura com os vícios do subdesenvolvimento, e com a consciência de construção de um país com estruturas e sistemas econômicos e sócio-políticos equilibrados, que promovam a unidade, o amadurecimento do processo de reestruturação organizacional, possibilitando a superação do atraso e removendo permanentemente os obstáculos que inviabilizam o desenvolvimento pleno da sociedade brasileira.

Considerações finais

Na visão de Furtado, para alcançar o desenvolvimento social seria necessária a reconstrução das estruturas econômicas a partir da mudança de paradigmas no interior do sistema econômico brasileiro, de modo a promover a evolução do sistema livre da dependência tecnológica e cultural. Para tanto se torna fundamental a construção de um projeto nacional que direcione o processo de desenvolvimento, estabelecendo um padrão de crescimento e desenvolvimento diferente da reprodução de estilos de comportamento de economias avançadas. A superação das grandes disparidades sociais e a promoção da igualdade são as bases de tal projeto de desenvolvimento, que deverá ser apoiado pelo Estado, que possui papel fundamental como agente protagonista na construção do projeto de desenvolvimento social.

A importância do pensamento de Furtado para a discussão do desenvolvimento social contemporâneo pode ser determinada diante da perpetuação de certas limitações que atravessam as economias dos países em desenvolvimento, como o Brasil, por décadas. Essas limitações preservam as desigualdades e a exclusão social. Apesar de avanços terem sido alcançados, o caminho para se chegar ao desenvolvimento que possibilite uma melhor distribuição da renda e a ampliação da igualdade — isto é, que reflita o conceito de desenvolvimento

social — necessita da elaboração de um planejamento adequado e de políticas que funcionem como um instrumento de promoção desse desenvolvimento.

O que se confirma como indispensável, na obra de Furtado, é a adoção de uma estratégia de desenvolvimento que tenha por finalidade a redução das heterogeneidades e o alargamento de melhores condições de bem-estar para a totalidade da sociedade. Isto é, que o crescimento econômico possa se refletir em benefícios reais para as pessoas.

A construção do desenvolvimento social passa por uma proposta alternativa para solução de questões como a desigualdade social, condições precárias de vida, falta de acesso à educação e à saúde. Essa proposta alternativa configura a necessidade de um projeto de desenvolvimento, que deverá contemplar a implementação de políticas econômicas que assegurem melhores condições de emprego e melhor distribuição da renda obtida com os ganhos de produtividade, via repasse para os salários do trabalho. Além de políticas de educação, saúde e de satisfação de necessidades básicas, que são variáveis não quantitativas, mas que interferem na qualidade de vida das pessoas.

Para se chegar ao conceito de desenvolvimento social, segundo a compreensão furtadiana, confirma-se a necessidade de uma mudança de paradigma econômico e social. Comprova-se também a necessidade de definição do tipo de desenvolvimento que se deseja promover no Brasil. Sendo o desenvolvimento social o almejado, tornam-se indispensáveis as reformas estruturais relacionadas às estratégias de desenvolvimento que tenderão a definir os novos rumos para levar a cabo o projeto de desenvolvimento da nação. Essas estratégias, como assinalava Furtado, devem avaliar as melhores alternativas para cada sistema econômico, observando as potencialidades dos indivíduos, além dos fatores internos locais para fazer frente ao desafio de superar o subdesenvolvimento e promover o desenvolvimento social.

Cabe aos agentes políticos, aos órgãos governamentais, aos atores sociais, enfim, à sociedade brasileira, traçar a rota de desenvolvimento desejado para o país e buscar o engajamento necessário para viabilizar a construção desse processo de avanço no cenário econômico, político e social do Brasil. Se não é possível encontrar na obra furtadiana um direcionamento exato e um modelo infalível para a superação do atraso, é possível localizar encaminhamentos favoráveis ao delineamento de um plano de ação de essência transformadora, que promova as pressões indispensáveis à superação do desenvolvimento brasileiro, permita a tomada de decisões imperativas à instauração e alicerçamento do evento do desenvolvimento, de modo que este se torne a base dinâmica das diversas estruturas que moldam o sistema político, econômico e social brasileiro.

§

Referências

- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BRAGA, M. C. Celso Furtado: pensamento vivo. In: *Revista Humanidades*, Fortaleza, vol. 20, n. 1, p. 61-66, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://celsofurtado.phl-net.com.br/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phl82.xis&cipar=phl82.cip&lang=por>>. Acesso em: 15/07/2013.
- CEPÊDA, V. A. *O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia*. Mar. 2003. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=31>>. Acesso em: 15/06/2012.
- _____. Celso Furtado e a interpretação do subdesenvolvimento. In: *Perspectivas*, São Paulo, n. 28, p. 57-77, 2005. Biblioteca Celso Furtado. Disponível em <<http://celsofurtado.phl-net.com.br/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phl82.xis&cipar=phl82.cip&lang=por>>. Acesso em: 15/07/2013.
- FIORI, J. L. A propósito de uma “construção interrompida”. In: TAVARES, M. C. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000, p.33-57.
- FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. *Um projeto para o Brasil*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Saga S.A., 1969.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Série Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *A fantasia organizada: obra autobiográfica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997a.
- _____. *Os ares do mundo: obra autobiográfica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b.
- _____. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000a, 126p.
- _____. Reflexões sobre a crise brasileira. In: *Revista de Economia Política*, vol. 20, n. 4 (80), out./dez. 2000b. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/80-1.pdf>>. Acesso em: 08/11/2012.
- _____. O fator político na formação nacional. In: *Estudos Avançados*, 14 (40), 2000c. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300002]. Acesso em: 08/07/2013.
- _____. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. A atual situação econômica mundial. In: *Revista de Economia Mackenzie*, ano 2, n. 2, p. 11-28. Entrevista concedida pelo economista Celso Furtado à R E M – Revista de Economia Mackenzie em 15 de novembro de 2002, e revisada pelo próprio Celso Furtado em junho de 2003. Disponível em [editora-revistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/download/761/446]. Acesso em: 10/07/2013.
- _____. Os desafios da nova geração. In: *Jornal dos Economistas*, n. 179, p. 3-4, jun. 2004. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/pdf/je_jun2004.pdf>. Acesso em: 22 maio.2013
- _____. Receita para o crescimento. Entrevista concedida a Álvaro Kassab. In: *Jornal da Unicamp*, Universidade Estadual de Campinas – 27 de setembro a 3 de outubro de 2004. (2004a). Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/setembro2004/ju267pag03.html>. Acesso em: 22/05/2013.
- _____. O Brasil do século XX. Entrevista com Celso Furtado. Entrevistador: Eduardo Pereira Nunes, Presidente do IBGE. In: *Estatísticas do século XX*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro 2006.
- _____. Dossiê Celso Furtado. Entrevista concedida a Eduardo Kugelmas em junho de 1993. In: *Cadernos do Desenvolvimento*, vol. 6, n. 8, p. 377-415, mai. 2011. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/idade/201109221441340.CD8_0.pdf>. Acesso em: 03/06/2013.
- GUIMARÃES, J. A trajetória intelectual de Celso Furtado. In: TAVARES, M. C. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000, p.15-32.
- NABUCO, M. R.. Estado e projeto nacional nas obras iniciais de Celso Furtado. In: TAVARES, M. C. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000, p.59-70.
- PELLEGRINO, A. C. G. T. A atualidade da interpretação de Celso Furtado acerca do subdesenvolvimento no Nordeste brasileiro. In: X Encontro Nacional de Economia Política, 2005, Campinas-SP. Anais do X Encontro Nacional de Economia Política. Campinas-SP: Unicamp/Instituto de Economia, 2005. Disponível em: <<http://celsofurtado.phl-net.com.br/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phl82.xis&cipar=phl82.cip&lang=por>>. Acesso em: 16/07/2013.
- SOUZA, N. J. *Pensamento econômico brasileiro: desenvolvimento econômico*. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2005. Texto em versão ampliada da seção 7.3 do livro *Desenvolvimento Econômico*. Disponível em: <http://www.nalijsouza.web.br/com/pensa_econ_brasil.pdf>. Acesso em: 06/04/2008.
- TAVARES, M. C. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: _____. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000, p.129-154.

Recebido em 20/10/2015

e aceito em 12/2/2016.

Pierre Salama¹ |

China-Brasil, uma comparação instrutiva

Um marciano desembarca na Terra. Tendo estudado as recomendações das instituições internacionais e visitado a China e o Brasil, ele não compreende porque a China tem uma taxa de crescimento elevada, quando nem as instituições, nem a administração e nem a política econômica, decidida pelas autoridades chinesas, correspondem aos cânones definidos pelo Banco Mundial, enquanto outros países, como o Brasil, tendo seguido essas recomendações — embora com algumas reticências — não chegam a vivenciar a *golden age* da China. A comparação desses dois percursos diferentes é rica de ensinamentos.

Se não há motivo para comparar, a comparação dá lugar à imaginação. Não se trata, portanto, de propor que o Brasil “copie” a China para obter uma taxa de crescimento mais elevada, pois as condições históricas, políticas e socioculturais são totalmente diferentes e seria particularmente ingênuo pensar que se poderia fazê-lo. De forma mais realista, entre as inúmeras questões que o paralelo entre essas duas situações permite mostrar, podemos tentar compreender porque a taxa de investimento é elevada em um e fraca em outro, porque os comportamentos schumpeterianos parecem se afirmar na China, enquanto os comportamentos rentistas se impõem no Brasil, e a partir desse diagnóstico ver se é possível modificar o curso da situação no Brasil, com o objetivo de promover os comportamentos schumpeterianos. Como a imaginação se alimenta da comparação — comparar permite romper com as ideias impostas, como o famoso “*there is no alternative*” de Margaret Thatcher —, existem alternativas, como desejamos mostrar neste texto, graças à análise, ao mesmo tempo, da expansão dos emergentes nos anos 2000 — em especial da China e do Brasil —, e dos limites dos seus respectivos modos de crescimento.

1. Professor emérito da universidade de Paris XIII, site: <http://pierre.salama.pagesperso-orange.fr/> e www.brics.hypotheses.org

Os anos 2000 são interessantes por três razões: *i*) porque durante esse período os processos de convergência com as economias avançadas — as quais beneficiam principalmente os países emergentes asiáticos — se confirmam; *ii*) porque os caminhos escolhidos pela China e pelo Brasil são muito diferentes; e *iii*) porque esses caminhos parecem se esgotar e perder seu dinamismo, e como consequência se abre um novo período repleto de interrogações.

1. Economias emergentes, o que esconde essa designação?

1.1 Uma convergência com os países avançados que se acelera e depois tende a se esgotar

Durante os anos 1960-2000, perto de 29% dos países em desenvolvimento possuem uma taxa de crescimento média do PIB superior à dos Estados Unidos, então de 1,53%. No decorrer dos anos 2000-2011, essa porcentagem aumentou consideravelmente: 90% dos países em desenvolvimento têm uma taxa de crescimento superior à dos Estados-Unidos (2,94 pontos), segundo dados do Banco Mundial. Um processo de convergência se opera e por meio dele é reduzida a disparidade entre os níveis do PIB de muitos países do hemisfério sul e aqueles do Norte. Isso diz respeito, sobretudo, aos países emergentes asiáticos, e com a alta dos preços das matérias-primas abrange também alguns países africanos. No conjunto, o diferencial entre as taxas de crescimento traduz um movimento de convergência dos níveis de renda por habitante entre países do Sul e do Norte. O exemplo dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) ilustra bem esse fenômeno de convergência. Conforme a base de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2013), o peso econômico dos BRICs representa, em 2000, 16,39% do PIB mundial — avaliado pela taxa de câmbio de paridade do poder de compra de 2005 — e em 2012 é de 27,11% graças, sobretudo, ao intenso crescimento da China e da Índia. O peso da China no PIB mundial passa de 7,12% (contra 23,49% dos Estados-Unidos) em 2000, para 14,52% (contra 18,87% dos Estados-Unidos) em 2012; o da Índia vai de 3,71% para 5,63%; o do Brasil de 2,91% para 2,83%; e o da Rússia, de 2,65% para 3,02%. Calculado pela taxa de câmbio de paridade do poder de compra, o PIB da China ultrapassa em 2014 o PIB dos Estados Unidos e a renda *per capita* se situa em um nível vizinho ao do Brasil, isto é, a $\frac{1}{4}$ daquela dos países avançados. As desigualdades de renda — mais elevadas nos países do Sul do que nos do Norte, salvo exceção — mostram que uma parcela mais ou menos importante da população dos países do Sul tem uma renda média próxima daquela dos países do Norte.

Durante um longo período, alguns países do Sul, ditos emergentes, desconhecem a convergência com os países do Norte. O exemplo da Argentina é, a esse respeito, um caso emblemático de uma divergência de longa duração com os países avançados.² O mesmo acontece com o México, uma vez que, entre 1955 e 1980, a distância entre o PIB por habitante em relação aos Estados Unidos diminui, embora aumente em seguida (ROMERO TALLAECHE, 2014). As fases de convergência e, em seguida, as de divergência se sucedem, principalmente nos países latino-americanos, enquanto nos países asiáticos a convergência é mais regular.

Entretanto, salvo exceção, nos anos 2000 a renda por habitante de muitos países emergentes aumentou muito mais rápido do que nos países avançados. Desde 2010 não é mais o caso, com exceção ainda de alguns países. A taxa de crescimento de numerosos países latino-americanos, em especial a do Brasil, aproxima-se daquela dos países avançados, hoje caracterizados por uma tendência à estagnação na Europa e no Japão. Não se trata mais, então, de convergência entre os níveis do PIB por habitante, mas entre as taxas de crescimento do PIB, o que é muito diferente. Não é ainda o caso da China, cuja taxa de crescimento diminui, embora permaneça ainda muito elevada, o que não deixa de ter repercussão para o crescimento dos países latino-americanos, via queda dos preços das matérias-primas, o aumento desacelerado e até mesmo a redução das quantidades exportadas. O ano de 2010 abre caminho para uma nova fase, pois os antigos modos de crescimento, tanto na China como no Brasil, se esgotam, enquanto novos se esboçam, mas penam para emergir.

1.2 O que aproxima a China e o Brasil é menos importante do que aquilo que os diferencia

Diferentes características são comuns à China e ao Brasil. Os dois países sofrem de uma distribuição de renda muito desigual. Entretanto, as desigualdades se acentuam na China, enquanto diminuem ligeiramente no Brasil, embora permaneçam extremamente elevadas. A situação de suas contas externas é igualmente comparável, uma vez que as balanças comerciais da China e do Brasil apresentam um saldo positivo até 2013. As diferenças de produtividade do trabalho, como também as dos salários, entre empresas, segundo suas dimensões, são particularmente acentuadas e mais importantes do que nos países avançados. O crescimento médio das taxas de salários é superior às de produtividade nos dois países. Enfim, o Brasil, assim como a China, vivencia níveis de corrupção elevados e uma opacidade importante nas decisões governamentais.

As diferenças entre a China e o Brasil são muitas. Em primeiro lugar, a demografia: a China tem quase 1,4 bilhão de habitantes (em 2013), é muito povoada, bem mais que o Brasil (203 milhões na mesma data), o que não deixa de ter consequência para as dimensões respectivas dos mercados

2. A marginalização da Argentina vem de longe. Enquanto em 1913 a renda por habitante da Argentina correspondia a 65% daquela da Inglaterra, em 1945 ela ainda se situava em 60% para passar para 39% em 2001. A comparação da renda por habitante dos espanhóis é ainda mais expressiva: 393% em 1913, 290% em 1945 e 51% em 2001. A renda *per capita* dos argentinos passou assim do quádruplo da dos espanhóis para um pouco mais da metade.

3. Enquanto a taxa masculina (relação de nascimentos de homens para cem mulheres) é avaliada em 1,05, nos países avançados é de 1,15 em 1990, de 1,17 em 2000, e de 1,20 em 2005. Nas sociedades asiáticas os homens são preferidos às mulheres por diversas razões (o dote, por exemplo) e a generalização da ecografia abre caminho para os abortos destinados a frear o nascimento de meninas, principalmente quando a pressão do filho único se impõe.

internos, tratando-se principalmente das classes médias atraídas por produtos sofisticados, cujas condições de produção impõem a obter economias de escalas importantes. A taxa de crescimento demográfico em 2011 é da ordem de 0,48% na China e de 1,1% no Brasil, segundo o INSEE [Institut National de la Statistique et des Études Économiques]. A questão demográfica vai, aliás, se tornar um problema preocupante nos próximos anos na China. As projeções demográficas feitas em 2010 indicam uma queda sensível do *ratio* da população em idade de trabalhar (15 a 64 anos) sobre a população inativa. Por outro lado, mantendo-se tudo igual, a China deveria retomar em 2050 o *ratio* que ela tinha em 1980, isto é, 1,6. Com esse *ratio* ficará difícil para os ativos financiar a aposentadoria dos idosos e a educação dos jovens de menos de 15 anos. A pirâmide das idades torna-se um obstáculo para a busca do crescimento: cada vez menos jovens, cada vez menos mulheres.³ É o que explica, em parte, por que a China retorna hoje à política do filho único. Os resultados da modificação da política familiar demoram, entretanto, a se manifestar, mas é possível que em médio prazo a taxa de fecundidade aumente, o que retardaria a queda do *ratio* da população em idade de trabalhar sobre a população inativa.

No plano econômico, a China apresenta uma taxa de crescimento muito elevada e com relativa regularidade nos anos 2000 (9% a 11% ao ano), enquanto no Brasil essa taxa é bem mais fraca e relativamente volátil (4% em média), mas com um ponto mais elevado que nos anos 1990, o que não deixa de ter consequência para a mobilidade social.

Por outro lado, a taxa de investimento na China é duas vezes e meia mais elevada que no Brasil. Isso é um bom indicador da relação dos empreendedores com ideal schumpeteriano. Na China, as relações do Estado com os empreendedores, sejam privadas ou públicas, incitam a uma taxa de investimento elevada. O enriquecimento autorizado, quaisquer que sejam as condições de trabalho, encoraja a investir mais e, com a corrupção que com frequência o acompanha, é um meio de controlar os empreendedores. No Brasil, a fraca taxa de investimento é um indicador do caráter cada vez mais rentista da economia. A corrupção aqui é mais predadora que colbertista; o enriquecimento vem certamente da exploração, mas também, cada vez mais, da procura pelo rendimento, venha ele da exploração das matérias-primas e/ou da especulação financeira.

O Brasil e a China têm políticas de taxas de câmbio diferentes: na China, a taxa de câmbio é controlada e mantida em nível subvalorizado, enquanto no Brasil, considerada livre, ela é sobrevalorizada. Na China, os investimentos em papéis são por enquanto proibidos, exceto há pouco tempo em algumas zonas experimentais; no Brasil, eles são livres. Enfim, na China as taxas de juros são relativamente baixas, enquanto no Brasil elas estão entre as mais elevadas do mundo.

Quanto à especialização internacional, a China exporta principalmente produtos manufaturados e ocupa um lugar significativo nas exportações mundiais

(12,1% destas em 2013 contra 1,2% em 1983). Ela tornou-se, em poucos anos, “a fábrica do mundo”, e desde 2013 suas exportações e importações ultrapassam as dos Estados Unidos. Com as exportações largamente acima das importações — principalmente a partir da adesão à Organização Mundial do Comércio em 2001, e das entradas líquidas de investimentos estrangeiros diretos —, as reservas em divisas da China tornam-se consideráveis. Em contrapartida, o peso do Brasil nas trocas internacionais permanece estável. Em 1983 ele era idêntico ao da China, isto é, 1,2% das exportações mundiais. Em 2013 essa parcela situa-se a 1,3%. O Brasil se expande no mesmo ritmo do crescimento mundial das trocas, enquanto a China o faz 12 vezes mais rápido. O Brasil exporta relativamente cada vez menos produtos manufaturados (52,1% em 2005 e 35% em 2013, do conjunto das exportações) e cada vez mais exporta produtos primários. O comércio exterior é cada vez mais voltado para a Ásia, tendo a China se tornado seu principal cliente, enquanto exporta cada vez menos para a América-Latina — fazendo assim, o Brasil se reprimariza. O que se chama reprimarização é precisamente o retorno para uma estrutura das exportações em que se privilegiam os produtos primários em detrimento dos produtos industriais. Desse ponto de vista, a nova inserção na divisão internacional do trabalho assemelha-se muito à antiga: exportação de matérias-primas pouco trabalhadas, importação de bens manufaturados. Salvo rara exceção, porém importante: a produção de matérias-primas exportadas, sejam agrícolas ou minerais, utiliza técnicas de produção sofisticadas, necessitando pouca mão de obra.

Quanto ao saldo da balança das contas correntes, ele é positivo na China, e extremamente negativo — em torno de US\$ 80 bilhões em 2014 — no Brasil. Nesses últimos anos, a China investiu 13% do PIB em infraestruturas. Estas estão, portanto, em rápido desenvolvimento, principalmente nos transportes (a China conta hoje com mais quilômetros de estradas de ferro destinados aos trens de alta velocidade que toda a Europa reunida. A rede deverá totalizar 16.000 km em 2020). No Brasil, as infraestruturas são amplamente insuficientes e a insuficiência se constitui num fator de bloqueio ao aumento da taxa de crescimento. Segundo os dados do Banco Mundial, completados pelo Crédit Suisse Research Institute (fev. 2014), entre 1993 e 2003 o investimento nas infraestruturas representou em média 2,19% do PIB (1,49% no México); entre 2003 e 2012 situava-se em média a 2,13% do PIB (enquanto no México aumentou 3,95% em média, mas com um declínio entre 2001 e 2006) (BOSCH, 2013). A taxa de urbanização na China é modesta, mas avança com rapidez; no Brasil ela é muito alta, ligeiramente superior à dos países avançados.

Enfim, os dois países exibem níveis de violência muito diferentes. Na China, a taxa de homicídio permanece fraca, porém em crescimento, enquanto no Brasil em média ela é muito elevada, em declínio nos estados do Sul e aumentando nos estados do Norte.

2. Quais são os aspectos positivos e negativos dos percursos econômicos recentes?

O desenvolvimento econômico na China e no Brasil não se deu em contextos políticos semelhantes. A China passou de um modo de dominação política do tipo ditatorial a um modo autoritário. Como ressalta M. C. Bergere (2013), para muitos economistas e políticos chineses, o regime autoritário não se fundou sobre uma legitimidade ideológica, mas sobre a eficácia. No Brasil, a ditadura dos militares (1964-1967, 1967-1979) foi muito eficaz, de acordo com as transformações econômicas e o intenso crescimento que o país conheceu. Entretanto, a democracia vinda com a *abertura* (abertura política em 1979) teve de gerenciar as consequências induzidas do milagre econômico, como a crise da dívida em 1981, a hiperinflação que causou estragos até 1994, o aumento das desigualdades da renda e da pobreza, o crescimento nulo na década de 1980. Com a crise superada, a hiperinflação erradicada (1994), a situação do conjunto melhorou: a taxa de crescimento aumentou de forma moderada, as desigualdades entre rendimentos regrediram ligeiramente, e a pobreza diminuiu muito. Em um contexto de dificuldades econômicas mais ou menos importantes de 1994 a 2014, a via democrática, em vez de periclitir, conheceu um processo de consolidação, apesar da manutenção de um fosso entre a democracia formal (das urnas) e a democracia real (das desigualdades e do acesso aos direitos) (CAPUTO, 2005; O'DONNELL, 2004), considerando a incapacidade do sistema em diminuir a corrupção das elites políticas e econômicas.

Os aspectos positivos e negativos das trajetórias econômicas recentes dos dois países são relativamente poucos, o que não significa que eles não são importantes, muito ao contrário. Na China, os aspectos positivos são: o crescimento elevado, o equilíbrio dos aspectos fundamentais (excedente da balança comercial, orçamento equilibrado, quase pleno emprego, inflação controlada), o esforço empreendido nas infraestruturas, a diminuição da pobreza; no Brasil, um crescimento ligeiramente mais elevado do que nos anos 1990, retorno ao equilíbrio dos aspectos fundamentais, exceto o equilíbrio orçamentário, e a diminuição da pobreza.

Os aspectos negativos também são poucos, mas particularmente importantes no Brasil. A taxa de investimento, muito importante na China, é largamente insuficiente no Brasil; as infraestruturas, anteriormente raras na China, tornaram-se abundantes. Negligenciadas no Brasil, elas são um obstáculo para uma retomada do crescimento, a não ser de modo medíocre. Sem tratar o conjunto desses aspectos, nos parece importante analisar, na China e no Brasil, o crescimento da mobilidade social, a inserção na divisão internacional do trabalho e a hipótese de novas vulnerabilidades externas.

2.1 Quanto mais a taxa de crescimento é elevada, maior a probabilidade de que a mobilidade social progrida

Além das considerações exclusivamente produtivistas, é importante levar em conta os efeitos do crescimento para a mobilidade social. Matematicamente, uma taxa de crescimento anual de 10% permite multiplicar o PIB por 28 em 35 anos, enquanto uma taxa de crescimento de 2% apenas duplica. De fato, o PIB por habitante na China, medido pela taxa de câmbio corrente, foi multiplicado por pouco mais de 22 entre 1980 e 2011, passando de US\$ 220 para US\$ 4.930 em 2011. Enunciada a taxa de paridade do poder de compra (PPC), ele foi multiplicado por 33, segundo o Banco Mundial. Conforme o relatório econômico da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a China (2013), se considerarmos os 30 anos mais fecundos do ponto de vista do crescimento, na China ele foi mais elevado. Com efeito, de 1982 a 2011 a taxa de crescimento anual chinesa foi de 9,15%. A título de comparação, essa taxa foi de 7,68% na Coreia, entre 1966 e 1995; de 6,87% em Taiwan, entre 1963 e 1992; e de 4,3% na Índia, entre 1982 e 2011.

Quando a taxa de crescimento é muito elevada e com relativa regularidade, a mobilidade social é forte. A probabilidade de uma criança oriunda de uma família pobre permanecer pobre quando adulta é pequena, inclusive se as desigualdades aumentam de maneira considerável, o que é o caso na China. Desse crescimento resulta automaticamente uma redução muito importante da pobreza. A pobreza definida a partir de um patamar de US\$ 2 da taxa de paridade do poder de compra (PPC) de 2005, por dia e por pessoa, passou assim de 98% da população de 1980 para 30% em 2011; a pobreza extrema (menos de US\$ 1,25 PPC) passou de 84% para 13% entre as mesmas datas.

A originalidade do modelo chinês reside na capacidade de associar a água e o fogo: “mercado e socialismo”.⁴ O setor privado se desenvolveu intensamente e não se limita às atividades unicamente das firmas estrangeiras multinacionais. O setor público, entretanto, permanece muito importante, tanto no âmbito das finanças, como no setor da energia e da indústria. Conforme esse mesmo relatório da OCDE, o valor agregado das empresas controladas pelo Estado no setor industrial era de 44% do valor agregado industrial em 1998, e é de 30% em 2012. O número de empresas industriais controladas pelo Estado, nas mesmas datas, decresceu mais intensamente: de 40% do total para 5%, e a porcentagem dos assalariados empregados nessas empresas passou de 62% para 20%. Essas evoluções traduzem também o forte processo de modernização das empresas controladas pelo Estado introduzido nesses últimos 20 anos.

A modernização das empresas do setor público e de parte do setor privado é financiada por créditos com taxas de juros muito baixos e várias subvenções. As empresas que não se beneficiam dessa ajuda do Estado são, desde então, levadas a tomar emprestado a taxas de juros elevadas e sofrem assim uma “repressão financeira”.

4. Mais exatamente o que os chineses (e outros) chamam socialismo, a saber, planejamento imperativo e partido único.

A liberação dos preços não implica, na maioria das vezes, no abandono da propriedade pública. Os preços agrícolas são hoje quase todos livres, mas os trabalhadores rurais têm apenas o usufruto das terras que cultivam. Quanto aos preços dos bens industriais, no sentido amplo, são atualmente mais ou menos livres. Essa liberação é progressiva, controlada pelo governo, até mesmo quando se traduz pelo abandono da propriedade pública. Ela não é o resultado de um “*big-bang*”, como foi o caso no momento da explosão na Rússia e nos países ditos satélites. Após um período de transição mais ou menos longo, o preço dos bens destinados à demanda final depende, em geral, da lei do mercado. Por outro lado, os bens intermediários continuam a se beneficiar de diversas subvenções e seus preços permanecem mais controlados. A liberação dos preços é ainda mais fraca no que se refere aos “fatores de produção”, como as matérias-primas. Enfim, a economia chinesa se caracteriza igualmente pelas facilidades de financiamento, concedidas para comprar empresas estrangeiras — com o objetivo de se apropriar de tecnologias mais recentes —, por um protecionismo via manutenção de uma taxa de câmbio depreciada, e pela exclusão, de fato, hoje, das empresas estrangeiras de convocação de oferta pública.

A política econômica na China visa tornar flexível o aparelho de produção, integrar cada vez mais as linhas de produção, graças à produção de insumos locais (produtos intermediários e bens de equipamentos) e ao domínio de novas tecnologias. Busca favorecer a escalada da gama de produtos destinados ao mercado interno, e, em menor quantidade aqueles destinados ao mercado externo. É por isso que a China tende a se opor, com mais ou menos sucesso (RICHET, 2014), às estratégias das empresas estrangeiras multinacionais, procurando otimizar a segmentação da cadeia de valor no plano internacional. É isso que vamos ver na última parte.

Enfim, a originalidade desse modelo se apoia sobre três elementos: uma taxa de crescimento elevada, capaz de legitimar a manutenção do regime autoritário, apesar da distribuição especialmente desigual dos frutos do crescimento e do aumento da corrupção; a capacidade do Estado central em manter um controle político sobre os governos das províncias, e em deixar certa autonomia às coletividades locais; e a articulação, sob a égide do Partido Comunista, das forças sociais que se desdobram em diferentes universos: empresários do setor público ou privado — pertencendo com frequência ao Partido —, o mundo do trabalho com suas diferenciações cada vez maiores entre campo e cidade, os trabalhadores qualificados e não qualificados ou, ainda, trabalhadores residentes e trabalhadores migrantes do campo (“*mingongs*”) ilegais (“*Hukou*”), que não se beneficiam senão parcamente das vantagens sociais. Estes últimos, bem numerosos (260 milhões), estão concentrados em empregos não qualificados, e, em geral, penosos.

A intervenção maciça do Estado, quase sempre indireta, a vulnerabilidade dos empresários privados e públicos, a corrupção, a superexploração dos trabalhadores, principalmente dos trabalhadores “ilegais”, são as características desse modelo. De fato, estamos diante de um duplo processo de acumulação primitiva: o primeiro no sentido de Marx, com o afluxo dos trabalhadores rurais pobres às cidades; o segundo mais complexo, com a espoliação dos poupadores com taxas de juros muito baixas, até mesmo negativas, e a concessão de crédito a baixas taxas para empresas selecionadas públicas e privadas (SALAMA, 2012).

2.2 Quanto menos elevada for a taxa de crescimento, menor será a probabilidade de uma mobilidade social importante, exceto se a distribuição de renda for menos desigual

O aumento dos gastos sociais (escola, saúde), a modificação do sistema fiscal, associada a uma política redistributiva, e a retomada do crescimento podem permitir uma verdadeira mobilidade social. Se nenhuma dessas condições é preenchida, a probabilidade de uma criança oriunda de uma família pobre sair da pobreza se explica principalmente pela possibilidade — seja de se tornar cantor, jogador de futebol, fazer política ou, enfim, pertencer à máfia — de ter condições de brilhar pela excelência em uma dessas profissões... Quando a taxa de crescimento é moderada, como no Brasil, a probabilidade de uma criança oriunda de uma família pobre continuar pobre na idade adulta é relativamente elevada salvo, se ocorrer uma modificação importante na curva de Lorentz a favor dos decis, os 10% mais pobres.

Quadro 1. Taxa de crescimento do PIB no Brasil, 2001–2014

Em %	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*
Brasil	1,3	2,7	1,2	5,7	3,2	4	6,1	5,7	-0,7	7,5	2,7	0,9	2,3	0,04

Fonte: Bradesco, Global Economic Prospect 2014, 20.02.2015 *Estimativa

Como nos anos 2000, a pobreza diminuiu graças ao aumento substancial do salário mínimo, muito acima do crescimento da produtividade do trabalho. São esse aumento do salário mínimo, seus efeitos induzidos sobre o funcionamento do mercado de trabalho e o cálculo das aposentadorias que explicam, ao mesmo tempo, a redução das desigualdades de renda e o essencial da diminuição da pobreza, bem mais que os “*cash transfers*” — ao contrário da ideia divulgada, estes últimos influenciam principalmente na dimensão da pobreza. No caso do Brasil, o efeito de redistribuição compensa, em parte, o efeito insuficiente do crescimento.

5. A situação no Brasil difere daquela do México nas suas relações com a China. O saldo positivo das trocas com a China diminuiu muito por causa de suas importações em intenso crescimento e a queda relativa de suas trocas atribuível à redução do crescimento da China. O México exporta pouca matéria-prima para a China: suas exportações passaram de US\$ 204 milhões em 2000 para US\$ 5,7 bilhões em 2012 — ou seja, uma progressão elevada —, mas entre essas mesmas datas suas importações da China passaram de US\$ 11,3 bilhões para US\$ 56,9 bilhões. O déficit com a China é, portanto, consequente e avizinha-se dos US\$ 50 bilhões. (Cf. DUSSEL, P. E. (2014). *La inversión extranjera directa de China en México. Los casos de Hawei y Giant Motors en Latinoamérica*. In: DUSSEL, P. E. (Ed.) *La inversión extranjera directa de China en América Latina: 10 estudios de caso*. México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, p. 273-289. Sobre esse mesmo assunto, mas com dados ligeiramente diferentes: DUSSEL, P. E.; GALLAGHER, K.P. (2014). *China's economic effects on the US-Mexico trade relationship. Toward a New Triangular Relationship?* In: DUSSEL, P. E.; HEARN, A.H.; SHAIKEN, H. (Eds.) *China and the new triangular relationships in the Americas*. China and the future of US-Mexico relations. Miami: Center for Latin American Studies, University of Miami; California, Berkeley: Center for Latin American Studies, University of California; Facultad de Economía, UNAM. Centro de Estudios China-México, p. 13-35. O México alia ao mesmo tempo uma industrialização puxada pelas exportações (as montadoras,

2.3 Uma nova vulnerabilidade externa do Brasil, o retorno do “stop and go”?

Um dos aspectos positivos importantes desse período é o saldo positivo da balança comercial. No Brasil, graças à exportação crescente das matérias-primas o saldo da balança comercial torna-se positivo a partir de 2001 e alcança, segundo o Bradesco, +US\$ 46,5 bilhões em 2006. Desde então esse saldo decresce, e em 2013 ele é apenas de +US\$ 2,5 bilhões, isto é, quase 20 vezes menos importante, e se torna negativo em 2014 (-US\$ 0,7 bilhão). Até 2012 essa forte redução é devida ao declínio relativo das exportações de produtos industriais. A partir de 2014, a queda em valor de exportação das matérias-primas e dos produtos manufaturados explica o aparecimento de um saldo negativo no mesmo ano.

Durante muitos anos, o saldo positivo da balança comercial e as entradas de capitais mais que compensaram as saídas de divisas a título de pagamento do serviço da dívida, do pagamento de dividendos, e outros serviços, de tal maneira que as reservas internacionais aumentaram. A partir de 2010 as coisas mudaram. A redução drástica do saldo da balança comercial — pela primeira vez em déficit (-US\$ 3,9 bilhões) desde 2000 —, as saídas de capitais a título de pagamento dos dividendos e dos lucros repatriados desencadeiam um aumento sensível do déficit da balança de contas correntes. Após ter sido excedentária de 2003 a 2006, o saldo da balança de contas correntes se degrada progressivamente para atingir -US\$ 90,9 bilhões em 2014 (4,17% do PIB), segundo o Bradesco (20.02.2015), ou seja, uma queda de mais de US\$ 100 bilhões em relação ao excedente de US\$ 14 bilhões alcançados em 2005. As entradas líquidas de capitais, ainda maciças a títulos de investimentos estrangeiros diretos (US\$ 62,5 bilhões em 2014) e os investimentos líquidos em carteira (US\$ 27 bilhões em obrigações e US\$ 13 bilhões em ações) segundo Bradesco (22.01.2015) compensam cada vez mais dificilmente esses déficits crescentes da balança das contas correntes. Portanto, a vulnerabilidade externa do Brasil não desaparece: muda de forma. Ela depende hoje fundamentalmente das matérias-primas, preços e volumes permutados,⁵ das entradas de capitais, das quais uma parte pode ser profundamente volátil.

3. Os aspectos problemáticos

Uma reviravolta se manifesta a partir de 2012. Não parece mais possível manter o mesmo modo de crescimento do começo dos anos 2000. O crescimento desacelera nos países emergentes, em especial na América Latina. São as primeiras manifestações do esgotamento desses modelos. A China, que cada vez mais tem dificuldade de manter seu papel de “fábrica do mundo”, procura o crescimento nas capacidades de voltar às redes de produção ao

optar pelas especializações de maior desempenho — apoiando-se em produtos mais sofisticados, de grande demanda potencial — e, sobretudo, ao relativizar o papel das trocas externas e do investimento como principais contribuintes do seu crescimento em favor de um dinamismo ampliado pelo mercado interno. O Brasil procura de modo igual dinamizar o mercado interno para relançar o crescimento, mas num contexto completamente diferente daquele da China. Com a volta da restrição externa, uma economia estimulada pela demanda só pode ser eficaz se encontrar melhor competitividade. Na China é necessário reduzir a taxa de investimento, superar os problemas associados à queda da rentabilidade em alguns setores ligados às capacidades ociosas de produção, financiar o serviço da dívida das empresas e das municipalidades, evitando, ao mesmo tempo, que o peso dos empréstimos duvidosos, e as maneiras de financiá-las *via shadow banking* — recursos financeiros “obscuros” ou ainda recursos paralelos, dificilmente controláveis pelas autoridades —, não precipite a economia num *hard landing* (aterrissagem catastrófica ou pouso forçado), se traduzindo numa crise brutal. No Brasil, além de uma profunda reforma fiscal, é preciso ultrapassar o estágio de uma economia que se tornou globalmente rentista — em virtude do aumento do peso das matérias-primas e do impulso da financeirização —, abandonar a política de câmbio sobrevalorizada e a taxa de juros elevada, em benefício de uma verdadeira política industrial que, sem esses pré-requisitos, não poderia ser eficaz. Compreende-se, então, que em um caso como em outro, a solução não poderia ser técnica: ela é antes de tudo política. É na capacidade de superar as contradições, que essas medidas desencadeariam, que residem as possibilidades de êxito para pôr em funcionamento novos modos de crescimento, evitando, ao mesmo tempo, que a transição seja muito conflitante. É o que vamos ver.

3.1 A explosão da cadeia de valor, o aumento das trocas internacionais e sua desaceleração

3.1.1 A explosão da cadeia de valor

Nos anos 1970, as terceirizações de segmentos de produção diziam respeito às empresas situadas num país avançado e às empresas operando em países menos avançados, estas últimas podendo ser filiais das primeiras. Essas terceirizações se explicam pelo lucro obtido produzindo em países em via de desenvolvimento, onde os salários e os impostos são menores, e o código de trabalho mais frouxo. Em geral, são contemplados poucos produtos, aqueles pelos quais é possível se optar por técnicas de produção utilizando muita mão de obra, a chamada *labour-using*.

Há uns 15 anos, as deslocalizações se multiplicaram por três razões: a diminuição dos custos dos transportes internacionais, a revolução da

às quais podemos acrescentar a indústria automobilística, muito dinâmica) e uma desindustrialização do tecido industrial voltado para o mercado interno. Este se explica pela falta de competitividade do país, embora seus salários tenham progredido pouco na década, diferentemente do Brasil e da Argentina, com a taxa de crescimento extremamente fraca da sua produtividade de trabalho e uma política de sobrevalorização da moeda nacional, menos sistemática que no Brasil. Ver Bresser-Pereira, C. *Mondialisation et compétition, pourquoi certaines économies émergentes réussissent et d'autres non?*. Paris: La Découverte, 2009, 204 p. Sobre a Argentina, ver DAMILL, M.; FRENKEL, R.; RAPETTI, M. *The new millennium Argentine saga: From crisis to success and from success to failure*. Working Paper, CEDES, 2014.

6. A produção do iPhone constitui um bom exemplo da explosão da cadeia de valor. A importação do iPhone pelos Estados Unidos proveniente da China, onde são montados, representou US\$ 1,9 bilhão em 2012. Se levarmos em conta a explosão da cadeia de valor, o valor agregado da China se eleva em US\$ 73,5 milhões somente; em compensação, o do Japão sobe para US\$ 684 milhões, o da Coreia do Sul para US\$ 259,4 milhões etc. (ver IEDI. O lugar do Brasil nas cadeias globais de valor. In: CARTA DA IEDI, n. 578. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2013). Do ponto de vista macroeconômico, o exemplo do México é também interessante. Até 2005, as exportações de indústrias de montagem (*maquilas*) eram compatibilizadas como tal pelo México. Estas representavam 12,7% do PIB, mas se considerarmos as importações necessárias para produzir, a cifra obtida é bem menor, ou seja, 2,9% do PIB. Segundo Romero Tallaeche J. A. (2014), *op. cit.*, essa proporção permanece mais ou menos estável mais tarde. Os efeitos do *cluster* são, portanto, fracos e a integração modesta, o que explicaria porque o aumento da abertura não tenha tido o impulso esperado sobre o crescimento que permanece um dos mais medíocres da América Latina. Para outra apreciação ver: CARILLO, J. De qué me hablas? Reflexiones sobre las complejidades de la industria de maquiladora en México. In: *Revista Frontera Norte*, 26/3, 2013, p. 75-97. Essa divergência de apreciação pode ser explicada em parte pelo perímetro retido, mais difícil de avaliar por causa da generalização das medidas a favor das indústrias exportadoras, chegando a não mais saber exatamente quais são as

informática e a liberalização dos mercados. Conhecido pelo nome de “explosão internacional da cadeia de valor” esse processo diz respeito à divisão da cadeia de produção de determinado produto acabado, em vários segmentos produzidos em diferentes países. Isso dá lugar a uma cadeia de importações e exportações até a montagem final do produto considerado.⁶

As relações comerciais entre países são mais densas, sobretudo entre os países asiáticos, e explicam, em parte, o impulso do comércio Sul-Sul no comércio mundial (BID, 2013; OMC, 2014). As relações entre Coreia do Sul e China são emblemáticas desse processo. As relações comerciais da Coreia do Sul com a China foram multiplicadas por oito entre 2002 e 2012, e evoluem com força, pois a Coreia do Sul exporta bens para a China que, uma vez transformados, são destinados à exportação. Como fez ontem a Coreia do Sul, a China hoje procura aumentar o valor agregado dos bens destinados ao mercado externo, opondo-se assim à estratégia das empresas multinacionais da explosão da cadeia internacional de valor. Por outro lado, a Coreia exporta também bens destinados ao mercado interno chinês, mas considerando a diminuição das diferenças de competitividade entre os dois países essa estratégia se torna mais difícil. A China multiplica de fato seus esforços em pesquisa e desenvolvimento e a diferença tecnológica que ela tem com a Coreia do Sul tende a diminuir. Essa diferença era de cinco anos em 2002 e seria de três anos em 2012, segundo a revista *Conjoncture de BNP Paribas* (dez. 2013).

De maneira geral, é mais fácil para o governo chinês impor a localização nacional dos insumos às firmas multinacionais que produzem principalmente para o mercado interno, do que àquelas que produzem quase exclusivamente para exportar. Mais fácil porque a atração do amplo mercado interno chinês é tão grande que as empresas multinacionais estão prontas, de um lado, a interiorizar os segmentos de produção, contanto que estes últimos respondam às normas de qualidade, e de outro, a aceitar as *joint ventures*, condição *sine qua non* para entrar nesses mercados; por fim, estão prestes a autorizar a transferência de tecnologia e até mesmo as espoliações dos direitos de propriedade. Por isso, essa estratégia de localização não é simples: apesar do esforço empreendido em matéria de educação e pesquisa, da compra de firmas em países avançados, a capacidade de produzir insumos de alta qualidade e suficientemente sofisticados para entrar no *processo* é mais difícil do que se imagina. Enfim, ela é mais difícil de impor às firmas estrangeiras de exportação, pois quase sempre são especializadas em atividades de montagem, nas quais a mão de obra é uma variável importante. O aumento acelerado dos salários reais, as sobrevalorizações homeopáticas do *renmimbi* em relação ao dólar, levam a uma alta do custo unitário do trabalho, apesar do aumento importante da produtividade do trabalho. Muitas empresas multinacionais procuram desde então se realocar em outros

países (Bangladesh, Vietnã, Índia... até mesmo Estados Unidos) onde a mão de obra se mantém mais barata (salvo nos Estados Unidos) e onde os códigos frouxos de trabalho autorizam condições não decentes de trabalho.

3.1.2 A expansão das trocas internacionais seguida de uma desaceleração

A partir do começo dos anos 1990, segundo dados da UNCTAD, a abertura se ampliou muito. Entre 1987 e 2007, às vésperas da crise, a taxa de crescimento do comércio internacional foi em média de 7,1% — ou seja, mais de duas vezes superior à do PIB mundial. Com a crise declarada em 2008 e 2009, essa taxa caiu intensamente, depois se reergueu (14% em 2010, 5,8% em 2011) e diminuiu muito a partir de 2012, (2,8%) e 2013 (2,8%), para se situar próxima à taxa de crescimento do PIB mundial, segundo a OMC.

A parcela das exportações totais de bens e serviços sobre o PIB mundial elevou-se para 20% em 1993 e para 33% em 2010, ou seja, um crescimento de 13 pontos percentuais em 17 anos. Ao mesmo tempo em que se mantém muito elevada, esse fenômeno é, entretanto, menos importante do que esses dados sugerem. Eles superestimam, de fato, a amplitude das trocas em consequência da multiplicação das exportações dos bens intermediários, resultando na divisão internacional da cadeia de valor. Por isso, os economistas procuram hoje medir o valor agregado realmente exportado.

O comércio internacional funda-se igualmente nas trocas de serviços⁷ que estão em grande crescimento; eles são certamente menos importantes que as permutas dos bens, mas conhecem uma progressão mais rápida. Os megacontratos incorporam, de fato, uma série de serviços. Em 2008, o conjunto das trocas internacionais se divide em 80% de bens e 20% de serviços. Quando se consideram os valores agregados permutados e não o conjunto das exportações tais quais são declaradas pelos países, a parcela dos bens no conjunto dos bens e serviços permutados cai intensamente para 57%, e a dos serviços sobe para 43% contra os 20% anteriores.

A partir de 2010, assistimos a uma intensa desaceleração das trocas internacionais, estas conhecendo um ritmo inferior às taxas de crescimento do PIB. Em certa medida, essa desaceleração se explica pela diminuição da demanda dos países avançados — principalmente os europeus. Por um lado, nota-se a ascensão ainda tímida do protecionismo em alguns países, e por outro, a transformação da estrutura do comércio em que os serviços tomam mais espaço. É necessário acrescentar uma realocação parcial das atividades das firmas norte-americanas possibilitada pelas novas técnicas, principalmente das telecomunicações e da informação, uma queda no custo do petróleo graças à exploração do gás do xisto, uma fraca progressão dos salários, e *ao contrário*, pela intensa alta dos salários na China. A isso se acrescenta o êxito, ainda tímido, da estratégia do governo chinês em determinar parte

empresas *maquilas* e aquelas que não o são. Se introduzimos, por exemplo, o setor automobilístico nas *maquilas* então a parcela da integração é mais importante, se a excluirmos com o pretexto que sua produção é, em parte, destinada ao mercado interno, então o grau de integração desse tipo de indústria cai e encontraremos os dados em Romero Tallaeche (2014). É, aliás, considerando que desde a modificação da regulamentação de 2006 todas as empresas exportadoras podem ser consideradas como *maquilas* que a US International Trade Commission (DE LA CRUZ, J.; KOOPMAN, R.; WHANG ZHI, 2011) avalia que o grau de integração do México seria mais elevado que aquele da China.

7. Os serviços dizem respeito principalmente aos ligados aos transportes, viagens, construções, comunicação, seguro, serviços financeiros, serviços de informática, *royalties*. Os “novos setores dinâmicos” são os serviços ligados à construção, à informática, os serviços pessoais e culturais, os *royalties* etc. e conhecem uma grande progressão.

dos insumos necessários para sua produção. As causas dessa desaceleração não seriam, portanto, apenas conjunturais, mas também estruturais segundo o FMI (CONSTANTINESCU, C., MATTOO A.; RUTA, M., 2014)

3.2 Uma desindustrialização “precoce” no Brasil

3.2.1 Particularidades da desindustrialização “precoce”

Passado certo estágio do desenvolvimento é comum se constatar uma baixa relativa da parcela do setor industrial no PIB em benefício dos serviços, sem que para tanto ocorra necessariamente desindustrialização. O termo desindustrialização, em geral, é reservado a uma baixa absoluta do valor agregado da indústria e/ou a uma redução relativa do peso da indústria nacional em relação à indústria mundial em economia aberta. Não se observa na Ásia, mas se constata na maior parte das economias avançadas depois das numerosas deslocalizações e da explosão geográfica da cadeia de valor como vimos. Na América Latina esse fenômeno tende a intervir bem mais cedo que nos países avançados, daí o recurso à noção de “desindustrialização precoce”. Dizemos que ela é precoce quando a renda *per capita* no começo do processo corresponde à metade daquela dos países avançados no momento em que principia sua desindustrialização.

No Brasil, além do êxito de alguns setores industriais como o da aeronáutica, o automobilístico, o da indústria petroleira, a desindustrialização se desenvolve nos anos 2000. Diferentemente dos países avançados, a desindustrialização não é produto de deslocalizações maciças, mas de uma destruição parcial do tecido industrial. Ela traduz, ao mesmo tempo, a perda de competitividade da indústria latino-americana, os níveis muito insuficientes das infraestruturas de transporte (estradas de ferro, instalações portuárias e aeroportuárias, estradas de rodagem), as capacidades energéticas.

A parcela da indústria de transformação na indústria de transformação mundial (em valor agregado) é de 1,8% em 2005, em seguida, em 2011, de 1,7%, depois de ter sido de 2,7% em 1980, segundo o banco de dados 2013 da UNCTAD. Segundo a mesma fonte, na China essa parcela era de 9,9% em 2005 e de 16,9%, em 2011. Ela diminui, portanto, relativamente no Brasil, enquanto na China aumenta bastante. As exportações de produtos manufaturados regridem em termos relativos no Brasil, passando de 53% do valor das exportações em 2005 a 35% em 2012, em benefício das exportações de matérias-primas agrícolas e de minério.

Devido à sobrevalorização da moeda em relação ao dólar, e a alta dos salários reais em moeda nacional nos anos 2000, os salários expressos em dólar aumentam rapidamente e esmagam a competitividade do país. Assim, segundo o relatório econômico da OCDE sobre o Brasil (OCDE, 2013), os salários reais em dólar no Brasil passam de US\$ 4,35 em 2000 para US\$ 8,44 em 2006 e US\$ 11,65 em 2011. Comparativamente, em 2011, o salário real no México é de US\$ 6,48 e em Taiwan, US\$ 9,34.

No Brasil, a sobrevalorização da moeda nacional em relação ao dólar, a intensa alta de salários — 121% entre 2002 e 2012, ou seja, uma média anual de 7,1% contra 8% na China — e a fraca progressão da produtividade do trabalho (27%, ou seja, 2,2% em média anual entre as mesmas datas) conduziram a um aumento de custo unitário do trabalho expresso em dólar, de 158%, sempre entre 2002 e 2012 (BBVA, 2014). Essa perda de competitividade explica, em grande parte, a desindustrialização no Brasil e o déficit da balança comercial da indústria de transformação desde 2006.

3.2.2 O fim da alta de preços das matérias-primas

A alta dos preços das matérias-primas e o aumento dos volumes permutados tiveram como efeito no Brasil reduzir fortemente a pressão externa e aumentar as entradas fiscais. O excedente comercial, ao qual convém acrescentar as entradas líquidas de capitais importantes, favoreceu a sobrevalorização da moeda nacional. Esta gera um processo, ao mesmo tempo, de desindustrialização para os bens permutados e uma alta no preço dos serviços, manifestando-se muitas vezes por uma bolha imobiliária. Esses efeitos são conhecidos e dificilmente evitáveis. Eles seriam evitáveis se, ao mesmo tempo, fosse efetuada uma esterilização parcial das entradas de divisas e iniciada uma política industrial que favorecesse os produtos de grande elasticidade da demanda em relação à renda, mais do que aos preços. Essas políticas são, entretanto, difíceis de pôr em vigor em razão dos conflitos que elas geram.

Diferentemente de outros países exportadores de matérias-primas, o Brasil não taxou o montante dos negócios das sociedades exportadoras e as receitas fiscais suplementares vêm da taxação dos lucros. É uma nuance importante. Significa que a queda dos preços e a desaceleração dos volumes trocados não se traduzem por uma baixa das receitas fiscais, exceto no que concernem aquelas provenientes dos lucros. Nesse sentido, o Brasil é bem menos vulnerável que alguns países, como Venezuela, Bolívia, Argentina,⁸ e o México, onde cerca de 30% das receitas fiscais dependem da venda do petróleo, estas representando mais ou menos 15% das exportações (AREZKI; BLANCHARD, 2014).

Depois de dois anos, aproximadamente, a alta dos preços é seguida de uma queda mais ou menos importante, segundo o tipo de matéria-prima exportada. Ela começou com os metais e seguiu com os oleaginosos e os cereais. Segundo o FMI, se tomarmos o índice 100 em 2005, o índice para os metais era de 229,1 em 2011, alcançou 156,8 em outubro de 2014; o dos oleaginosos de 209,1, em 2011, caiu a partir do começo de 2014 e se situou em 162,7 em outubro de 2014. Como podemos observar, a balança comercial, que estava excedentária, apresentou uma redução significativa de seu saldo positivo e tornou-se ligeiramente negativa em 2014. A baixa é particularmente acentuada a partir de 2011. As exportações de matérias-primas, cujo peso nas exportações globais ultrapassava

8. Essas taxas — “retenções” na Argentina — são equivalentes a um sistema de taxa de câmbio múltiplo: a taxa oficial e a taxa sobrevalorizada para os exportadores de matérias-primas, já que cada dólar obtido é convertido em menos pesos. Essa política de taxação encontrou oposição implacável do setor do *agrobusiness* argentino e alimentou o conflito distributivo entre esse setor e o governo. A situação no Brasil é diferente. A partir de 2003, ao contrário da Argentina, onde o governo mantém uma taxa de câmbio desvalorizada, o Brasil favorece uma política de taxa de câmbio sobrevalorizada. Por isso, a taxa de câmbio já sendo sobrevalorizada, essa taxa específica não parece necessária, já que os rendimentos líquidos em reais, em aumento por causa da política de câmbio, são taxados.

9. Secretaria do Comércio Exterior, dezembro de 2014. Na verdade, as exportações de bens manufaturados e em especial de bens de capital e de consumo duráveis caem intensamente, traduzindo a perda da competitividade descrita acima. Disponível em: <http://www.bnamericas.com/company-profile/es/secretaria-de-comercio-exterior-secex>

63%, caíram 5,9% entre 2014 e 2013, mas entre novembro de 2013 e novembro de 2014 registrou queda de 18,7%⁹ — pois a alta desacelerada dos volumes permutados não pode compensar a intensa queda dos preços.

Evoca-se raramente um segundo efeito, que poderia ser designado de efeito cremalheira, gatilho ou bloqueador. Ele diz respeito às despesas públicas cujo aumento, às vezes, foi possível graças à alta das receitas fiscais provenientes da exploração das matérias-primas. Com a redução do valor das exportações das matérias-primas, as receitas fiscais são menores, o que pode conduzir a uma redução das despesas públicas, como aconteceu com frequência no México. É muito mais difícil reduzir as despesas públicas do que aumentá-las e reduzi-las a efeitos recessivos conhecidos. Há, portanto, um efeito gatilho. Esse mecanismo foi pouco elucidado, os economistas insistindo principalmente sobre os efeitos negativos da alta dos preços (a doença holandesa). Entretanto, trata-se de um mecanismo análogo à lei de Wagner (superposição das leis e, portanto, comprometimento das despesas, sendo que as últimas não eliminam as precedentes). As razões são simples. Com a alta dos preços e das trocas, as despesas públicas cresceram e as necessidades assim satisfeitas não podem ser facilmente suprimidas, quase sempre, por razões de legitimidade. Com a baixa, o déficit orçamentário se acentua, e reduzir as despesas para corresponder ao nível das receitas acentua o efeito recessivo, aumenta o déficit em porcentagem do PIB e pode ser fonte de dificuldades políticas.

Diferentemente da situação dos anos 1950-1990, a industrialização cede à desindustrialização. Por isso, o mecanismo de retomada pela desvalorização da moeda nacional é menos eficaz. A elasticidade da oferta em relação aos preços, enfraquecida pela desindustrialização, é mais fraca do que no passado, e o retorno ao equilíbrio da balança comercial, devendo apoiar-se desta vez no impulso das exportações industriais, torna-se mais aleatório. Uma dinâmica perversa toma o lugar da dinâmica aparentemente virtuosa que a precedeu, da qual ela é, na verdade, a consequência direta.

Considerações finais

O mercado interno pode dinamizar o crescimento? A questão se coloca hoje tanto para o Brasil como para a China. Na América Latina, e em especial no Brasil, para todo um conjunto de produtos, a pressão externa pesa cada vez mais sob forma de pré-requisitos em termos de competitividade. Como as condições mudaram com a liberalização das trocas, o mercado interno não pode se conceber independente do mercado externo para um conjunto de produtos cada vez mais importante. O crescimento puxado pelo mercado

interno só pode se realizar no Brasil se as condições de competitividade forem globalmente respeitadas, senão o aumento da demanda se traduz pelo aumento das importações, salvo em caso de um retorno ao protecionismo. Ao invés de estimular o crescimento, ele o enfraquece aumentando as importações.

Por isso, a dinâmica do crescimento pelo mercado interno no Brasil necessita que sete condições sejam satisfeitas: 1) um aumento importante da produtividade do trabalho, diminuindo o custo unitário do trabalho; 2) o questionamento da lógica das economias rentistas que limita a taxa de investimento a um nível baixíssimo; 3) uma política ativa, visando neutralizar a sobrevalorização da moeda; 4) uma reforma fiscal que permita diminuir as desigualdades de renda, melhorar o poder de compra da população pobre, vulnerável, e das camadas médias baixas (emergentes), e financiar os serviços públicos de qualidade (saúde, educação); 5) uma política que facilite o acesso ao crédito dos pobres e das camadas vulneráveis; 6) uma política industrial ativa do Estado visando ajudar os setores de ponta; 7) uma política de integração regional mais ativa com o objetivo de aumentar a dimensão dos mercados. Se uma dessas condições não for satisfeita, torna-se mais aleatório o sucesso de uma política de crescimento puxada pelo impulso do mercado interno.

Na Ásia, e em particular na China, a resposta à questão colocada é relativamente diferente. Os custos unitários de trabalho são baixos, embora em crescimento. As políticas industriais são ativas, a taxa de investimento é importante e o esforço para a pesquisa, consequente. Não se trata de economias rentistas.

O aumento dos custos do trabalho, em seguida ao dos salários, por uma determinada taxa de crescimento da produtividade do trabalho, diminui a competitividade das empresas ao utilizar muita mão de obra, essas preferindo então se deslocar para Índia, Bangladesh ou Vietnã. O esgotamento das fontes de crescimento na China (crescimento das exportações mais fraco por causa da crise das economias avançadas, taxa de investimento revista no sentido da baixa, em virtude ao mesmo tempo de numerosos créditos duvidosos e das sobrecapacidades de produção) impõe que o crescimento seja puxado pelo consumo das famílias, de todas as categorias juntas.

A ascensão potencial das classes médias pode, então, ajudar a dinamizar o mercado interno, graças ao crescimento da produção dos bens de consumo duráveis sofisticados. É uma das possibilidades, considerada a importância da população chinesa. Outras soluções existem, como a do crescimento estimulado pelo consumo, graças a uma diminuição sensível das desigualdades de renda. O aumento do consumo do conjunto das famílias, de preferência as das classes médias, pode, então, conduzir a um modo de desenvolvimento mais inclusivo. Mas essa nova orientação da dinâmica econômica supõe que toda uma série de dificuldades e de contradições intraclasses e interclasses seja resolvida (SALAMA, 2014).

A priori poderíamos considerar que o risco financeiro e bancário ainda não é excessivamente elevado na China, uma vez que o conjunto dos créditos sobre o PIB alcançou 154% em 2012, isto é, uma taxa mais baixa que a dos Estados Unidos na véspera da crise de 2007 (224%) ou do Japão na véspera de suas dificuldades em 1989 (239%). Na verdade, o financiamento do endividamento dos organismos locais, devido aos investimentos em infraestrutura muito elevados, não se faz apenas por meio do crédito. Ele se apoia, também, em produtos financeiros complexos, desenvolvidos por instituições financeiras pouco controladas pelas autoridades monetárias (recursos obscuros). O risco cresce quando se leva em conta a expansão desses produtos financeiros complexos. Estes cresceram de 62% entre 2008 e 2012 e, se levarmos em conta esses produtos complexos, o *ratio* (coeficiente) do conjunto dos créditos passa de 145%, em 2008, para 207%, em 2012, segundo os dados da agência Nomura (2013). O risco de uma crise financeira conduzir a uma crise brutal é, desde então, maior do que parece, quando consideramos os créditos, excluindo-se esses produtos complexos (FABRE, 2014).

Os salários certamente cresceram em média mais rapidamente que a produtividade do trabalho desde 2009, mas a parcela do consumo no PIB e sua contribuição para o crescimento aumentam ainda mais inexpressivamente. Além disso, a progressão do consumo poderia vir de uma transformação da poupança em consumo. Atualmente, a taxa de poupança permanece muito importante, pois as famílias chinesas adotam comportamentos de precaução ligados aos custos de saúde, à educação, às aposentadorias insuficientes e à imprevisibilidade do emprego. A taxa de poupança poderia baixar e o consumo aumentar amanhã se as reformas fossem realizadas. Mas os distúrbios sociais, alimentados pela redução do crescimento, ameaçam o equilíbrio do poder político. O governo, procurando prevenir esses distúrbios, prevê, desde já, ceder sobre alguns elementos qualitativos como o reconhecimento do direito de propriedade dos trabalhadores rurais, o reconhecimento da legitimidade de algumas reivindicações dos trabalhadores, a criação de um sistema de segurança social mais consequente e acessível aos trabalhadores “*mingongs*”, o anúncio de medidas de proteção do meio ambiente, bastante degradado. A essas medidas sociais acrescentam-se outras, visando limitar a amplidão da corrupção que afeta o corpo político e os quadros das empresas em todos os níveis, e liberalizar progressivamente os movimentos internacionais de capitais (limitados hoje a Shangai, servindo de região experimental).

Essas políticas econômicas e sociais, enunciadas acima, serão difíceis de ser postas em prática. As contradições entre os interesses do Estado central e os das províncias, entre o setor público e o setor privado, entre os empresários e os assalariados, entre os assalariados ilegais e os legalizados, entre as autoridades locais e os trabalhadores rurais que desejam conservar suas terras

e querem ver seus direitos reconhecidos... tudo isso se transforma em equações cada vez mais difíceis de resolver de maneira harmoniosa em um país que conta com 1,4 bilhão de habitantes. Os interesses de uns se opõem cada vez mais aos interesses de outros. O insucesso de uma transição controlada não deixará de ter consequência de contágio para outros países, inclusive avançados. A desaceleração da atividade econômica já sobrecarrega intensamente o equilíbrio da balança comercial, e, de maneira mais moderada, as receitas fiscais do Brasil. O que acontecerá amanhã se a China “cair na armadilha da renda média”, ou pior, enfrentar um “*hard landing*”?

§

Referências

- AREZKI R.; BLANCHARD. Sept questions sur la chute récente des cours de pétrole. In: FMI, dez. 2014. Disponível em: <http://www.imf.org/external/french/np/blog2014/122214f.htm>
- BBVA. *Research, document de travail 14/10*, mar. 2014. Disponível em: <https://www.bbva-research.com>
- BERGÈRE, M.-C. *Chine, le nouveau capitalisme d'Etat*. Paris: Fayard, 2013.
- BID. After the boom. Prospects for Latin American and the Caribbean in South-South trade. International Trade Statistics. In: Trade and Integration Monitor 2013. Disponível em: www.iadb.org/et OMC (2014); e www.wto.org.
- BNP PARIBAS. *Conjoncture de BNP Paribas*, dez. 2013. Disponível em: <http://economic-research.bnpparibas.com>
- BRADESCO. Economia em dia. Disponível em: <http://www.economiaemdia.com.br/>
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Mondialização et compétition — Pourquoi certains pays émergents réussissent et d'autres non?* Paris: La Découverte, 204 p, 2009.
- CAPUTO, D. Una agenda para la sustentabilidad de la democracia. In: *Foreign Affairs*, out-dez. 2005.
- CARILLO, J. (2013). De qué me hablas? Reflexiones sobre las complejidades de la industria de maquiladora en México. In: *Revista Frontera Norte*, 26/3, 2013, p. 75-97.
- CONSTANTINESCU, C.; MATTOO, A.; RUTA, M. Slow Trade. In: *Finance & development*, vol. 51, n. 4, dez. 2014. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/fr/fand/2014/12/constant.htm#author>
- CRÉDIT SUISSE RESEARCH INSTITUTE. *Latin American: the Long Road*, fev. 2014.
- DAMILL, M.; FRENKEL, R.; RAPETTI, M. *The new millennium Argentinian saga: From crisis to success and from success to failure*. Working Paper, CEDES, 2014.
- DE LA CRUZ, J.; KOOPMAN, R.; WANG ZHI. Estimating Value-added in Mexico's manufacturing Exports. US International Trade Commission. Office of Economics Working Papers n°2011-04A, p.1 - 34.
- DUSSEL, P. E. La inversión extranjera directa de China en México. Los casos de Hawei y Giant Motors en Latinoamérica. In: DUSSEL, P. E. (Ed.). *La inversión extranjera directa de China en América Latina: 10 estudios de caso*. México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, 2014, p. 273-289.
- DUSSEL, P. E.; GALLAGHER, K.P. (2014). China's economic effects on the US-Mexico trade relationship. Toward a New Triangular Relationship? In: DUSSEL, P. E.; HEARN, A.H.; SHAIKEN, H. (Eds.) *China and the new triangular relationships in the Americas*. China and the future of US-Mexico relations. Miami: Center for Latin American Studies, University of Miami; California, Berkeley: Center for Latin American Studies, University of California; Facultad de Economía, UNAM. Centro de Estudios China-México, 2014, p. 13-35.
- FABRE, G. A parte do leão: os bastidores da desaceleração econômica chinesa. In: *Revue des Tiers Monde*, n. 219, 2014, p. 39-59.
- FMI. *Commodity Market Monthly*, FMI, nov 2014. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/res/commod/pdf/monthly/110114.pdf>, 8 p.
- IEDI. O lugar do Brasil nas cadeias globais de valor. In: CARTA DA IEDI, n. 578. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2013.
- NOMURA ASIA SPECIAL REPORT, 2013. Disponível em: <http://www.nomuraasiaforums.com/wp/wp-content/uploads/>
- OCDE. *Economics Surveys: China*, 2013. Disponível em: www.oecd.org.
- _____. *Estudos econômicos da OCDE: Brasil*, 2013. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/fr/fand/2014/12/constant.htm#author>
- OCDE et CEPAL *Latin American Economic Outlook*, 2013. Disponível em: www.eclac.org
- O'DONNELL, G. Acerca del estado en América Latina contemporánea: diez tesis para discusión. In: CAPUTO, D. (Dir.). *La democracia en América Latina*. Nova York: PNUD, 2004.
- RICHET, X. (2014). L'internationalisation des firmes chinoises : croissance, moteurs, stratégies. In: *Revue Tiers Monde*, 2014/3, p. 59-76. DOI : 10.3917/RTM 219.0059.
- RODRICK, D. Growth strategies. In: AGHION, PH.; DURLAUF, S. (Dir.). *Handbook of Economic Growth*, vol.1. Elsevier, 2005.
- ROMERO TALLAECHE, J. A. *Los límites al crecimiento económico de México*. El Colegio de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014, 363 p.
- ROS BOSCH, J. (2013). *Algunas tesis equivocadas sobre el estancamiento económico de México*. El Colegio de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2013, p. 129.
- SALAMA, P. Emergents : le temps des désillusions . In: *Revue des Tiers Monde*, n. 219, 2014.
- _____. Les classes moyennes peuvent-elles dynamiser la croissance du PIB dans les économies émergentes latino-américaines et asiatiques? In: *Revue des Tiers Monde*, n. 219, 2014, p. 141-159.
- _____. *Les économies émergentes latino-américaines, entre cigales et fourmis*. Paris: Armand Colin, 2012.

Noventa anos de Helio Jaguaribe²

Foi apenas por uma questão circunstancial que, ano passado, em Marataizes, no Espírito Santo, revelei haver lido por inteiro a dois autores: o historiador José Honório Rodrigues e o cronista Rubem Braga.

Em verdade, há também outros e um deles é o cientista político Helio Jaguaribe com quem completei a formação em ciências sociais, delineada através de José Honório, Benedetto Croce e Arnold Toynbee.

Isso porque se Croce e Rodrigues me induziram à história presente — “a história não é o passado, mas o tempo”, como passei a sustentar — e o inglês, a certo acento culturalizante, foi com Jaguaribe que sedimentei a formação em ciência política. A esta caberia a aplicação da história, como um dos traços característicos do aparelhamento conceitual jaguaribeano.

Essa a razão por que, mesmo sem comparecer ao Rio de Janeiro, acompanhei com o maior interesse a jornada cultural dos 90 anos do imenso preceptor que nunca me faltou. Constante de debates em torno de sua obra — efetivados a 26 de novembro de 2013, no auditório do IHGB, sob a coordenação do historiador Arno Wehling, com a participação dos professores Aldo Ferrer³, Bolívar Lamounier, Cândido Mendes, Celso Lafer, Francisco Weffort e embaixador Samuel Guimarães —, ela registrou o (re)lançamento de três livros, propiciados pela Fundação Alexandre de Gusmão: *Introdução ao desenvolvimento social, O nacionalismo na atualidade brasileira* e *Estudos filosóficos*.

De minha parte, lamentei apenas a ausência de *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político* (1969), como livro-chave do universo jaguaribeano.

Isso porque, cristalizando o modelo bismarquista-napoleonista ou neo-bismarquiano do autor, no essencial favorável a Estado não cartorial que,

1. Historiador e cientista político paraibano, com doutorado pela USP, professor de direito do UNIPÊ e assessor da Secult. Integrante dos IHGB, IHGP, APL, autor de *Da resistência ao poder — O (P)MDB na Paraíba* (1965/1999). Campina Grande: EDUEPB, 2010; e *História da Paraíba — Lutas e Resistência*. 13ª Ed. João Pessoa: A União, 2014.

2. Exposição procedida em agosto de 2014, no Rio de Janeiro, durante o 2º Congresso Internacional do Centro Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

3. Ver FERRER, A. et al., 2000. Com relevo para as abordagens de Thomas Skidmore e Torquato di Tella, o primeiro em inglês e o último em espanhol.

por meio de competências delegadas, acionaria o desenvolvimento, esse livro está para Jaguaribe como *Casa grande e senzala* (1933) para Gilberto Freyre, *Formação econômica do Brasil* (1956) para Celso Furtado, *Aspirações nacionais* (1963) para José Honório e *Os donos de poder* (2ª Ed. revista em 1973 sobre a 1ª Ed. de 1958) para Raymundo Faoro. Quer dizer, deles provieram as demais criações desses autores.

Assim, se em *Breve notícia sobre a própria obra*, do livro *Pensamento original made in Brazil* (DANTAS; ALONSO, 1999), o antigo animador do grupo de Itatiaia reparte-se entre o intelectual, o empresarial e o homem público, é outra a perspectiva em que nos situamos.

Para nós, colocando o pensamento como eixo de sua posição diante do cosmos — para recorrermos às expressões de Max Scheller —, Jaguaribe tornou-se um **intérprete do Brasil**, o que já se configurava com os *Cadernos de nosso tempo* e o binômio Itatiaia/Ibesp dos anos 1950.

Pois bem. O livro que condensa essa orientação é *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político* (1969), o qual, coerentemente precedido por *O nacionalismo na atualidade brasileira* (1958), geraria série de obras comprometidas com a realidade brasileira.

Tais *Brasil, crisis y alternativas* (1974); *Alternativas do Brasil* (1989); *Crise na República* — 100 anos depois: Primeiro ou quarto mundo (1993); *Sociedade, Estado e partidos na atualidade brasileira* (1993); *Brasil, 2000* — Para um novo pacto social (1986); *Brasil: Reforma ou caos* (1989); *Brasil, alternativas e saída* (2002), e, antes de todos, as entrevistas coletivas de *A Nova República – O Nome e a coisa* (1985) e o projeto coletivo de *Brasil, sociedade democrática* (1985).

Cada um destes apresenta especificidades. Se *Brasil, crise e alternativas* foi apresentado por Carlos Castelo Branco como iniciador da chamada “safra da distensão”, *Alternativas do Brasil* revela rigorosa radiografia do Estado Brasileiro — “incompetente, insolvente e corrupto”.

Calçados por apocalíptica entrevista à revista *Veja*, de 15 de novembro de 1989 — *O espectro do caos* —, *Brasil 2000* e *Reforma ou caos* foram interpretados como catastróficos, mas esse o seu lado formal. No essencial, se articulavam com a problemática mundial de um país que ia ficando para trás. Essa a razão por que, na coletânea *Brasil, sociedade democrática* (1985), coube-lhe discorrer sobre a democracia universal, ficando a brasileira a cargo do mineiro Francisco Iglésias.

Tal se verificava porque Helio Jaguaribe nunca se fechou para o Brasil. Legítimo cidadão do mundo, abriu-se para a América Latina como primeiro estágio de trajeto que o conduziria ao universo. Entrosado com as experiências empresariais de Latinoequipe,⁴ o continentalismo jaguaribeano fluiu em, pelo menos, três sólidos ensaios: *Problemas do desenvolvimento Latino-americano* (1967), *Crises e alternativas da América Latina* (1976) e *A proposta social-democrática* (1989).

4. Latinoequipe era uma holding, sob a direção de Helio Jaguaribe, destinada a financiar equipamentos para países da América Latina.

Se o primeiro deles cresce com a caracterização do regime militar brasileiro como de “fascismo colonial” e as análises das ideias dos peruanos José Carlos Mariategui e Haya de La Torre, o último reflete a práxis partidária de Helio Jaguaribe, agregado à executiva nacional do PSDB.

A América Latina, cuja experiência latino-americana da social-democracia é minuciosamente dissecada com o concurso de pensadores do continente em *A proposta social-democrática*, representa para Helio Jaguaribe um patamar para o mundo.

Datam daí, as criações universalizantes do livro *Novo cenário internacional* — Conjunto de estudos (1986), o ciclópico *Um estudo crítico de história* (2 vols., 2001) e *Brasil, mundo e homem na atualidade* (2008). Congregando sólido conjunto de estudos, este último reafirma a insistência de considerar o Brasil sempre diante e dentro do mundo, mas o mais importante de todos é *Um estudo crítico*. Precedidas da brochura *A critical study of history* (2000), onde o conceito de modernidade se encontra magistralmente sistematizado, as mais de mil páginas jaguaribeanas expressam como pontos altos a base da sociedade humana no culto dos mortos e a subordinação das conquistas romanas ao primado da lei. Daí adveio o Direito Romano.

Teorizante em obras como *Desenvolvimento político* (1975) e *A democracia grega* (1981), consultando esta última suas primitivas inspirações filosóficas, Helio Jaguaribe experimentou certa reorientação ao aproximar-se dos 80 anos.

Considerando que “Deus (deploravelmente) não existe, mas existe a transcendência”, o que o aproxima de certo iluminismo religioso, com a divindade no homem, o criador do Iseb sintonizou sua senectude com vigorosa reflexão sobre esses valores.

Dataram daí *Transcendência e mundo na virada do século* (1993), *Brasil, homem e mundo* — Reflexão na virada do século (2000) e *O posto do homem no cosmos* (2006), cada um mais criativo que o outro.

Do ex-professor de Harvard e Stanford, haveria outros estudos a considerar como o ensaio *Brasil: Estabilidade social pelo colonial-fascismo?* da coletânea *Brasil: Tempos modernos*, coordenada por Celso Furtado, a partir de uma recomendação de Jean-Paul Sartre, mas o que agora nos interessa são os (re)lançamentos da manifestação de novembro, no Instituto Histórico.

Introdução ao desenvolvimento social ([1979], 2013) — do qual o autor se valeu para intervenção no III Seminário Paraibano de Cultura Brasileira que resultaria na coletânea *Brasil, tempo e cultura III* (1980), onde se encontra a conferência de Helio Jaguaribe. intitulada *História e política: Uma abordagem crítica* — visa a situar os problemas de uma sociedade não repressiva, como especificado no subtítulo da primeira edição.

Das publicações ensejadas pela Fundação Alexandre de Gusmão, *Estudos filosóficos e políticos* conjuga duas predileções do autor: filosofia e política. Para a

coordenadora Anna Maria Jaguaribe, filha do autor, a coletânea tornou-se oportuna ao relacionar *Introdução ao estudo crítico da História e Propostas helenísticas e demandas contemporâneas* em filosofia e história, e *Que é o ademarismo e Evolução política do Brasil*, nos estudos sobre a Polis.

Enfim, foi enorme o acerto da inclusão de *O nacionalismo na atualidade brasileira* (1958), na trilogia da FAG. Esse ensaio, sobre o qual oportunamente me pronunciarei, representa “o espírito contra o leviatã”, ou seja, a plenitude da vocação crítica jaguaribeana que, com ele, afrontou a intolerância juvenil da UNE e as maquinações do sociólogo Guerreiro Ramos.

Enquanto a primeira solicitava insólitas explicações sobre o conteúdo do estudo, absurdamente queimado em praça pública, Guerreiro — “já fizemos a revolução de fevereiro, partamos agora para a de outubro” — buscava extrair proveito pessoal do episódio.

Com *O nacionalismo na atualidade brasileira*, Helio Jaguaribe não fez senão considerar o nacionalismo como categoria histórica — que, indispensável naquele momento, necessariamente passaria — e a Petrobras como senhora de monopólio que se flexibilizaria para melhor rendimento da empresa.

O que Helio Jaguaribe tinha em vista eram os contratos de risco e concessões na área da petroquímica que o futuro confirmaria. À época, todavia, a estreiteza e a intolerância tanto se conjugaram que a discussão do tema prenunciou sua saída do Iseb e o controle deste pelo Partido Comunista.

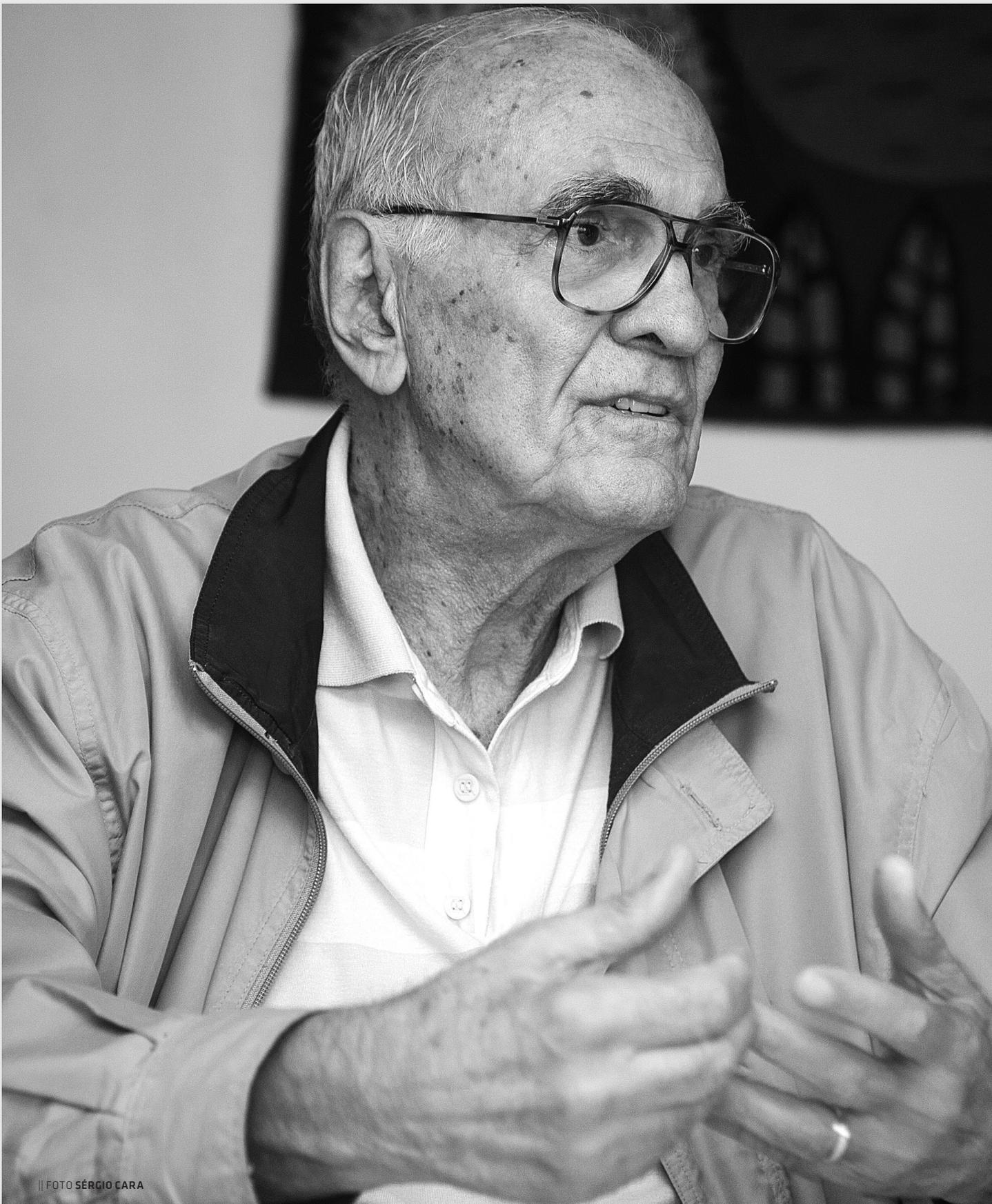
Pior para esse que transformou o Instituto em sucursal ideológica e para o Iseb que se isolou. Mas não para o cientista político que seguiu em frente, na construção de obra verdadeiramente luminosa e sintonizada com a habitual saudação da abertura de nossos telefonemas:

- Professor Helio Jaguaribe, viva!...

§

Referências

- ARRUDA MELLO, J. O. Exposição ao ensino do centenário do cronista Rubem Braga. Espírito Santo, 2013.
- CASTELO BRANCO, C. A safra da distensão. In: *Jornal do Brasil* — Coluna do Castelo. Rio de Janeiro, ago.1974.
- CROCE, B. A *história, pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1962.
- DANTAS, R. A.; ALONSO, A. *Pensamento original — made in Brazil*. Rio de Janeiro: Editora Oficina do Autor, 1999.
- DEBRUN, M. O jogo das ideologias. In: *Revista Veja*. São Paulo, 14/01/1976.
- FERRER, A. et al. *Estudos em homenagem a Hélio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- JAGUARIBE, H. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.
- _____. *Problemas do desenvolvimento latino-americano*. Estudos de Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- _____. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- _____. *Brasil, crises e alternativas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.
- _____. *Desenvolvimento político*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- _____. *Crises e alternativas da América Latina*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- _____. Brasil: Estabilidade social pelo colonial-fascismo. In: FURTADO, C. (Coord.). *Brasil: tempos modernos*. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Introdução ao desenvolvimento social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra [1979], 2013.
- _____. Iseb — Um breve depoimento e uma reapreciação crítica. In: *Cadernos de Opinião*, n. 14, out-nov. 1979.
- _____. *Brasil, tempo e cultura III. João Pessoa: DGC/SEC*, 1980.
- _____. *A democracia grega*. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1981.
- _____. O experimento democrático na história. In: _____. et al. *Brasil, sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- _____. et al. *Brasil, 2000 — Para um novo pacto social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. *Novo cenário internacional — Conjunto de estudos*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- _____. *Alternativas do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989.
- _____. et al. *Brasil: Reforma ou caos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. O espectro do caos (entrevista). In: *Revista Veja*, 15/11/1989.
- _____. et al. *A proposta social-democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- _____. *Crise na República — 100 anos depois: Primeiro ou quarto mundo*. Rio de Janeiro: Thex Editora, 1993.
- _____. et al. *Sociedade, Estado e partidos na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. et al. *Transcendência e mundo na virada do século*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- _____. Breve notícia sobre a própria obra. In: DANTAS, R. A.; ALONSO, A. (Org.). *Pensamento original made in Brazil*. Rio de Janeiro: Editora Oficina do Autor, 1999.
- _____. *A critical study of history*. Special volume. Rio de Janeiro: IEPS, 2000.
- _____. *Brasil, homem e mundo — Reflexão na virada do século*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- _____. *Um estudo crítico de história*. 2 vols. S. Paulo: Paz e Terra, 2001.
- _____. *Brasil, alternativas e saída*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. *O posto do homem no cosmos*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- _____. Democracia e governança no mundo, América Latina e Brasil. In: *Revista do UNIPÊ*, n. 1, ano XI. João Pessoa: UNIPÊ, 2007.
- _____. *Brasil, mundo e homem na atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.
- MOTA, L. D. *A Nova República — O Nome e a coisa*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RODRIGUES, J. H. *Teoria da história do Brasil (Introdução Metodológica)*. 4ª Ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.
- SODRÉ, N. W. História do Iseb. In: *Revista Temas*, n. 1, 2 e 4. São Paulo: Grijalho, 1977, 1978.
- _____. História da história nova. Petrópolis: Vozes, 1986.
- TOLEDO, C. N. *Iseb: Fábrica de ideologias*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1978.
- TOYNBEE, A. J. *O mundo e o ocidente*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955



|| FOTO SÉRGIO CARA

ROBERTO SATURNINO BRAGA

|| POR **CARMEM FEIJÓ, DAVID KUPFER, LUIZ CARLOS DELORME PRADO,
RICARDO BIELSCHOWSKY E ROSA FREIRE D'AGUIAR**

Há muito os *Cadernos do Desenvolvimento* planejavam a entrevista com o ex-senador Roberto Saturnino Braga, atual diretor-presidente do Centro Internacional Celso Furtado. Esta oportunidade se apresentou em janeiro de 2016, quando Braga recebeu em seu apartamento do Leblon, no Rio de Janeiro, seus entrevistadores: Luiz Carlos Delorme Prado, David Kupfer, Ricardo Bielschowsky, Rosa Freire d'Aguiar, via skype, e Carmem Feijó.

Em quase quatro horas de conversa, o ex-senador discorreu sobre sua longa carreira como funcionário concursado do BNDE e sua vida pública, iniciada em 1963, quando foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, com apenas 31 anos. Como filho e neto de políticos, ele sempre teve a política nas conversas da família. Sua atuação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal foi marcada pelas grandes discussões sobre questões econômicas, em particular a defesa da atuação das empresas estatais em prol do desenvolvimento econômico. Prefeito

do Rio de Janeiro de 1986 a 1988, ele implementou de forma pioneira a gestão participativa da cidade, experiência muito à frente do seu tempo em termos de administração municipal. Contudo, desavenças na política levaram ao episódio traumático da falência da Prefeitura, com um desgaste pessoal que durou alguns anos para se dissipar. A volta à vida pública ocorreu em 1999, com sua eleição ao Senado Federal, agora em um contexto político democrático. Saturnino Braga se retirou da vida parlamentar em 2007, após 40 anos de militância política ilibada. Publicar em *Cadernos do Desenvolvimento* o seu testemunho, em um momento em que o país presencia escândalos financeiros ligados a políticos em altos postos do Parlamento brasileiro, é um privilégio que o Centro Celso Furtado tem a honra de proporcionar aos seus leitores.

LUIZ CARLOS DELORME PRADO – Podemos começar pela sua formação: você é economista e engenheiro, ou só engenheiro?

ROBERTO SATURNINO BRAGA – Tenho formação de engenheiro e depois fiz um curso de engenharia econômica, extensão de um ano, e depois o da Cepal, de desenvolvimento econômico, e ainda o do Iseb. Entrei no primeiro concurso para o BNDE, em 1956. O concurso era para engenheiros, economistas e advogados, mas o BNDE era a casa dos economistas, então me liguei muito à economia.

LUIZ CARLOS – Naquelas equipes que tinham sempre engenheiros, economistas e advogados?

Isso foi criação do Roberto Campos. O criador do banco foi Getúlio Vargas, mas o grande estruturador do BNDE foi o Campos, que na época era um desenvolvimentista, ligado ao pessoal do Iseb e do Grupo de Itatiaia. Depois é que virou um “mercadista”, um neoliberal radical. Mas naquela época impôs algumas diretrizes ao banco que permaneceram e foram extremamente importantes. Primeiro, só entrava funcionário concursado. Segundo, todas as decisões de financiamento eram tomadas pela diretoria, com base em parecer de um grupo de trabalho no qual havia um economista, um engenheiro e um advogado, que examinavam os aspectos específicos. A diretoria podia não aceitar o parecer, mas era difícil, tinha que justificar. Isso deu ao banco uma proteção muito grande contra influências estranhas.

LUIZ CARLOS – Houve alguma influência das organizações internacionais nessa concepção do BNDE? O Brasil tivera uma participação muito importante em Bretton Woods.

O Brasil deveria ter tido assento no Conselho de Segurança permanente da ONU, até porque foi o único país independente que participou da guerra. Outros, como Índia, participaram, mas ainda eram colônias. Não tivemos uma cadeira lá por preconceito. Esse preconceito existe até hoje, pode ter impedido Celso Furtado de ganhar o prêmio Nobel.

ROSA FREIRE D’AGUIAR – Qual foi a sua participação política na juventude?

Eu fui da Juventude Comunista. E quando entrei para o BNDE houve um episódio que é importante mencionar. Eu era engenheiro na Companhia de Álcalis, em Cabo Frio. Abriu o concurso para o BNDE em 1956, fiz as provas e fui bem aprovado. Eram três provas técnicas. Fui a Cabo Frio pedir demissão da Álcalis, voltei para assumir, porque a posse era quase imediata. Quando cheguei em casa, minha mãe chorava e dizia: “Você não foi aprovado, não passou no concurso”. Meu pai estava ao lado e disse: “Você não leu o edital por completo. O edital tinha uma quarta prova, que é a prova de investigação social”. Ou seja, a ficha no Dops. No governo Juscelino Kubistchek! Fomos três reprovados: eu, Juvenal Osório Gomes e Ignácio Rangel. Então o Roberto Campos, pessoalmente, foi ao Armando Falcão, que era o ministro da Justiça do Juscelino, a quem o Dops estava subordinado, e comunicou que ia nomear os três, alegando: “São jovens e participação de jovem na política não quer dizer muita coisa, eu assumo a responsabilidade”. E nomeou.

LUIZ CARLOS – Logo no início no BNDE você teve uma participação importante no programa ferroviário.

Sim, porque logo manifestei preferência pelo setor de transportes. Fui lotado numa divisão de projetos e estudos de transportes, em um momento em que o BNDE financiava fortemente a reestruturação e o reaparelhamento das ferrovias brasileiras. Trabalhei nesse projeto e, depois, no da indústria naval, do Estaleiro Mauá. O BNDE não financiava rodovia e transporte aéreo.

LUIZ CARLOS – Na época havia esse debate sobre as ferrovias, que hoje são tão poucas.

As ferrovias brasileiras foram quase todas implantadas pelos ingleses. Mas a partir dos anos 1930-40, foram ficando cada vez mais sucateadas. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos fez o levantamento dos projetos prioritários na área de infraestrutura e focou muito no reaparelhamento das ferrovias. Depois, o financiamento ficou a cargo do BNDE, pois o dinheiro do Eximbank

não veio. Na Comissão Mista foram escolhidos projetos que teriam financiamento conjunto, mas que acabou sendo só do BNDE. Depois, o banco se concentrou na siderurgia. Primeiro ferrovia, depois siderurgia e energia elétrica. Nos anos 1950-60 jogou maciçamente no investimento de infraestrutura.

DAVID KUPFER – Na produção de automóveis também? O Grupo Executivo da Indústria Automobilística – Geia – era dado como praticamente mantido pelo BNDE.

O BNDE não entrou nisso. O Geia aprovava projetos que teriam incentivos fiscais, mas não financiamento. O BNDE na sua origem estava proibido, por estatuto, de financiar empresas de capital estrangeiro, e toda a indústria automobilística era de capital estrangeiro. O BNDE não podia financiar.

ROSA – Queria voltar ao seu percurso. Você foi da primeira turma do Curso Cepal-BNDE e da primeira turma do Iseb. Lá se vão 60 anos. Que avaliação você faz dessas duas iniciativas, hoje vistas por pesquisadores como grandes escolas de governo, anteriores ao Ebp da FGV?

Ainda antes do BNDE, eu acompanhava o grupo do Ibesp – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, que era o mesmo Grupo de Itatiaia que desembocou no Iseb, ao qual pertencia Roberto Campos. Eu me interessava por desenvolvimento, economia e política. O Iseb era muito da política, de formular a filosofia do desenvolvimento brasileiro. E fizeram um conjunto de publicações e cursos que, a meu juízo, definiram essa filosofia, a do primeiro desenvolvimentismo, dos anos 1950. A Cepal era organização internacional, mais focada na economia. O Iseb tinha um foco muito mais amplo. Eu estava no BNDE e queria fazer o curso do Iseb. Fui ao Roberto Campos, então presidente, para pedir autorização, porque era um curso em tempo integral, durava uns oito meses. Campos me sugeriu fazer primeiro o da Cepal. Acabei fazendo os dois, primeiro o da Cepal e, no ano seguinte, o do Iseb. Também me encantei muito com o curso da Cepal. Minha atenção era pouco voltada para a economia, e mais para a política, a filosofia, a sociologia,

mas o curso da Cepal me levou a pensar mais na economia, o que foi ótimo. Conheci e foi a primeira vez que tive aula de Celso Furtado. Celso não era professor do curso, mas vinha de Santiago para dar uma semana de aulas para a gente.

LUIZ CARLOS – Quem eram os professores?

Lembro de Aníbal Pinto, o que mais se ligou a nós. Do Osvaldo Sunkel, do Regino Boti, cubano ligado ao Fidel e que chegou a ser ministro depois da Revolução. Tinha um venezuelano que era senador da Venezuela, Braulio Jatar, ótimo professor. Tinha o Manuel Balboa, um argentino. Os cursos eram em portunhol... A Cepal é a criadora do portunhol... O grosso dos alunos era do Rio, mas tinha gente do Brasil todo. A turma era bem grande, uns 50 alunos, e desses, uns 10 eram do BNDE. Começava-se com contabilidade social e macroeconomia. Aníbal Pinto dava financiamento do desenvolvimento, o senador venezuelano dava política do desenvolvimento. O foco principal era o campo econômico, ao passo que o Iseb era um foco mais político. Olhando retrospectivamente, poderiam ser vistos como complementares.

LUIZ CARLOS – Vocês tinham filosofia no Iseb?

Tínhamos. O Álvaro Vieira Pinto era o professor de filosofia. Helio Jaguaribe dava aula de ciência política, e também entrava muito na filosofia. Sociologia era com o Guerreiro Ramos. Roland Corbisier também entrava em filosofia, era brilhante. Era um curso de muito boa qualidade. O Cândido Mendes dava história, mais geral. Quem dava história do Brasil era o então coronel Nelson Werneck Sodré.

ROSA – Antes da política eu gostaria de saber um pouco da importância da música na sua vida. Você pensou em se profissionalizar?

Foi no tempo em que eu era estudante. Cantava, fazia recitais, e sim, claro que pensei em ser intérprete. Eu sabia que tinha voz bonita. Bonita e boa, e também musicalidade, a chamada afinação. Cantava e, desde menino, todas as pessoas gostavam de me ouvir. Pelas tantas, na escola

de engenharia, um amigo do Colégio Melo de Souza começou a estudar canto. Convidou-me para assistir a uma aula e me apresentou sua professora, Hilde Sinneck, uma austríaca que tinha sido soprano de boa qualidade em Bayreuth, a cidade-teatro de Wagner, e vindo para o Brasil. Ela me ouviu cantar e disse que eu devia aprender canto, cultivar minha sua voz. Disse também que, para cantar, eu devia ler uma pauta, estudar música. Fui para o Conservatório Brasileiro de Música, onde fiz o curso de teoria musical, teoria e contraponto. Continuei a estudar e fiz algumas apresentações no Brasil. Numa dessas oportunidades, fui com um grupo de artistas brasileiros à União Soviética. Primeiro, ao Festival de Varsóvia. Na URSS, fiz várias apresentações, inclusive no Bolshoi! Cantei no Bolshoi, tinha até um cartaz meu em russo. Claro que tudo isso estava fichado no Dops... Mas eu precisava trabalhar. Voltei, fui para Cabo Frio, peguei uma sinusite crônica que me prejudicou a voz. Fui largando a música. O encanto pela música foi dando espaço ao encanto pela política.

LUIZ CARLOS – Você foi de uma geração que teve canto orfeônico.

Tive na escola. Antes de mim, Villa-Lobos fazia anualmente aquele grande encontro no Campo de São Januário. Regia um coro de milhares de vozes, com as crianças das escolas públicas.

ROSA – Você gostava particularmente de Villa-Lobos?

Gostava. Mas desse tempo que estudei canto e música, fui muito influenciado por meus pais, que gostavam de ópera italiana. Com a minha professora comecei a me interessar por Mozart, Händel, Bach, e ganhei outra dimensão na musicalidade, exercitando, cantando. Cantei muito Händel e muito Bach. Comecei a aprender alemão, uma coisa vai levando a outra.

LUIZ CARLOS – Voltando à década de 1950, foi um período de expansão das rodovias, ficando as ferrovias em segundo plano. Foi um problema de recursos ou de escolha política?

Foi um problema de influência política do grande capi-

tal, das multinacionais. A concepção dos economistas brasileiros, desde a Assessoria Econômica de Vargas, era recuperar as ferrovias. Delineou-se muito bem a missão de cada meio de transporte. A ferrovia seria para a carga pesada, graneis a grandes distâncias, a rodovia seria para o transporte casa a casa, ponto a ponto de todas as mercadorias não granelizáveis. Começava apenas a surgir o contêiner. Acontece que aquele foi um momento não só da implantação da indústria automobilística no Brasil, como – em 1945-46 – de criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Graças ao fundo rodoviário nacional, o DNER tinha recursos. Eu me liguei muito a isso porque meu pai foi o primeiro diretor do DNER, o qual casou o interesse da indústria automobilística com a disponibilidade de recursos, e então houve uma expansão rodoviária fantástica e as ferrovias ficaram como transporte especializado, e realmente se atrasaram. A expansão rodoviária foi muito maior do que o reaparelhamento ferroviário.

LUIZ CARLOS – E a questão das cidades, do transporte suburbano, chegou a ser discutida na época?

Chegou a ser discutida, mas o rodoviarismo era tão forte que Brasília foi uma cidade construída no deserto e lá não se colocou o metrô de superfície, que era baratíssimo.

RICARDO BIELSCHOWSKY – Mas você não falou se jogou bola de gude na rua, se soltou pipa...

Eu morava na rua Tonelero, numa casa. A gente jogava futebol na Tonelero. Botava dois paralelepípedos aqui e dois ali e jogava futebol. No meio do jogo um dizia: “Para, que vem um carro”. Aí o carro passava e continuávamos a jogar. Isso era a rua Tonelero nos anos 1930. No Lido eram os meus bailes de carnaval de menino. Tinha um lugar ali, que foi destruído e deu lugar a uma escola, onde se realizavam bailes de carnaval para as crianças.

RICARDO – Você estudou em que escola?

Eu fiz o primário no Andrews; o secundário, comecei no Colégio Pitanga, na praça Serzedelo Correia, mas no ter-

ceiro ano fui para o Colégio Mello e Souza e lá fiquei o resto do secundário e científico.

LUIZ CARLOS – Já chegando aos anos 1960, como foi sua decisão de entrar na política?

Meu pai foi político do PSD (Partido Social Democrático), deputado em três mandatos. Meu avô, pai dele, foi deputado federal, então a política estava muito na conversa da família, no que a gente escutou na infância, em casa. A Segunda Guerra foi objeto de conversa maior nos nossos encontros de família. Meu pai, antes de ser diretor do DNER, foi do DER do Estado do Rio, no período do Amaral Peixoto, a quem era muito ligado. Meu pai era um getulista. Achava Getúlio o maior, e eu também acho. Por conta da minha incursão na música, me aproximei de pessoas ligadas ao Partido Comunista e

de deputado federal meu pai decidiu ser candidato a senador. Então eu disse que seria candidato a deputado federal. O normal era começar por vereador, deputado estadual. E eu de cara seria candidato a federal.

LUIZ CARLOS – Que idade você tinha?

Eu tinha 31 anos, e meu pai me alertou que seria difícil, mas me ajudaria. Candidatei-me, não pelo PSD, e sim pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro). Fui a Niterói conversar com o João Rodrigues de Oliveira, presidente do PSB do estado. Ah, sim, pois, embora nascido e criado no Rio, me candidatei pelo antigo Estado do Rio. Aí entrava o peso do sobrenome, meu pai era muito conhecido no estado, mas no Rio de Janeiro, nem tanto. Comecei a fazer campanha em Caxias, São Gonçalo, Nova Iguaçu, na periferia do Rio. Minha mulher, Eliana, me ajudava, ia comigo nos fins de

No pós-guerra o fascínio do socialismo era quase irresistível para o jovem. O fascínio por aquela nação enorme, que tinha sido um país de mujiques analfabetos, fez a revolução e se transformou numa grande potência, que venceu a máquina de guerra nazista. Meu Deus, aquilo estava no meu coração!

comecei a me interessar, conversar e ler aqui e ali e cheguei a entrar para a Juventude Comunista. Ele sabia de minha inclinação esquerdista, aceitava-a muito bem. No pós-guerra o fascínio do socialismo era quase irresistível para o jovem que se interessava pelo assunto. O fascínio por aquela nação enorme, que tinha sido um país de mujiques analfabetos, fez a revolução e se transformou num grande país, que venceu a máquina de guerra nazista. Meu Deus, aquilo estava no meu coração! O fascínio do jovem interessado em política e com alguma sensibilidade moral era irresistível. Depois entrei para a escola de engenharia e lá também tinha um grupinho dos afeiçoados, e começamos a ler *O Capital*. Um estudante de engenharia que lê *O Capital* acha que descobriu o mundo e conhece tudo. No fim do terceiro mandato

semana. Eu ainda estava no BNDE e só nos três meses antes da eleição é que tive direito a uma licença. Foi nas eleições de 1962. Meu pai viu que não ia dar para conquistar o Senado. Mas me garantiu... não voltou atrás. E me elegei, direto como deputado federal. Naquela época, no antigo Estado do Rio um federal precisava de uns 15 mil votos. Tive 7 mil e poucos, fui o deputado menos votado do Rio. Por quê? Sem eu saber, o PSB entrou numa coligação de pequenos partidos, na qual estavam o Tenório Cavalcanti, que teve uma votação alta, e o Batistinha [Demísthocles Batista], candidato do Partido Comunista, líder ferroviário, que teve ainda mais votos que o Tenório. Os dois puxaram a chapa lá para cima, eu era o terceiro, e me elegei. Foi um bafejo da sorte. Mas com um ano de mandato... eu assumi em março de 1963 e em março de 1964 veio o golpe...

LUIZ CARLOS – Houve na época a discussão sobre a legislação antitruste, que criou o Cade, em 1962. E seu pai vem do primeiro grupo que discutiu isso.

Havia uma consciência sobre esse assunto, de Getúlio em pessoa e da assessoria dele. Amaral Peixoto era genro do Getúlio, meu pai era um nacionalista, um getulista “de medula”, que participou também da formação da Frente Parlamentar Nacionalista, na qual depois eu entrei de peito aberto. Ele era do PSD, partido conservador, mas tinha consciência dos interesses do grande capital aqui.

CARMEM FEIJÓ – Você foi punido pelo golpe militar?

Pelo PSB, nossa bancada era de seis deputados: Francisco Julião, de Pernambuco; Mário Lima, petroleiro da Bahia; eu, do Estado do Rio; dois do Estado da Guanabara, que naquele tempo era separado: Max da Costa Santos e o Breno da Silveira; e Rogê Ferreira, de São Paulo. Cinco foram cassados, fiquei eu. Imagino que o desejo dos mi-

-Life. Essa CPI foi constituída por iniciativa do João Calmon, o dirigente do condomínio dos Diários Associados, que era deputado pelo Espírito Santo. Mas na hora de se nomear o presidente, ninguém queria ... esse negócio de imprensa... deputado tem uma sensibilidade...

LUIZ CARLOS – Naquela época a Globo já era tão importante?

Era. E por que saiu a CPI? Porque a TV Globo, com auxílio da Time-Life, estava engolindo a Tupi e por isso o João Calmon pediu a CPI. O acordo Time-Life tinha participação de capital estrangeiro, o que feria a Constituição, que proibia capital estrangeiro nos meios de comunicação. Aceitei presidir a CPI e impus uma condição: ter a prerrogativa de escolher o relator. Escolhi o Djalma Marinho, deputado da UDN do Rio Grande do Norte, um grande jurista, muito respeitado. A CPI tem um prazo de funcionamento, se não terminar o relatório, é dissolvida.

Eram as duas posições políticas da esquerda naquele momento: as armas ou a atuação por todos os meios, inclusive no Congresso, até ir ganhando paulatinamente a opinião pública. Porque em 1964 a opinião pública, urbana e de classe média era toda contra nós.

litares era cassar o PSB inteiro, mas no início do regime militar houve uma preocupação em apresentar uma feição antiditadura, como se não tivessem dado um golpe. Tanto assim que deixaram o Congresso aberto. E devem ter pensado que era melhor deixar ao menos um deputado socialista... Imagino que tenha sido isso. E mais, eu era um deputado novo, inexpressivo e sem nenhuma presença na Câmara. Mas aí comecei a ter uma atuação mais destacada. Escolhi ser membro da Comissão de Economia, presidida pelo deputado Oswaldo Lima Filho, do PTB pernambucano, e pai do Marcos Costa Lima. Simpatizávamos muito. Para os projetos importantes que passavam pela Comissão, ele me designava como relator. Aí veio a CPI da mineradora Hanna Mining e, como relator, tive um destaque maior. Depois, foi a CPI da Globo-Time-

Mas pode pedir prorrogação, que deve ser aprovada no plenário. Na CPI da Time-Life, tinha um deputado ligado à Globo, Eurípedes Cardoso de Meneses, que estava ali para atrapalhar, era evidente. Quando estava chegando o prazo final, devíamos pedir prorrogação, e já com o relatório do Djalma Marinho pronto fizemos uma reunião extra, fora do dia normal, e não o convocamos. O relatório foi aprovado por unanimidade. Condenava o acordo. Roberto Marinho, quando soube disso, fez um editorial assinado por ele, na primeira página, com o título “Prevaricador”... Era eu. Dali para frente me tornei inimigo frontal do Globo. Sumi do Globo, da rádio Globo. Um dia o Aroldo de Andrade me convidou para participar do programa dele, fui uma primeira vez, na segunda ele me disse: “Não dá, você está vetado”. Faziam entrevista co-

migo e não publicavam. Até hoje... Mas consegui, contra esse baita sistema de televisão, rádio, jornal, me eleger três vezes senador, e prefeito, em eleições majoritárias. A Globo tem um poder enorme, mas não decisivo. O Brizola também se elegeu contra a Globo.

RICARDO – O Carlos Lacerda estava também nos Diários Associados, foi lá para dar paulada na Globo? Vocês estavam em contato?

Sim, estávamos. Eu não tinha intimidade com o Lacerda. Era um deputado jovem e ele, já um grande “líder”. Em 1966 quis me reeleger, mas tive um veto do Serviço Nacional de Informações (SNI), que fez um ofício ao Tribunal Regional Eleitoral vetando a minha candidatura. Claro que eu recorri. O SNI dizia que eu era comunista. A ficha do Dops estava lá, inteira. O desembargador relator, infame (tenho até o voto dele), disse: “O deputado contesta, mas o SNI é um órgão que merece fé, então mantenho a impugnação”. Perdi no Tribunal Regional, recorri ao tribunal superior, ganhei por unanimidade. Lá, o relator foi o ministro Armando Rollemberg, pai do atual governador de Brasília, Rodrigo Rollemberg. E reconstituí minha candidatura, mas faltava uma semana para a eleição, que perdi. Fiquei numa segunda suplência.

RICARDO – E voltou para o Banco?

Voltei para o BNDE, e cheguei num período desagradável. Ambiente de trabalho melhor que o do BNDE, não conheço. Mas naquele momento Jayme Magrassi de Sá era o presidente, e ligado aos militares, com quem queria fazer média. Implementou um regime de policiamento interno e me senti muito mal. Quando saí, era chefe da Divisão de Transportes, quando voltei me colocaram como engenheiro contando tijolo nas fábricas que o BNDE financiava... Fiquei uns seis meses, pedi uma licença sem vencimentos e fui trabalhar numa consultoria com o Lafayette Prado, que era engenheiro de transportes. Um ano depois decidi voltar, e tive outra sorte. Dois ou três meses depois da minha volta, o Marcos Vianna foi nomeado presidente do banco. Era outra cabeça, e acabei sendo seu principal assessor, e até chefe do ga-

binete. Fui chefe do Departamento de Planejamento, o principal à época. Eu não podia ser, porque tinha de ser aprovado pelo SNI, e eu não passaria. Então o Marcos me nomeou interinamente, e fiquei anos como interino. Isso é Brasil. Até porque toda repartição tinha um olheiro do SNI. Foi um período realmente muito interessante do BNDE. Mas já estava chegando a eleição de 1970.

LUIZ CARLOS – Você já tinha entrado para o MDB?

Fui fundador do MDB. O discurso da época era o seguinte: a boa democracia é bipartidária, então temos que instituir “na marra” o bipartidarismo. O AI-2 estabeleceu um número de deputados que só dava para criar dois partidos. Assim mesmo, para criar o MDB precisou-se de mais um senador, e o então líder da Arena no Senado, que era o famoso gaúcho Daniel Krieger, conseguiu um que mudou de lado... A eleição de 1970 foi desastrosa para o MDB, porque grande parte da esquerda votou nulo. Dizia que congressistas da oposição estavam coonestando a ditadura. O que não deixava de ser verdade. Mas não tinha jeito. A contestação armada era inviável e tínhamos de vencer comendo pelas beiradas. Eram as duas posições políticas da esquerda naquele momento: as armas ou a atuação por todos os meios, inclusive no Congresso, até ir ganhando paulatinamente a opinião pública. Porque em 1964 a opinião pública, urbana e de classe média era toda contra nós. Em 1970 a luta armada recomendou voto nulo. E a Arena deu uma surra. Quatro anos depois, a situação mudou. Pela primeira vez, dez anos depois do golpe, a opinião pública mostrava-se saturada de ditadura, milicos, mas ninguém percebia ainda.

LUIZ CARLOS - Já havia pesquisa de mercado naquela época?

Começava a haver mas ninguém confiava muito. Em janeiro ou fevereiro de 1974, o velho Amaral Peixoto, líder do MDB, me chamou e sugeriu que eu me candidatasse a deputado federal. Eu estava numa boa fase do BNDE, Marcos me prestigiando e eu, entusiasmado com o trabalho. Era a época do II PND, que o BNDE financiava. Recusei. Amaral me chama de novo com urgência, no

dia do meu aniversário, 13 de setembro de 1974. O MDB tinha um candidato ao Senado, Afonso Celso Ribeiro de Castro, que, vítima de um AVC, não poderia continuar a campanha. Ninguém queria assumir a candidatura, porque o adversário era Paulo Torres, senador e presidente do Senado, ex-governador. Todos davam sua eleição como favas contadas. O velho Amaral foi muito honesto comigo, disse que fazia um apelo em nome do partido, da democracia, mesmo sabendo que a chance não era muito grande. Aceitei. E então ele completou: “O pessoal não está prestando atenção, mas esta eleição terá televisão gratuita, você vai se sair muito bem na televisão e o Paulo Torres vai se afundar”. Não deu outra... Naquele tempo eram dois meses de televisão. Eu tinha cinco minutos, dia sim, dia não. Comecei com ibope zero, um mês depois já estava lá em cima. Não tinha gravação, era ao vivo. E era absolutamente de graça, não se gastava um tostão. Ganhei com dois terços.

RICARDO – Como foi seu mandato de senador?

Foi muito bom, porque em 1974 a única eleição majoritária do país foi a de senador. Dos 22 estados, o MDB ganhou em 16. Então, realmente a opinião pública já tinha feito a transição. Por essa circunstância de ser a única eleição majoritária, o Senado se transformou no grande fórum político do país. Suas sessões tinham sempre as galerias bem cheias. Brasília era distante. Mas as pessoas iam ao Senado para ouvir o Paulo Brossard, o Marcos Freire, o Franco Montoro. E como eu tinha sido o relator dos projetos importantes da Comissão de Economia, o Montoro, que era o líder, e muito organizado, me designou vice-líder, mais para questões econômicas. Eu falava em nome do MDB, e isso também me deu destaque. Meu opositor era o Virgílio Távora, que falava sobre economia em nome da Arena. No Senado discutimos, naquela época, a questão das 200 Milhas, com a abertura do mar para exploração do petróleo; a do acordo nuclear com a Alemanha. Foram duas questões muito importantes.

DAVID – A questão das 200 Milhas foi um debate pesado.

Sim, porque a pressão americana era muito forte. O governo era a favor e a oposição era a favor. Mas tinha toda a política econômica do governo, que era contestada por nós: a distribuição de renda, o endividamento, a política cambial, o capital estrangeiro. As coisas de sempre. Eu tinha obrigação de falar em nome do MDB. O partido adotou uma posição oficial a favor do racionamento de combustível. Eu fui à tribuna defender essa posição. O governo não fez o racionamento, mas nós defendemos. Também sempre fomos a favor do Pró-Álcool. O projeto surgiu dentro do governo, com o ministro Severo Gomes. O secretário do Ministério da Indústria e Comércio era o Paulo Belotti, meu companheiro de BNDE e até de escola de engenharia. E o secretário de Tecnologia Industrial do Ministério era o Bautista Vidal, ferrenho defensor do Pró-Álcool. Então, o debate do Pró-Álcool foi muito intenso.

DAVID – Eu estudei esse tema, e minha literatura dava a entender que a grande questão não era o Pró-Álcool em si, mas o uso da cana-de-açúcar ou não. Esse era o grande debate: saber se o Pró-Álcool deveria limitar ou ser neutro em relação à fonte de açúcar. Imaginava-se que o programa era uma forma indireta de se injetarem recursos nos canais, os quais, para a esquerda brasileira, faziam parte dos latifúndios etc.

É verdade, você tem toda razão. Naquele tempo a exploração do cerrado não tinha a extensão e a intensidade de hoje. A Embrapa abriu o cerrado. Mas o cerrado era muito limitado. A área agricultável brasileira era bem menor, então os opositores do Pró-Álcool diziam que a cana iria concorrer com alimentos e que isso era um absurdo. E o realismo dos realistas dizia que nada igualava o petróleo. De fato, o petróleo é muito mais econômico.

DAVID – Lembro inclusive que o Bautista, defensor das inovações desse campo, foi em 1979 substituído por Lourival Monaco, que era dado como ligado aos interesses canavieiros de São Paulo.

Mas o Bautista incentivou muito a pesquisa do motor a álcool, que no fundo foi uma invenção brasileira.

Criamos em cada região administrativa um conselho que se reunia mensalmente para dar sugestões, fazer crítica à gestão do governo. Era um encontro governo-comunidade que discutia a gestão e ia acertando as coisas. Foi muito interessante.

LUIZ CARLOS – Foi no período Geisel que o modesto sistema de financiamento de pós-graduação, ciência e tecnologia, se desenvolveu no Brasil. Você participou desse debate?

Sim. Participei. O governo Geisel tinha muitas dimensões que nós, da oposição, apoiávamos. Essa era uma delas. Então, a gente debatia no sentido de comentar, mas não de confrontar, como fazíamos com outras questões. Por exemplo, sobre a questão da inflação, havia na época a oposição entre monetarismo e estruturalismo. A nossa posição era a de que o combate estritamente monetário prejudicava o desenvolvimento. A política agrícola tinha menos debates, pois o café perdera espaço e a soja estava começando.

CARMEM – E a Amazônia?

Nada. Não se falava. A Transamazônica veio um pouco depois. E a questão da Zona Franca de Manaus era pontual, específica. O MDB apoiava a Zona Franca. Era uma questão mais regional, não propriamente de ideologia política.

RICARDO – Como vocês discutiam a perspectiva do projeto Golbery de abertura gradual?

Eu acreditei. Acreditava no Geisel por várias razões. No Senado, antes do Geisel, e mesmo ainda na Câmara, sempre fui um parlamentar defensor das estatais. Eu era quase que o representante das estatais no Parlamento. A turma da Arena, em geral, era privatista, embora os militares tivessem criado muitas estatais. A política de Roberto Campos, de Otávio Gouvêa de Bulhões, não era a favor das estatais, tanto assim que o Petrônio Portella, líder da Arena, e com quem eu me dava bem, me dizia: “Você sabe que os militares gostam muito da sua posi-

ção de defesa das estatais”. Houve um momento em que o Moreira Franco, prefeito de Niterói, passou para a Arena indo atrás do dinheiro para tocar a prefeitura. Amaral Peixoto, sogro dele, foi para a Arena, o que para mim foi uma decepção amarga. Uma semana depois, Petrônio Portella me deu uma cantada: “Se você for para Arena, pode ser chamado para um ministério; não estou assumindo compromisso, mas você é bem visto”. Não fui.

LUIZ CARLOS – Onde estavam os liberais no governo militar? Ao apoiarem a ditadura eles assumiram um *low profile*?

O Geisel não era um neoliberal. Era explicitamente a favor da intervenção estatal, do planejamento. Os neoliberais ficaram encolhidos. Ditadura é ditadura, tem que se enquadrar.

LUIZ CARLOS – E na área das relações internacionais? A década de 1970 é de mudanças nas relações econômicas internacionais, brasileiras. Como é que você via esse debate no Senado?

Geisel denunciou e rompeu o acordo militar Brasil-Estados Unidos e fez o acordo nuclear com a Alemanha, o que irritou os Estados Unidos enormemente. Aquilo era visto como apoio da Alemanha à bomba atômica brasileira. E, possivelmente, o Geisel também pensava assim, mas é claro que ninguém falava. Foi um momento de grande tensão do Brasil com Estados Unidos. Nós, da oposição, reconhecíamos isso, mas éramos contra o governo e não nos manifestávamos.

RICARDO – Seu mandato foi até 1982. Quando entrou o presidente Figueiredo mudou alguma coisa?

Não. Figueiredo continuou, inclusive com a anistia, o

processo de abertura que o Geisel tinha iniciado e que teve uma interrupção com o chamado Pacote de Abril, quando ele voltou a cassar gente. A causa foi a reforma do Judiciário, que resultou num confronto entre o Legislativo e o Executivo. Mas logo em seguida retomou-se a ideia do Geisel, de abertura lenta, gradual e segura. Em 1982 me recandidatei ao Senado, mas houve uma questão. Em 1980, portanto governo Figueiredo, os militares sopraram para o Tancredo Neves e para o Chagas Freitas, dois grandes líderes do MDB, que podiam sair do partido e fundar o PP, Partido Popular, de oposição aos militares, mas uma oposição consentida, porque a abertura estava se processando e eles seriam os beneficiários. Tancredo e Chagas Freitas acreditaram e fundaram o PP. O resultado foi que o Amaral tinha ido para a Arena, Tancredo e Chagas para o PP, e eu fiquei de líder do MDB no Rio de Janeiro e candidato natural ao governo do estado. Comecei a fazer minha campanha. Ulysses,

realmente acreditava, o que é importante. Então, como defender o Chagas e o Miro? E aí chega ao Rio o Leonel Brizola, tenta recriar o PTB, que não deu certo, e acaba criando o PDT. Eu o conhecia bem, até porque na crise do Jango o PTB e PSB foram ligadíssimos. Decidi ir com Brizola. Ele tinha 2% de ibope, ninguém acreditava nele, julgavam-no ultrapassado. E pensei: “Está bem, é ultrapassado, vou perder a eleição, mas pelo menos estou ali porque acredito”.

LUIZ CARLOS – E então você saiu candidato ao Senado pelo PDT?

Pelo PDT. E logo Brizola fez uma convenção prematura e lançou a chapa: Brizola, Darcy Ribeiro e Saturnino. Essa chapa pegou bem, Brizola começou a crescer, comecei a sentir que ia funcionar mas fiquei calado. Sandra Cavalcanti era a candidata disparada nas pesquisas. O segundo era Miro Teixeira. Depois, lá embaixo, Brizola e Mo-

Saí da Prefeitura muito machucado. Não só arrasado, pois não tinha mídia, tudo era contra. Saí machucado e pensei em deixar para lá esse negócio de política. Comecei a escrever.

presidente do MDB, veio ao Rio, fizemos um ato grande na ABI, de lançamento da candidatura. No dia seguinte “O Globo” dedicou toda a página política à visita de Ulysses ao Rio, e não disse uma palavra sobre a minha candidatura, que foi o motivo da vinda dele. No início de 1982, Chagas Freitas e Tancredo viram que o PP era inviável e resolveram voltar para o MDB. Eu e meu grupo fizemos uma oposição cerrada. Mas Ulysses aceitou, e eu fiquei encurralado. Pensei em fazer oposição ferrenha ao Chagas, mas ele mandou um recado: “O Senado é dele, e governador ele não será mais: o candidato vai ser o Miro Teixeira”. Eu não sabia o que dizer... e essa coisa de saber ou não saber para mim sempre foi muito importante... Quando eu falava na televisão, por exemplo, as pessoas vinham me dizer: “A gente acredita, porque acha que você acredita no que está dizendo”. E eu

reira Franco. No final, deu Brizola e Moreira disputando e Sandra e Miro lá embaixo. Elegi-me senador. Depois, tive de renunciar ao Senado para me candidatar a prefeito do Rio. Foi em 1985, para exercer um mandato de só três anos, em virtude da emenda constitucional promulgada. Assumi em 1986, fiquei 1987, 1988. Eu não queria ser prefeito; governador do Estado do Rio de Janeiro sim, me interessava, porque era o meu estado político. Eu era nascido e criado no Rio, mas não tinha participação política nenhuma na cidade. Além disso, meu interesse era política econômica, desenvolvimento de âmbito nacional, quando muito no Estado do Rio. Mas Brizola argumentou que se eu não fosse candidato e o PDT perdesse a eleição, ia ser um desastre. Brizola era um sedutor. Acabei aceitando. Brizola ficou entusiasmado. Foi a eleição mais fácil de minha vida. Ganhei contra 19 candidatas.

LUIZ CARLOS – Como foi sua experiência como prefeito?

Quando eu assumi a Prefeitura, meu amigo de PSB, Jamil Haddad, me disse: “Saturnino, a prefeitura não tem um tostão furado, está falida”. Primeiro porque os militares fizeram uma reforma tributária, uma minirreforma da Constituição, tirando recursos do município para o governo federal. O estado ficou mais ou menos, mas os municípios, só com o ISS e o IPTU. Estavam todos em situação difícil, mas o Rio em particular, porque tinha sido capital federal, tinha a maior rede escolar municipal do país, a maior rede hospitalar. Decidi inovar na questão administrativa, criando a primeira gestão participativa municipal do Brasil, no Rio de Janeiro, que é a caixa de ressonância. Decidi fazer um programa aproveitando o crescimento das associações de moradores no Rio de Janeiro e chamar o Jó Rezende, que era o grande líder desse movimento. Só que ele era muito ligado ao PT. Falei com o Brizola que aceitaria a candidatura mas queria a prerrogativa de ter o vice da minha confiança. Seria o Jó. Brizola, pessoalmente, não se opôs, mas me disse que eu teria de convencer o partido. O PDT tinha mil candidatos a meu vice, e tive de ganhar uma batalha de convencimento. Eu e o Jó fomos a todos os diretórios do PDT, vinte e tantos, falar sobre a gestão participativa, sobre a importância da presença dele. Ganhamos a convenção do PDT e o Brizola abraçou muito bem a gestão participativa. Criamos em cada região administrativa um conselho que se reunia mensalmente para dar sugestões, fazer crítica à gestão do governo; lá havia um representante das associações de moradores, e os representantes do governo, chefe do distrito de educação, de saúde, conservação, da Comlurb. Era um encontro governo-comunidade que discutia a gestão e ia acertando as coisas. Foi muito interessante. Historicamente, tradicionalmente, prefeito é quem cuida da cidade, das obras urbanas etc. Prefeito nenhum jamais cuidou da economia da cidade. Eu achava que como a economia do Rio tinha sofrido enormemente com a mudança da capital, e como as empresas estavam indo para São Paulo, criei uma Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Rio e fizemos um projeto de polos de indústrias, de tec-

nologia avançada e sem gastar dinheiro da Prefeitura, porque loteávamos os terrenos municipais.

RICARDO – Quem tocava a Secretaria?

Era o José Augusto Assumpção Brito, que me foi recomendado pelo Luiz Alfredo Salomão. Os conselhos governo-comunidade começaram a dar certo. Virei o primeiro ano, que foi difícil, o segundo também, na virada do terceiro ano as coisas começaram a melhorar, e o Jó naturalmente saiu e se apresentou como candidato à minha sucessão. Em princípio eu o apoiaria mas precisava ver o partido. Em maio de 1988, entra no meu gabinete o Antonio Carlos Flores de Moraes, meu secretário de Fazenda, de olhos arregalados: o Banco Central passara um telegrama-circular para todos os bancos do país proibindo a rolagem de um centavo sequer da dívida da Prefeitura. A Prefeitura estava, claro, endividada, todas rolavam suas dívidas, e na rolagem sempre acrescentava um pouquinho mais. Tínhamos uma associação de prefeitos das capitais, com diálogo com o Congresso. Na época, o relator da parte econômica e tributária da Constituinte era o José Serra. Serra era meu amigo e me assegurou que as prefeituras iriam ganhar mais do que tinham, ou seja, iriam recuperar todo o ICMS e mais alguma coisa. O conselho foi o de que eu poderia rolar a dívida, criteriosamente, mas sem me preocupar com o tamanho, porque em seis meses iria recuperar tudo isso. Fui rolando a dívida, criteriosamente. Aí chega esse telegrama. Nunca apareceu ninguém do Ministério da Fazenda para dizer: “Sua dívida está alta, vamos ver como é que faz”. Nada. O normal seria isso. Não estava com uma dívida maior que as outras, todas eram grandes. Mas era o caso de fazer um plano e me obrigar a pagar, digamos, 10%, 5% em cada rolagem; pagaria e iria reduzindo, era razoável.

CARMEM – Um plano de renegociação.

Exato. Mas não houve nenhum plano. Foi uma decisão política para falir a Prefeitura. Claro que era uma condenação à falência. Como a Prefeitura ia pagar? Não poderia

rolar um centavo, tinha que pagar inteira. Quem tomou essa decisão foi o Banco Central, presidido pelo Elmo Camões. O ministro da Fazenda era o Maílson da Nóbrega.

RICARDO – Pode ter sido coisa da Globo?

O Maílson da Nóbrega assumiu depois do Dilson Funaro, mas com a condição de não entrar em política. Mas o Maílson tinha dois padrinhos: o Roberto Marinho e o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. Esse general, anteriormente, quisera me cassar, e o Roberto Marinho tinha aquela velha pendenga. Eu interpreto essa atitude como se tivessem convencido o Maílson da Nóbrega a dar um xeque-mate “nesse Saturnino, que está com esse negócio de Prefeitura socialista, gestão participativa”... E o ministro fez. Só pode ser isso, porque foi só aqui, no Rio de Janeiro.

RICARDO – Sabe que eu fui ameaçado de morte por causa disso? Eu era presidente do Fundo Rio, responsável por pagar as obras sociais que o prefeito mandava fazer, nas favelas. E quando foi decretada a falência, começaram a me pressionar para pagar. Mas eu não tinha dinheiro! E recebi ameaça de morte mesmo. Sabiam até onde meus filhos estudavam...

LUIZ CARLOS – Foi você que começou todo o trabalho de urbanização nas favelas?

Sim, o Fundo Rio fez o primeiro estudo, primeiro planejamento de urbanização das favelas, e pedimos financiamento ao Banco Mundial, que nunca financiara nenhuma prefeitura. Recebemos uma resposta positiva do Banco Mundial, que pela primeira vez se dispunha a estudar o assunto, extraordinariamente. Tanto era importante o problema quanto era bem feito o projeto. E como a causa era justa...

RICARDO – Quando lhe apresentamos o projeto, você fez grandes elogios: “o planejamento econômico tem muitas décadas, mas o planejamento social está começando agora”. Encheu a nossa bola...

LUIZ CARLOS – Você começou a estudar a urbanização das favelas, especificamente. Isso é muito interessante. Como era a relação entre estado e município?

Aqui entra a questão do partido. Tivemos um ano em que Brizola era governador, e eu, prefeito. A convivência foi muito boa. Quando Brizola perdeu a eleição para o Moreira Franco, em 1986, Darcy perdeu também. Darcy era uma negação como candidato. Dizia-se que o Brizola poderia eleger até um poste! Que nada! Em política não é assim não. Darcy não queria fazer campanha, só queria os projetos mirabolantes. Perdeu a eleição. Então, Brizola achou que devia ser prefeito e começou semanalmente a me telefonar, pedindo alguma coisa. Eu fui atendendo. E veio a candidatura de Brizola a presidente da República, e eu disse que não queria participar porque queria cuidar da minha Prefeitura, que estava muito difícil.

Duas decisões o descontentaram. A primeira foi a fábrica de escolas pré-moldadas. Ficava ali na Central do Brasil, numa área apertada, e achei que para expandi-la – porque a fábrica estava fazendo grande sucesso, estávamos abrindo postos de saúde e escolas para o estado do Rio e até para Minas Gerais – devia ser em Santa Cruz, num terreno grande. Decido mudar a fábrica de escolas para Santa Cruz. E Brizola me diz: “Não, a fábrica tem que ser no centro da cidade, para o povo saber que ali tem uma fábrica”. Politicamente, ele tinha razão... Mas eu estava pensando na expansão da escola, e não voltei atrás. Segundo assunto: havia uns cabos eleitorais do PDT na RioTur que eram fantasmas declarados. O presidente da RioTur, Alfredo Laufer, decidiu demitir esse pessoal e eu concordei. Pois o pessoal do PDT que bancava o Brizola me deu um ultimato para eu voltar atrás nas duas decisões. Resisti, ele disse que ia levar a questão ao partido. Claro que ia me expulsar do partido. E antes que resolvesse me expulsar eu saí. Tinha havido prorrogação de mandatos municipais, esse tipo de acerto que no Brasil se fazia muito. A Câmara Municipal fora eleita naquela eleição com o voto vinculado. Então, como Brizola fez uma porção de prefeitos na baixada, fez também a maioria da Câmara de Vereadores, onde 50% era do PDT. A ordem foi: *Delenda Saturnino*. Dentro do PDT, a concepção brizolista

era essa. Moreira Franco me sugeriu voltar para o PMDB. Decidi não ir e pensei no Jamil Haddad, meu velho amigo, meu suplente quando me elegi e tive que renunciar. Ele ocupou minha vaga e refundou o PSB. Pensei então em ir para o PSB, meu partido, que só tinha um vereador, o Leonel Trota. Mas a Câmara me estraçalhou, e foi aí que veio a falência, o Mailson. Foi-se a minha gestão, ali, não pude fazer mais nada. E perdeu-se aquela experiência de gestão participativa, que foi tão importante.

me chamou para criar na Prefeitura uma Secretaria de Desenvolvimento, como eu tinha criado no Rio. Fui para lá, gostava dele. Em 1998 eu estava lá, e resolvi voltar ao Senado. Havia a aliança PT-PDT-PSB, o candidato a governador era o Garotinho, do PDT, a vice era a Benedita da Silva, do PT, e o PSB indicaria o senador, eu. Quem foi o meu opositor na Arena? Roberto de Oliveira Campos, meu velho guru, o cara que eu admirava, com quem tinha uma dívida enorme. Fizemos a campanha mais elevada já feita no Brasil e eu ganhei a eleição.

O peão estava ali no cercado, comendo um churrasco, e da porta do cercado saía uma caminhonete, de 20 em 20, levando para a seção eleitoral. Chegava lá e o cara botava aquele envelopinho e devolvia o título na volta para ela, que mantinha o controle. Isso era um curral eleitoral.

RICARDO – Você conseguiu levar uma pequena fração do PT para o governo: Sergio Andrea, Chico Alencar, Cesar Benjamin. Estava pensando em criar uma terceira via?

Eu sugeri uma unidade da esquerda. O governo era socialista e então poderia fazer uma união de esquerda. O PT foi frontalmente contra, foi violentamente contra mim. E além do mais, moveu um processo de expulsão contra esses três que estavam no meu governo. O PT perseguiu duramente o grupo. Saí da Prefeitura muito machucado. Não só arrasado, pois não tinha mídia, tudo era contra. Saí machucado e pensei em deixar para lá esse negócio de política. Comecei a escrever. Publiquei dois livros, até que, quatro anos depois, um grupo de amigos me disse: “Por que você não dá o exemplo? Foi prefeito da cidade, se interessa pela cidade, candidate-se a vereador para contar essa história”. Concordei. Não fiz campanha, mas fui bem votado e eleito, em 1992. Mas aí eu vi que a Câmara de Vereadores não dava. E caí na ilusão de que podia voltar ao Senado. Em 1994 me candidatei e levei uma surra. A memória da falência da prefeitura era muito forte. Voltei para a Câmara, completei os dois mandatos. Depois o Roberto Silveira, prefeito de Niterói,

RICARDO – Como o Brizola reagiu?

Em 1998, eu estava fazendo um comício na Zona Oeste, e de repente alguém me disse que o Brizola estava vindo, sem avisar a ninguém. Um ano antes, quando dona Neuza Brizola falecera — nós gostávamos um do outro — escrevi uma carta ao Brizola, dizendo o que pensava dela. Ele guardou essa carta. Quando chegou ao meu comício, me apertou a mão, a da minha mulher, subiu numa cadeira e disse: “Eu e o Saturnino, como vocês sabem, divergimos, nos separamos, erros de parte a parte. Mas vim aqui dizer que acho que os erros dele foram menores que os meus”. Quase caí da cadeira. Aí fizemos as pazes e ele me apoiou na eleição de senador em 1998. Fui à casa dele para selar o acordo. Ele disse que devia defender o partido e perguntou se eu aceitaria um suplente do PDT. Respondi que pessoalmente aceitava, mas a decisão deveria passar pelo PSB. Ele perguntou: “Você dividiria esse mandato com o seu suplente?”. Eu não estava preparado. Brizola era assim. Era profissional, sabia que eu não estava preparado para dar a resposta. Eu queria voltar ao Senado, até para dar a volta por cima depois do desgaste da Prefeitura. Se eu ficasse quatro anos

estaria ótimo. Respondi: “Está bem, mas isso não pode ser objeto de conhecimento de ninguém, não pode ser público, isso tem que ser uma coisa acertada entre nós e não posso levar para o partido, que não vai aceitar”. Ele disse que o suplente seria o Carlos Lupi. E continuou: “Você escreve uma carta?”. Eu não estava preparado, mas precisava do apoio dele para voltar ao Senado e encerrar minha carreira. Respondi: “Escrevo, aqui, agora, me arranje uma folha”. A convenção do partido era dois dias depois. E pensei: amanhã, se der um problema... Eu não escrevi nada sobre o prazo, falei em dividir o mandato, mas poderia não ser meio, e sim 2/3, ou 1/3. Escrevi algo assim: “De acordo com o compromisso conjunto que temos, PT-PDT-PSB, eu..., apoiado senador por esses três partidos, me comprometo a dividir o mandato com meu suplente”. Coloquei esse preâmbulo, prevendo que podia dar problema, como deu. Isso foi em 1998. Em 2002, o Lula se elegeu presidente, o Brizola não gostou e rompeu. E veio me cobrar os quatro anos do Lupi, em outubro de 2002. Conversei com o Aloizio Mercadante, que era líder do PT, partido onde eu já estava, porque na eleição presidencial o PSB resolveu lançar o Garotinho à Presidência e fui contra. Portanto, eu era senador pelo PT. Mercadante me disse: “Pelo amor de Deus, Saturnino, nossa maioria aqui no Senado é muito pequena, e um suplente do PDT vai ficar contra nós”. Não disse sim nem não e não renunciei. Continuei pensando que se o

Lupi ou o Brizola fossem falar comigo, eu daria os dois anos finais e cumpriria o compromisso. Era um mandato de oito anos. Em vez de virem negociar comigo, foram para a imprensa, Brizola mostrou a carta e entraram com um processo de cassação do meu mandato por falta de decoro, por ter descumprido um compromisso. Enfrentei o processo, ganhei na Comissão de Ética. Quando Brizola morreu, eu estava brigado com ele.

LUIZ CARLOS – O Brizola era uma figura curiosa. Demonstrava liderança em muitas coisas, mas não conseguiu montar uma estrutura partidária que prosseguisse. Como projeto de país ele fracassou. Foi um grande político, mas não conseguiu ter um projeto econômico claro, um projeto de governo. Qual a sua avaliação?

Brizola, uma personalidade de liderança, era um caudilho, segundo o velho modelo gaúcho. Não aceitava compor uma equipe que pudesse se projetar. Rompeu comigo, com o Marcelo Alencar, com o Cesar Maia, rompia com as pessoas que se projetavam. Não rompeu com o Darcy porque ele perdeu a eleição. Se Darcy tivesse ganhado, teria rompido também. Jamais conseguiu formar uma equipe de gente com competência para assumir uma posição política em que fossem definidos os programas, a atuação, a visão. Tinha as ideias dele, mas era muito personalista.

Jango era um animal político sadio, como se dizia, e sabia perfeitamente que tinha que negociar. Chamou gente competente e que não era esquerdista: Tancredo Neves, San Tiago Dantas, Celso Furtado, este para fazer o Plano Trienal e definir as reformas de base. Mas a esquerda brasileira... não compreendeu isso, nem mesmo o Partido Comunista, que achou que faria aqui a revolução que Cuba tinha feito. Em 1964 não havia apreço pela democracia do Brasil em nenhum dos dois lados, nem na esquerda, nem da direita. Ninguém pensava em democracia, pensavam sim em dar um golpe. A direita acabou dando.

RICARDO – Como é que foi a sua experiência como senador do PT?

Foi boa. Tive dois episódios importantes. Um foi o PPA (Plano Plurianual). Era 2002, eu tinha entrado recentemente para o PT – PT nacional, nunca militei no PT estadual. No final desse ano Lula elaborou o PPA. Fizemos um pré-projeto, o discutiram em todos os estados. Quem coordenou foi o Sebastião Soares, meu amigo de BNDE. Quando o PPA ficou pronto e foi enviado ao Congresso, me escolheram como relator. Eu conhecia mais ou menos as metas e objetivos, porque tinha participado da elaboração, mas tinha a parte financeira, que era superávit primário e juros crescentes – e altos – nos quatro anos. Eu não poderia concordar. Pensei em fazer um relatório meu e propor uma modificação. Mantinha o superávit, e os juros, nos quatro anos, sem elevar. Levei ao Mercadante, que concordou comigo mas iria consultar o governo. Adieei a sessão e no dia seguinte ele voltou: “Saturnino, não dá. É compromisso político fechado”. Era o Henrique Meirelles.

RICARDO – Você sabe que era muito pior. Eu estava trabalhando no PPA. Negociamos, você recebeu uma versão muito mais suave. O Antonio Palocci, então ministro da Fazenda, queria uma coisa muito pior.

Eu concordei. Se era compromisso político, eu respeitaria, mas não quis assinar. E disse: “Você arranje outro relator. Não vou criar caso”. E nem fui votar. Depois, é claro, ficou evidente que era o compromisso para o acordo com o sistema financeiro e poder fazer a valorização do salário mínimo, o Bolsa Família. Era o acerto político. Quando a Dilma escolheu para a Fazenda o Joaquim Levy, pensei comigo que o Levy era o Meirelles de hoje. Mas no caso do Lula, ele próprio era muito competente na liderança e deu certo. O Levy não deu certo. O outro episódio foi a cassação do senador Antônio Carlos Magalhães. Eu era do Conselho de Ética, me dava bem com o Antônio Carlos, que foi deputado comigo nos anos 1960, como aliás o José Sarney. Tínhamos certa camaradagem, o respeito pelo velho companheiro. De repente, o caso vai para o Conselho de Ética. O relator... “Só pode ser o

Saturnino”. Havia a denúncia do senador Luiz Estêvão, milionário, e veio então a representação da cassação do mandato. Votei pela cassação, que é voto secreto, não tem nem funcionário no plenário, é tudo eletrônico. Dias depois o Antônio Carlos soprou para alguém, acho que para o José Eduardo Dutra – que depois foi da Petrobras e morreu recentemente –, o seguinte: “Sabe quem votou a favor do Luiz Estêvão? A sua amiga Heloisa Helena”. Ela era do PT, e a mais radical senadora de oposição. E prosseguiu: “Eu sei porque tenho a votação, quem votou em quem”. Como é que ele sabia? E caiu na imprensa: “Antônio Carlos sabe quem votou”. A Heloisa Helena fez um discurso exaltado. O caso estava acirrado e o Conselho de Ética teria de apreciar a cassação do Antônio Carlos. Eu, como relator, pensei: “Não há prova nenhuma, não vou dar o parecer pela cassação sem prova, só com esse disse-me-disse”. Alguém no Conselho de Ética sugeriu fazer uma perícia técnica no sistema de votação do Senado e chamamos uma empresa de São Paulo. No dia seguinte, a perícia decretou: “O arquivo foi violado”. Aí não teve jeito, tive de dar o parecer pela cassação. O meu voto foi vencedor na Comissão. É claro que 3 ou 4 senadores dele votaram contra, mas respeitaram meu parecer. Ele renunciou para não ser cassado. No discurso de renúncia atacou todo mundo e, quando chegou minha vez, falou uma hora e disse: “Ali o senador Saturnino, realmente eu pesquisei todos os dossiês e em nenhum aparece o nome dele, não tem nada contra ele... Em compensação, foi o pior prefeito que o Rio de Janeiro já teve em toda a sua história...”. Fiquei calado... e ele renunciou... e quatro anos depois voltou, porque não tinha perdido o mandato e se elegeu na Bahia. Continuamos nos falando, apesar de tudo isso.

LUIZ CARLOS – Você foi político em vários momentos da vida nacional. Hoje vivemos um momento, não só de polarização da sociedade, como de percepção de que aparentemente os financiamentos tomaram um vulto muito grande. Como você avalia isso historicamente?

Acho que esse fenômeno é muito recente. Na minha primeira eleição não gastei quase nada, a não ser as

viagens que fazia, de pequena monta. Na eleição de senador, ganhei os cartazes de um amigo que tinha uma gráfica excelente, o Álvaro Pacheco. Usei a televisão, que não custava um tostão, e gastei em minhas viagens, não mais que isso. Na segunda eleição para o Senado fiz campanha junto ao Brizola e ao Darcy, o partido gastou e eu não gastei muito. Quer dizer, não tenho experiência de grandes financiamentos. Na minha última eleição também não gastei quase nada, pois es-

nete, de 20 em 20, levando para a seção eleitoral. Chegava lá e o cara botava aquele envelopinho e devolvia o título na volta para ela, que mantinha o controle. E ainda podia ganhar uma pinga, porque antes da votação não podia. Isso era um curral eleitoral. E era assim em todo o estado. Alguns candidatos – posso citar porque ele já era citado –, como o Mario Tamborindeguy, compravam chefes políticos que se vendiam por dinheiro, e lhes garantiam a eleição. Eram poucos deputados que

O desenvolvimento é a harmonização das sociedades em torno de um projeto nacional que, mais ou menos, atenda a todos e tenha uma dimensão econômica, sim, para moldar o processo, mas também uma dimensão social, cultural e política, a fim de que a nação se sinta participante de todo o projeto nacional.

tava encostado na campanha majoritária de Garotinho e Benedita. Fiz umas propagandas minhas, mas não tenho a experiência de hoje. Pelo menos em eleição de deputado você deve ter um exército de cabos eleitorais pagos. Presenciei na última campanha de meu pai, para deputado, o chamado curral eleitoral. Meu pai falava assim: “Terei 2.000 votos em Mangaratiba, 1.550 em Resende, 2.000 em Barra Mansa, não sei quantos em Campos”, e aquilo batia direitinho, variava só um pouquinho. Por quê? Porque os cabos eleitorais, os chefes políticos do PSD fluminense tinham um controle absoluto. Tirei meu título em Mangaratiba para poder votar nele. O Victor Breves, que era o chefe político do PSD lá, fazia um cercado e os fazendeiros de todos os municípios ligados a eles mandavam para lá seus peões no dia da eleição. Ele mandava matar uns dois bois, fazia um churrasco e toda essa peãozada chegava com os títulos eleitorais, que ficavam com a secretária dele. Digamos, eram 1.500 naquele cercado. Naquele tempo não havia cédula única, era individual, então ela fazia os envelopinhos já com as cédulas todas certinhas para que eles fossem votar. O peão estava ali no cercado, comendo um churrasco, e da porta do cercado saía uma caminho-

faziam isso, por isso mesmo eram conhecidos. A maioria era como meu pai, a coisa funcionava como troca de favores. Esse Victor Breves, em Mangaratiba, mandava nas professoras, no cartório, nos postos de saúde, fazia todas as indicações. Assim era o sistema. Com o voto eletrônico acabou inteiramente esse controle. O cabo eleitoral, que vai para a rua, não fica só fazendo propaganda, ele vai às casas, vê o que cada um precisa, compra uma coisa ou outra para atender. Esse exército de cabos eleitorais é bancado pelos deputados, cada vez em troca de mais dinheiro. Calculo que uma eleição para deputado federal no Rio deve sair por uns 5 milhões, pelo menos.

LUIZ CARLOS – Na redemocratização, ao contrário, o PT e o PDT faziam festas, arrecadavam, mas na base de militantes voluntários. Era um processo de convencimento. Qual a sua reflexão sobre todo esse processo?

Isso mudou. Não existe mais o trabalho político voluntário. Existia muito especialmente na juventude, com estudantes e alguns que se dispunham a fazer isso, às vezes pensando numa retribuição em cargo, nomeação, mas faziam gratuitamente a campanha. Hoje em dia,

ninguém mais faz campanha gratuita, tudo é pago. Quando você precisa arranjar voto, tem de gastar, e cada vez mais, do contrário não se elege.

RICARDO – Como você está olhando o Brasil agora e daqui para frente?

Eu cultivo o otimismo. Acho que o Brasil tomou uma dimensão de liderança na América do Sul, um caminho de aliança com os BRICS, afirmou-se claramente na questão do petróleo, com a Petrobras e o pré-sal. O Brasil passou a ser alvo do grande capital interessado em mudar o atual governo. Conseguiram mudar na Argentina, vão mudar na Venezuela e, para eles, têm que mudar no Brasil também. Acho que é uma repetição do que houve em 1964, mas com diferenças. Em 1964 a Guerra Fria estava no auge, com Kruschov, líder da União Soviética, desafiando Kennedy e mandando mísseis para Cuba. Na última hora o bom-senso prevaleceu e a tensão baixou, mas a intolerância americana com qualquer governo sul-americano que tivesse uma tintura esquerdista, que não fosse absolutamente fiel a eles, era total. Então, o Jango devia cair. Jango nada tinha de incompetente, era um animal político sadio, como se dizia, e sabia perfeitamente que precisava negociar. Chamou o Walter Moreira Salles, que o levou ao Kennedy. Chamou Tancredo Neves, San Tiago Dantas, chamou Celso Furtado, este para fazer o Plano Trienal e definir as reformas de base. Chamou gente competente que não era esquerdista. Mas a esquerda brasileira não compreendeu isso, nem mesmo o Partido Comunista, que achou que faria aqui a revolução de Cuba. Em 1964 não havia apreço pela democracia do Brasil em nenhum dos dois lados, nem na esquerda, nem da direita. Ninguém pensava em democracia, pensavam, sim, em dar um golpe. A direita acabou dando. E a esquerda, que pensava em colocar um milhão de trabalhadores na Praça dos Três Poderes para obrigar o Congresso a votar as reformas... Era reforma ou revolução – este era o lema. O Jango sabia disso e tentou até o último momento. Quando viu que era isso ou aceitar a proposta para demitir todos os ministros esquerdistas, ele, um sujeito de caráter, e sabendo que

ia perder, largou tudo e foi embora. Agora o quadro é outro, mas existe a pressão para mudar essa independência do Brasil liderando a América do Sul.

LUIZ CARLOS – Como você vê o fato de segmentos da classe média e da elite terem quase prazer em achar que as coisas no Brasil são sempre muito ruins? Como explicar essa falta de autoestima apesar de tudo o que avançamos nos últimos anos?

Acho que isso é fruto da mídia. A grande mídia – televisão, jornais e rádios mais importantes – é contra a política de distribuição e de afirmação da independência do Brasil. Ela é naturalmente aliada, ou associada, ao grande capital. O sucessor de Assis Chateaubriand, nos anos 1960, ficou danado porque viu que o capital estava largando os Diários Associados para pegar a Globo. No fundo, toda a mídia brasileira é comandada por interesses do capital.

LUIZ CARLOS – Mas não tem uma contradição? O Brasil é um dos grandes destinos de investimento internacional, as transnacionais ganham dinheiro aqui, o país não é uma sociedade hostil ao investimento.

As empresas americanas não são contra isso, pois ganham dinheiro aqui. Mas o poder militar americano, e mesmo o poder mundial, é que não pode abrir mão desse continente sul-americano. É um jogo de poder, não tanto de empresas, de interesse empresarial. As empresas continuam investindo aqui e ganhando um bom dinheiro.

DAVID – Na crise atual que estamos enfrentando, quanto a seu ver é político e quanto é crise econômica?

Não sei dizer, mas tem essas duas dimensões, ambas importantes. A crise econômica é evidente. O preço de nossas *commodities* despencaram, a demanda chinesa diminuiu, há uma crise internacional que se abateu sobre a economia brasileira, é claro. Agora, a isso se somou a crise política. Esta é artificial. Lembra que a Dilma cancelou uma viagem aos Estados Unidos quando soube que a NSA (Agência Nacional de Segurança)

espionava a Petrobras? Claro que espionava, e sabia de tudo o que se passava na Petrobras. Da mesma maneira, criou-se a Lava-Jato na campanha da Dilma. Esperavam derrotá-la, não conseguiram mas não se conformaram. Veio então a ideia do impeachment. Por trás, sempre a questão de que se tem de mudar o governo mais progressista, tem de dissolver os BRICS, tem de entregar o petróleo. Mas o preço do petróleo desabou. E eu acho que o pré-sal foi para o buraco.

RICARDO – O que vai acontecer daqui a três anos? E com o PT?

Não sei. O PT está muito desgastado. Ele pode vir a se reencontrar. Confio no bom senso do Lula, que virou um líder de expressão internacional. Se ele se recandidatar a uma eleição presidencial, correr o sério risco de perder. Ou de ganhar e não se sair bem. Mas política muda de dois em dois dias.

RICARDO – O que você acha que vai acontecer com a indústria brasileira?

O governo não cuidou da indústria. Isso é que é a verdade. Cuidou da distribuição de renda, melhorou a agricultura. Não cuidou da indústria e foi um erro gravíssimo. Mas o Brasil tem condições para se recuperar como país industrial. Eu ainda sou muito BNDE, acredito que a economia brasileira é uma economia mista, sim, e que o Estado tem uma presença fundamental. O Estado deve tomar algumas iniciativas, inclusive na área industrial, para formar um núcleo de expansão e alavancagem, e ver se a empresa privada por si só, o mercado por si só responde aqui e ali. Mas se não houver uma política industrial de apoio à inovação e à criação de novos polos, dificilmente se chega lá.

CARMEM – Qual é a sua melhor definição para o conceito de desenvolvimento?

No ensaio-depoimento que escrevi há pouco [ver Cadernos do Desenvolvimento 16], eu me referi ao imediato pós-guerra, quando o fascínio pelo socialismo era muito grande, os partidos comunistas cresciam na

Itália, na França, no Brasil. Na primeira eleição que o Brasil teve depois da guerra, no Rio de Janeiro, que era a grande caixa de ressonância do país, o Partido Comunista fez a maior bancada de vereadores e elegeu um senador, Luiz Carlos Prestes. Foi uma época em que, diante do poder crescente da União Soviética, o capital se viu encurralado, e precisou de uma estratégia para enfrentar o socialismo. Qual foi? Na Europa, o Plano Marshall e a social-democracia. Encheram a Europa de dinheiro a fundo perdido, e criou-se a social-democracia, que efetivamente foi a maior realização de política democrática no mundo, porque implantou governos de grande progresso econômico e que fizeram a maior experiência de distribuição na história. Ou seja, essas duas iniciativas resolveram o problema da Europa. Na África e a Ásia, a bandeira do capital foi a descolônização. O Império Britânico acabou da noite para o dia e os britânicos não deram um pio. Índia, Egito, Indonésia, todos ficaram independentes, acabaram-se os impérios. O francês ainda resistiu um pouco, mas terminou com a guerra da Argélia. A América do Sul era um quintal tranquilo, embora os partidos comunistas do Brasil, da Argentina, do Peru estivessem ativos. Então, foi preciso fazer alguma coisa. O quê? O desenvolvimento: “Vamos dar a eles a esperança de que preencherão o fosso que nos separam. Eles não são pobres como a África e a Ásia, estão a meio caminho. Vamos diferenciá-los, vamos criar uma comissão da ONU para o desenvolvimento da América Latina”. Criaram a Cepal, que foi um êxito. Houve comissões econômicas em outros continentes, nenhuma chegou perto do sucesso da Cepal. E eles incensaram a ideia do desenvolvimento, mas era um desenvolvimento exclusivamente econômico.

Eu me lembro, quando era jovem engenheiro do BNDE, que depois do expediente ficávamos conversando sobre o desenvolvimento do Brasil e havia sempre um ou outro que dizia que tínhamos de investir em educação também. Outros – eu inclusive – rebatiam: “Este é um banco econômico e temos que investir nisso, o resto vem por gravidade”. Eu defendi isso, me

lembro. A ideia de desenvolvimento era exclusivamente econômica, com a da arrancada de Rostow, a decolagem. Depois, surgiu a figura de Celso Furtado, que não sei se foi o primeiro, mas o que mais se destacou ao afirmar que o nosso caminho não era seguir o mesmo processo deles, mas encontrar a nossa via, e frisando que o desenvolvimento tem outras dimensões. Insistiu muito na questão cultural. O desenvolvimento foi ganhando corpo, com a questão social, política. Hoje essa ideia é integral. O desenvolvimento é a harmonização das sociedades em torno de um projeto nacional que, mais ou menos, atenda a todos e tenha uma dimensão econômica, sim, para moldar o processo, mas também uma dimensão social, cultural e política, a fim de que a nação se sinta participante de todo o projeto nacional.

Acho que é essa a ideia de desenvolvimento que vem se afirmando. Aí encontro a razão de ser otimista, porque o Brasil é um dos países do mundo mais propícios a isso. O desenvolvimento nos países ricos não vai mudar, pode distribuir um pouco mais a renda, mas não vai evocar, a cada manifestação, a participação popular num projeto, pois não há mais projeto nacional. O projeto deles é viver em paz. Mas nós temos o projeto de realizar um país. E nessa visão há uma especificidade brasileira, que é a Amazônia. Por isso estou insistindo no congresso internacional do Centro Celso Furtado sobre a Amazônia, que é metade do país. E que deve ter um modelo de desenvolvimento que não é o do Centro-Sul. Ainda não fomos capazes de formular tais diretrizes. Se formos, vamos dar um exemplo ao mundo, até de um novo modelo.

LUIZ CARLOS – O Brasil tem vigor interno para conseguir construir projetos originais?

Eu acho que sim, mas é um sentimento. Lembro-me de momentos que vivi. Um foram os anos 1950, o período Juscelino, com o sentimento nacional muito forte. Brasília, a mudança de capital, a indústria, os 50 anos em cinco, o Plano de Metas: os brasileiros pareciam acreditar no Brasil. O outro foi o início do governo Lula.

Aí não foi todo o Brasil, mas até a classe média foi respeitosa. Era uma ideia nova de acabar com a pobreza e incluir todos os brasileiros num projeto. Houve uma mobilização nacional. Agora isso se perdeu, mas pode acontecer outra vez.

LUIZ CARLOS – A história não acabou!

Claro! A história não acabou e muito menos a do Brasil.

§

Brasil, sociedade em movimento

De Pedro de Souza (organização)

Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra e Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2015.

|| **Fernando Augusto Mansor de Mattos**¹

Brasil, *sociedade em movimento* marca a comemoração dos 10 anos do Centro Celso Furtado e sua temática é o desenvolvimento econômico em todas as suas dimensões. A diversidade dos temas abordados reflete a variedade de discussões feitas em dezenas de seminários, encontros, livros organizados pelo Centro nestes dez anos, bem como as bolsas de estudos por ele concedidas a estudantes e pesquisadores de vários temas. O contexto em que os artigos reunidos neste livro foram elaborados marcou-se pelas indagações e preocupações suscitadas durante as manifestações de junho de 2013 (inicialmente conduzidas por protestos pelo transporte público gratuito), mas que se desdobraram em outras, a maior parte exibindo símbolos e comportamentos tipicamente fascistas.

O texto introdutório de João Antônio de Paula já anuncia a diversidade de temas e o rigor

acadêmico com que os assuntos são tratados. Professor e pesquisador do Cedeplar, o autor analisa em *Brasil: passado e futuro*, com marcante erudição, a História do Brasil e seus desdobramentos políticos e sociais. Salienta, entre outros fatos importantes, que o Brasil, a despeito de poder ser considerado um país “moderno, industrializado e urbanizado”, não logrou construir um Estado de bem-estar, conforme ocorreu nos países hoje considerados desenvolvidos. Por meio dos processos da Independência, da Abolição e da Proclamação da República, ele procura identificar os fatores que explicam a enorme e marcante desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira desde sempre. Os fatos históricos descritos e analisados pelo autor revelam que as forças reacionárias sempre lograram sucesso em manter ou reconfigurar as relações de poder que garantiam seus privilégios e, em uma palavra, a desigualdade. Quando trata do século XX, deixa clara a complexidade da sociedade brasileira, lembrando que a industrialização e o crescimento econômico não bastaram para torná-la menos desigual. Os paradoxos brasileiros e as diversas formas de desigualdade analisadas no texto de João Antônio de Paula projetam para o leitor a variada gama de assuntos de que trata o livro.

Brasil, sociedade em movimento está composto de sete seções: Desafios contemporâneos; Direito à cidade, políticas públicas e desenvolvimento; Desigualdade; Novas formas de viver; Conviver com a Terra; Alianças e conflitos; Desenvolvimento, trabalho e poder financeiro.

A primeira seção se inicia com o artigo *Desenvolvimento como processo civilizador*, de Gabriel Cohn, professor titular aposentado da USP,

1. Programa de pós-graduação em economia da UFF. E-mail: fermatt1@hotmail.com

que propõe uma discussão mais ampla do processo de desenvolvimento do que aquela habitualmente proposta pelos economistas. Ele defende a ideia de que o desenvolvimento deve ser pensado como “um processo civilizador”, um processo social abrangente a ser pautado por uma índole democrática. Registra a similaridade de sua concepção com a formulada por Furtado, que notadamente no livro *Criatividade e dependência na civilização industrial* afirma que “a criatividade se identifica com a liberdade”. Lembra que para mestre Furtado a criatividade cultural é um subproduto da civilização industrial e uma dimensão decisiva da vida social que se vê transformada pelo progresso econômico. A visão abrangente de Cohn a respeito do caráter que deve(ria) ter o processo de desenvolvimento supõe também a concepção de “respeito mútuo nas relações”. Certamente inspirado nos eventos de junho de 2013, ou, mais ainda (e pior...), nos seus desdobramentos dados pelas forças reacionárias que logo a seguir saíram às ruas, o autor chama a atenção para a necessidade da tolerância, mas sem prescindir da busca pela igualdade.

O artigo *Revolução tecnológica, riscos existenciais e a questão do humano*, de Hermínio Martins, pesquisador honorário do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, trata da evolução tecnológica ocorrida desde as últimas décadas do século passado, na esteira da Revolução Informacional/Computacional/Digital. Martins faleceu em setembro de 2015 e não pôde ver impresso o texto que enviou para este livro. Certamente foi um de seus últimos ensaios — senão o último. Nele, busca avaliar os efeitos ecológicos, sociais e climáticos dessa revolução, concluindo pela necessidade de uma discussão a respeito dos efeitos das TICs no convívio cotidiano e nas

questões éticas dessas tecnologias, que incluem a própria reprodução humana.

No ensaio *Promover a felicidade no lugar da economia: a alternativa de desenvolvimento adotada no Reino do Butão*, o economista ecológico Clóvis Cavalcanti toma como referência um minúsculo país asiático — que, entre outras peculiaridades, caracteriza-se por não ser um Estaco laico — para apresentar o Novo Paradigma de Desenvolvimento, documento proposto pelo governo butanês. Este documento propõe um Produto Interno Bruto (PIB) baseado no bem-estar da população e suas formas de vida. O ponto principal da proposta é discutir o uso de recursos naturais, sem esquecer que os mesmos são esgotáveis. Em resumo, o modelo proposto, definido pelo conceito de Felicidade Nacional Bruta (FNB), “significa a criação de uma sociedade *iluminada*, na qual a felicidade e o bem-estar de todas as pessoas e de todos os seres *sencientes [sic]* é o propósito último da governança”.

A segunda seção tem como linha geral uma discussão a respeito do papel das mudanças promovidas pela democratização decorrente da Constituição de 1988 e seus efeitos recentes sobre a sociabilidade nas grandes metrópoles brasileiras, com destaque para o período Lula. Em *Impasse político brasileiro*, Marcio Pochmann chama a atenção para o fato de que houve, nos 12 anos do Partido dos Trabalhadores no governo federal, uma trajetória de redução de desigualdades, o que contrastou com a maioria das economias capitalistas avançadas no mesmo período. O autor traça uma perspectiva histórica comparada de dois fatores: *i*) a existência (ou não) de democracia; e *ii*) a trajetória do crescimento econômico (acompanhada, ou não, de melhoria do perfil distributivo).² Lembra

2. Cf. artigo de minha autoria, sobre a interpretação do processo histórico de desenvolvimento econômico no Brasil e seus efeitos sobre o perfil de distribuição da renda do trabalho. MATTOS, F.A.M. Distribuição de Renda no Brasil: meio século de desigualdade (1960-2012). In: *Insight Inteligência*, n. 70, jul/ago/set. 2015.

que, nos anos 1960 e 1970, houve significativo crescimento econômico, mas ausência de democracia e (não por acaso) inexistência de uma preocupação explícita do governo federal com políticas distributivas. Nas décadas finais do século XX, porém, houve democratização, mas a ausência de crescimento econômico impediu a efetiva melhoria do perfil distributivo. Somente a partir dos anos 2000 o Brasil logrou conciliar crescimento econômico, democracia e melhoria do perfil distributivo. Antenado com o momento político atual, o autor chama a atenção para o fato de que o impasse político em que se encontra o país pode ser, em boa parte, explicado justamente por essa trajetória de inclusão social e mudança de perfil distributivo ocorrida nos anos recentes. Partindo de pesquisa elaborada pela Fundação Perseu Abramo sobre as manifestações de março de 2015, Pochmann postula que a de 15 de março, contra Dilma, era formada por pessoas incomodadas com as recentes mudanças sociais ocorridas no Brasil. A democratização do ensino superior representa o maior ponto de desgosto dessa minoria privilegiada.

Em *Déficit de representação ou falta de consensos mínimos: o que paralisa as políticas?*, Marta Arretche, titular do Departamento de Ciência Política da USP, destaca a peculiaridade das manifestações de junho de 2013, que ocorreram em um contexto “de sustentada queda dos níveis de pobreza, redução das desigualdades de renda e pleno emprego”, enquanto a história do Brasil registra centenas de outras manifestações ocorridas em contexto de crise econômica. Essa “novidade”, a seu ver, seria expressão de uma “dissociação entre os anseios da sociedade brasileira e nossas instituições políticas”, e também de uma “dissociação entre o Partido dos Trabalhadores e os movimentos populares”. Ou seja, de um lado estaria em jogo uma fratura do sistema partidário, com efeitos sobre a qualidade da representação popular; de outro, estaria o fato de que o PT, transformando-se

no principal partido de sustentação do governo nos últimos anos, teria se afastado dos movimentos sociais que lhe deram lastro e razão de ser desde a sua fundação. Os ganhos sociais obtidos nos anos recentes — desde que o PT assumiu o governo federal — acabaram aumentando as expectativas de parte da população, que passou a exigir melhores políticas públicas. Pois, como conclui, a ampliação do consumo individual não é suficiente para que o cidadão brasileiro se sinta satisfeito com a evolução de sua qualidade de vida.

Em *As metrópoles brasileiras e a globalização neoliberal*, Ermínia Maricato discute os efeitos da globalização, sob o ideário neoliberal, sobre as metrópoles brasileiras. Salienta o papel da chamada Nova Escola do Urbanismo, que reúne pesquisadores e professores de planejamento urbano a ativistas sociais no intuito de discutir os problemas das cidades e estratégias de democratização do espaço urbano. Destaca o paradoxo criado pela recente expansão econômica, que redundou em alta dos preços dos terrenos e dos imóveis, dificultando a instalação de moradias de qualidade para os mais pobres em áreas antes por eles ocupadas (mesmo que precariamente). E chama atenção para a necessidade de regulação do uso do solo e da ampliação planejada dos gastos do setor público em atividades de habitação, mas também de saneamento e de transporte urbano, como forma de democratizar o espaço urbano. Por fim, registra o poder exercido pelo capital imobiliário, pelas empresas de construção civil e pela indústria automobilística sobre a vida urbana cotidiana, tornando a vida das pessoas menos racional nas cidades, além de ambientalmente inadequada. O último parágrafo de seu artigo abre, porém, espaço para certa esperança, pois já existem aspectos jurídicos/administrativos, e também institucionais, que permitiriam uma reforma urbana que torne as metrópoles mais democráticas. Para isso seria necessária uma

atuação política dos grupos organizados em torno da Nova Escola do Urbanismo, tentando inverter a atual relação de forças.

No artigo seguinte, *O mito do desenvolvimento econômico da era Lula*, Vladimir Safatle também faz ponderações a respeito da propalada melhoria do perfil distributivo do período Lula. Lança mão de uma leitura do livro *O mito do desenvolvimento econômico*, de Celso Furtado, para lembrar a necessidade de o desenvolvimento econômico ser acompanhado de criatividade social. O autor não reconhece que o Brasil tenha tido, na era Lula, políticas de combate à desigualdade. Segundo ele, houve apenas “políticas de capitalização da classe mais pobre”. Safatle critica o fato de o governo Lula não ter enfrentado as desigualdades impostas pelo sistema tributário, frisando que o governo não criou impostos sobre as classes de altas rendas e riqueza, não aumentou o imposto sobre o consumo conspícuo e não mexeu na taxa de heranças e de grandes fortunas. Ademais, não houve avanços perceptíveis na qualidade da saúde pública e dos transportes de massa. Por fim, tece críticas ao que certa parte da imprensa e certos segmentos da academia chamaram de “nova classe média”, alertando que estas pessoas ainda são, na verdade, trabalhadores pobres.

Fecha a seção o artigo do professor titular da Faculdade de Direito da USP, Gilberto Bercovici. Seu texto — *A questão social, a Constituição de 1988 e os desafios do desenvolvimento* — aponta para os avanços sociais viabilizados pela Constituição de 1988, mas alerta para as dificuldades históricas que caracterizaram a tentativa de o Estado social brasileiro “instaurar uma sociedade de bem-estar”. A principal contradição da ação estatal no Brasil, segundo se depreende da leitura do artigo, é que “no Brasil [...] o Estado foi forte para disciplinar o trabalho e a cidadania,

porém, fraco perante o poder econômico privado”. Ressaltando de modo mais explícito o que os demais artigos da seção já defendiam, o autor exalta o papel da democracia e a necessidade de seu fortalecimento para que se possa lograr a almejada homogeneização social.

A seção seguinte discute de forma sistematizada o tema da “Desigualdade”, assim simplesmente denominada. O conjunto de artigos que a integram abarca diferentes aspectos do fenômeno que, como se sabe, é tão complexo de ser enfrentado quanto multidimensional em sua natureza. No primeiro artigo, *Podemos falar de menos desigualdade de renda na América Latina nos anos 2000?*, Pierre Salama, professor emérito da Universidade de Paris XIII, centra sua análise na desigualdade de renda, ressaltando que na América Latina dos anos 2000 — notadamente nos países dirigidos por governos progressistas — essa forma de desigualdade diminuiu, o que contrasta com o ocorrido nos países desenvolvidos. Registra, porém, que o efeito dos impostos diretos líquidos de transferências sobre a desigualdade continua tênue, contrastando com os países desenvolvidos, onde o sistema tributário é progressivo e corrige em parte as desigualdades geradas no mercado de trabalho. Seu estudo identifica aspectos que representam, por si sós, uma agenda de pesquisas para os estudiosos do tema da desigualdade. O autor avalia a evolução recente da renda e sua distribuição no Brasil, lançando mão de diferentes conceitos, e da incidência de impostos diretos e indiretos. Sublinha que as PNADs subestimam as rendas do topo da distribuição. As rendas dos mais ricos — no Brasil, como em todos os países capitalistas do mundo, conforme mostram os recentes estudos de Thomas Piketty — dependem não apenas de rendimentos do trabalho, mas também de fluxos de renda oriundos da posse de ativos mobiliários e imobiliários, de

tal forma que, ao serem estas rendas subestimadas nas declarações verbais para pesquisas domiciliares, o indicador de desigualdade obtido fica aquém da realidade.

Salama ainda lembra que, na maioria dos países latino-americanos — e o Brasil não é exceção —, a política tributária é injusta, por se apoiar principalmente na cobrança de impostos indiretos, o que distorce a justiça tributária, uma vez que os ricos desses países, em comparação com os ricos dos países desenvolvidos, pagam muito menos impostos.

Na mesma linha crítica à evolução recente do perfil distributivo no Brasil, o artigo *Brasil 2000: mais consumo, pouca redistribuição*, de Lena Lavinas, professora da Faculdade de Economia da UFRJ, inicia-se citando trabalho clássico de Fernando Fajnzylber, em que o célebre economista chileno afirma que a modernidade de uma sociedade deve ser medida menos pelos produtos consumidos, e mais pela maneira como os bens de consumo são avaliados e adquiridos. Lavinas questiona a suposta emergência de uma “sociedade de classe média” nos países latino-americanos, discurso apologético que também deitou raízes no Brasil. Alerta para o fato de que o padrão de consumo, que caracterizou a economia brasileira nos anos recentes, repousou em crescente financeirização do crédito — ou seja, a inclusão de milhões de famílias no mercado de crédito (em princípio algo positivo, pois em grande parte derivado da formalização das relações de trabalho) ocorreu ao lado de uma altíssima taxa real de juros e elevados *spreads* bancários. As famílias passaram a comprometer crescentes parcelas de sua renda com o pagamento de juros, transferindo, assim, em 2015, quase metade da renda para o sistema financeiro nacional, enquanto em 2006 esse percentual (que já era alto) estava no patamar de 22%. Ademais, a autora nota que a evolução da posse de certos bens de consumo cresceu

muito mais do que o acesso a serviços públicos fundamentais, como educação e saúde, objetos de crescente mercantilização nos últimos anos, o que promove exclusão de acesso aos mesmos. Daí ela formular o conceito de “convergência truncada”, que resume agudamente os instigantes argumentos presentes em seu estudo.

Também tomando como referência as iniquidades do sistema fiscal brasileiro, Denise Lobato Gentil, professora do Instituto de Economia da UFRJ, em seu artigo *Política fiscal no primeiro governo Dilma Rousseff: contribuição à desaceleração e à concentração de renda* problematiza as dificuldades enfrentadas nesse período para dinamizar a economia com base na estratégia de desonerações tributárias e manutenção dos gastos sociais. Mostra que a redução das despesas de consumo do governo concentrou-se no item de gastos com pessoal. Se houve expansão de um ponto percentual do PIB no total de gastos com custeio, esse movimento expansionista não teve significativo impacto macroeconômico, porque nas esferas estaduais e municipais o comportamento desse tipo de gasto foi bem menos expansivo. Quanto aos investimentos do governo central, este exibiu um comportamento “errático”, oscilando de ano a ano, mas, no conjunto do período, houve uma queda brutal dos mesmos, notadamente se comparados com o segundo mandato de Lula. Fica implícita a crítica ao governo federal de abrir mão de uma estratégia de expansão dos gastos públicos como aposta para recuperar o crescimento econômico. De forma implícita (e elegante), a autora parece revelar certo descontentamento com a evolução do perfil dos gastos com saúde pública, com a redução da presença do Estado e a ampliação do setor privado nos gastos do SUS. Nas conclusões, a autora espeta seus comentários precisamente em um tema fundamental da análise macroeconômica que se faz do primeiro mandato de Dilma Rousseff: os motivos

para as desonerações tributárias não terem sido capazes de promover a expansão dos investimentos privados, conforme parecia ser a avaliação do governo entre 2011 e 2014.

Ligia Bahia, professora do Instituto de Saúde Coletiva e da Faculdade de Medicina da UFRJ, brinda a publicação com artigo *O SUS de pé, mas combalido*, em que analisa o sistema público universal de saúde brasileiro. Assevera ser o SUS um sistema muito bem concebido pela Constituição de 1988 e que se caracteriza pelo caráter exemplar em termos de ações universais. Considera, porém, que o mesmo tem problemas, notadamente por causa de suas fontes de financiamento, insuficientes para atender com qualidade ao objetivo universalista a que se destina. Opondo-se aos críticos do sistema, pondera que “sem SUS, não haveria o bem-sucedido e exemplar programa brasileiro de AIDS, a reforma psiquiátrica e as atividades voltadas para articular a pesquisa e a produção industrial de medicamentos e vacinas com as prioridades sanitárias. O Brasil é o único país de renda média com um sistema universal de saúde cujos resultados são exemplares em termos de efetividade de ações universais”. Por fim, vale registrar a principal crítica do estudo ao funcionamento do SUS: as práticas recorrentes, “de todos os governos eleitos após a Constituição”, de concessão de subsídios e/ou deduções fiscais em benefício de empresas privadas de comercialização de planos de saúde, além do já mencionado problema do subfinanciamento do sistema.

No artigo *Educação e heroísmo*, a professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) e diretora do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento, Celia Lessa Kerstenetzky, coloca em questão “dois falsos debates”: melhorar a gestão ou aumentar os recursos da educação; e a importância relativa da educação em um processo

de desenvolvimento equitativo. Ela atesta que o Brasil foi líder em incremento real do gasto público com educação depois da crise internacional de 2009-2011, tendo também exibido crescente desempenho em matemática no exame internacional do PISA/OCDE, entre outros indicadores. Mas alerta que o Brasil continua apresentando taxas muito elevadas de analfabetismo de adultos e de analfabetismo funcional, mesmo se comparado com países da América Latina. E ainda aponta os baixíssimos salários de professores na rede pública, as dificuldades com o financiamento da educação pública (seu artigo é mais um em *Brasil, sociedade em movimento* que menciona o problema da regressividade da carga tributária brasileira) e, premonitoriamente, alerta para a vulnerabilidade de medidas de “ajuste fiscal” (conforme se nota no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, diga-se de passagem...).

Encerrando a seção, Luiz Felipe de Alencastro faz, em *O passivo colonial*, um relato histórico da evolução da criação de órgãos e instituições voltadas à causa dos direitos civis da população negra no Brasil, ressaltando os esforços de Celso Furtado, que, quando ministro da Cultura entre 1986 e 1988, deu início a esse processo. Alencastro lembra que a luta contra a discriminação racial assumiu outro patamar a partir de 2003, com a instituição do sistema de cotas para afrodescendentes e indígenas nas universidades públicas brasileiras. Segundo o autor, as políticas de ações afirmativas têm sido reforçadas nos últimos anos (por exemplo, com a criação do sistema de cotas para negros nos concursos públicos federais), com o apoio do STF, apesar de toda a oposição patrocinada por instituições como o partido político DEM e os principais jornais e televisões do país.

A seção seguinte, *Novas formas de viver*, traz reflexões ligadas a programas de transferência de renda

e experiências educacionais. Em *Programa Bolsa Família: oportunidade e experiência da cidadania*, Amélia Cohn lembra que o Programa Bolsa Família (PBF) significou a unificação de diversos programas pré-existentes de transferência de renda. Sugere uma hipótese para a expansão do programa no governo Lula, em comparação com a modesta (palavra deste resenhista) magnitude dos programas que deram origem ao PBF: a partir de 2003, a preocupação do poder público passa a ser mais vasta do que apenas o combate à pobreza, incluindo também o enfrentamento da desigualdade. Cohn enumera forças de oposição ao programa (que ela considera um dos mais exitosos do mundo), presentes tanto dentro da máquina administrativa, quanto na sociedade. A oposição interna se faz principalmente por se entender que o programa deveria se pautar por uma “focalização rígida”, posição que encontra eco em teóricos/pesquisadores conservadores que militam na área social, os quais poderíamos chamar de “pobrólogos”, por se limitarem a descrever e medir o fenômeno da pobreza, sem comprometimento com as mudanças estruturais do capitalismo brasileiro que poderiam fazê-la diminuir consistentemente (e também sem preocupação com mudanças estruturais que pudessem também reduzir a desigualdade). A autora lembra que, em certos segmentos da sociedade, são recorrentes as demandas por medidas “punitivas” para aquelas famílias que não cumprissem todos os condicionantes do programa, “independente dos motivos que as levam a isso”.

Ressalta ainda que o PBF, ao lado do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), retirou milhões de famílias da pobreza e da extrema miséria, para então destacar que ambos os programas deveriam tornar-se um direito social universal, assim como o são a educação e a saúde. Encerra seu artigo alertando para os riscos desses programas diante de eventuais decisões de um ajuste fiscal que viesse a

ser feito pelo governo central. Infelizmente, também esse estudo se mostrou premonitório quando se observa o contexto da política econômica no início do segundo mandato de Dilma.

O artigo seguinte, de Ligia Costa Leite, intitulado *A Escola da Tia Ciata: uma aventura pedagógica* descreve a experiência dessa escola criada quando foi construída a Passarela do Samba. Ligia é professora da UFRJ e diretora da referida escola entre 1983 e 1989. O local, fora da época de carnaval, servia para abrigar as atividades dessa experiência educacional que atendia a jovens entre 12 e 20 anos e conjugava, nas palavras da autora, igualdade e liberdade no ambiente escolar. Os objetivos da Escola da Tia Ciata eram retirar os jovens da rua e aplicar uma pedagogia adequada à dura realidade social dos alunos. Infelizmente, a experiência durou menos de uma década.

Segue-se o artigo *Indústrias criativas X economia criativa: compreendendo a disputa entre modelos de desenvolvimento com base em Celso Furtado*, de autoria de Cláudia Leitão, professora e pesquisadora do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará. O texto inicia-se com uma citação de Furtado exaltando a necessidade de os povos terem não apenas acesso a bens culturais, mas também serem capazes de produzi-los. Destaca a importância do desenvolvimento de capacidade criativa, uma dimensão do processo de desenvolvimento econômico que foi tão original e brilhantemente descrita e analisada por Furtado, embora seja uma questão até hoje relativamente pouco debatida. Daí a importância do artigo de Cláudia Leitão, por recuperar esse debate proposto originalmente por Furtado, já em suas primeiras obras, quando destacava a relevância da cultura para que o processo de desenvolvimento econômico gerasse inclusão social e transformações edificantes na vida das pessoas. A autora lembra que,

mesmo em sua breve passagem pelo Ministério da Cultura, Furtado deixou um legado importante na construção de políticas públicas na área cultural, que também tiveram um impacto positivo para o desenvolvimento local e regional. A autora conclui alertando que é preciso impulsionar a indústria criativa no Brasil, sob a pena de a sociedade brasileira simplesmente sucumbir aos ditames da hegemonia das “indústrias criativas globais”.

Encerra essa seção o texto *Ensino Superior: as escolhas difíceis para uma reforma progressista*, de Reginaldo Moraes, professor no Departamento de Ciência Política da Unicamp. Ele faz severas críticas à comunidade acadêmica brasileira, acusando-a de se opor a reformas inclusivas importantes, mas que, a despeito dessa oposição, foram implementadas nos últimos anos. Entre essas mudanças, Moraes menciona a abertura de cursos no período noturno. Essa postura acadêmica, e a prática do governo federal, nos anos 1990, de restringir os recursos às universidades públicas, acabaram abrindo espaço para uma proliferação de cursos em universidades e/ou faculdades do setor privado, que se beneficiaram com altos lucros, mas não entregaram ao seu público uma formação adequada. A alta rotatividade do setor — nos anos 1990, lembra Moraes, cerca de 40% dos alunos abandonavam seus cursos ainda no primeiro ano —, bem como a precariedade das condições de trabalho para os professores, resultou em uma educação superior de qualidade sofrível, a qual, não obstante, foi fartamente financiada com recursos públicos oriundos do BNDES.

Moraes tece comentários críticos a programas de financiamento estudantil, como Fies e ProUni, a algumas universidades federais que resistem aos cursos noturnos, às escolas ditas filantrópicas, que foram “salvas” pela ampliação dos programas do governo a partir de 2003. Por fim,

conclui que a qualidade do ensino superior em geral deixa muito a desejar, sendo no máximo capaz de cumprir tarefas que deveriam ter sido cumpridas pelo ensino fundamental e, em casos um pouco melhores, pelo ensino médio.

Na seção *Conviver com a Terra* são apresentados seis artigos cuja preocupação comum é a relação entre padrões de consumo, defesa do meio ambiente e da diversidade ecológica, e a ligação desses elementos com o padrão de desenvolvimento econômico.

O artigo do diretor-geral da FAO, José Graziano da Silva, *A nova trindade do século XXI*, destaca que o compromisso político com a segurança alimentar é supranacional e que os países deveriam articular acordos para que os padrões de consumo pudessem ser compatibilizados com a estabilidade dos sistemas ambientais. Destaca o papel da FAO nesse contexto e lembra que o desafio é fazer cumprir o que ele chama de “nova trindade”: produzir mais alimentos, repartir melhor, e fazer tudo isso de forma sustentável. O autor alerta para o fato de que as condições tecnológicas estão prontas para cumprir o acima mencionado desafio, restando a necessidade da negociação política.

Em *Conflitos no campo: mudanças e permanências*, a pesquisadora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Leonilde Servolo de Medeiros, inicia seu texto denunciando ainda estarem presentes episódios frequentes de violência no campo, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. A autora traça um breve histórico da concentração fundiária no Brasil, desde meados do século XIX, destacando o papel exercido pela Lei de Terras de 1850, que dificultou o acesso da população pobre a terra. Existe um consenso na literatura de história econômica brasileira a respeito desse papel nefasto, com efeitos

sobre o perfil distributivo da economia.³ Passando pela recuperação do debate a respeito das reformas de base dos anos 1960, que tinham no acesso a terra um de seus pontos basilares, a autora descreve o papel da democratização na luta pela terra e pelos direitos trabalhistas, e também as políticas agrícolas a serem implementadas. Sem deixar de reconhecer importantes avanços, alerta para o fato de que há ainda muito a avançar, notadamente no contexto atual, marcado pela força crescente do agronegócio em uma economia globalizada.

No artigo seguinte, *A sustentabilidade dos sistemas produtivos agropecuários*, os autores Ademar Ribeiro Romero (Unicamp), Junior Ruiz Garcia (UFPR) e Lucília Maria Parron (Embrapa) chamam a atenção para o fato de que, com a crescente preocupação com questões ambientais e o fortalecimento do paradigma de desenvolvimento sustentável, tornam-se mais complexos os interesses relacionados com as demandas por melhorias nas condições capitalistas de produção agropecuária. Ressaltam a importância do papel da Embrapa na avaliação dos processos de modernização agrícola, e denunciam os riscos de práticas monocultoras sobre os ecossistemas em geral, advogando pela necessidade de se renovarem constantemente as práticas e a racionalidade das atividades agrícolas e pecuárias, tendo em seu favor os novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

O artigo seguinte, *A competição por alimentos, agroenergia e florestas no Brasil*, de Junior Ruiz Garcia, Ademar Ribeiro Romero e Antonio Márcio Buainain, segue naturalmente a mesma linha de

argumentação, mas com maior ênfase no papel da bioenergia, que “convive com fortes tensões associadas aos riscos de danos ambientais e ao *trade-off* entre produção de alimentos e biocombustíveis, entre segurança alimentar e segurança energética, entre economia e ambiente”. A contribuição dos autores reside na afirmação de que o Brasil tem condições técnicas, climáticas e biodiversidade para se tornar biopotência e ao mesmo tempo celeiro do mundo. Em linha com o artigo anterior, os autores apontam a necessidade do fator político para tornar realidade essa possibilidade.

O artigo *A emergência da abordagem de serviços ecossistêmicos: implicações teóricas e práticas para os economistas*, de Daniel Caixeta Andrade (UFU) e Ademar Ribeiro Romeiro (Unicamp), destaca que, nos anos 1970, o termo “serviços ecossistêmicos” passa a ser usado, em lugar do anterior termo popular “amenidades ambientais”, para promover o interesse pela conservação da biodiversidade. Após a Avaliação Ecosistêmica do Milênio (AEM), realizada entre 2001 e 2005, o conceito de serviços ecossistêmicos adquire maior visibilidade acadêmica e política, contribuindo para uma maior divulgação do conhecimento acerca dos ecossistemas globais. Andrade e Romeiro salientam que existe uma contradição quando esse assunto se insere nos debates sobre a teoria econômica, notadamente se a avaliação do uso dos recursos for feita com base na ideia da alocação eficiente dos recursos.

Por fim, em *Extratativismo: a pedra no caminho do desenvolvimento*, Manuela L. Picq, da Universidad San Francisco de Quito, mostra como o modelo de

3. Em seu livro clássico *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, Nelson Werneck Sodré aborda o tema com destaque, comparando a realidade brasileira com a dos EUA em meados do século XIX. Da mesma forma, Furtado, em várias obras, também discute o tema. Ver, pelo menos, *Formação econômica do Brasil*. Para uma síntese das visões dos dois autores e uma comparação, ver: DELGADO, G.C. *O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea*. Brasília: Ipea, jun. 2004 (Texto para Discussão n. 1025).

desenvolvimento com base no extrativismo — que, segundo ela, ainda foi mantido no início dos anos 2000, mesmo pelos governos de esquerda eleitos em muitos países da América Latina — é inadequado para os países da região, por reproduzir as seculares desigualdades promovidas no continente desde o período colonial. Ela destaca também a degradação ambiental resultante da produção extrativista e o prejuízo social gerado para os povos indígenas e os pobres do setor rural.

A seção *Alianças e conflitos* reúne sete artigos, dos quais quatro produzidos por pesquisadores estrangeiros, que retratam fatores relacionados à geopolítica mundial e aos padrões de desenvolvimento dos tempos recentes. A seção é inaugurada com o artigo *A re-emergência da China*, de Michael Dunford, professor emérito da School of Global Studies, da Universidade de Sussex. Em um trabalho rico em informações quantitativas e estatísticas, o autor faz uma reconstituição histórica do desenvolvimento econômico da China, ressaltando a excepcionalidade de uma civilização de cerca de 5 mil anos, dos quais metade marcada pela influência do confucionismo e do taoísmo. Em 1949, tratava-se do país mais pobre do mundo. A partir da criação da República Popular da China, e, em especial, de 1979 em diante, quando a Nova China deixou de lado “a política de isolamento”, o gigante asiático trilhou um caminho de forte expansão econômica, sendo responsável pela quase totalidade da redução da pobreza mundial e também pelos indicadores de redução da desigualdade de riqueza entre os países.

O autor ressalta algo que os liberais jamais mencionam: o extraordinário crescimento da China a partir da abertura de 1978 foi em boa medida possibilitado pelo progresso social dos trinta primeiros anos da chamada Nova China. Dunford sustenta que a estratégia de crescimento que promoveu diversas mudanças institucionais e econômicas no

país foi centrada em dois princípios fundamentais: *i*) preservação da integridade do país e da liderança do PCC; e *ii*) estabelecimento de uma economia socialista de mercado com características chinesas e suas tradições confucianas. Assim, os ensinamentos de Confúcio têm efeitos na atuação do PCC, nas características de governança e no funcionamento do aparelho do Estado, com seu sistema peculiar de nomear e avaliar funcionários (servidores públicos), “similar ao sistema tradicional dos mandarins”.

A ação estatal é capaz de promover os programas de crescimento e de escolher alguns setores de atividades selecionados, de tal forma que os objetivos sejam cumpridos conforme o delimitado inicialmente. Foi assim que deu resultado, por exemplo, a paulatina liberalização do mercado, planejada de forma pragmática e progressiva, de tal maneira que, segundo o autor, “a reforma chinesa traz prosperidade sem criar perdedores, embora os proveitos sejam muito desiguais”. Dunford destaca também a rapidez das transformações ocorridas e elenca seus principais problemas, em especial o ambiental e os relacionados às mudanças nos padrões de consumo, o que inclui a cada vez mais preocupante concentração da renda e da riqueza.

O artigo seguinte também retrata o caso chinês e é intitulado *Um dragão nos trópicos*. Seu autor, Marcos Costa Lima, professor da UFPE e, atualmente, membro da diretoria do Centro Celso Furtado, também sustenta seus argumentos em um repertório muito rico de informações quantitativas, além de registrar diversas notas de rodapé que podem ser muito úteis para os pesquisadores da grande potência asiática. Inicia seu artigo lembrando a enorme magnitude de avanços obtidos pela sociedade e economia chinesas, entre as quais a significativa redução da pobreza e os avanços na saúde pública. Comentário interessante salienta — e, neste ponto, se diferencia dos

diversos autores que analisam o impressionante progresso chinês — que muitos dos avanços mencionados ocorreram ainda antes de 1978, ou seja, no período de Mao Tsé-Tung (como a evolução das taxas de investimento). Descreve as mudanças econômicas da era Deng Xiaoping e a introdução, a partir de 2002, de políticas sociais que procuram mitigar os efeitos da desigualdade, com reformas na habitação pública no meio rural.

Costa Lima resgata contribuições de pesquisadores estrangeiros sobre as transformações econômicas chinesas e sobre uma possível “nova normalidade” de sua economia, o que significaria menor ritmo de crescimento e ênfase crescente no consumo interno e em mudanças de composição setorial do PIB em favor do setor de serviços — de resto, algo esperado em um país que já tenha atingido o estágio de desenvolvimento da China.

Essas mudanças econômicas têm efeitos nos demais países. Para o que interessa ao autor, que é discutir a presença da China na América Latina, vale lembrar como se manifesta o comportamento dos investimentos diretos e dos fluxos comerciais, sem olvidar as relações políticas, fundadas especialmente em acordos comerciais e de investimentos. Ele chama a atenção para o impressionante crescimento do comércio chinês com a América Latina, que deve colocar, em breve, o nosso continente como o segundo principal parceiro comercial dos chineses. Com relação específica ao Brasil, o estudo mostra dados que ilustram a extraordinária expansão do comércio com a China e discute seus principais desdobramentos, destacando mudanças nas estratégias de nossas principais empresas, alterações importantes no perfil do nosso comércio exterior (tanto no que se refere aos destinos das exportações como também ao seu perfil, segundo o grau de elaboração dos produtos em termos tecnológicos).

A principal contribuição do artigo de Costa Lima, além da riqueza de dados e de referências bibliográficas apresentados, reside no detalhamento das relações comerciais chinesas com diferentes países da América Latina, o que — lido ao lado dos demais artigos do livro que tratam do fenômeno chinês — fornece ao leitor um quadro bastante completo da principal transformação da economia mundial das últimas décadas: a ascensão chinesa.

O terceiro artigo desta seção, *BRICS: um novo fundo monetário e um novo banco de desenvolvimento*, de Paulo Nogueira Batista Jr., atual vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, trata especificamente de um tema mencionado nos artigos anteriores: a criação de novos atores na ordem financeira internacional, como decorrência da ascensão chinesa e de seus efeitos econômicos e estratégicos sobre os demais países ditos emergentes (notadamente os de grande dimensão territorial). A criação dos BRICS é interpretada por Batista Jr. no contexto do esgotamento da institucionalidade definida em Bretton Woods, notadamente no que se refere à capacidade de instituições financeiras unilaterais atuarem no fomento ao desenvolvimento econômico nos países periféricos. A ascensão da China e de outros países periféricos (mas importantes) na ordem econômica mundial deu origem às transformações simbolizadas pela criação do Arranjo Contingente de Reservas (Contingent Reserves Arrangement — CRA) e do Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank — NDB). O autor ressalta que a atuação do Brasil, em conjunto com os demais BRICS, tem sido a mais importante vertente da política externa brasileira desde o início do governo Lula. Finaliza seu estudo destacando estarmos diante de uma nova ordem internacional, em que países de economia emergente e de grande porte territorial, econômico e populacional tornam-se protagonistas, mas alerta para o risco de a China atuar de maneira imperialista.

O artigo *Fim de um ciclo no continente?*, de Gilberto Maringoni, professor de Relações Internacionais da UFABC, retrata a realidade atual da América do Sul — mais especificamente os desafios que se colocam para diversos países diante da crise que se instalou nos anos recentes e que parece encerrar um ciclo iniciado em 1998, com a eleição de Hugo Chávez como presidente da Venezuela. Maringoni ressalta que, embora as administrações eleitas desde então, integrantes do chamado ciclo progressista ou ciclo reformista ou onda antiliberal, se definam mais pela negação (muitas vezes, segundo ele afirma, acertadamente, mais na retórica do que em ações) do neoliberalismo do que por afinidades programáticas, existem características comuns na turbulência que as vêm afetando, notadamente nos casos das maiores economias da região (Brasil, Argentina e Venezuela): “Escândalos de corrupção, disparada de preços, acusações de autoritarismo, piora dos indicadores macroeconômicos e queda de aprovação popular das respectivas administrações”.

Maringoni prefere, antes de investigar as razões dos mencionados problemas, ressaltar que esses governos progressistas tiveram o mérito de “colocar as demandas sociais no centro da agenda nacional”. A mudança de preços relativos ocorrida com o *boom* das *commodities* definiu o ambiente econômico dominante no período, ampliando o espaço para a adoção de políticas de transferência de renda em favor das classes mais desfavorecidas da hierarquia social. O autor ressalta, porém, que “o surto de prosperidade” não logrou promover mudanças estruturais importantes na realidade econômica dos referidos países, que continuam a ocupar a mesma posição (periférica) na divisão internacional do trabalho. A ausência de projetos nacionais de desenvolvimento redundou na falta de diversificação produtiva. Embora reconhecendo que, na fase de crescimento, a “vida das pessoas pobres de fato melhorou”, o autor se mostra

profético (conforme se pode constatar atualmente, em 2015-2016, quando a bonança dos preços das *commodities* começou a reverter rapidamente) ao alertar que a maioria dos países sul-americanos continua exibindo enormes vulnerabilidades, com as fragilidades de sempre.

No artigo *Ayotzinapa: oligarquia, narcotráfico e o Estado mexicano*, Arturo Guillén, professor e pesquisador da Universidade Autónoma Metropolitana Iztapalapa, denuncia a crescente violência no estado de Ayotzinapa e chama atenção para o risco de o mesmo se tornarem um “narcoestado”. Ele contextualiza as transformações recentes ocorridas no México, à medida que ao antigo modelo de industrialização por substituição de importações seguiu-se um modelo de desenvolvimento neoliberal, o que, no caso mexicano, significou um sistema econômico baseado na exportação de manufaturados (em uma indústria que agrega pouco valor, pois fundamentada especialmente no modelo das maquiladoras) e de produtos primários (principalmente minérios e petróleo).

A particularidade mexicana reside na sua proximidade com os EUA, no que redundou em aumento da emigração (geralmente clandestina) em direção daquele país, notadamente de oriundos das regiões mais pobres do território mexicano. Não obstante (ou por causa da natureza do mencionado “modelo” de desenvolvimento), magnatas mexicanos figuram entre os mais ricos do mundo, ao mesmo tempo que a exclusão social e a crescente delinquência (muitas vezes alimentada pelo narcotráfico) surgem como consequências diretas desse falido modo de acumulação capitalista.

Guillén argumenta que a adesão do México aos ditames do Consenso de Washington, desde meados dos anos 1980, colocou o país na rota de esgarçamento social. Por outro lado, os setores de atividades que

“criaram” o maior número de magnatas mexicanos foram os de telecomunicações, o setor bancário e as atividades relacionadas aos meios de comunicação de massa. Muitos desses setores foram impulsionados pelas privatizações promovidas desde o governo de Salinas de Gortari. Nesse contexto de desmantelamento do aparelho estatal, também os grandes “capos” do narcotráfico encontram espaço para ampliar seus negócios, tornando-se cada vez mais os principais fornecedores de drogas para o grande país vizinho e também para países europeus. Por fim, o autor chama a atenção para a crise econômica e social pela qual passa o México, que tem características estruturais que remontam ao período de adesão irrestrita ao neoliberalismo.

No artigo seguinte, *Comunidades religiosas e crise de legitimidade do Estado no mundo árabe*, o economista e jurista libanês Georges Corm, professor da Universidade Saint-Joseph de Beirute, traça um histórico com que procura lançar luzes para a compreensão dos motivos pelos quais os “Estados criados pelo desmantelamento do antigo Império Otomano estão em crise quase permanente, aberta ou não”. As revoltas deflagradas em 2011 ilustram a gravidade dos problemas que afligem esses países. O autor analisa os conflitos desde a criação do Estado de Israel, em 1948-1949, e assim busca contextualizar o momento atual. Em abordagem que parece bastante original — pelo menos tendo como contraponto o que tem se tornado senso comum na imprensa ocidental —, Corm afirma que o quadro de contínuos conflitos mostra que existe um problema grave no funcionamento e na legitimidade dos Estados árabes. Entretanto, a origem desse problema “não é a existência das diversas comunidades religiosas”. A seu ver, essa ideia é fortemente estimulada pelas tradições da produção intelectual colonial sobre a Questão do Oriente, ou pelos relatos dos viajantes europeus no Oriente Médio. Trata-se de um lugar comum há algumas décadas

— na realidade, desde a última fase da Guerra Fria, quando as três grandes religiões monoteístas foram mobilizadas para acelerar o colapso da URSS. Desde então, essa suposta explicação invadiu a mídia e a maioria dos trabalhos acadêmicos que pretendem esclarecer os conflitos da Síria e do Iraque, mas também do Líbano ou do Iêmen e de Bahrein. O foco na descrição das subidentidades comunitárias no mundo árabe não tem, no entanto, valor explicativo. Para reforçar seu argumento, o autor lembra que nos últimos anos, mais especificamente depois da invasão do Iraque pelos EUA e da crise que assola a Síria, “o comunitarismo religioso causou imensos estragos”. Ele ainda denuncia o desenvolvimento artificial do fanatismo religioso em diversos países, situação que, muitas vezes, se presta a escudar atos de má gestão de altos funcionários públicos, que podem alegar que acusações de adversários são motivadas por rivalidade religiosa. Aprofundando os argumentos acima esgrimidos, o autor esclarece os fundamentos da criação do recente dito Estado Islâmico através dos conflitos religiosos desde sempre latentes, mas recentemente fomentados no Iraque. Finaliza seu ensaio destacando que a origem dos problemas dos Estados árabes reside na divisão discricionária feita pelas potências colonizadoras (França e Grã-Bretanha) ao final da Primeira Guerra Mundial e no fracasso dos processos de industrialização nos principais países, desde o final do século XIX, o que promoveu injustiça social, pobreza e falta de desenvolvimento, e gerou um caldo de insatisfações sociais das quais se beneficiaram líderes políticos inescrupulosos.

A seção se encerra com um artigo de Stuart Holland, intitulado *De volta ao futuro? Retomada global e europeia*, no qual o autor — professor-visitante da Universidade de Coimbra e ex-deputado do Partido Trabalhista britânico — defende a estratégia de um novo *New Deal* para recuperar a economia europeia

(e a mundial, por decorrência). Sua proposta central é que o Banco Europeu de Investimento (BEI) emita obrigações para “que não pesem na dívida pública interna e que aloquem superávits dos fundos de pensão globais e soberanos em programas de investimentos baseados nos critérios já acordados entre chefes de Estado e de governo europeus”. O autor critica a postura de Jean-Claude Juncker, enunciada em 2010 em artigo no *Financial Times*, que, na prática, impede o BEI de financiar os investimentos de recuperação da economia europeia conforme defendido por Holland. Após minuciosa descrição dos recentes desdobramentos da atuação das instituições e autoridades europeias em busca de uma recuperação econômica do continente, o autor compara a situação atual com a dos EUA no início do *New Deal*, sugerindo que o momento europeu (e da economia mundial) é ainda mais grave, mas poderia ser revertido caso houvesse uma coordenação entre os principais países do mundo no sentido de adquirir eurobônus (a começar pelos BRICS) e, assim, abrir espaço para uma recuperação econômica.

A seção intitulada *Desenvolvimento, trabalho e poder financeiro* é iniciada com o artigo de José Antonio Ocampo, ex-subsecretário geral da ONU para Assuntos Econômicos e Sociais (2003-2007) e atual professor da Escola de Assuntos Internacionais e Públicos da Universidade de Columbia. Seu artigo, *Os desafios atuais do desenvolvimento latino-americano*, discute os efeitos da recente valorização cambial e do aumento dos preços das *commodities* sobre a expansão da economia da América Latina no começo do século XXI. Ele destaca que, após um período de significativa redução da pobreza e de melhoria na distribuição de renda, tudo começou a mudar a partir de 2014 com a reviravolta da economia mundial determinada pela forte desaceleração da economia chinesa, o que teve impacto nos preços de produtos primários e deteriorou as expectativas de desempenho das economias dos países centrais,

gerando um cenário de pessimismo em toda a economia mundial. Mais do que descrever esse cenário (de resto sobejamente conhecido de todos), o autor coloca algumas questões estruturais importantes que devem ser avaliadas como desafios para a economia latino-americana nas próximas décadas. Conforme também ressaltaram diversos outros artigos do livro, Ocampo destaca que os níveis de desigualdade, embora tenham caído na maioria dos países do continente, ainda continuam bastante elevados. Também traz para a discussão o problema da desindustrialização e da reprimarização da pauta exportadora. Elenca o que, para ele, representa os três desafios principais para a economia da região: adotar políticas anticíclicas mais consistentes, efetuar programas de recuperação da atividade produtiva (especialmente a industrial) e tomar medidas que tornem consistente a redução dos ainda altos níveis de desigualdade que vigoram nos países latino-americanos.

As recomendações de Ocampo revelam-se um libelo do pensamento furtadiano, notadamente quando sugere que os países em tela deveriam dar maior importância ao mercado interno e ao que ele chama, muito apropriadamente, de “mercado interno ampliado”, o que significa um mercado que abarque uma revitalizante integração dos fluxos comerciais e de cadeias produtivas entre os países do continente sul-americano. Por fim, mas não menos importante, o autor sugere um esforço estruturante de diversificação das exportações, não apenas no que se refere a uma ampliação do intercâmbio, como também uma sofisticação tecnológica dos produtos exportados.

Fernando J. Cardim de Carvalho inicia seu artigo, *Desenvolvimento e inserção internacional*, com uma reflexão sobre o conceito de subdesenvolvimento de Furtado. Lembra que o mestre não interpretava o subdesenvolvimento como um estágio de passagem para uma situação superior, de desenvolvimento, mas como uma situação em que o país subdesenvolvido se

caracterizava por uma inserção subordinada à ordem econômica mundial, marcando uma clara divisão internacional do trabalho. Essa postulação estava na base do pensamento estruturalista, o qual teve Raúl Prebisch e o próprio Furtado como precursores. Cardim de Carvalho lembra que já nos primeiros trabalhos de Furtado se encontrava a ideia de que a industrialização não seria suficiente para superar a condição de subordinação estrutural característica do subdesenvolvimento. Isto não queria dizer, porém, que a industrialização não deveria ser buscada, uma vez que a mesma é considerada necessária para promover o desenvolvimento e reduzir sistematicamente o atraso social e as desigualdades.

Depois de um longo período de importantes transformações produtivas, seguido de uma fase também longa de relativa estagnação (crise da dívida externa e fase da abertura comercial sem projeto de desenvolvimento, nos anos 1990), chegamos ao século XXI com forte crescimento de exportação de matérias-primas e balanço de pagamentos apontando uma melhoria conjuntural. “Mudou o comprador, mas a posição (e as vulnerabilidades engendradas por ela) não é muito diversa da experimentada no passado”, pondera Cardim de Carvalho. Ele formula uma crítica ao receituário liberal e à crença de que a estabilização de preços seria suficiente para lograr outras transformações estruturantes na atividade econômica. Sustenta que, no governo Lula, a tentativa de recuperar o protagonismo da atuação estatal em prol do desenvolvimento (dá como exemplo a atuação do BNDES) não conseguiu superar o desmonte herdado do período “liberal”, embora seja

digna de registro a retomada das políticas sociais compensatórias.

Ressalta a dificuldade de a economia brasileira superar a prática de taxas de juros muito elevadas que a vem caracterizando desde meados dos anos 1990 (e que não foi diferente, na essência, no período Lula). Denuncia e lamenta uma faceta muito importante da ação estatal, simbolizada pela mudança de atribuições dadas ao Ministério do Planejamento, o qual, criado por Furtado no governo Goulart com o claro objetivo de conceber e implementar políticas desenvolvimentistas, tornou-se mero gestor de finanças públicas (muitas vezes devotado quase que exclusivamente à medíocre tarefa de escolher rubricas a serem eliminadas, em recorrentes políticas de ajuste fiscal — exceto para corte de pagamentos de juros para os rentistas...). Por fim, chama a atenção para a necessidade de o Brasil superar o círculo vicioso que só contempla os interesses do capital financeiro (nacional e internacional). Para superar todas estas dificuldades “é preciso ter uma estratégia, ter um plano. Essa é a segunda (de muitas) lição crucial deixada por Celso Furtado”.

Entre o Consenso de Washington e o Consenso Asiático: o Brasil em um mundo em transição, de Javier Vadell e Leonardo Ramos, professores de relações internacionais da PUC de Minas Gerais e coordenadores do Grupo de Pesquisa sobre Potências Médias, é o próximo artigo. O trabalho tem o mérito de propor uma nova conceituação teórica do momento vivido pela ordem internacional, em que potências médias assumem crescente protagonismo. Ao cunharem o conceito de Consenso Asiático,⁴ os

4. Diversos outros trabalhos dos autores apresentam e discutem o conceito de Consenso Asiático, sendo os principais os seguintes: VADELL, J. A.; RAMOS, Leonardo; NEVES, P. H. The international implications of the chinese model of development in the Global South: Asian Consensus as a network power. In: *Revista Brasileira de Política Internacional* (Impresso), 2014; VADELL, J.A. Las implicancias políticas de la relación China-América Latina: El Consenso Asiático como rede de poder global y el caso brasileño. In: *Comentario Internacional*, vol. 14, p. 75-90, 2014 e também, numa variante, VADELL, J. A. The North of the South: The geopolitical implications of pacific consensus in South America and the brazilian dilemma. In: *Latin American Policy*, vol. 4, p. 36-56, 2013.

autores não apenas se contrapõem ao antigo conceito de Consenso de Washington, como propõem uma nova forma de interpretar a ordem internacional, que abre espaço para a emergência de novos atores no cenário geopolítico (desde que tenham projeto e estratégia, conforme, aliás, foi também destacado no ensaio anterior). Vadell e Ramos destacam a criação de duas novas instituições, uma vez consolidado o bloco dos BRICS: *i*) o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (NBD); e *ii*) o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (BAII). Ambos refletem o novo papel da China na ordem internacional, tornando obsoletas as instituições criadas em Bretton Woods. O objetivo do ensaio é discutir “como a criação dessas novas instituições abre oportunidades para o Brasil neste contexto de transição”. Além da inadequação institucional do aparato construído em Bretton Woods e da nova realidade geopolítica, há também a contradição entre uma ordem econômica moldada por uma riqueza crescentemente financeirizada e a lógica que define as características dos investimentos em infraestrutura, cada vez mais necessários.

O Brasil — ponderam os autores — precisa de habilidade geopolítica para ter acesso aos recursos do BAII, que, em princípio, é voltado para investimentos em infraestrutura no continente asiático. Como membro fundador (o único país do hemisfério americano nessa situação, dizem os autores) dessa instituição (e também do NBD), o Brasil precisa conseguir articular — soberanamente — seus interesses aos interesses chineses aqui e na própria Ásia.

Em *Energia e desenvolvimento: a necessária transição para um novo modelo de desenvolvimento*, André Tosi Furtado mostra uma visão mais abrangente do que a normalmente encontrada em escritos de economistas a respeito do papel e da importância da energia na sociedade contemporânea. Critica a visão de que o consumo energético

per capita foi e vem sendo considerado sinônimo de desenvolvimento, notadamente a partir do uso de fontes não renováveis de energia — situação que ocorre, em escala crescente, a partir do advento da Revolução Industrial. Nos tempos atuais, os desafios ambientais e geopolíticos exigem uma revisão crítica dessa postura e um esforço, em todos os países, pela construção de uma nova malha energética.

O autor apresenta dados elucidativos a respeito das singularidades do caso brasileiro. A primeira delas é a expansão do uso do petróleo em contexto de industrialização baseada na indústria automobilística e de transportes terrestres, numa sociedade marcada por acentuada concentração de renda. A segunda singularidade é que a matriz energética brasileira tem expressiva presença de recursos renováveis, o que explica ser a energia elétrica predominantemente derivada de fonte hidráulica. O advento do primeiro choque do petróleo concitou o Estado brasileiro a promover uma diversificação das fontes de energia, o que levou ao êxito do Proálcool e à queda do consumo de petróleo, que, segundo o autor, recuou 15% entre 1979 e 1984. Ele lamenta que a trajetória de substituição do petróleo tenha sido revertida. No que se refere à energia de fonte hidrelétrica, o modelo para o setor elétrico implementado em 2003, segundo o autor, viabilizou também uma retomada da oferta. Dessa forma, o peso relativo da energia renovável ampliou-se, na oferta interna do Brasil, entre o início dos anos 2000 e 2008, quando a crise financeira “afetou negativamente as duas principais fontes renováveis modernas”. Fatores financeiros, falta de coordenação de alguns projetos, ausência de matérias-primas (especialmente no caso do bioetanol brasileiro) e problemas do clima estão entre as explicações para essa crise nas duas principais fontes de energia renovável, com o que tem aumentado a necessidade de fontes complementares.

O autor conclui seu artigo revelando preocupação com a trajetória das duas principais fontes de energia renováveis e arguindo que mesmo a pronunciada (e recente) expansão da oferta de energia eólica não pode compensar os efeitos negativos recentes sobre as duas principais, acima mencionadas. Mais incisivamente, lamenta e critica a crescente dependência do país pelo automóvel e pelo transporte rodoviário, ao lado da falência do sistema de transporte público nas cidades brasileiras, o que, além de deteriorar o perfil de oferta e demanda de energia, ainda promove uma enorme ineficiência energética, afetando o aparelho produtivo e os custos financeiros das famílias. Isso coloca o Brasil na contramão do que acontece na maioria dos países, o que é especialmente lamentável, pois, no caso brasileiro, há potencial para que tenhamos liderança no cenário de transição energética mundial.

O artigo *Trabalho e tecnologia na era do Google: ciência, reposicionamento do trabalho e desafios para a periferia*, de Eduardo Motta e Albuquerque, do Cedeplar-UFMG, discute o papel da ciência e da tecnologia nas transformações capitalistas de longo prazo. O autor pondera que, como decorrência das recentes transformações do capitalismo, o que tem havido, na verdade, é uma alteração da composição do conjunto do trabalho (cabe aqui, segundo suas formulações, o conceito de “trabalhador coletivo”, de Marx), entre o trabalho manual e o trabalho coletivo. Esse reposicionamento também afeta a divisão internacional do trabalho, “configurando um mundo no qual alguns países concentram-se no polo do trabalho intelectual, enquanto outros conservam a carga do trabalho manual”.

Albuquerque destaca o Google como símbolo dessa nova fase do capitalismo. O Google decorre, em primeiro lugar, da existência da internet (*World Wide Web*), criação consolidada em 1991 e que teve como origem o trabalho de um cientista

da computação (Tim Berners-Lee). Além disso, o Google deriva (no caso, nos EUA) de um “sistema universitário bem-dotado e qualificado, e de financiamento público para iniciativas de pesquisa”. E, ainda, o Google desfruta de outros fatores: um amplo sistema de financiamento de apoio à inovação; um sistema econômico em que as atividades de publicidade desempenham papel importante e rentável; uma “sólida infraestrutura de informação”, que abre espaço para a geração de valor a partir da produção da informação; o fato de ter surgido em uma economia internacionalizada por excelência, na qual o trabalho intelectual assume um papel cada vez mais central. Albuquerque nos brinda ainda com um comentário muito original, que ilustra os novos tempos de maneira arguta, comentando o que a criação do Google significa: “[...] desde que a expansão do capital envolveu quase todos os continentes, foi criada uma nova região para a acumulação de capital: o mundo digital, com a internet mundial como novo continente”. Por fim, alerta para os desafios que se colocam para o movimento social e o sindical, perguntando-se, de forma provocativa, por que não houve redução radical do tempo de trabalho após esse longo período de ganhos de produtividade perpetrados pela ascensão do trabalho intelectual. Fica registrado o convite a pensar, formulado pelo autor, a respeito da necessidade de os países periféricos criarem condições para formular sistemas nacionais de informação diante do cenário descrito pelo que simboliza a criação do Google.

Em *Crise do sindicalismo?*, Adalberto Cardoso coloca um questionamento a afirmações de que o sindicalismo brasileiro estaria em crise e — mais ainda — teria sucumbido (teria sido “cooptado”) aos governos do PT. O autor é diretor e pesquisador do Iesp (Instituto de Estudos Sociais e Políticos), e toma os dados de 2012 (então os mais atuais), organizados pelo Dieese, para demonstrar o vigor do movimento sindical

brasileiro, medindo pelo número de greve realizadas e pelo fato de que naquele ano 90% das negociações coletivas lograram aumentos salariais acima do INPC (ou seja, acima da inflação oficial). Obviamente, esses dados foram favorecidos pelo aquecimento econômico então presente na economia brasileira, mas é a partir dessas informações e de uma análise dos desdobramentos políticos e da política sindical de então que o autor desenvolve seus argumentos. Cardoso lembra que a CUT e suas lideranças chegaram ao poder junto com Lula e o PT, e a seguir afirma, com base em uma adaptação de uma citação de Vargas, que os trabalhadores (a partir da eleição de Lula) *são* o governo. Esse momento então estaria marcado pela “gestão do capitalismo pelos trabalhadores”. Assim foram desenvolvidos argumentos para afirmar que a CUT não foi cooptada pelo governo, para, logo a seguir, surpreendentemente reconhecer que a reforma previdenciária dos servidores públicos não foi combatida pela CUT, no que teria resultado a saída “de importantes sindicatos de servidores federais da Central”.

O autor procura destacar contradições existentes no movimento sindical, que de alguma forma foram acentuadas desde que o PT venceu as eleições de 2003. Pondera (atenuando o enaltecimento anterior à “vitória dos trabalhadores”) que, em um presidencialismo de coalizão, estar “no comando” (sic) do governo “não confere poderes irrestritos”. Argumenta que, na prática, sindicalistas tendem a não se empenhar por mudanças na legislação que rege a atuação sindical em um contexto no qual eles mesmos têm se beneficiado. Também os empresários tampouco teriam muito interesse em mudar a legislação sindical, pois, para eles, a competitividade externa estaria mais determinada por aspectos econômicos relacionados ao câmbio e aos investimentos em infraestrutura do que aos custos trabalhistas. O autor ainda fundamenta seus argumentos lembrando que o ordenamento da legislação que define a atuação dos sindicatos e das centrais sindicais

“favorece a manutenção e mesmo o aumento da fragmentação da representação sindical na base, aliados ao crescimento concomitante das centrais sindicais”. Dessa forma, aponta que esse arranjo legal tende a promover o protagonismo das centrais sindicais e estimular a pulverização de novos sindicatos (muitas vezes com pequeno ou irrisório número de filiados), pois essa enorme quantidade de sindicatos criados não prejudica a divisão do imposto sindical entre as seis centrais sindicais existentes.

No ensaio *O Nordeste e a questão federativa*, Jair do Amaral Filho (UFCE) descreve a trajetória da economia nordestina no período 2002-2010, cujo desempenho esteve acima da média nacional. O autor se remete às formulações teóricas dos dois mais importantes estudiosos das questões regionais brasileiras, Furtado e Francisco de Oliveira, que desde os anos 1950 já formulavam reflexões e estudos sobre a questão da unidade nacional. Enquanto Furtado falava em “constelação de pequenos sistemas econômicos isolados”, Oliveira tratava de “arquipélago” de regiões isoladas — ambos, na verdade, tratavam de discutir como o federalismo brasileiro, no contexto do desenvolvimento econômico do país naquele período, promoveria uma verdadeira unificação do território e consagraria a unidade nacional que não existia no período da economia primário-exportadora. O próprio conceito furtadiano de “deslocamento do centro dinâmico”, que expressa as transformações econômicas ocorridas a partir da crise de 1929 e a resposta (heterodoxa) que as elites econômicas (lideradas pela nova coalizão política que assumiu o poder com Vargas em outubro de 1930) deram à referida crise, representa uma descrição do processo de superação da economia primário-exportadora em favor do período que passou a ser denominado de industrialização por substituição de importações, que ali se iniciava. Amaral Filho lembra a atuação de Furtado como diretor regional do BNDE e chefe do Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que culminaria com sua ação,

junto a JK, para a criação da Sudene, em 1959. Furtado era, então, um crítico das políticas que se realizavam no Nordeste, normalmente resumidas a ações assistencialistas que, na prática, reforçavam os problemas estruturais, ao invés de minimamente encaminhar uma solução para o atraso da região.

O autor sublinha que a atitude de JK, ao criar a Sudene, bem como a de Vargas, ao criar o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1951, representaram um esforço para enfrentar a enorme desigualdade regional. Os militares também tiveram a mesma preocupação (embora com motivações políticas diferentes, evidentemente), notadamente com o II PND (e incorporaram também as regiões Norte e Centro-Oeste nos benefícios fiscais concedidos). A partir da crise fiscal dos anos 1980 e da ideologia reinante nos anos 1990, houve um processo de abandono das políticas federais de incentivo a ações estruturantes em favor da superação das desigualdades regionais, substituídas pontualmente por esforços não articulados de ações estaduais.

A intervenção federal que vigorou nos anos 1950 a 1970 teve resultados diversos. A região Norte obteve relativo sucesso, fruto da implementação da Zona Franca de Manaus. A região Centro-Oeste conseguiu dinamismo, apesar da ausência de uma base industrial importante. O autor pondera que a região Nordeste, porém, a despeito de ter vivenciado importantes mudanças de sua estrutura produtiva, ainda não conseguiu superar o quadro de pobreza e desigualdade social que sempre a caracterizou, da mesma forma que não conseguiu ainda reduzir a diferença de seu PIB *per capita* em relação ao PIB *per capita* da região Sudeste. O autor conclui lembrando

que o governo Lula não teve uma política explícita de enfrentamento das desigualdades regionais, embora estas de alguma forma tenham se reduzido com políticas sociais (em especial, a de recuperação do valor real do salário mínimo) que acabaram tendo efeitos mais significativos justamente nas regiões mais pobres do território nacional.

O artigo seguinte, *Poder financeiro e submissão política*, da acadêmica e ativista política Susan George, presidente honorária da ATTAC-France, denuncia o crescente poder econômico e financeiro de empresas e bancos na globalização financeira das últimas décadas. Lembra que, após a crise econômico-financeira de 2007-2008, ainda não foram criados mecanismos de controle e/ou regulação contra novas crises. Pior, as mesmas tornam-se, no cenário de globalização financeira, cada vez mais contagiosas, não se restringindo aos países onde são deflagradas. George ressalta que o principal efeito da crise de 2007-2008 foi o aumento da desigualdade na maioria dos países e também entre eles. Lembra que um dos fatores de promoção da desigualdade se deveu ao elevado aporte de recursos que Estados fizeram para salvar instituições financeiras ou produtivas falidas, e cita o caso do Bank of England, que despejou US\$ 14 trilhões para “salvar os bancos de seus próprios erros”.

A contribuição de Susan George é muito interessante por colocar em perspectiva histórica o processo que E. Helleiner⁵ chamou, havia alguns anos, de “desregulamentação competitiva”, ao analisar as mudanças ocorridas nos anos 1990, nos EUA, desmontando regulações no sistema bancário e financeiro desde a época do *New Deal*. Nas conclusões, a autora aponta algumas dificuldades inerentes à realização de

5. Ver, por exemplo, pelo menos as seguintes obras: HELLEINER, E. (1994). *States and the reemergence of global finance: from Bretton Woods to the 1990s*. Ithaca, EUA: Cornell University Press; HELLEINER, E. (1995a). *Great transformations: a polyanian perspective on the contemporary global financial order*. In: *Studies in Political Economy*. Ottawa (Canadá), n. 48. Autumn 1995.

reformas da atual ordem internacional, destacando a hegemonia do discurso de austeridade fiscal e a (correlata) dificuldade de os governos arrecadarem impostos dos grupos econômicos mais elevados, notadamente porque os respectivos parlamentos dos principais países se compõem de representantes desses segmentos econômicos mais altos.

No último artigo desta seção (e do livro), o professor da FGV-SP, Luiz Carlos Bresser-Pereira, apresenta os conceitos do novo-desenvolvimentismo. *Um terceiro desenvolvimentismo na história?* traz, antes de tudo, uma defesa da social-democracia e do Estado de bem-estar social, seguida da apresentação de conceitos de sua teoria, que vem sendo divulgada há alguns anos na academia brasileira e já foi alvo de resenha muito bem feita pelo prof. José Luís Oreiro na edição número 15 deste *Cadernos do Desenvolvimento*.

O Posfácio de *Brasil, sociedade em movimento*, redigido pelo diretor-presidente do Centro Internacional Celso Furtado, senador Roberto Saturnino Braga, além de agradecer aos autores dos artigos pela contribuição prestada, lembra o papel exercido pelo Centro Celso Furtado e todas as suas realizações nestes primeiros dez anos de vida no debate dos grandes temas nacionais. O senador Saturnino, na essência, faz uma apaixonada exortação à ação política como forma de enfrentar os desafios que se colocam para o nosso país no delicado momento atual.

§

La crisis global en su laberinto

De Arturo Guillén

Biblioteca Nueva / UAM-I. Colección Management
México, 2015.

|| Monika Meireles¹

AINDA SOBRE A CRISE: ARTURO GUILLÉN E O CAPITAL MONOPOLISTA-FINANCEIRO

Alguns livros gozam da sorte de chegar ao leitor em sintonia fina com a realidade na qual está imerso, ajudando-o de forma providencial na tarefa de compreendê-la. Essa feliz coincidência manifesta-se entre o texto que agora nos apresenta Arturo Guillén e os atuais desdobramentos da crise de 2007-2008. Para o leitor latino-americano, a mal sanada crise do capitalismo mundial — de forma conjunta com tensões políticas internas — vem gradualmente transformando a “onda rosa” dos governos progressistas da região em “ressaca conservadora”. A recente eleição de Mauricio Macri como presidente da vizinha República da Argentina é só o último capítulo dessa nova virada no palco de política regional. De forma mais

específica para o leitor brasileiro, o trabalho do economista mexicano calha com a campanha massiva de difamação dos governos petistas nos meios de comunicação, que não raras vezes gosta de pintar a crise brasileira como um fenômeno estanque, absolutamente não correlacionado às convulsões que seguem acometendo a economia mundial. Assim, a leitura aqui resenhada oferece uma chave de interpretação fundamental para que passemos da posição de leitores/cidadãos estupefatos diante dos acontecimentos da ordem do dia a cúmplices do autor na compreensão da natureza do capitalismo contemporâneo. Mas a inquietação continua: que minúcias fazem do livro uma leitura altamente recomendável? Se tivéssemos que apontar apenas uma característica, ficaríamos com o especial resgate de uma categoria analítica essencial: o capital monopolista-financeiro, inicialmente apresentado por Paul Sweezy, é aqui frutiferamente enriquecido.

Antes de nos apressarmos e pularmos diretamente às discussões mais teóricas, que estão reservadas aos três últimos capítulos do livro, façamos uma rota um pouco mais linear na leitura da obra. Já nos agradecimentos, Guillén nos revela duas dívidas intelectuais suas: a Alonso Aguillar, impulsor da *Revista Estrategia* e protagonista na discussão de um marxismo não dogmático no México, e a Gerard de Bernis, que encabeçou uma das correntes da escola regulacionista francesa. O livro arranca com cinco capítulos de caráter mais histórico e de análise de conjuntura, que abarcam desde os antecedentes estruturais da crise global que eclodiu em 2007-2008 até questões mais contemporâneas. De fato, nos dois primeiros capítulos, o fulcro da explicação da origem profunda dessa crise, afirma o autor, encontra-se na crise de valorização

1. Investigadora Associada C do Instituto de Investigaciones Económicas da Universidad Nacional Autónoma de México (IIEC-UNAM). E-mail: momeireles@iiec.unam.mx

do capital dos anos 1970. Mas se a resposta à crise de outrora foi a articulação do neoliberalismo em nível mundial, com o objetivo de tentar elevar a rentabilidade do capital por meio de inovação contínua e desregulação financeira, o êxito da estratégia foi apenas parcial — de tal forma que a crise de 2007-2008 pode ser interpretada como uma crise intrínseca a esse regime de acumulação com dominação financeira. Dito de forma mais apropriada: uma crise do seu modo de regulação. É justamente retomando a De Bernis que o autor lê as dificuldades atuais como uma crise de regulação em dois atos. A primeira fase é caracterizada como inflacionária e com tendências de franca abertura econômica, enquanto a marca do segundo período seria de deflação e protecionismo.

No terceiro capítulo, Guillén nos apresenta sua própria periodização da crise global. Nesse exercício, contamos as seguintes etapas: 1) o período de agosto de 2007 a setembro de 2008 foi marcado pela crise do mercado de créditos *subprime* e pela difusão da tensão por outros mercados e países, dado o esquema de finanças estruturadas, sendo que a América Latina não foi duramente atingida; 2) de setembro de 2008 a março de 2009 viveu-se o que agora se notabilizou chamar de Grande Recessão — analisada com maior detalhe no quarto capítulo —, período no qual as economias centrais viveram uma acelerada retração econômica, com especial destaque negativo para as economias da União Europeia — tema do quinto capítulo; e 3) de março de 2009 a 2013 se assiste a uma recuperação lenta

e desigual das economias desenvolvidas, somada a um novo surgimento de operações especulativas, em mercados de distintos países. Nessa terceira fase, os resultados da crise na América Latina se deixaram sentir com toda sua força, deixando cair por terra as sandices vinculadas às teses do “desacoplamento” das economias da região com relação às dificuldades do sistema como um todo. Vale mencionar também que o autor, acertadamente, vislumbra amanhecer de uma quarta fase, de estagnação generalizada e de renovado interesse por medidas de ajuste ortodoxo.²

Os três últimos capítulos do livro concentram-se, de forma explícita, na discussão teórica subjacente à análise do presente-histórico feita anteriormente. Assim, no sexto capítulo se leva a cabo a revisão crítica de três das correntes que ofereceram sua própria chave interpretativa sobre a origem, as causas, o desenvolvimento e as possíveis saídas da crise global. Uma delas é o *mainstream*, com sua frouxa justificativa que os bancos centrais só devem intervir em prol da estabilidade dos preços de bens e serviços, mas não se alarmar ante uma veloz subida dos preços dos ativos financeiros.³ Outra corrente é a das explicações neomarxistas de traço subconsumista, que defende a existência de um subconsumo crônico na raiz da tendência à estagnação econômica do capitalismo monopolista, e cuja crítica de Guillén, principalmente dirigida aos trabalhos de John Bellamy Foster e de Fred Magdoff, ressalta que a crise de 2007 nos Estados Unidos não foi causada por “falta de consumo”

2. Em suas próprias palavras: “No parece tratarse de una desaceleración suave y de riesgos a la baja, como los presenta el FMI y otros analistas, sino la probabilidad de nuevas crisis financieras, así como de una posible recesión generalizada de doble zambullida, que haría recordar 1934. Los severos programas de ajuste aplicados en muchas de las economías del mundo, empujan a ese escenario” (Guillén, 2015, p. 89).

3. Como nos explica o autor: “El escaso interés de la ortodoxia por vigilar el comportamiento de los precios de los activos financieros es comprensible. En realidad, uno de los objetivos principales de la lucha contra la inflación es asegurar la valorización de los activos financieros, ya que la inflación alta erosiona la rentabilidad de los mismos. Y la maximización de la ganancia financiera es uno de los objetivos principales en un régimen de acumulación dominado por las finanzas” (Guillén, 2015, p. 157).

— agregaríamos que mais bem se assistiu a um aumento massivo do consumo pelo maior endividamento das famílias — e que, se houve um achatamento do salário real, este se deu como resposta à crise dos anos 1970, ou seja, como a manifestação de uma das causas que contrariam a tendência à queda da taxa de lucro. A terceira corrente é o enfoque pós-keynesiano inspirado nas abordagens de Irving Fisher e de Hyman Minsky, que versaria, *grosso modo*, sobre a natureza das sistêmicas crises do capitalismo como crises essencialmente financeiras, e estas, por sua vez, tendo sua origem em crises do tipo dívida-deflação.

É nesse ponto, na parcial revisão das posições pós-keynesianas, que gostaríamos de nos deter um pouco. Se é certo que as interpretações de ordem minskyana podem pecar pelo excesso de peso dado à dinâmica financeira, isso não necessariamente implica em omissão, por parte do corpo analítico de orientação pós-keynesiana, de explicações da crise pautadas na “economia real”, como é polemicamente sugerido no livro de Guillén.⁴ Obviamente, a tônica dessa narrativa reside na concatenação de eventos como a desregulação e a inovação financeira e no redemoinho especulativo que ela gerou e que terminou acarretando na fragilidade típica das chamadas “finanças estruturadas”. Contudo, podemos enunciar dois elementos que fazem as vezes de contra-argumento à crítica de Guillén: a) a abordagem pós-keynesiana não é tão “minskycêntrica” como ele a retrata, o enfoque admite um amplo espectro de interpretações que não necessariamente são tão tributárias desse economista estadunidense e de autores que, sim, atribuem a origem da crise a

fenômenos da economia real — citemos, a título de exemplo, a leitura sobre a contínua subida dos custos dos bens e recursos energéticos a que faz referência James Galbraith (2014) como uma das causas profundas explicativas da crise; e b) o Minsky (1982,1986) que resenha Guillén não engloba a discussão que aquele faz sobre o *money manager capitalism*, que não casualmente remonta ao argumento de Rudolf Hilferding para analisar o desenvolvimento imbricado entre finanças e setor produtivo do pós-guerra (WRAY, 2011).

É no sétimo capítulo, ao discutir as diferenças e conexões entre financeirização, taxa de lucro e lucro financeiro, que o autor demonstra de maneira mais sistemática seu próprio arsenal teórico, sob a égide da influência de Marx, Hilferding e Sweezy. Do primeiro, se revê a importância do crédito e do capital portador de juros na acumulação de capital, destacando nesse repasse de categorias a de capital fictício — ou seja, aquele capital em forma de ações, obrigações, letras ou demais títulos financeiros cuja rentabilidade se dá pela propriedade de conferir a seu detentor a possibilidade de se apropriar da mais-valia futura, à semelhança do que acontece com a renda da terra. De Hilferding, nosso autor explica a definição de capital financeiro como uma nova forma de capital que surge da síntese entre capital industrial e bancário. A ideia inicial de Hilferding de ler as características do capitalismo alemão de princípio do século XX por meio da figura do capital financeiro e da explicação do “lucro do fundador” quando da abertura do capital da empresa — e que esta se converte numa Sociedade Anônima — é o ponto de partida para Guillén dar o que se pode

4. Para ser justo, o próprio autor, apesar de criticar esse viés “financeirista” da análise pós-keynesiana, também adere, ainda que parcial e criticamente, a alguns dos *insights* dessas leituras, como se lê no seguinte trecho: “*La crisis global no estuvo causada por una demanda efectiva insuficiente, sino que fue una crisis de deuda-deflación asentada en el sobreendeudamiento acicateado por la financiarización*” (Guillén, 2015, p. 173). Mas ele sempre deixa bastante claro que é fundamental ir além do esboçado nesse enfoque e efetuar uma análise pautada na perspectiva da reprodução social do capital (Guillén, 2015, p. 191).

chamar de “pulo do gato”: o que emerge da fusão do capital bancário com o capital industrial é uma nova fração da burguesia, uma nova oligarquia financeira que dita o dia a dia das operações dos grandes bancos e também deixa sua marca nas decisões estratégicas do capital produtivo, moldando a economia como um todo ao calor dos seus interesses.⁵ Com essa particular acepção de capital financeiro, Guillén regressa a Sweezy quando este sugeriu que se substituisse a noção de capital monopolista pela de *capital monopolista-financeiro*, para destacar a forma de se mover tipicamente oligopolizada — constituindo e recebendo renda monopólica na forma de lucro financeiro, juros, dividendos e “superlucros” oriundos da especulação nos mercados financeiros de ações e/ou derivativos — destes novos atores sociais.

O livro termina com a discussão sobre o futuro da hegemonia estadunidense. Antes de dar a conhecer sua opinião, Guillén revisa dois grupos de autores: os que entendem que a crise é mais um sinal do declínio da hegemonia dos Estados Unidos e aqueles que negam essa leitura. Do lado das evidências daqueles que diagnosticam o eclipse do poderio norte-americano, como as reiteradamente levantadas por Immanuel Wallerstein, encontramos a perda de força relativa dessa economia no que tange à produção industrial em nível global, restringindo o seu domínio atual ao uso da força bélico-militar e à dominação financeira. Por sua vez, encontramos uma subdivisão no grupo dos “negacionistas”: os de direita, ou neoconservadores (surdos ante qualquer referência de que o colosso do norte esteja mancando), e os de esquerda, como Leo Panitch e José Luis Fiori, mais cautelosos ao

vaticinar que o “império” anda mal das pernas, mas por outros motivos. Finalmente, uma vez feita a recuperação da categoria *consenso* de Gramsci, Guillén se diz cético com as teses que indicam que caminhamos a passos largos rumo a um mundo multipolar; ao contrário, entende que, sim, vivemos ainda sob o domínio estadunidense, mesmo que ele esteja claramente abatido.⁶

Duas últimas observações merecem ser feitas. Em primeiro lugar, deve-se salientar o exitoso esforço de um autor latino-americano de interpretar a crise global e multidimensional, considerando que o universo acadêmico segue ainda bastante eurocêntrico. Em segundo lugar, uma “queixa-amistosa” (se é que isso existe): já que o centro do livro foi justamente as economias do centro, fica a fraternal cobrança para que o autor, em trabalhos futuros, regresse às discussões sobre o desenvolvimento latino-americano em épocas de financeirização.

§

5. De forma cabal: “Lo que surge de la fusión del capital bancario y el capital industrial [...] es una nueva fracción de la burguesía que hegemoniza el poder económico y político: la oligarquía financiera, la cual domina no solo el accionar de los bancos y de las finanzas, sino que determina, también, el modus operandi de toda la economía” (Guillén, 2015, p. 211).

6. Nas palavras do autor: “La supremacía estadunidense es cada vez más, como se dijo arriba, una dominación sin hegemonía, es decir, una dominación sin consenso, lo cual no quiere decir que esté agotado” (Guillén, 2015, p. 278).

Referências

- GALBRAITH, J. *The end of normal: the great crisis and the future of growth*. Nova York: Simon & Schuster, 2014.
- GUILLÉN, A. *La crisis global en su laberinto*. Cidade do México: Universidad Autónoma Metropolitana y Editorial Biblioteca Nueva, 2015.
- MINSKY, H. *Can it happen again?* Nova York: Armonk – ME Sharpe, 1982.
- _____. *Stabilizing an unstable economy*. New Haven: Yale University Press, 1986.
- WRAY, R. Minsky's Money Manager Capitalism and the Global Financial Crisis. *In: Working Paper N° 661*. Levy Economics Institute of Bard College, março de 2011.

WERNER BAER, OS BRASILIANISTAS E A INTERPRETAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL: UMA NOTA

| Luiz Carlos Delorme Prado¹

1. Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2. Esses problemas derivam da relação entre termo e significado. Nesse sentido, América Latina é um conceito que se enquadra na definição de W.B.Gallie de "essentially contested concepts". Ver sobre o tema Collier, Hidalgo & Maciuceanu (2006).

3. Para uma discussão do conceito de latinidade e sua apropriação pelos intelectuais franceses ver o instigante livro de Mignolo (2005).

4. Ver Leslie Bethel (2009), que apresenta esse debate em um artigo erudito e elegante, que recorreu a abundantes fontes históricas sobre o tema. Ver também o artigo clássico de John Leddy Phelan: *Pan-Latinism, french intervention in Mexico (1861-7)*.

5. Sobre *Areas Study* ver Swanton (2002). Sobre Estudos Latino-americanos como *Area Studies* ver Drake & Hilbink (2002).

Em uma perspectiva brasileira, América Latina é um conceito com alguns problemas.² Sua história remonta ao século XIX. Latinidade é uma ideia que surgiu na península itálica e que foi apropriada pela França, nas primeiras décadas do século XIX, com o objetivo de criar laços entre os herdeiros linguísticos do Império Romano Ocidental.³ Tal iniciativa adquiria importância, em especial, na tentativa de resistir à crescente influência dos anglos-saxões, ou seja, da Inglaterra e de seu herdeiro no continente americano, os Estados Unidos. A ideia de uma América Latina foi usada para justificar o imperialismo francês no México. A "raza latina" em oposição à anglo-saxã implicaria em uma natural identidade dos "latinos", que teriam a França como sua liderança natural.⁴ Em vista do resultado da guerra de 1846-1848, entre o México e os Estados Unidos, intelectuais como Francisco Bilbao (chileno) e José Maira Torres Caicedo (colombiano) apropriaram-se do termo América Latina para associar a ideia de uma nova América surgida com a independência das repúblicas sul-americanas. A mesma expressão foi posteriormente empregada pelo mundo acadêmico norte-americano, depois da Segunda Guerra Mundial, e passou a ser um dos ramos das chamadas *Area Studies*.⁵

Nessa história, as menções ao Brasil foram escassas. A singularidade brasileira no continente americano — o único país de colonização portuguesa — contribuiu, durante muito tempo, para que fosse menos estudado do que seus vizinhos hispano-americanos. O fato, enfatizado por Leslie Bethel, é que os intelectuais e escritores hispano-americanos que inicialmente empregaram o termo "América Latina", e seus equivalentes franceses e espanhóis, não incluíam nela o Brasil: "*América Latina era simplesmente outro nome para América Española*" (BETHEL, 2009, p. 293).

América Latina é, também, um conceito problemático para a pesquisa acadêmica em economia, uma vez que trata como similar um conjunto de países com características muito distintas. Como esse é um conceito regional, abrange todos os países do continente exceto os Estados Unidos e o Canadá, que seriam de cultura anglo-saxônica — apesar deste último país ser bilíngue, com uma província, Quebec, formada por descendentes de franceses, e de existir uma enorme comunidade de descendentes de populações hispânicas nos Estados Unidos. Como uma parte dessa região não é definitivamente de cultura ibérica — por exemplo, ilhas do Caribe, como a Jamaica e Barbados —, passou-se a falar “América Latina e Caribe”, como se fosse uma unidade natural. Por exemplo, a própria Cepal passou a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, ECLAC na sigla em inglês.

O Brasil compartilha com outros Estados hispânicos suas raízes ibéricas. Mas a colonização portuguesa, seu passado imperial sob uma dinastia europeia, sua longa tradição escravista e, ainda, seu território extenso, sua população diversificada e seu relativo sucesso na criação de uma base industrial fizeram com que o país tivesse muitas particularidades. A compreensão das características que unem a América de colonização portuguesa e a América de colonização hispânica — e que a diferenciam — implica no tratamento diferenciado do Brasil como objeto de estudo.

Nos Estados Unidos, desde a Segunda Guerra Mundial havia interesse para estudo da história e da cultura brasileira e, ainda, da língua portuguesa. José Honório Rodrigues relatou que durante sua estadia nos Estados Unidos, em 1943-1944, estudando e pesquisando, já eram oferecidos cursos de estudos latino-americanos, centralizados, sobretudo, na língua espanhola e, em menor escala, na portuguesa. Mas eram raríssimas as aulas de história social e econômica especializadas, como no caso de Columbia, que oferecia aula de história social e econômica do Brasil, do México, Argentina e de outros países da região. Ou seja, havia pouca especialização por países e áreas e “se via predominantemente a América Latina como um bloco uno e uniforme” (RODRIGUES, 1976, p.189).⁶ Apesar de os Estados Unidos estar, desde a década de 1940, preparados para desenvolver estudos mais aprofundados sobre o Brasil, somente na década de 1960 foram criadas as condições necessárias para a formação de um grande número de acadêmicos especializados — que ficaram conhecidos como “*brazilianists*”.⁷

Antes da década de 1960, em um período que o historiador Paulo Roberto de Almeida descreve como “pré-brasilianista”, foram relativamente poucos os trabalhos publicados nos Estados Unidos sobre o Brasil (ALMEIDA, 2001, p.35) — particularmente no campo da história econômica e da economia, nosso

6. José Honório Rodrigues verificou que à época já havia nos EUA algumas grandes coleções em bibliotecas especializadas tal como a John Carter Brown Library (Providence, Rhode Island) e a Newberry Collection (Newberry Library, Chicago, Ill). Menciona, ainda, Rodrigues, a existência de grandes coleções na Universidade do Texas, em Austin, e na Universidade da Califórnia em Berkeley (Bancroft Library).

7. Cerca de 600, segundo Rodrigues, 1976, p. 190.

objeto de interesse, as publicações foram especialmente raras. Um exemplo foi a obra publicada em 1935 pelo economista brasileiro radicado nos Estados Unidos, Frederico Normando, *Brazil, A study of economic types*. Antes da Segunda Guerra Mundial, uma das mais importantes obras de história econômica no tema é de um norte-americano que escreveu sobre a relação entre a Grã-Bretanha e o Brasil: Allan K. Manchester, *British preeminence in Brazil: Its rise and decline*, publicada em 1933. No imediato pós-guerra aparecem os trabalhos de T. Lynn Smith — *Brazil, people and institutions* —, o livro de Preston E. James, *Brazil*, e, no final da década de 1950, os notáveis estudos sobre a economia do café e sobre a indústria têxtil de algodão realizados por Stanley Stein, respectivamente, *Vassouras* e *The Brazilian cotton manufacture: Textile enterprise in a underdeveloped area, 1850-1950*, ambos publicados em 1957. Finalmente, ainda da década de 1950, foi publicado o estudo de Richard M. Morse sobre a história de São Paulo: *From community to metropolis: A biography of São Paulo*.

A partir da década de 1960 as obras sobre o Brasil se multiplicam. Alguns trabalhos de história econômica dessa década, realizadas por brasilianistas, se destacam. Entre elas, o livro de Warren Dean, publicado em 1969, *The industrialization of São Paulo, 1880-1945*. A década de 1960 também foi importante por traduções de clássicos da história econômica brasileira para o inglês. Por exemplo, em 1963 foram publicados, nos Estados Unidos, *Economic growth of Brazil*, de Celso Furtado, e *History of Brazil*, de Pandiá Calógeras. Celso Furtado teve novamente uma obra publicada em 1965, *Diagnosis of the Brazilian crisis*, e, em 1967, foi publicado Caio Prado Jr., *The colonial background of modern Brazil*.

Nessa década, há, sobretudo, um grande crescimento da produção de artigos e livros de economistas norte-americanos sobre o Brasil. Entre as obras desse período estão, por exemplo, duas de Nathaniel Leff: *Economic policy-making and development of Brazil 1947-1964* e *Brazilian capital goods industry, 1929-1964*, ambas publicadas em 1968.⁸ Em 1965, o autor que mais tarde viria a ser o mais importante brasilianista na área de economia, Werner Baer, publicou um livro sobre a história econômica do Brasil, escrita para alunos norte-americanos, que teve um grande sucesso editorial: *Industrialization and economic development in Brazil*.

Na década de 1960, o interesse sobre a economia brasileira cresceu nos Estados Unidos e em outras regiões do mundo. Este é um campo especializado, pouco comum na área de estudos latino-americanos que, em geral, dava maior ênfase a outras ciências sociais e à história social. O crescimento das pesquisas sobre a economia brasileira foi promovido na década por um conjunto de fatores,

8. Nathaniel Leff escreveu também na década de 1960 alguns artigos sobre história econômica do Brasil que tiveram grande repercussão. Entre eles, *Export stagnation and autarkic development in Brazil, 1947-1962*, publicado em 1967, e *Long-term brazilian economic development*, publicado em 1969.

entre eles o interesse do governo norte-americano pelo Brasil, no contexto da Guerra Fria, mas, sobretudo, pelos financiamentos da Fundação Ford e pela cooperação com universidades brasileiras no contexto dos acordos MEC-USAID. A criação do Ipea, em 1967, e dos primeiros programas de pós-graduação em economia no Brasil, culminando com a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec), em 1973, foram também importantes para promover o intercâmbio de pesquisadores e professores norte-americanos, assim como para estimular professores e estudantes de pós-graduação brasileiros a fazerem doutorado nos Estados Unidos.⁹

9. Ver o interessante estudo de Fernández & Suprinyac (2015) sobre o papel da Fundação Ford na criação da Anpec e da economia acadêmica no Brasil.

Werner Baer, que era, então, um jovem professor da Universidade Vanderbilt, teve nesse período um importante papel nas relações entre a academia norte-americana e a, ainda, incipiente academia brasileira, como consultor do Office for Latin America and the Caribbean (OLAC) em New York, da Fundação Ford. Entre meados da década de 1960 e o início da década de 1970, Baer foi professor visitante em várias instituições brasileiras, entre elas a USP, a FGV e o Ipea. Ele teve um papel fundamental na concessão das primeiras bolsas de estudos para estudantes e jovens professores cursarem a pós-graduação nas universidades norte-americanas, no apoio norte-americano via financiamento dos primeiros programas de pós-graduação em economia e nas negociações que levaram à criação da Anpec (FERNÁNDEZ; SUPRINYAC, 2015).

Ao final da década de 1960 e na década de 1970, Werner Baer publicou alguns estudos memoráveis, alguns deles em conjunto com economistas brasileiros como Isaac Kersternetzky e Annibal Villela. Para citar apenas alguns antigos trabalhos, que hoje são pouco mencionados, vale à pena ler *Import substitution and industrialization in Brazil*, que Baer escreveu com Kersternetzky, publicado na *American Economic Review*. Baer retornou ao tema substituição de importação em um importante artigo publicado no *Latin American Research Review*, em 1972, intitulado *Import substitution and industrialization in Latin America: Experiences and interpretations*. Em 1973, no *World Development*, saiu o artigo *The changing role of the state in Brazilian economy*. Escrito em coautoria com Villela e Kersternetzky, este trabalho chamava atenção para o papel do Estado no crescimento econômico brasileiro.

Os artigos de Baer tinham forte base empírica, com uma preocupação em fundamentar suas proposições com uso abundante de dados, em uma época em que nossa produção acadêmica na área era principalmente ensaísta e, algumas vezes, os trabalhos acadêmicos não traziam evidências robustas para suas proposições. Nesse sentido, houve uma aprendizagem mútua — muitos dos

seus trabalhos traduziam para seu público (que não era formado, na maioria, por brasileiros) as discussões acadêmicas de nosso país. Por outro lado, seus contemporâneos e colaboradores no Brasil, principalmente no Ipea, foram importantes para a produção de dados e reflexões (também, com forte base empírica) sobre a economia brasileira.

Werner Baer, assim como outros economistas norte-americanos que vieram na década de 1970 para o Brasil — como, por exemplo, Albert Fishlow —, não era economista do desenvolvimento. A política de construção de instituições da Fundação Ford, nesse período, tinha por objetivo criar programas de pós-graduação em economia que, sob muitos aspectos, se apresentavam como adversários da agenda desenvolvimentista. Baer, contudo, não era insensível às questões levantadas pelos economistas cepalinos. Nos dois artigos que escreveu sobre Furtado, embora crítico em alguns pontos, foi em linhas gerais simpático e elogioso (BAER, 1969 e 1974). Em seu estudo dos ensaios de Furtado sobre economia do desenvolvimento afirmou que mostravam:

[...] a procura de uma mente afiada, intuitiva e imaginativa para compreender as circunstâncias que impedem o processo de modernização das áreas subdesenvolvidas do mundo, especialmente da América Latina. [...] Contudo, eu descobri que o impacto cumulativo desses ensaios são muito gratificantes. Eles desafiam o leitor a repensar as bases de validade de sua abordagem analítica para os problemas do desenvolvimento e encontrar novas perspectivas para seu estudo. (BAER, 1969, p. 270)

O principal impacto internacional da produção acadêmica de Baer sobre o Brasil, abundante e diversificada durante muitas décadas, foi a divulgação de interpretações da economia brasileira para um público que não tinha acesso ao rico debate acadêmico realizado no país sobre temas como desenvolvimento econômico, história econômica, crescimento, distribuição de renda, economia industrial e outros. Seu livro de 1979 sobre a economia brasileira — *Brazilian economy: Growth and development* — teve inúmeras edições e foi usada amplamente por estudantes interessados no Brasil, mas que não eram capazes de ler publicações em português.

Suas publicações em revistas acadêmicas, muitas escritas com economistas brasileiros, amplificaram para um público internacional muitas das preocupações brasileiras, que nem sempre eram percebidas fora de nossas fronteiras. Por exemplo, em 1980, Baer publicou com Villela um artigo sobre o papel dos bancos de desenvolvimento no Brasil (BAER, 1980). Em 1986, compara duas experiências de crescimento com desigualdade: os casos do México e Brasil

(BAER, 1986). Ainda na década de 1980 analisa a persistente inflação no Brasil em dois artigos publicados, respectivamente, no *World Development* e no *Latin American Research Review* (BAER; BECKERMAN, 1989). Na década de 1990 publica vários trabalhos sobre privatização na América Latina e no Brasil (BAER e VILLELA, 1994; BAER, 1994). Nos primeiros anos do século XXI publica trabalhos analisando os resultados das políticas neoliberais no Brasil e na América Latina (BAER e AMANN, 2002; BAER, 2002). Com as mudanças políticas no país, Baer publica vários artigos sobre os desafios e dilemas do novo governo, analisando a tentativa de enfrentar a questão da desigualdade no país e os problemas da política fiscal (BAER e AMANN, 2008; 2009).

Werner Baer, que nasceu em 1931, é um dos mais importantes representantes, entre economistas, de uma geração de brasilianistas que contribuíram com o conhecimento do Brasil no exterior. Sua formação ortodoxa não impediu que aprendesse também com a complexidade e magnitude dos problemas brasileiros, cujas abordagens econômicas convencionais muitas vezes não são suficientes. Nos últimos anos, na confortável posição de Jorge Lehman Professor of Economics, obtida pela criação do Lehman Institute for Brazilian Studies na Universidade de Illinois, Baer continuava ativo. Embora no passado seus vínculos acadêmicos no Brasil fossem principalmente com centros mais ortodoxos, recentemente sentia-se mais confortável com economistas e instituições que trabalhavam sobre questões aplicadas sobre temas e questões que não eram priorizadas por aquelas instituições. Há alguns meses, Werner Baer estava organizando um livro sobre *Padrões competitivos e empresas no Brasil*, com professores do Instituto de Economia da UFRJ e da Universidade de Illinois.

Em 31 de março, Werner Baer faleceu com a idade de 84 anos, em plena atividade. Como brasilianista e economista formou muitos acadêmicos durante sua longa vida profissional. Muitos brasileiros e norte-americanos foram orientados por ele. Sua vasta obra publicada contribuiu para que a compreensão do Brasil no mundo acadêmico norte-americano fosse mais refinada do que seria possível com trabalhos genéricos sobre a América Latina. Por outro lado, como norte-americano, também via o Brasil como parte desse continente, cuja dinâmica econômica tentou compreender. Sua perda é lamentável em um momento em que, mais que nunca, a economia brasileira precisa ser discutida com alguma serenidade que possa transcender a nossa conjuntura tão avassaladora.

§

Referências

- ALMEIDA, P. R. Os estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos: A produção brasilianista no pós-Segunda Guerra. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n°27, 2001, p.31-61.
- BAER, W. *Industrialization and economic development in Brazil*. Homewood, Illi. (EUA): Richard D. Irwin, 1965.
- _____. Furtado on development: A review essay. In: *The Journal of Developing Areas*, jan. 1969.
- _____. Import substitution and industrialization in Latin America: Experience and interpretations. In: *Latin American Research Review*, vol 7, n.1, 1972, p. 95-122.
- _____. Furtado Revisited. In: *Luso-Brazilian Review*, Summer, 1974.
- _____. *Brazil's economy: Past and present growth and development*. Columbus, Ohio (EUA): Grid Publishing Co., 1979.
- _____. Growth with inequality: The cases of Brazil and Mexico. In: *Latin American Research Review*, vol. 21, n. 2, 1986.
- _____. The resurgence of inflation in Brazil: 1974-1985. In: *World Development*, ago. 1987
- _____. Privatization in Latin America. In: *The World Economy*, vol. 17, n. 4, jul.1994.
- _____. Neo-liberalism in Latin America: A return to the past? In: *Financial Markets and Portfolio Management* (Swiss Society for Financial Management Market Research). vol. 16, 2002.
- BAER, W.; AMANN, E. Neo-liberalism and its consequences in Brazil. In: *The Journal of Latin American Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, nov. 2002
- _____. Fiscal policy and equity: The dilemmas facing Brazil's labour government. In: SANCHEZ-ANCOCHEA, D.; MORGAN, I. (Edit.). *The political economy of the public budget in the Americas*. Londres: Institute of the Americas, 2008.
- _____. The roots of Brazil's inequality and attempts to overcome them. In: LOVE, J.; BAER, W. *Brazil under Lula*. Nova York: Palgrave Press, 2009.
- BAER, W.; BECKERMAN, P. The decline and fall of the Cruzado. In: *Latin American Research Review*, vol. XXIV, n. 1, 1989.
- BAER, W.; KERSTENETZKY, I. Import substitution and industrialization in Brazil. In: *American Economic Review*, vol. 54-3, mai.1964, p. 411-425.
- BAER, W.; VILLELA, A.; KERSTENETZKY, I. The changing role of the State in Brazilian economy. In: *World Development*, vol 1, issue 11,1973, p. 23-34.
- BAER, W.; VILLELA, A. The changing nature of development banking in Brazil. In: *The Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, nov. 1980.
- _____. Privatization and the changing role of the State in Brazil. In: BAER, W; BIRCH, M. (Edit.). *Privatization in Latin America*. EUA: Praeger, 1994.
- BETHELL, L. O Brasil e a ideia de "America Latina" em perspectiva histórica. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 44, jul.-dez. 2009, p.289-321,.
- CALÓGERAS, J. P. A *history of Brazil*. Trad. Percy Malvin Martin. Nova York: Russelle and Russel, 1963.
- COLLIER, D.; HIDALGO, F. D.; MACIUCEANU, A. O. Essentially contested concepts: Debates and applications. In: *Journal of Political Ideologies*, 11(3). Out. 2006, p. 211-246.
- DRAKE, P. W.; HILBINK, L. Latin American studies: Theory and practice. In: SZANTON, D. (Org.). *The politics of knowledge: Area studies and the disciplines*. Califórnia: University of California Press, Serie Gaia Books, eScholarship, University of California, 2002.
- FERNÁNDEZ, R. G.; SUPRINYA, C. -E. *Creating academic economics in Brazil: The Ford Foundation and the beginnings of Anpec*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2015 (Texto para Discussão n. 514).
- FURTADO, C. *The economic growth of Brazil: A survey from colonial to modern times*. Berkeley: University of California Press, 1963. (Edição original: *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959).
- _____. *Diagnosis of the Brazilian crisis*. Berkeley: California University Press, 1965.
- JAMES, P. E. *Brazil*. Nova York: The Odyssey Press, 1946.
- LEFF, N. H. *Economic policy-making and development in Brazil, 1947-1964*. Nova York: John Wiley, 1968.
- _____. *The Brazilian capital goods industry, 1929-1964*. Cambridge: Harvard University Press, 1968.
- _____. Export stagnation and autarkic development in Brazil, 1947-1962. In: *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 81, n. 2, mai. 1967, p. 286-301.
- _____. Long-term Brazilian economic development. In: *Journal of Economic History*, vol. 29, issue 03, set. 1969, p. 473-493.
- MANCHESTER, A. K. [1933]. *British preeminence in Brazil: its rise and decline. A study in european expansion*. 2ª Ed. Chapel Hill: University of North Carolina Press. Nova York: Octagon Books, 1964. (Edição brasileira: *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973).
- MIGNOLO, W. *The idea of Latin America*. Oxford: Blackwell, 2005. Trad. castelhana La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2007.
- MORSE, R. M. *From community to metropolis: A biography of São Paulo, Brazil*. Gainesville: University of Florida Press, 1958. (Edição brasileira: *Formação histórica de São Paulo: Da comunidade à metrópole*. São Paulo: Difel, 1970).
- NORMANO, J. F. *Brazil, a study of economic types*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1935. (Edição brasileira: *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional Brasileira, 1939).
- PHELAN, J. L. Pan-latinism, french intervention in Mexico (1861-7) and the genesis of the idea of La in America. In: ORTEGA Y MEDINA, J. A. (Edit.). *Conciencia y autenticidad historicas: Escritas en homenaje a Edmundo O'Gorman*. Cidade de México: Unam, 1968.
- PRADO JR., C. *Colonial background of modern Brazil*. Tradução Suzette Macedo. Berkeley: California University Press, 1967.
- RODRIGUES, J. H. Os estudos brasileiros e os "Brazilianists". In: *Revista de História*, vol. 54, n.107, 1976.
- SMITH, T. L. [1946]. *Brazil, people and institutions*. Baton Rouge: Louisiana State University Press. Ed. revista: 1963. (Edição brasileira: *Brasil: povo e instituições*. Rio de Janeiro: Bloch-AID, 1967).
- STEIN, S. J. *Vassouras, a Brazilian coffee county, 1850-1900*. Cambridge: Harvard University Press, 1957. (Edição brasileira: *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba*. Com referência especial ao Município de Vassouras. São Paulo: Brasiliense, 1961).

_____. *Brazilian cotton manufacture: Textile enterprise in an underdeveloped area, 1850-1950*. Cambridge: Harvard University Press, 1957 (Edição brasileira: *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979).

SZANTON, D. The origin, nature and challenges of area studies in the United States. In: _____. (Org). *The politics of knowledge: Area studies and the disciplines*. Califórnia: University of California Press, Serie Gaia Books, eScholarship, University of California, 2002.

O Centro, sua criação e evolução

O Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento foi fundado há dez anos, em 22 de novembro 2005, com a missão precípua de participar e enriquecer o debate sobre estratégias para o desenvolvimento, especialmente o do Brasil e da América Latina, seguindo a linha de pensamento do seu patrono, Celso Furtado.

Sua criação constitui justa homenagem à memória de um dos maiores economistas do século XX. Intelectual e homem público, Furtado transformou-se em referência mundial na luta contra o subdesenvolvimento. Por mais de meio século sua produção intelectual exerceu uma extraordinária influência na formação da consciência crítica na América Latina. A ele se deve a

compreensão de que as estruturas de poder e de produção precisam ser modificadas para que o desenvolvimento possa romper a lógica da dependência e da concentração de riqueza. As assimetrias apontadas por Furtado desde o final dos anos 1940, entre as nações e dentro de cada nação, foram acentuadas pelas novas condições do capitalismo mundial. A agenda do desenvolvimento supõe permanente adequação às transformações ocorridas na economia e nas sociedades nas últimas décadas. Mas persiste o desafio de construir as instituições incumbidas de conciliar os impulsos criativos da ação privada com os princípios republicanos de igualdade e liberdade. Esse era o sonho de Furtado e é a tarefa do Centro que leva seu nome.

Atividades

A programação do Centro, elaborada pela diretoria em consonância com o Conselho Deliberativo, aprovação da Assembleia Geral e patrocínio dos Associados Patronos (BNDES, Caixa, BNB e Adece), tem se interessado predominantemente, mas não só, por estudos de macroeconomia, economia internacional, políticas sociais, desenvolvimento regional e integração sul-americana, e ao pensamento e obra de Celso Furtado, cujo acervo bibliográfico está todo catalogado e aberto ao público.

O CENTRO CELSO FURTADO TEM REALIZADO IMPORTANTES ATIVIDADES:

- NA ÁREA DE FORMAÇÃO, destacam-se os cursos de macroeconomia e desenvolvimento em diferentes cidades do país. O Centro já concedeu, também, dezenas de bolsas de pós-graduação com teses ligadas ao tema do desenvolvimento;

- NA ÁREA DE PUBLICAÇÕES, ressaltam-se a edição regular da revista acadêmica Cadernos do Desenvolvimento; as coleções Arquivos Celso Furtado, Economia Política e Desenvolvimento, e Pensamento Crítico; e vários livros considerados seminais para o estudo do desenvolvimento, como “Brasil, sociedade em movimento”. Esta obra, que comemorou, em 2015, os 10 anos de atividades do Centro Celso Furtado, é uma coletânea de 45 artigos de pesquisadores nacionais e internacionais, que refletem sobre os obstáculos, as aspirações e reivindicações do modelo de desenvolvimento brasileiro.

- NO DEBATE SOBRE O SEU GRANDE TEMA, houve dezenas de seminários e encontros sobre assuntos da atualidade e, a cada dois anos, congressos internacionais em que seus mais de duzentos sócios debatem os grandes temas do desenvolvimento do país e do mundo.

Site e redes sociais

O Centro Celso Furtado mantém três sites: o do Centro, o da Biblioteca Celso Furtado e o de “Cadernos do Desenvolvimento”. Seu site tem versões em inglês e em espanhol. O Centro também está presente nas redes sociais Facebook e Twitter, e tem no YouTube um Canal Centro Celso Furtado que divulga todos os vídeos de seus eventos.

O portal do Centro Celso Furtado se conecta a outros sites, como o da Rede de Cidades Médias, o da Rede de Desenvolvimento, o do Procondel (site de pesquisa documental da Sudene), etc.

§

www.centrocelsofurtado.org.br
www.bibliotecacelsofurtado.org.br
www.cadernosdodesenvolvimento.org.br



Curta nossa página:
www.facebook.com/centrocelsofurtado



Siga-nos:
www.twitter.com/centrocfurtado



Acesse nosso canal:
www.youtube.com/user/CentroCelsoFurtado1

The Center, its creation and its evolution

The International Celso Furtado Center for Development Policies was inaugurated over ten years ago, on November 22 2005, and its principal mission was to take part in and help enrich the debate regarding different strategies for development, in line with the views of its patron Celso Furtado, and especially that of Brazil and Latin America.

The Center's creation represented an important tribute to the memory of one of the most important economists of the 20th Century. Both an intellectual and a public figure, Furtado became a worldwide reference in the struggle against underdevelopment. For over fifty years, his intellectual output exerted an extraordinary influence on the shaping of a critical conscience in Latin America. We owe him our understanding of the fact that structures of power and production need to be modified in order to enable development to break with the logic of dependence and the concentration of wealth. The asymmetries highlighted by Furtado from the late 1940s on, between nations and within nations, were accentuated by the new conditions imposed by global capitalism. The development agenda assumes there to be on-going adaptations to the transformations that have taken place in the economy and in society in recent decades. However, the challenge remains to build the institutions entrusted with reconciling the creative impulses of private initiative with the republican principles of equality and liberty. This was Furtado's dream and the task that the Center that bears his name has taken upon itself.

Activities

The Center's program has been compiled by its Board of Directors in conjunction with the Deliberative Council, with the approval of the General Assembly and the sponsorship of its Associate Patrons (BNDES, Caixa Econômica Federal, BNB and Adece). It is primarily, although not exclusively, ocused on the study of macroeconomics, international economics, social policies, regional development and South American integration, and on the works and ideas of Celso Furtado, whose bibliographic archives have been fully catalogued and are available to the public.

THE CELSO FURTADO CENTER HAS BEEN INVOLVED IN SOME IMPORTANT ACTIVITIES:

- IN THE AREA OF EDUCATION, where one should highlight the courses offered on macroeconomics and development in different cities across the country. The Center has also

already conceded dozens of post-graduate scholarships to students whose theses are linked in some way to the subject of development;

- IN THE AREA OF PUBLICATIONS, where one should highlight the regular publication of the academic magazine, the *Cadernos do Desenvolvimento* (Development Journals); the collections entitled *The Celso Furtado Archives*, *Political Economy and Development* and *Critical Thinking*; and a number of books considered to be seminal to the study of development, such as "Brasil, sociedade em movimento" (Brazil, a society on the move). This work, which in 2015 commemorated ten years of the Celso Furtado Center's activities, is a collection of 45 articles by national and international researchers who reflect on the obstacles, the aspirations and the demands of the Brazilian development model.

- IN THE DEBATE OVER ITS MOST IMPORTANT TOPIC, where dozens of seminars and meetings have been held to discuss pertinent subjects of the day and, every two years, international congresses have been organized at which the Center's more than two hundred partners have been able to debate leading subjects relating to development in Brazil and around the world.

Website and social networks

The Celso Furtado Center has three websites: that of the Center itself, that of the Celso Furtado Library and that of the "Cadernos do Desenvolvimento". Its website also has versions in English and Spanish. The Center is additionally present on the social networks Facebook and Twitter and runs a Celso Furtado Center Channel on YouTube where it publishes videos of all its events.

The Celso Furtado Center portal has links to other websites, such as that of the Rede de Cidades Médias (Medium-sized Cities Network), that of the Rede de Desenvolvimento (Development Network), that of Procondel (Sudene document research website), etc.

§

 Like our page:

www.facebook.com/centrocelsofurtado

 Follow us:

www.twitter.com/centrocfurtado

 Visit our channel:

www.youtube.com/user/CentroCelsoFurtado1

Biblioteca Celso Furtado

Reunindo o acervo formado por Celso Furtado ao longo de sua vida acadêmica e profissional, a Biblioteca Celso Furtado possui uma coleção de mais de onze mil volumes que refletem as disciplinas que o fascinaram desde jovem: história, literatura, economia, ciências sociais, filosofia, cultura. E, principalmente, o desenvolvimento econômico, com foco no Brasil e na América Latina.

Celso Furtado (1920-2004) nasceu na Paraíba, formou-se em direito no Rio de Janeiro e, aos 22 anos, entrou para o serviço público como técnico de administração e organização. Depois do doutoramento em economia, em Paris, morou dez anos no Chile, onde integrou a equipe fundadora da Cepal. Aí firmou e ampliou o leque de interesses que guiaram sua atividade de intelectual, professor e homem público: a compreensão do Brasil, o estudo e a teoria do desenvolvimento. Nos anos 1960, implantou e dirigiu a Sudene e foi ministro do Planejamento. Durante os vinte anos de exílio lecionou economia do desenvolvimento e economia latino-americana nas universidades de Paris, Cambridge, Yale, American e Columbia. Nos anos 1980 foi embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia e ministro da Cultura.

Em 2006, deu-se início à organização da biblioteca pessoal de Celso Furtado, com a transferência dos livros que se encontravam em seus apartamentos no Rio de Janeiro e em Paris, e ao processamento das coleções que hoje compõem a Biblioteca, instalada na sede do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento e inaugurada em 2009.

Ela congrega toda a produção intelectual de seu titular, em português e em uma dúzia de línguas, uma importante coleção de artigos e livros sobre Celso Furtado, revistas acadêmicas sobre economia, América Latina e Brasil, desde os anos 1940, importantes obras de referência na área de ciências sociais. A Biblioteca Celso Furtado também inclui a coleção do CICEF e uma Videoteca com DVD's e gravações das atividades acadêmicas do Centro Celso Furtado. Dois destaques da BCF são o Banco de Teses sobre Celso Furtado, com cerca de 40 trabalhos de mestrado e doutorado, quase todos disponíveis on-line, e, inaugurado em 2013, o Banco de Artigos sobre Celso Furtado, com cerca de 200 textos on-line, de autores brasileiros e estrangeiros que escreveram sobre sua vida e sua obra. Consulte o site www.bibliotecacelsofurtado.org.br.

SERVIÇOS

- Acesso às bases de dados por internet
- Consulta ao acervo (local e *on-line*)
- Reprodução de documentos
- Levantamentos bibliográficos
- Empréstimo da Coleção CICEF
- Sugestões de aquisições de obras para o acervo
- Videoteca

BIBLIOTECA CELSO FURTADO

Av. República do Chile, 330 – 9º andar
Edifício Ventura – Torre Oeste
Centro – 20031-170 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (+55) 21. 3747-9847
Bibliotecária: Aline Balué
biblioteca@centrocelsofurtado.org.br

HORÁRIO

De 2ª a 6ª feira, de 10h às 13h e de 14h às 18h

The Celso Furtado Library

Bringing together a collection built up by Celso Furtado over the course of his personal, academic and professional life, the Celso Furtado Library contains more than eleven thousand volumes, which between them reflect the subjects that fascinated him from early on in his life: history, literature, economics, social sciences, philosophy, culture, and principally, economic development, with a focus on Brazil and Latin America.

Celso Furtado (1920-2004) graduated in Law and joined the civil service as an administration and organization technician. After he got his PhD in economics, in Paris, he moved to Chile where he lived for ten years, and where he was one of the founding members of ECLAC (CEPAL). While there, he expanded the scope of the interests that would later guide his activities as an intellectual, professor and public figure: understanding Brazil and the study and theory of development. During the 1960s, he implemented and ran Sudene (Superintendency for the Development of the Northeast), and was Minister for Planning. During his twenty years in exile, he taught development economics and Latin American economics at the universities of Paris, Cambridge, Yale, American and Columbia. During the 1980s, he was Brazil's Ambassador to the EEC (European Economic Community), and Minister of Culture.

The year of 2006 saw the start of efforts to organize Celso Furtado's personal collection, with the transfer of books from his apartments in Rio de Janeiro and Paris, and the processing of the collections that today make up the Library, located at the headquarters of the International Celso Furtado Center for Development Policies, and inaugurated in 2009.

The Celso Furtado Library brings together all the intellectual output of the man whose name it bears, in Portuguese and a dozen other languages, an important collection of articles and books about Celso Furtado, academic magazines about economics, Latin America and Brazil going back to the 1940s, and important reference works in the field of social sciences. The Celso Furtado Library is also home to the CICEF collection and to a video library with DVD's and recordings of the Celso Furtado Center's academic activities. Two important features of the Library are its Databank of Theses about Celso Furtado, which contains around 40 master's and doctorate theses, almost all available online, and, its Databank of Articles about Celso Furtado, set up in 2013, which has around 200 texts available online by both Brazilian and international authors on the subject of his life and works. Please access the website www.bibliotecacelsofurtado.org.br.

SERVICES

- Access to the Library databases via internet
- Archive consulting access (in loco and on-line)
- Copying of documents
- Bibliographical surveys
- Lending of the CICEF Collection
- Suggested acquisitions of works for the collection
- Video library

ADDRESS

Av. República do Chile, 330 - 9º andar.
Edifício Ventura - Torre Oeste
Centro - 20031-170 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Librarian: Aline Balué
Tel.: (+55) 21. 3747-9847
biblioteca@centrocelsofurtado.org.br

OPENING HOURS

From Monday to Friday, between 10:00 and 13:00,
and 14:00 and 18:00

Submissão de artigos

1. *Cadernos do Desenvolvimento* é uma publicação semestral, do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, destinada a divulgar artigos que tenham como foco o tema do desenvolvimento em suas diferentes dimensões (econômica, política, social, institucional, histórica, territorial, cultural, ambiental, jurídica, no plano das relações internacionais etc.), em sintonia com as preocupações registradas na obra e na trajetória de Celso Furtado.
2. Serão aceitos para submissão artigos bem estruturados que apresentem contribuições relevantes baseados em pesquisas acadêmicas com reflexões teóricas ou metodológicas e análises críticas da literatura envolvendo o debate sobre o desenvolvimento no Brasil, na América Latina e no mundo contemporâneo. O periódico só publicará artigos inéditos, que não tenham sido publicados anteriormente em periódicos acadêmicos nacionais ou estrangeiros em sua versão impressa ou digital, livros, capítulos de livros etc.
3. Somente serão aceitas colaborações de autores que, no mínimo, sejam mestrandos em cursos de pós-graduação no Brasil ou no estrangeiro, reconhecidos pelas autoridades competentes.
4. Os artigos aceitos para submissão serão enviados a conceituados pareceristas em suas áreas de atuação no Brasil, para avaliação crítica da contribuição do trabalho acadêmico, sendo assegurado o anonimato de autores e pareceristas no processo de avaliação.
5. Os artigos podem ser submetidos em português, inglês, francês e espanhol.
6. Os textos deverão ser enviados para a secretaria da revista *Cadernos do Desenvolvimento*, no Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, no seguinte endereço eletrônico: **cadernos@centrocelsofurtado.org.br**

Normas para publicação

1. Os artigos deverão ter entre 10 (dez) e 25 (vinte e cinco) laudas digitadas, no editor de texto Word, em papel formato A4, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, margem superior 3,5 cm, margem inferior e direita 2,5 cm, margem esquerda 3 cm, com alinhamento à esquerda.
2. As notas, citações e bibliografia devem obedecer às normas da ABNT. As notas explicativas, quando necessárias e em número reduzido, devem vir no rodapé. As referências bibliográficas devem vir no final do texto. A menção aos autores citados no texto deve vir entre parênteses, conforme segue: (OLIVEIRA, 1998:48), ou seja, sobrenome do autor em caixa alta, ano e página da publicação. A referência completa deve constar das referências bibliográficas. As citações de mais de 4 linhas devem ser feitas em recuo e com a fonte 1 ponto menor (tamanho 11).
3. Na submissão do artigo o autor ou autores deve(m) apresentar um resumo e palavras-chave no idioma do artigo e em português. O resumo não deve exceder 150 palavras.
4. Na submissão do artigo, o autor ou autores deve(m) apresentar um minicurrículo em português, com no máximo 150 palavras para cada um deles.
5. Cadernos do Desenvolvimento não publicará imagens, mapas e gráficos com cores, apenas com gradações de tons de cinza. Artigos aceitos para publicação deverão encaminhar para a secretaria da revista tabelas, gráficos e quadros em arquivos originais abertos em Excel. Imagens e mapas, em número reduzido, devem vir nas extensões TIF, CDR e JPG, com resolução mínima de 300 dpi.
6. Os textos submetidos à redação devem estar cuidadosamente revisados e respeitar o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor desde 2009.
7. Citações em outros idiomas devem vir traduzidas.

Este caderno foi composto nas tipologias Minion Pro e Klavika e impresso em papel Pólen Soft 80 g/m² na gráfica J.Sholna.

CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO

Publicação do Centro Internacional Celso Furtado
de Políticas para o Desenvolvimento.

Versão digital de acesso livre:

www.cadernosdodesenvolvimento.org.br

§